



Ana Paula Ramos Ferreira

PATRIMÓNIO E CIDADANIA: Dos Vestígios Arqueológicos à Ação Pedagógica

Tese de Doutoramento em Arqueologia, orientada pelo Professor Doutor José d'Encarnação apresentada ao Departamento de História, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

2013



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Faculdade de Letras

PATRIMÓNIO E CIDADANIA: Dos Vestígios Arqueológicos à Ação Pedagógica

Ficha Técnica:

Tipo de trabalho	Tese de Doutoramento
Título	PATRIMÓNIO E CIDADANIA – Dos Vestígios Arqueológicos à Ação Pedagógica
Autor	Ana Paula Ramos Ferreira
Orientador	Professor Doutor José d'Encarnação
Coorientador	
Identificação do Curso	3º Ciclo em Arqueologia
Área científica	Arqueologia
Especialidade	Arqueologia
Data	2013

Ao meu filho Duarte.

Agradecimentos

Percorrido este trajeto, é com uma enorme satisfação que quero agradecer a todos aqueles que me apoiaram na realização desta investigação.

Ao professor doutor José d'Encarnação, em primeiro lugar, o meu agradecimento pela cedência das fotografias que ilustram o ponto 2.3.1. Património epigráfico, do Capítulo II. Depois, um bem-haja pela paciência e disponibilidade que sempre demonstrou na orientação deste trabalho. Por fim, um bem-haja ao amigo, por quem nutro um imenso respeito e um enorme carinho.

À minha família e amigos, que sempre souberam encontrar forma de me ajudar nos momentos de maior desalento.

Aos docentes e alunos que participaram neste estudo, bem como às direções dos agrupamentos e escolas que autorizaram essa colaboração.

À direção do *Diário de Coimbra* que nos autorizou o acesso ao arquivo, facilitando a consulta dos jornais.

Às direções dos museus de *Conimbriga* e do Rabaçal por permitirem o acesso às informações solicitadas. À dr^a. Sónia Vicente e dr^a. Ana Luísa Mendes, do Espaço-Museu do Rabaçal, e ao dr. Humberto Rendeiro, do Museu Monográfico de Conimbriga, pela disponibilidade revelada em todas as solicitações.

Bem hajam!

Resumo: A articulação entre cidadania e património é fundamental para a sensibilização do indivíduo para o património. Neste sentido, têm os educadores um papel fundamental na ação junto das crianças. Daí a abordagem deste tema no universo da Escola, pois aqui não está só em causa o conhecimento, mas também a preparação da participação ativa do cidadão na vida em comunidade. A responsabilidade do professor de História é, nesta matéria, relevante. Ele é determinante na construção da consciência histórica dos futuros cidadãos: deverá levá-los a perceber que fizeram parte da História e a podem influenciar.

Procurou-se assim, por um lado, mostrar as potencialidades do património arqueológico romano como instrumento didático no Ensino Básico, no âmbito da História, e, por outro, olhar para a Antiguidade Clássica como importante referência cultural através de testemunhos arqueológicos. Uma vez que o passado não se conhece diretamente, mas por intermédio de sinais que se analisam com o recurso a metodologia concreta e discursos rigorosos e coerentes, o contacto com a ruína ou com o objeto permite ao aluno, ele próprio, reconstruir esse processo, verificando que a História é “criação” e não “invenção” ou “ficção”, como muitas vezes se divulga entre os alunos, professores e profissionais de outras áreas científicas. A presença da fonte permite validar a informação histórica. Esta é uma área que abrange grande multiplicidade de temas, que permite integrar o jovem no mundo pela compreensão das heranças comuns dentro das diversidades culturais. É, assim, nosso objetivo demonstrar que o património arqueológico deve fazer parte dos instrumentos que a educação tem de fornecer aos jovens para lhes permitir compreender o mundo em que estão inseridos.

Na consecução deste objetivo e tendo por base o exemplo das ruínas de *Conimbriga* e as do Rabaçal, analisou-se o conteúdo dos manuais escolares no sentido de verificar que tipo de aproveitamento e de sugestões é feito em termos de património arqueológico. Os manuais escolares, embora não sendo os únicos recursos, têm um papel central nas aulas de História, a informação histórica neles contida, até porque “oficial”, é determinante na visão que os alunos têm dos factos. Olhou-se também para a imprensa local, de Condeixa e de Penela, onde se procurou verificar o impacto, nas populações locais, da presença de património arqueológico.

Face aos desafios que o processo de globalização em curso põe, procurou-se apresentar, ao nível da Arqueologia, um contributo para as mudanças qualitativas, dando resposta aos imperativos de integração mundial e às necessidades específicas das comunidades locais com uma herança própria, que lhes permita construir a sua identidade.

Afinal, criar entre o Homem e aquilo que o rodeia novas relações que sejam fontes de educação.

Abstract: The connection between citizenship heritage is fundamental to raise individual awareness to heritage.

In this sense educators have an essential role in their action with children. That was the reason why the school field was chosen to make the approach of this theme. It is considered that what is at stake is not only acquiring knowledge, but also the education of the individual to become an active participant citizen in the life of the community. The responsibility of the History teacher is crucial in this matter. He has a determinant role in the building of the historical awareness of the future citizens: he can lead them to realize that they were part of History and they influence the role of events in the future.

In this essay we tried, on one hand, to show the potential of Roman archeological heritage as a didactic instrument in History in the Basic Education (first nine years in the Portuguese school system), and, on the other hand, look at the Golden Age as an important cultural reference by using archeological evidence. Since the Past is not known in a direct way, but through analysis and interpretation of signs recurring to an objective methodology and to an accurate and coherent discourse, the direct contact of the student with the ruins or the relics allows him to rebuild that process himself.

In achieving this objective and based on the ruins of *Conimbriga* and Rabaçal, several students' books were analysed to verify the approach and suggestions regarding archeological heritage. The local press of Condeixa and Penela was also examined to ascertain the impact of the presence of archeological heritage in the local population.

Given the challenges of the current globalization process, we tried to present on what Archeology is concerned, a contribute to qualitative changes in local communities and education, responding simultaneously to the imperatives of global integration and to the specific needs of those communities with a very own heritage, that allows them to build their own identity.

Eventually, creating between Man and what surrounds him new relations that can be used as sources of education.

Índice Geral

Agradecimentos	3
Resumo	4
Abstract	5
Índice Geral	6
Introdução	7
Capítulo I: Conceitos.....	15
1.1. Património.....	16
1.2. Cidadania.....	20
Capítulo II: A Escola e a Promoção da Cidadania.....	23
2.1. A História no currículo do Ensino Básico.....	24
2.2. Educação para a cidadania <i>versus</i> globalização.....	30
2.3. O património arqueológico como recurso didático.....	37
2.3.1. Património epigráfico.....	40
2.3.2. O uso do património arqueológico nos manuais escolares.....	49
2.3.2.1. Património arqueológico.....	58
2.3.2.2. Informação histórica.....	73
Capítulo III: Ruínas Arqueológicas e Cidadania – o exemplo de <i>Conimbriga</i> e do Rabaçal..	83
3.1. As ruínas arqueológicas de <i>Conimbriga</i> e do Rabaçal.....	84
3.2. As ruínas na imprensa local e regional.....	89
3.3. As ruínas na Escola.....	108
3.4. As ruínas de <i>Conimbriga</i> e do Rabaçal: contributos de cidadania?.....	121
Considerações Finais.....	130
Bibliografia.....	132
Anexos.....	147
Anexos 1 – Índice de notícias.....	148
Anexos 2 – Estampas.....	187

INTRODUÇÃO

Prefiro, embora reconheça as contradições e a heterogeneidade do real ou do comportamento humano, tentar descobrir, por detrás delas, as harmonias resultantes dessa espécie de fantástica sinfonia que é a História, feita da incomensurável mistura de elementos de toda a espécie, tão dispersos e contraditórios como a própria vida, mas de cuja rede infinitamente complexa é fascinante procurar os eixos, os encontros e desencontros, os paralelismos e as divergências. As secretas regras da composição não se poderão reduzir, nunca, creio, a nenhum sistema totalmente válido, a nenhuma gramática definitiva, mas procurá-las e dizer o que julguei descobrir é tão apaixonante como o prazer de viver.

José Mattoso (1997: 10)

O tema “Património e Cidadania” aponta para dois conceitos cujas referências se tornaram lugar-comum dos discursos políticos atuais. O segundo, pela sua abrangência, muito mais comum. Fomos verificando, porém, ao longo do nosso percurso escolar e profissional que estes conceitos, embora conhecidos e proclamados, não adquirem concretização nas aprendizagens efetivas do indivíduo no sistema de ensino, condicionando a sua atitude enquanto cidadão.

Não é objetivo deste trabalho fazer um ensaio sobre a cidadania. Aquilo que hoje entendemos por cidadania é o produto inacabado do processo que tem as suas raízes na Antiguidade Clássica e o combate mais próximo no século XVIII. Muito se tem escrito sobre o assunto, pelo que optámos por uma breve abordagem, fazendo a revisão bibliográfica (sempre incompleta) que permitisse a contextualização do conceito. Ir mais além seria uma aventura por caminhos alheios, porventura apetecível, mas por de mais perigosa. Poderíamos, além disso, cair na desnecessária verborreia teórica que dificilmente conduz à inovação.

Mas... que articulação estabelecer entre cidadania e património? Construir a educação para a cidadania através do fio da memória que é o património. Há muito assistimos, impotentes, à degradação do património cultural do nosso país e, em especial, do património arqueológico (apesar da proteção legal expressa na legislação nacional e internacional). Pedacos de História que não têm conseguido fazer prevalecer a sua importância (cf. Jorge

2007), pese embora o “património” estar na moda¹, nomeadamente o património arqueológico para a divulgação turística local. É, por isso, objeto deste trabalho o património arqueológico português relativo à época de ocupação romana.

Far-se-á um estudo relativo ao impacto, nas populações locais, da presença de dois sítios arqueológicos. São sítios bem conhecidos; mas estarão efetivamente voltados para a comunidade? Por outro lado, analisaremos o seu potencial de utilização como recursos pedagógicos. A temática apresenta, assim, dois tipos de inter-relações que nos propomos analisar: a relação dos sítios com o território e a comunidade que nela vive e, por outro lado, a relação entre os sítios e o público escolar.

Na realidade, há que continuar a promover, eficazmente, a sensibilização do indivíduo para o património. Devemos trabalhar para que os nossos jovens saibam em relação aos bens culturais “a despeito dos profetas do mal, arrancá-los à morte e salvá-los para o futuro” (UNESCO: 11). Neste sentido, têm os educadores um papel fundamental na ação junto das crianças e jovens. Daí a nossa preocupação em abordar este tema no universo da Escola, pois aqui não está só em causa o conhecimento, mas também a preparação da participação ativa do cidadão na vida em comunidade². É nossa intenção mostrar as potencialidades do património arqueológico romano como instrumento didático no Ensino Básico, no âmbito da História. E, por outro lado, olhar para a Antiguidade Clássica como importante referência cultural. É nosso objetivo demonstrar que o património arqueológico deve fazer parte dos instrumentos que a educação³ tem de fornecer aos jovens para lhes permitir compreender o mundo em que estão inseridos – uma questão para a qual José d’Encarnação já chamou a atenção há vários anos (cf. 1996, 1998 e 2006). Sairemos, assim, do “nicho” da Arqueologia de especialistas e procuraremos mostrar as suas potencialidades formativas no articulado da Educação para a Cidadania. Embora saibamos que a educação social e moral do cidadão pode não estar relacionada com a sua formação intelectual, é inegável o papel crucial da Escola na promoção da cidadania, dada a inegável ligação entre

¹ Cf. Alarcão (2010), Chitty e Baker (1999) e Guillaume (1980: 39-40).

² Veja-se o estudo exaustivo sobre esta temática publicado pela agência europeia EURYDICE em 2005.

³ O conceito é aqui entendido de acordo com a definição apresentada por Maria da Conceição Azevedo (1988: 62), que considera educar como “o conjunto de ações realizadas por um ou vários indivíduos ou instituições, agindo separadamente ou em concertação, para assegurar em um ou vários indivíduos o desenvolvimento livre ou dirigido das suas capacidades de ordem afetiva, intelectual, volitiva, social e física, conforme fins mais ou menos definidos”. Nesta perspetiva, a educação será aqui entendida como a formação escolar certificada pelo Estado que desempenha, atualmente, uma função social cada vez mais relevante, visível no aumento da procura social da educação e no crescimento do número de anos de escolaridade, revelando-se como o elemento de socialização por excelência em detrimento da família.

escola e o mundo social⁴. É, por isso, importante desenvolver a conceção cultural da Escola que “procura integrar o educando no rico património espiritual da comunidade a que pertence, preparando-o para fruir do legado cultural construído e preservado pelas gerações passadas e para enriquecer, pela sua própria contribuição criadora, esse legado no futuro” (Patrício 1989: 231). É, no fundo, a Escola que não se limita (ou não se deveria limitar) a organizar o saber em torno das disciplinas e respetivos programas, mas o identifica com a totalidade das experiências de aprendizagem e desenvolvimento pessoal-cultural que o educando vive no espaço escolar (cf. Patrício 1992: 7).

Efetivamente nunca tanto se falou de património. Uma onda de entusiasmo atingiu o País nos últimos vinte anos, associada, por exemplo, às gravuras de Foz Côa. É o próprio Ministério da Educação que reforça esta ideia, ao estabelecer como orientação para o Ensino Básico “reforçar a cooperação com as autarquias, reconhecendo o papel determinante que lhes está reservado no trabalho de reorganização da educação de base de todos os cidadãos, quer através do apoio direto às escolas, no quadro das suas competências, quer na contratualização e definição de políticas locais e regionais de divulgação, promoção e preservação do património cultural e dos valores da cidadania ativa” (*Educação, Integração e Cidadania* 1998: 11). Parece, no entanto, que estas orientações ainda se não refletem na cultura escolar. Na verdade, a Educação passa, no nosso país, por momentos especialmente sombrios⁵, graças também ao esvaziamento social e afetivo de que padecem essencialmente os mais novos que crescem “em ambiente áridos e degradados em termos estéticos e humanos” (Boavida 2009: 135). Não somos, porém, tão pessimistas quanto João Barroso (1999: 10) quando este considera que “ou a Escola se reconcilia com os alunos e os alunos encontram um sentido para ela, ou então, depois de o século XX ter sido o século da Escola, o século XXI será o século do seu fim”. Esperamos que não, indo o nosso contributo no sentido de transformar a Escola num espaço de reconciliação, de molde a formar os jovens em construtores ativos da sociedade em que vivem. Preferimos, assim, o velho ditado europeu utilizado em momentos difíceis: “Se eu souber hoje que o mundo acaba amanhã, eu hoje vou plantar macieiras”.

⁴ Consultar um interessante artigo de Juan Carlos Hernández Beltrán (2009), que questiona precisamente a ligação entre a escola e a sociedade, concluindo que “a escola ou é social ou, simplesmente, não é”.

⁵ Veja-se o artigo de Eurico Lemos Pires (1988), onde o autor verifica que a transformação da escola de elites em escola de massas, porque não foi acompanhada da mudança qualitativa, produziu a massificação do ensino e gerou a crise da educação. O estudo de Manuel Pinto Miranda (1998) vem complementar esta ideia, ao apresentar a imagem (negra) da Escola na nossa sociedade.

É importante transmitir às crianças a importância da observação do passado (cf. *Dossier: Os Currículos da História*). Como diria José Mattoso (1997: 19) “A ignorância ou o desprezo do passado correspondem à tentativa absurda ou perigosa de anular a posição anterior ou de querer negar o real”. Partilhamos a opinião de Isabel Barca (2000: 15) quando refere “que existe um paradoxo em torno da educação histórica em Portugal: temos uma história rica, quer como passado quer como produção de conhecimento; queixamo-nos de que os jovens não sabem nada desta disciplina; apesar disso, as universidades pouco investem na pesquisa no domínio do ensino da História”. Efetivamente, a História continua a ser vista, em Portugal, como matéria secundária⁶. Fenómeno não inédito na realidade europeia; inédita, sim, a apatia aparente da nossa comunidade científica especialista: “Eles não sabem quem foi Joana d’Arc”, divulgou-se na imprensa francesa, a propósito do trabalho de avaliação dos conhecimentos de História nos diferentes níveis de ensino, realizado nos anos de 1979-1980 por Renè Girault. A opinião pública francesa foi, assim, alertada para a ignorância do público escolar em História nacional pela ação conjunta de alguns historiadores conhecidos do grande público e da Associação dos Professores de História e Geografia. Nada que surpreenda os professores portugueses! A prova científica está por fazer, mas todos o comprovamos no quotidiano das nossas aulas.

Ao longo da nossa prática docente, muitas vezes ouvimos como a História “é uma seca”⁷. A Arqueologia⁸, pela associação à aventura, é um caminho estimulante para as crianças mudarem a atitude em relação à aprendizagem da História⁹. É interessante verificar que ao diminuto interesse pela História escolar corresponde um notório interesse pela História

⁶ Apesar da crescente curiosidade da população e conseqüente adesão editorial a fenómenos como o Estado Novo.

⁷ É, aliás, interessante verificar, pese embora o desfazamento temporal de mais de uma dezena de anos, que, no estudo comparativo sobre consciência histórica dos jovens europeus (a frequentarem o último ano da escolaridade obrigatória), os jovens portugueses, juntamente com os gregos, são os que mais entusiasmo revelam pela História. No entanto, os professores portugueses são dos que mais referem que um dos principais problemas com que se deparam é a falta de interesse por parte dos estudantes. Por outro lado, as classificações que os estudantes portugueses têm a História são das mais baixas da Europa (cf. Pais 1999: 184-185).

Segundo José Machado Pais (1999: 24-29 e 184-185), este maior entusiasmo pela História surge em países que estão na cauda da Europa em termos de desenvolvimento económico. Considera que os jovens portugueses parecem manifestar uma identidade retrospectiva que se amarra ao passado: vivem uma situação de relativa periferização económica, mas, em contrapartida, valorizam o seu passado histórico. É uma identidade que tem referências com um marcado pendor historicista, por a grandeza nacional estar situada no passado.

⁸ Não nos deteremos na história desta área científica, já bem estudada por vários autores. Vejam-se, a título de exemplo, os trabalhos de Carlos Fabião (1997 e 1999), que fazem o balanço do último século da Arqueologia em Portugal.

⁹ Ver o estudo de Flávio Ribeiro (2007), onde conclui que um método de ensino que inclua a utilização de fontes arqueológicas facilita a aprendizagem histórica dos alunos.

transmitida por outras formas de divulgação como a televisão ou o cinema; portanto a mudança exigida está, essencialmente, ao nível dos recursos didáticos¹⁰.

E porque o passado não se conhece diretamente, mas por intermédio de sinais que se analisam com o recurso a metodologia concreta e discursos rigorosos e coerentes, o contacto com a ruína ou com o objeto permite ao aluno, ele próprio, reconstruir esse processo, verificando que a História é “criação”¹¹ e não “invenção” ou “ficção”, como muitas vezes se divulga entre os alunos, professores e profissionais de outras áreas científicas. A presença da fonte permite validar a informação histórica. Daí termos optado também por versar, em particular, o património epigráfico, que nos permitiu fazer uma abordagem inédita à história da Epigrafia. O material epigráfico, deveras importante no estudo da ocupação romana, é muitas vezes desprezado enquanto património cultural: é hora de demonstrar a sua real importância enquanto fonte de memória, sinal de enraizamento e potencial recurso didático.

Esta é uma área que abrange grande multiplicidade de temas, que permite integrar o jovem no mundo pela compreensão das heranças comuns dentro das diversidades culturais. Interessa-nos, aqui, a ação da escola na construção de uma consciência histórica, muitas vezes imaginária ou mítica, como veremos em relação aos Lusitanos, mas interessa-nos mais o contributo da História na educação para a cidadania baseada num exercício de reflexão gradualmente objetivo e crítico sobre as ações e interesses dos diversos agentes históricos¹².

Não nos vamos, no entanto, deter apenas no papel do património arqueológico na Escola, mas iremos mais além, a outro campo importante de socialização, que são os “media”. Não podemos desprezar o papel destes, pois é um problema que, como chamava a atenção José Augusto Seabra há quase trinta anos (*Os Direitos do Homem, Uma Educação Cívica e*

¹⁰ No estudo já citado sobre consciência histórica dos jovens europeus, verifica-se que os estudantes portugueses são os que mais agrado manifestam pelos “museus e lugares históricos” como instrumento favorito de aprendizagem em História. No entanto, a prática pedagógica das aulas de História, segundo os alunos da maior parte dos países inquiridos, incluindo Portugal, concentra-se nos tradicionais “livros e fichas escolares” que não reúnem especial agrado dos estudantes nem portugueses nem europeus (cf. Pais 1999: 33-47).

¹¹ Deve ter-se sempre presente que o discurso, mesmo científico, acerca do passado, não é a sua imagem fiel. É, sim, o discurso pessoal do investigador sobre o passado deduzido a partir de vestígios concretos (cf. Mattoso 1997: cap. I e Cardim 1998).

¹² Tenha-se em atenção que, nas décadas de 60 e 70, a investigação em educação foi fortemente influenciada pela teoria piagetiana, o que se refletiu na discussão sobre o lugar da História no currículo. Considerou-se que, como a História aborda problemas abstratos e distantes no tempo, somente no período operacional formal seriam as crianças capazes de compreender os conceitos históricos. Ou seja, a compreensão da História aconteceria apenas na idade cronológica de 16 anos e numa idade mental entre os 16,5 e os 18,2 anos. Esta perspetiva em muito prejudicou o ensino da História, fazendo com que esta fosse retirada do currículo nos primeiros anos de escolaridade em países como Portugal.

A investigação atual tem acentuado que os alunos são capazes de argumentar em torno da natureza da História sem relevância do fator idade (cf. Barca 2000: cap. 1; Barca e Gago 2000 e Pinto 2007).

Moral para o Nosso Tempo? 1989: 63), urge “que se considere que os jornais, a rádio, a televisão prolonguem a Educação Cívica que deve existir na família e na Escola. De contrário, podem estar a destruir gravemente aquilo que foi adquirido”. Desta sorte, através de uma pesquisa nos jornais locais, de Condeixa e de Penela, pretendemos ver o eco da imprensa regional relativo à presença local de património arqueológico¹³. Seleccionámos para tal os espaços arqueológicos do Rabaçal e de *Conimbriga*: dois sítios já conhecidos, o segundo mais que o primeiro, mas que efeitos produziu ao longo do tempo nas populações locais? Procurámos analisar o papel destes dois sítios musealizados na divulgação patrimonial. Na base estão as atuais perspetivas museológicas que entendem que um museu é, além de um repositório de materiais de valor patrimonial a conservar, um espaço de lazer e de comunicação com os que o frequentam, onde se transmitem e adquirem conhecimentos diversificados. Parece ser também consensual a importância do museu como recurso educativo (cf. Filipe 1999). Verifica-se que o público privilegiado nesta relação é a comunidade escolar, legitimada até pelo facto de o Currículo Nacional do Ensino Básico incluir “o contacto/estudo direto com o património histórico-cultural nacional e regional/local” como parte essencial da educação para a cidadania. Verifica-se, no entanto, que, em 2005 (cf. Santos e Oleiro), apenas 48% dos museus nacionais possuíam serviço educativo, o que mostra bem a situação precária desta vertente museológica. A análise da relação da comunidade escolar com estes sítios fez-se através da solicitação de composições aos alunos dos 5º, 7º e 9º anos de escolaridade em que se abordasse a temática do património e dos casos específicos de *Conimbriga* e do Rabaçal. Mais uma vez, determinámos como espaço a inquirir os agrupamentos escolares dos concelhos de Condeixa e Rabaçal, e uma escola de Coimbra. Em primeiro lugar, recolhemos dados sociográficos relativos aos estudantes inquiridos e a algumas condições objetivas de socialização como o tipo de escola (pública ou privada) e os capitais culturais familiares. A composição foi realizada durante a aula de História, mediante autorização dos órgãos diretivos e respetivos docentes.

Centrámos o nosso estudo na disciplina de História¹⁴, nos 4º, 5º e 7º anos de escolaridade, tendo em conta o programa da área de Estudo do Meio, no 1º. Ciclo, de História

¹³ Destaca-se o papel informativo e formativo que a imprensa regional deve ter (cf. Sequeira 1989; Encarnação 2001), assumindo uma tarefa importante no que diz respeito à sensibilização das populações para a defesa do nosso património histórico.

¹⁴ A História foi a disciplina em que a mudança associada à Democracia foi mais evidente. Era uma disciplina fortemente marcada pela ideologia do Estado Novo e sistematicamente utilizada como fonte de doutrinação. Com a Democracia, a História assumiu o seu papel formativo que se baseia, essencialmente, num exercício de

e Geografia de Portugal, no 2º. Ciclo, e de História, no 3º. Ciclo. Justifica-se esta opção com o facto de termos delimitado como temática o património arqueológico romano, que coincide com conteúdos lecionados nestes anos de escolaridade. Estabelecemos a definição territorial de estudo com base no concelho: perante a dificuldade de seleção da mesma, optou-se pela divisão administrativa.

Tendo em conta que os manuais escolares, embora não sendo os únicos recursos, têm um papel central nas aulas de História, a informação histórica neles contida, até porque “oficial”, é determinante na visão que os alunos têm dos factos. Os manuais são a “autoridade” do conhecimento para os alunos: cabe aos professores mostrar que a História se vai reconstruindo e interpretando à luz de novas fontes e de acordo com os valores vigentes.

Fizemos, assim, a análise de conteúdo dos capítulos relativos ao período romano, a cinco manuais escolares do 4º (Estudo do Meio), nove manuais do 5º (História e Geografia de Portugal) e nove manuais do 7º (História) anos de escolaridade. Não abordámos o Ensino Secundário, uma vez que a História é disciplina obrigatória apenas até ao 9º ano de escolaridade. Este poderá ser o último ciclo da vida escolar do indivíduo em que tem contacto direto com a aprendizagem da História, situação que faz aumentar a responsabilidade dos docentes de História do Ensino Básico. A análise dos manuais será feita do ponto de vista científico e do aproveitamento e sugestões em termos de património arqueológico. O critério para a seleção dos manuais foi uma consulta ao mercado a nível nacional, que nos indicou que esses manuais estão entre os mais adotados nas escolas portuguesas.

Face aos desafios que o processo de globalização em curso põe, procuraremos apresentar, ao nível da Arqueologia, um contributo para as mudanças qualitativas, dando resposta aos imperativos de integração mundial e às necessidades específicas das comunidades locais com uma herança própria, que lhes permita construir a sua identidade. Afinal, criar entre o Homem e aquilo que o rodeia novas relações que sejam fontes de educação.

Assim, a nossa investigação comporta três capítulos.

reflexão gradualmente objetivo e crítico sobre diferentes ações, razões, motivos e interesses dos diversos agentes históricos (cf. Barca e Gago 2001: 243).

A responsabilidade do professor de História assume-se como relevante. Ele detém uma ação determinante na construção da consciência histórica dos futuros cidadãos: deverá levá-los a perceber que fizeram parte da História e a podem influenciar. De há muito que se chama a atenção para o papel formativo da História, nomeadamente da História Local, sem, no entanto, vermos alterações significativas, não se conseguindo formar cidadãos sensíveis à degradação patrimonial (cf. Felgueiras 1988; Pacheco 1988; Guimarães 1990; Queirós 1990 e Castro 2007).

No primeiro, cotejamos os conceitos de património e cidadania.

No segundo, abordamos a Escola como promotora de cidadania. Considerámos para tal, uma análise da História no currículo do Ensino Básico; de seguida, apresentamos uma reflexão sobre a Educação para a Cidadania num mundo globalizado; e, por fim, as potencialidades do património arqueológico como recurso didático, em particular o epigráfico, e o seu uso nos manuais escolares.

No capítulo três, “Ruínas arqueológicas e Cidadania”, recorrendo ao exemplo das ruínas de *Conimbriga* e do Rabaçal, procurámos inferir do contributo destas para a construção da cidadania. Recorremos, por um lado, à análise da imprensa local e regional e, por outro, procurando aferir do conhecimento das ruínas na Escola, a composições elaboradas por alunos dos 5º, 7º e 9º anos de escolaridade.

Seguem-se as Considerações Finais, a bibliografia (que proporcionou a orientação necessária à investigação e ajudou a definir a problemática) e os anexos: primeiro, o rol das notícias encontradas na imprensa local e regional referentes às ruínas de *Conimbriga* e do Rabaçal e, depois, as estampas¹⁵ identificadas ao longo do trabalho.

¹⁵ A numeração destas corresponde à do texto. Nas ilustrações relativas às notícias, apresenta-se legenda com indicação do jornal e data da notícia sempre que no texto esta identificação não se faça.

CAPÍTULO I: CONCEITOS

1.1. PATRIMÓNIO

O nosso povo porém desaprendeu de ver a obra artística do seu passado, e nem sequer levanta os olhos para os seus mais comunicativos monumentos, que ninguém lhe explica, que ninguém o ensina a compreender e a amar.

Ramalho Ortigão (1916: 168-169)

O conceito de património é polissémico. Na aceção comum, pode designar conjunto de bens familiares ou riqueza; na aceção que nos interessa designa o bem ou conjunto de bens culturais, tangíveis e intangíveis, de importância reconhecida num determinado lugar, região, país ou mesmo para a humanidade, que passa por um processo de arrolamento para que sejam protegidos e preservados. É nosso objeto de estudo o património arqueológico, ou seja, “todos os vestígios, bens e outros indícios da evolução do planeta, da vida e dos seres humanos: a) cuja preservação e estudo permitem traçar a história da vida e da humanidade e a sua relação com o ambiente; b) cuja principal fonte de informação seja constituída por escavações, prospeções, descobertas ou outros métodos de pesquisa relacionados com o ser humano e o ambiente que o rodeia” (*Lei de Bases do Património Cultural*: art.º 74, n.ºs 1 e 2).

Sobre este assunto existe uma extensa literatura¹⁶, pelo que nos propomos apresentar apenas uma pequena revisão da mesma. Sabemos que o conceito de património se tem vindo a alargar¹⁷, interessando-nos aqui essencialmente o património arqueológico como uma herança colectiva do passado, lugares de memória, que nos transmitem mensagens culturais através dos objectos ou ruínas. Mensagens que promovem a construção de uma identidade, de forma que essa memória procure “salvar o passado para servir o presente e o futuro”, contribuindo para a “liberdade e não para a servidão dos homens” (Goff 1984: 47). Toda a sociedade precisa de ter uma ideia sobre si mesma, consubstanciada em símbolos, monumentos, santuários, festas e celebrações. E essa ideia só pode existir se construída em relação aos outros.

¹⁶ Cf. Choay 1992; Guillaume 1980; Ballart Hernández e Juan i Tresseras 2001: cap. 1 e 2;

¹⁷ Efetivamente, noção de património tem vindo a ampliar-se, contemplando os vários domínios da ação do Homem, de tal forma que já se inventaram novos vocábulos a este respeito: *patrimoniomania* e *patrimonialização* (cf. Mendes 2000 e 2009).

Segundo Jorge Custódio (1993: 34), a consciência da presença de um património cultural e da necessidade da sua salvaguarda constituiu-se, em Portugal, apenas durante o século XIX, inserido no movimento de afirmação da sociedade liberal e romântica. É, sem dúvida, a Alexandre Herculano que se deve o pioneirismo da intervenção pública na valorização do património cultural português. No entanto, vem de longe o interesse pelo património, nomeadamente clássico. Cite-se, a título de exemplo, o caso respeitante à ponte romana de Alcântara (cit. por Soromenho e Silva 1993: 26): encontrando-se as tropas de Castela, durante um dos episódios da guerra com os Reis Católicos, em 1475, a destruir a ponte, a fim de evitarem a passagem dos exércitos de D. Afonso V, o rei pediu que se suspendesse a demolição “porque no queria el reino de Castilla com aquel edificio menos”.

A ação dos humanistas, que irão lançar um olhar atento sobre os principais monumentos das cidades, irá contribuir para a valorização do património clássico. Em Portugal destaca-se André de Resende e as obras que dedicou à sua cidade natal, Évora, em que procurou afirmar a superioridade da cidade pela importância do seu passado histórico, da sua antiguidade (ou seja, da sua ascendência romana) não hesitando mesmo em falsificar documentos (cf. Encarnação 1998: 29-56; 2002; 2006: 193-195; 2006a; 2009a).

Mais tarde, um alvará de D. João V, assinado em 1721, atribuía à Academia Real da História o exame dos “monumentos antigos que havia e se podiam descobrir no reino dos tempos em que n’elle dominaram os Phenices, Gregos, Persas, Romanos, Godos e Arábios”, sendo que o conceito de monumento incluía, além dos edifícios, “estatuas, marmores, cippos, laminas, chapas, medalhas, moedas e outros artefactos” (Soromenho e Silva 1993: 28). Extinta por volta de 1760, a Academia Real da História não pôde continuar a recolha de antiguidades arqueológicas. No alvará de 1802 esta função é atribuída ao “Bibliotecário Maior da Real Biblioteca de Lisboa”, a quem competia a correspondência com as câmaras de modo a zelar pelos monumentos e, a estas, a responsabilidade de comunicarem os achados encontrados nas suas jurisdições administrativas. Por portaria de 24 de Outubro de 1880, do Ministro das Obras Públicas, foi solicitado à Real Associação dos Arquitetos Civis e Arqueólogos Portugueses a indicação de edifícios que pudessem ser classificados pelo Governo como monumentos nacionais. Posteriormente, a República faz surgir um conjunto de legislação que regulamenta a propriedade, administração, conservação e restauro. O período do Estado Novo constitui um recuo em relação à herança anterior, assumindo essencialmente as grandes criações da Nação. Esta atitude só começa a alterar-se na década de 50 e, em

particular, com a participação de sete técnicos portugueses na redação final da Carta de Veneza, em 1964. Culmina na publicação da Lei nº 107/2001, de 8 de setembro (*Lei de Bases do Património Cultural*), que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural, estabelecendo no Artigo 2.º, nº 1, que “integram o património cultural todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objeto de especial proteção e valorização”, ou seja, os bens materiais e “aqueles bens imateriais que constituam parcelas estruturantes da identidade e da memória coletiva portuguesas” (Art. 2.º, nº 4).

Se a Revolução Francesa irá promover uma consciência coletiva do património enquanto bem comum aglutinante de toda a nação, é no século XX que lhe é dada forma legal. Na atualidade, pesem embora as instituições criadas para o efeito e a responsabilidade do governo do país (*Lei de Bases do Património Cultural*: art.º 3.º), é aos políticos locais e aos habitantes do sítio que se deve a responsabilização do património, até porque qualidade de vida é também a articulação entre os Homens e o seu referencial histórico-artístico. Este dever de vigilância é definido por um instrumento jurídico internacional, a *Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural*, adotado pela Conferência Geral da UNESCO em 1972, tendo entrado em vigor em 1975. De reter igualmente a *Convenção-Quadro do Conselho da Europa sobre Património Cultural*, assinada em Faro a 27 de Outubro de 2005 e já ratificada por Portugal (Resolução da Assembleia da República nº 47/2008, de 12 de setembro¹⁸). O carácter inédito deste documento revela-se no apelo à preservação da diversidade cultural do património comum europeu como facto de coesão e não de fragmentação. É relevante a análise feita por Guilherme d’Oliveira Martins (2009: 23) que, a este propósito, procura explicar a finalidade com que procedemos à preservação patrimonial “longe de uma perspectiva de antiquário ou de bric-à-brac, mas dando um valor social e histórico aos bens do Património material e imaterial”.

Independentemente da interpretação que lhe atribuamos, o importante é que, como referem Josep Ballart Hernández e Jordi Juan i Tresseras (2001: 17), “o património histórico é um bem não renovável, pois quando uma estação arqueológica se perde não pode ser substituída por outra que se salve. Nenhum património é substituível por outro de características similares”.

¹⁸ Publicada no Diário da República nº 11 177, série I.

Quanto ao uso do património, nomeadamente enquanto factor de desenvolvimento, sabemos que passa essencialmente pelo turismo cultural. Em particular porque, num momento em que o discurso economicista impera, o turismo fomenta um retorno económico-financeiro visível, seja na venda de produtos ou na criação de emprego, enquanto que o retorno das atividades culturais tem a ver com melhor qualidade de vida para os seus fruidores (cf. Mendes 2009; Sigala e Leslie 2005; Gonçalves 2010; Carbone Dez 2010-Fev 2011).

A verdade, porém, é que o património alimenta o turismo, o qual, tendo perdido o seu carácter elitista, se converteu numa atividade praticada pela maioria da população, surgindo, por isso, uma “indústria do turismo”. O valor do património cultural adquire, assim, uma nova valência: a económica. Aquilo a que se chama a “turistização do património” (cf. Crespi Vallbona e Planells Costa 2003: 7-21). Daí que seja natural vermos a generalidade das sociedades a defenderem a proteção, conservação e divulgação do seu património, pois é este o seu principal cartão de identidade num mundo globalizado. Obviamente este processo tem aspetos positivos, como a recuperação e conservação de bens expostos ao abandono ou a revitalização de lugares de outra forma esquecidos. Temos, porém, de ter presente o risco, para que já alertava Françoise Choay (1992, p. 185-198), que os centros e bairros antigos correm com os excessos de consumo patrimonial: mais do que turismo cultural, o que se tem afirmado é turismo com componente cultural.

O património cultural “resume-se”, enfim, aos vestígios materiais e imateriais da forma de vida de uma sociedade. Cada identidade cultural configura um corpo de valores e normas que se materializam no seu património. As diferentes gerações vão construindo essa identidade, seleccionando ou eliminando elementos patrimoniais. Daniel Fabre (2000) chama-lhes mesmo “construções sociais”, pois os monumentos são sempre o resultado de escolha e como tal impostos, tendo sido usados para “domesticar a História”.

1.2. CIDADANIA

A educação para a cidadania faz referência à educação que recebem os jovens no âmbito escolar, cujo fim é garantir que se convertam em cidadãos ativos e responsáveis, capazes de contribuir para o desenvolvimento e bem-estar da sociedade em que vivem.

EURYDICE (2005: 10)

O conceito de cidadania encontra as suas raízes na Antiguidade Clássica, entre as ideias morais e políticas de Gregos e Romanos.

Começa por traduzir um conceito grego: o “político”, habitante da *polis*. Este poderia ser qualquer adulto livre, homem, detentor de direitos e deveres, o maior deles: o direito e dever de participação política no governo da *polis*.

Em Roma, os valores que os Romanos consideravam mais caracteristicamente seus eram a *fides* e a *pietas*. A primeira é um “juramento que compromete ambas as partes na observância de um pacto bem firme”. A segunda define-se como “um sentimento de obrigação para com aqueles a quem o homem está ligado por natureza (pais, filhos, parentes). Associada está a *gloria*: o reconhecimento público das qualidades do cidadão (pelos seus atos e grandes serviços para com a *res publica*). A *honor* expressa-se na progressiva ascensão dos cidadãos aos cargos principais da urbe (*cursus honorum*). É, portanto, exterior ao indivíduo; enquanto *virtus* é interior a quem a possui, tal como a *sapientia*. Próximo está o conceito de *dignitas*, ligada ao exercício de cargos importantes na *res publica*, com uma autoridade honesta que merece honrarias e respeito. Por fim, a *libertas*, que é um direito pessoal não inato no homem mas adquirido como *civis* (cidadão) (cf. Pereira1984: 319-428). Aquele que respondia a todas estas características era mais que um cidadão: era um “bom cidadão”.

Os Romanos tinham como suporte fundamental e modelo do seu viver comum a tradição, no sentido de observância dos costumes dos antepassados, o *mos maiorum* (Pereira 1984: 345). Esta prática dos costumes ancestrais já não é prática corrente na atualidade; no entanto, continuamos a associar o conceito de cidadania ao respeito de um conjunto de valores

que se vão transmitindo de geração em geração. Cabe então perguntar o que é hoje em dia um “cidadão” e, mais, um “bom cidadão”.

A definição atual de “cidadão” tem as suas origens no século XVIII com a Revolução Francesa, afirmando-se no XIX com a emergência do Estado-Nação. O século XX, palco de duas guerras mundiais e de ditaduras que em nada dignificaram o ser humano, traz o triunfo da Democracia, pelo menos nas sociedades ocidentais, e, com ela, a institucionalização dos Direitos Humanos. Mas é também o século do desenvolvimento vertiginoso da Ciência e da Técnica: nos últimos tempos assistiu-se ao nascimento de uma geração precocemente competente no que respeita à utilização das novas tecnologias da informação. Esta realidade tem efeitos no que respeita aos modos de apreensão, compreensão e representação da realidade, alterando os códigos de referência de cada indivíduo e gerando aquilo a que comumente chamamos “uma crise generalizada de valores”. Talvez fosse mais correto afirmar uma crise não “de valores” mas “nos valores”. É aqui que a Educação assume o lugar mais precioso das sociedades, não como normalizadora de vontades, mas como motor de progresso individual e coletivo, ao apetrechar os indivíduos com os instrumentos necessários à prática da cidadania. E esses instrumentos passam basicamente por uma formação sólida, não medíocre, que dê ao indivíduo a “consciência do bem”. Ou seja, entendemos hoje que o cidadão tem de ter uma atitude básica de ligação ao mundo: alguém capaz de interagir com o mundo, motivado para contribuir para a qualidade de vida, sua e dos outros, promovendo os valores da liberdade, solidariedade, justiça e tolerância. Importa, porém, salientar que estes valores se ensinam, acima de tudo, através do exemplo.

Ser cidadão não implica, apenas, ter um conjunto de direitos e deveres: implica saber escolher! Vemos, por exemplo, no nosso país, que grande parte da população, nomeadamente jovem, faz escolhas políticas sem compreender minimamente os projetos políticos e ideológicos das forças em disputa. Não há espírito crítico sem informação, sem aprendizagem de conteúdos. Significa isto que a Educação falhou: a sociedade em geral e a escola em particular. Desejamos uma “sociedade educativa” e uma escola que transmita o gosto e o prazer de aprender (cf. Delors 1996: 17-18) de forma a que aprendamos a viver juntos, percebendo e assumindo a importância dos aspetos éticos na tomada de decisões. Então, cidadania implica também identidade cultural e consciência histórica, que permita a participação ativa na construção da Democracia.

Pegando na pergunta inicial – o que é então um “bom cidadão” – respondemos com base nos números 4 e 5 do artigo 2.º do capítulo I da *Lei de Bases do Sistema Educativo Português*: deverá ser livre, responsável, autónomo e solidário, valorizando a dimensão humana do trabalho; deverá ainda possuir espírito democrático e pluralista, respeitador dos outros e das suas ideias, aberto ao diálogo e à livre troca de opiniões, capaz de julgar com espírito crítico e criativo o meio social em que se integra e de se empenhar na sua transformação progressiva.

CAPÍTULO II: A ESCOLA E A PROMOÇÃO DA CIDADANIA

2.1. A História no currículo do Ensino Básico

Ninguém se iluda: a imagem que temos dos outros povos, ou de nós próprios, está associada à História que nos contaram quando éramos pequenos. Ela marca-nos para o resto da vida.

Marc Ferro (1981: 268)

Saber História implica conhecer factos, o domínio de conceitos e noções e a aplicação de certas técnicas e métodos de pensamento. Mas é também um saber útil que oferece conceitos, noções e métodos de pensamento importantes para a compreensão do presente, da realidade que nos rodeia, contribuindo para o desenvolvimento de atitudes e valores que conduzam a uma integração e intervenção democráticas na sociedade. Daí que, na lecionação da História, deva estar sempre subjacente o estabelecimento de relações entre o passado e o presente, de forma a combater a hegemonia da cultura de massas e a promover comportamentos menos alienantes face às situações de mudança ou crise que nos afetam. Desenvolver a “Cidadania” na verdadeira aceção da palavra implica capacidade crítica e de reflexão, nomeadamente conhecimento crítico do passado. Só assim poderemos ser verdadeiros cidadãos do presente.

Nos objetivos gerais estabelecidos do 1º ao 3º Ciclos do Ensino Básico, no âmbito do Estudo do Meio e da História, está presente a valorização da identidade e das raízes (*Organização Curricular e Programas. Ensino Básico – 1.º Ciclo. Estudo do Meio* 2004: 103; *Organização Curricular e Programas. Ensino Básico – 3.º Ciclo. Volume I. História* 1991: 127), assim como o reconhecimento e valorização do património histórico e cultural e o desenvolvimento do respeito por outros povos e culturas, rejeitando qualquer tipo de discriminação (*Organização Curricular e Programas. Ensino Básico – 1.º Ciclo. Estudo do Meio* 2004: 104; *Organização Curricular e Programas. Ensino Básico – 2.º Ciclo. Volume I. História e Geografia de Portugal* 1999: 83; *Organização Curricular e Programas. Ensino Básico – 3.º Ciclo. Volume I. História* 1991: 127). Para consecução destes objetivos os programas de História do Ensino Básico procuram apetrechar os alunos com “instrumentos que lhes permitam construir uma perspetiva global da evolução da humanidade, nas suas grandes fases de desenvolvimento” e, por outro lado, proporcionar a “compreensão da

realidade mais próxima em que se inserem e em que serão chamados a atuar: a europeia e nacional” (*Organização Curricular e Programas. Ensino Básico – 3.º Ciclo. Volume I. História* 1991: 123).

No entanto, o programa organiza-se com saltos cronológicos, meros episódios, donde resulta, no ensino, um panorama desolador. No 1º Ciclo do Ensino Básico cada docente dá o que entende sobre a História de Portugal; no 2º Ciclo, as crianças estudam, em dois anos, da Pré-História à atualidade, centrando o estudo na História de Portugal; no 3º Ciclo, os alunos reiniciam o estudo da História nas “Sociedades Recoletoras” e terminam, três anos depois, no estudo da “Época Contemporânea”. Concedeu-se, assim, um destaque significativo à História Contemporânea, ao estudo da qual se dedica todo o 9º ano (cf. Félix 1998).

Já em 1996 (p. 27), Luís Alves questionava por que motivo não se começa no 5º ano com uma evolução cronológica que terminaria no final da escolaridade obrigatória, no 9º ano, com a contemporaneidade histórica. Situação que exigiria, naturalmente, a adaptação de conteúdos à faixa etária dos alunos do 5º e 6º anos. Esta opção teria, porém, o inconveniente de condicionar a lecionação de alguns temas devido exatamente à idade dos alunos. E, depois, coloca-se ainda a questão de que escala da História abordar: local, regional, nacional ou mundial? Neste sentido, as opções são sempre discutíveis, pois ensinar tudo revela-se empresa impossível¹⁹.

Acresce ainda o facto de, no Secundário, só os alunos que optam pelo curso de Línguas e Humanidades é que têm a disciplina de História, como obrigatória, do 10º ao 12º anos, ou os alunos de Artes Visuais²⁰ e de Ciências Socioeconómicas, como opção, no 10º e 11º anos. Ou seja, os restantes alunos estão autorizados a permanecer ignorantes em relação a quem são – o que, aliás, se reflete na pobreza cívica, de cidadania, que caracteriza a maioria de nós.

Além disso, mesmo no Ensino Básico, a História está claramente desvalorizada nos currículos nacionais. Além de, no 2º Ciclo, ter de partilhar conteúdos com a Geografia, corresponde ao grupo 200 de lecionação, para o qual possuem habilitação os docentes com formação em História, Português ou Filosofia! Acresce ainda que, em 1998, foi retirado tempo à disciplina na totalidade do 3º Ciclo; em 2012, a carga letiva foi novamente aumentada, no entanto, continua abaixo do inicialmente estabelecido: na maior parte das

¹⁹ Isabel Barca (2007) já chamou a atenção para essa discussão, salientando a impossibilidade de consenso absoluto na adoção de um modelo.

²⁰ Sendo que, neste caso, é a disciplina de História e Cultura das Artes.

escolas, a opção foi diminuir a carga letiva no 7º ano (que dispõe atualmente de 90 minutos semanais). No 3º Ciclo, o programa, em vigor desde 1991, foi pensado para uma realidade em que à disciplina de História estavam atribuídos três tempos semanais de cinquenta minutos no 7º, no 8º e no 9º anos. A própria formação universitária que habilita à docência de História no 3º Ciclo e Ensino secundário é comum à dos professores de Geografia, desvalorizando claramente as especificidades de cada uma das disciplinas.

Por estes motivos, nos interessa, em particular, uma abordagem à História no Ensino Básico, que definimos como alvo do nosso estudo.

No que concerne aos conteúdos, no 1º Ciclo a História insere-se na área de Estudo do Meio, para a qual concorrem conceitos e métodos de várias disciplinas científicas para além da História, como a Geografia, as Ciências Naturais e a Etnografia. No programa do 1º Ciclo (*Organização Curricular e Programas. Ensino Básico – 1.º Ciclo. Estudo do Meio* 2004: 101), refere-se que o meio local deverá ser “o objeto privilegiado de uma primeira aprendizagem metódica e sistemática da criança, já que, nestas idades, o pensamento está voltado para a aprendizagem concreta”. Na realidade, a estrutura do programa é aberta e flexível, pelo que os professores o podem recriar, de modo a atender aos diversificados pontos de partida e ritmos de aprendizagem dos alunos, aos seus interesses e necessidades e às características do meio local. Assim, podem alterar a ordem dos conteúdos, variar o seu grau de aprofundamento ou mesmo acrescentar outros. Desta forma, no 1º Ciclo do Ensino Básico, como já afirmámos, cada docente dá o que entende sobre História. No entanto, pelo menos a valorização do meio local deveria ser comum a todos, situação que não se verifica.

Neste âmbito, estabelece-se neste Ciclo como objetivo “desenvolver e estruturar noções de espaço e de tempo e identificar alguns elementos relativos à História e à Geografia de Portugal” (*Organização Curricular e Programas. Ensino Básico – 1.º Ciclo. Estudo do Meio* 2004: 103). O programa de Estudo do Meio apresenta-se organizado em blocos de conteúdos, sendo que o estudo da História se centra no 4º ano, no “Bloco 2 – À Descoberta dos Outros e das Instituições”, “ponto 1 – O passado do meio local” e “2 – O passado nacional”.

No 2º Ciclo é suposto que os alunos ampliem os conhecimentos e competências adquiridas, no 1º Ciclo, na área de Estudo do Meio, e lhes seja proporcionado o tratamento de noções cujo estudo será retomado e aprofundado no 3º Ciclo nas disciplinas de História e de Geografia. O programa encontra-se organizado em três grandes temas: “A Península Ibérica –

Lugar de passagem e de Fixação, Portugal no Passado e Portugal Hoje”. O estudo do período romano enquadra-se no primeiro tema, que procura desenvolver a compreensão de como os “recursos naturais da Península a tornaram atrativa, como lugar de fixação, a comunidades e povos anteriores à formação de Portugal” (*Organização Curricular e Programas. Ensino Básico – 2.º Ciclo. Volume I. História e Geografia de Portugal* 1999: 77-78). Corresponde ao tema “Os Romanos na Península Ibérica – Resistência e Romanização”, estabelecendo-se como subtítulos: “A conquista romana e a resistência dos povos ibéricos” e “A Península Ibérica romanizada”. O tema é lecionado no 5º ano, prevendo-se uma carga anual de 75 horas (*Programa de História e Geografia de Portugal. Plano de Organização do Ensino-Aprendizagem* 1991: 10), sugerem-se para este tema 3 aulas (que não correspondem a 3 horas, considerando a organização dos tempos letivos atuais em 90, 45 ou 50 minutos): significa abordar este tema em uma semana, finda a qual não voltarão a ouvir falar deste período senão passados dois anos, no 7º ano. Ainda no que concerne ao programa, indica-se que se selecionem episódios de resistência aos Romanos que realcem a ação dos indivíduos e/ou grupos e se limite o estudo da romanização a uma simples identificação de testemunhos histórico-culturais (cf. *Programa de História e Geografia de Portugal. Plano de Organização do Ensino-Aprendizagem* 1991: 13-14). Orientação corroborada nas Metas²¹ (*Metas Curriculares. 2.º Ciclo do Ensino Básico. História e Geografia de Portugal* 2013: 6), em particular nas que prevêm a identificação de “vestígios materiais da presença romana no território peninsular, salientando a utilidade e a durabilidade das construções”, a referência aos “Lusitanos como exemplo de resistência ao domínio romano” e a caracterização económica, social e política dos Lusitanos “por oposição aos Romanos”. Daí a valorização dada nos manuais escolares, nomeadamente no 5º ano, à questão dos “Lusitanos” e do seu líder Viriato, como veremos adiante, ao tratar o uso do património arqueológico nos manuais. Ou seja, pretende-se apenas que os alunos reconheçam mudanças operadas na Península Ibérica com a romanização, apesar da longa resistência dos “Lusitanos”, através do reconhecimento de vestígios deixados por este povo.

Tal como no 1º Ciclo, entre as orientações metodológicas, preconiza-se a utilização do “meio como recurso didático preferencial, considerando que a aprendizagem deve ser

²¹ As metas apresentam-se como referências fundamentais para o desenvolvimento do Ensino, definindo os conhecimentos a adquirir e as capacidades a desenvolver pelos alunos nos diferentes anos de escolaridade (Despacho 5306/2012, de 18 de abril).

significativa para os interesses e experiências dos alunos” (*Organização Curricular e Programas. Ensino Básico – 2.º Ciclo. Volume I. História e Geografia de Portugal* 1999: 93).

Já no 7º ano, de entre as finalidades do ensino da História estabelecidas para o 3º Ciclo do Ensino Básico, destacamos duas: “contribuir para a compreensão da pluralidade de modos de vida, sensibilidades e valores em diferentes tempos e espaços” e “promover a formação da consciência cívica numa perspetiva que corresponda ao desenvolvimento de atitudes de tolerância e de respeito pelos valores democráticos e se traduza numa intervenção responsável na vida coletiva” (*Organização Curricular e Programas. Ensino Básico – 3.º Ciclo. Volume I. História* 1991: 125). Neste ano se estuda “A Herança do Mediterrâneo Antigo”, primeiro “Os Gregos no Século V a. C.: o exemplo de Atenas” e, depois, “O Mundo Romano no Apogeu do Império: o Mediterrâneo romano nos séculos I e II; sociedade e poder imperial; a civilização romana”. Prevêm-se 18 aulas, 9 para cada subtema, o que se revela claramente insuficiente.

Estabelece-se como orientação metodológica, tal como nos ciclos anteriores, “partir da análise dos factos concretos insertos nas fontes documentais para desenvolver gradualmente o domínio de conceitos e de generalizações, privilegiando o meio (paisagem, comunidade social, património cultural) como recurso didático, em ordem a contribuir para a compreensão da realidade local e regional” (*Organização Curricular e Programas. Ensino Básico – 3.º Ciclo. Volume I. História* 1991: 141). Aspectos aos quais o património arqueológico responde na perfeição.

Ao sublinharem-se algumas orientações normativas que devem presidir à aplicação das técnicas e processos didáticos mais comumente utilizados na prática da disciplina de História, refere-se, em primeiro lugar, a análise de documentação escrita e iconográfica, considerando-se que “constitui para qualquer tema a base material indispensável a partir da qual se desenvolve o espírito de pesquisa, se exerce o sentido crítico, se apura a sensibilidade estética, se constrói o conhecimento”. Acrescenta-se ainda que a “abordagem dos documentos (que, no caso dos documentos escritos, serão, como é óbvio, textos convenientemente adaptados) deverá contemplar a interpretação do seu sentido global, a partir da identificação do autor, da data e dos elementos essenciais de informação (factos, personagens, locais...)” (*Organização Curricular e Programas. Ensino Básico – 3.º Ciclo. Volume I. História* 1991: 142). Ora, a inscrição latina, enquanto recurso didático, poderá responder a tudo isto, como se desenvolverá adiante.

No programa do 7º ano sugere-se, entre as aprendizagens relevantes, que os alunos “reconheçam os contributos da civilização romana para o mundo contemporâneo (*Programa de História. Plano de Organização do Ensino-Aprendizagem* 1999: 22). Efetivamente, a História constitui um dos fundamentos mais importantes da memória coletiva, mas a criação de uma consciência de identidade histórica implica não só a aprendizagem, mas a compreensão dos factos para que se possam inferir das relações com esse passado longínquo. Situação cada vez mais difícil de operacionalizar numa escola em que o docente está algemado a metas de sucesso que pouco espaço deixam para outras considerações que não o cumprimento básico dos temas definidos no programa, a fim de que alunos, muitos quase analfabetos, concluam a escolaridade básica. Situação que se reflete no nível de iliteracia que caracteriza o nosso país.

2.2. Educação para a cidadania *versus* globalização

Época paradoxal e contraditória a nossa. É a época da comunicação universal e instantânea e, no entanto, um dos seus maiores flagelos é o da solidão povoada, do isolamento, do silêncio e da compreensão que atinge indivíduos e grupos: etários, sociais, geográficos, étnicos. É a época da informação permanente e, contudo, é, tantas vezes, a do desconhecimento mútuo, da superficialidade nas relações humanas, da falta de responsabilidade social. É uma época de globalização e, todavia, de distância indiferente perante catástrofes, dramas, crimes, guerras, genocídios.

Jorge Sampaio (prefácio a Henriques *et alii* 1999: 4)

É consensual que a sociedade contemporânea está marcada pelo fenómeno multidimensional que é a globalização²², ou melhor, nas palavras de Boaventura de Sousa Santos (cf. Santos 2001: cap. I), “localismos globalizados” e “globalismos localizados”. Os primeiros significam que determinados aspetos locais passam a ter aplicação generalizada, na economia, política ou cultura mundial. Os segundos traduzem a aplicação local de determinadas práticas transnacionais implicando reajustamentos adaptativos. Daí dever falar-se em “globalizações” e não em globalização.

É neste contexto que, na sociedade atual, a promoção da cidadania surge como fundamental para a construção de uma cultura cívica e a educação escolar assume, aqui, papel preponderante (cf. Menezes, Xavier e Cibele 1997). Quão longe estamos da tradição humanista que concebe a educação sob a forma de “paideia”, na qual todos os seres humanos, graças à educação, se tornam um Homem ideal e universal!... (cf. Yerodia 1981).

No nosso país, o momento de mudança ocorre com a Revolução de Abril, no contexto de uma democracia nascente e participativa. De acordo com Almerindo Janela Afonso (2009: 14), a partir desta data a Educação passa a ser um pilar central na construção de direitos e a ser vista, ela própria, como um direito. No entanto, parece predominar um processo de consolidação da “escola de massas”, marcado por políticas educativas e práticas docentes que tendem a subestimar o conteúdo social e cultural da escolarização, privilegiando

²² Fenómeno que se intensifica na segunda metade do século XX, mas que vem de há muito e para o qual Portugal deu um contributo significativo nos séculos XV e XVI com a Expansão Marítima e consequente processo de colonização, no qual a educação do “selvagem” teve um papel preponderante.

o trabalho livresco, académico e focalizado na transmissão oral, centrando-se nos professores enquanto transmissores funcionalizados de saberes prescritos²³. E, afinal, comunicar, que significa partilhar, implica não somente um emissor ativo e um recetor passivo, mas exige a participação ativa dos interessados no processo, provocando uma dinâmica interativa (cf. Ramos 2001). Efetivamente, a cultura da passividade parece vingar no nosso país, e isso é bem visível no facto de, por vezes, vezes de mais (diríamos!), se verificar que mesmo os “bons alunos podem terminar a escola com elevadas classificações, mas com uma razoável indiferença sobre o que se passa no mundo, sem se encontrarem preparados para participar num debate ou gerir um projeto de intervenção” (Bettencourt, Campos e Fragateiro 1999: 24).

No fundo, afirmou-se em Portugal a produção de planos de ensino inteiramente acabados: “Recorrendo à engenharia pedagógica, fabrica-se toda a espécie de material pedagógico, o livro do professor, cadernos temáticos, fichas para professores e para alunos, etc., pertinentes às várias unidades de ensino e/ou didáticas que são supostas oferecer no prosseguimento das rubricas dos programas. Trata-se de sequências pedagógicas cuidadosamente ordenadas, que podem ser editadas, comercializadas porque standardizáveis” (Boal, Hespanha e Neves 1996: 29). Assentou-se a educação na aprendizagem constituída, quando, na verdade, é cada vez mais premente a necessidade de uma educação ordenada para a aprendizagem constituinte que nos remete para o ensino do processo de aprender, para o desenvolvimento da capacidade de construir conhecimento (cf. Patrício 1989: 235).

Neste quadro, a finalidade que a si mesmo estabelece o Sistema Educativo Português é o “desenvolvimento global da personalidade” (artº 1º, 2) na tríplice dimensão da formação para o trabalho, para a cidadania e para os valores. Ou seja, a escola “deve capacitar para a resolução dos problemas da vida, não bastando para tal a aquisição dos saberes proporcionados pelas disciplinas tradicionais” (Campos 1991: 7). Preocupação comum à escala mundial e agravada pela possibilidade de autodestruição pela guerra. É o retomar das preocupações clássicas de Sócrates e de Platão de uma educação para a paz e justiça: “De novo, como na Grécia clássica, começa a ser pacífica a ideia de que as pessoas são moralmente educáveis e que a educação pode promover cidadãos melhores e pessoas preocupadas com a Justiça e o Bem” (Marques 1991: 20; cf. Beltrão e Nascimento 2000).

De algum modo, a Revolução Francesa e a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, identificando a soberania popular com a universalidade dos cidadãos e a fundação

²³ Posicionando-se, assim, na situação de escola-enclave, por oposição a escola-charneira que é aquela que vai ao

do Estado-Nação, continuam a fundamentar o conceito e a compreensão do exercício da cidadania, ligado aos direitos individuais, cívicos, políticos, sociais e económicos (cf. Patrocínio 2002: 79)²⁴. No entanto, o conceito de cidadania ligado ao de Estado-Nação tem de mudar, pois está desarticulado da realidade atual de multiculturalidade que exige a compreensão da existência de diversas pertenças que permitem construir uma identidade mais ampla do que aquela que normalmente temos (cf. Bartolomé Pina 2000).

A nossa *Lei de Bases do Sistema Educativo* atribui a esta perspetiva uma dimensão relevante. Senão vejamos: no artº 2º (Sobre princípios gerais), três dos cinco princípios enunciados referem-se à educação para os valores, acentuando valores como a tolerância e a solidariedade; o artº 3º (Sobre princípios organizativos) em cinco dos onze princípios faz referência à identidade nacional, exercício da cidadania, prática da democracia; no artº 47º (Sobre desenvolvimento curricular), três dos sete princípios dirigem-se à promoção da educação moral e cívica (cf. Félix 1995).

Para a concretização desta dimensão é necessário transformar a Escola num recurso educativo relevante e útil para todos os membros das comunidades que serve em particular, e para o desenvolvimento coletivo destas. É necessário transformar o aluno em produtor de formação, articulando situações de aprendizagem com situações reais (Antunes 1995: 198-199), pondo fim a um processo estático de aprendizagem e estimulando práticas educativas que permitam a sua intervenção ativa²⁵.

Efetivamente, na sociedade atual, dita da informação, a educação ganha cada vez maior importância²⁶. E, neste sentido, a Escola tem um papel relevante, mas não a Escola que reduza “as relações interpessoais a ligações entre os profissionais diplomados e os seus clientes” (Illich 1973: 33), mas uma Escola que permita ao aluno “ter acesso aos utensílios e

encontro da realidade local, estabelecendo pontes entre “o de dentro” e o “de fora” (cf. Azevedo 1995: 81-93).

²⁴ A este respeito vejam-se as obras de Dominique Schnapper (1994), em especial o capítulo III, onde apresenta um quadro evolutivo sobre a ideia de cidadania desde a *polis* grega ao século XX, e de Luísa Beltrão e Helena Nascimento (2000) onde as autoras, para tratarem a questão do desafio da cidadania na Escola, fazem igualmente uma apresentação histórica do conceito de cidadão.

²⁵ O professor é, aqui, um elemento-chave, porque um ensino de qualidade só pode ser fruto de um bom trabalho docente: é o garante do êxito das políticas educativas pelas suas práticas, pela forma mais ou menos participativa como organiza o processo de ensino/aprendizagem. Sobre o papel e formação dos professores, veja-se a obra de Manuel Ferreira Patrício (1989) e a conhecida, longínqua e atual, obra de Maria Emília Brederode Santos (1985), onde a autora aborda a questão de que ser bom professor não é uma questão de jeito, mas de formação (ideia ainda tão atual, apesar da proliferação de cursos vocacionados para o ensino).

²⁶ Nas palavras de Francis Fukuyama (1992: 132), “é razoavelmente claro que a educação, se não é uma pré-condição absolutamente necessária, é pelo menos um auxiliar altamente desejável para a democracia. É difícil imaginar uma democracia funcionando sobre rodas numa sociedade maioritariamente analfabeta, em que as

aos encontros que lhe são necessários para aprender a realizar as próprias escolhas” (id.: 34). Sublinhamos “os encontros” que a Escola deve patrocinar aos mais diversos níveis, de modo a permitir o conhecimento e a compreensão do mundo, desenvolvendo assim, nas palavras de Guilherme d’Oliveira Martins (1998: 4), “uma dimensão ligada ao transmitir de experiências e ao suscitar de capacidades”, que permitam a participação ativa do cidadão na vida em comunidade. Estamos assim confrontados, como chama a atenção de novo Guilherme d’Oliveira Martins (id.: 5), com a ligação íntima entre saber e responsabilidade, que atribui às Ciências Sociais papel relevante na promoção do respeito mútuo e da compreensão da ética social humanista. Enfim, mostrar às crianças e jovens que fazer perguntas e ter dúvidas é tão importante quanto dar respostas e ter certezas (cf. Lourenço 2000: 577).

Com efeito, é o próprio Ministério que o refere, ao afirmar como objetivos do Ensino Básico, “educar, integrar, formar para a cidadania” (cf. *Educação, Integração, Cidadania. Documento orientador das políticas para o ensino básico* 1998). A formação para a cidadania deveria aprender-se em cada instante da vida escolar, pois “não basta aprender, é necessário compreender e saber usar o que se aprende” (*Educação, Integração, Cidadania. Documento orientador das políticas para o ensino básico* 1998: 6), reforçando a sua integração e a sua autonomia. Esta preocupação surge associada ao desenvolvimento da Escola Pública, promotora da educação como fator de progresso e melhoria social (Bento 2001: 132). O universalismo da humanidade e a diversidade de pertenças obriga a um melhor conhecimento mútuo, na defesa do multiculturalismo. Se a mundialização ganha cada vez maior importância, a verdade é que, simultaneamente, as identidades nacionais e infranacionais são chamadas a novas funções de integração, de coesão social e de combate às diversas formas de exclusão económica, social e cultural (cf. Martins 1998: 5). A sociedade democrática moderna define-se, ou deveria definir-se, pela inclusão de todos os cidadãos.

Divulga-se, assim, a educação para a cidadania. Procurámos, numa atitude socrática, saber primeiro o que era a cidadania. Muito se tem discorrido sobre o assunto, sendo a educação para a cidadania²⁷ uma referência omnipresente no discurso atual dos responsáveis

peças nunca conseguem retirar dividendos da informação sobre as escolhas à sua disposição” o que não quer dizer “que a educação gera necessariamente a adesão a estas normas democráticas”.

²⁷ Numa conceção abrangente, a educação para a cidadania sempre esteve presente na Escola, pois esta forma para a inserção na sociedade (cf. Casulo 1988 – é exposta a evolução das leis de base da Educação Nacional desde 1923 até ao presente, incidindo no estudo das finalidades educativas fixadas por estes textos legais). Afinal, Educação para a Cidadania é uma área temática que “atravessa” todas as unidades curriculares e não uma disciplina, pois não se resume a um conjunto de conceitos abstratos, mas à vida. Na Escola a Educação para a Cidadania “deve ser assumida como tema organizador de todo o currículo e uma tarefa que deve animar a Escola

pelo setor educativo em Portugal e nos restantes países da União Europeia. É consensual, como refere Maria Adelaide Gregório Pires (2001: 180), a ideia de formar o indivíduo, para que ele seja um elemento pensante e uma base de sustentação do Estado, isto é, capaz de participar e de ser responsável na vida política e/ou em sociedade²⁸. Aliás, o termo cidadão, como étimo latino, traduz um conceito grego “político”: na Grécia era político qualquer adulto homem, livre, habitante da pólis, detentor de direitos e deveres, participante nas atividades públicas. O conceito de cidadania que desenvolvemos neste trabalho assenta na ideia-chave de construção de sentido para a vivência pessoal em sociedade, geradora de um sentido de pertença e de participação.

A cidadania só pode resultar de compromissos históricos que cada sociedade estabelece em normas de direito público, envolvendo todos os aspetos da ação humana que se cruzam na existência em sociedade (Pires 2001: 182). É um conceito que pretende promover “pessoas que compreendam a realidade movente que as envolve, mas que possuam a capacidade, as capacidades diversas, de participar ativamente e durante toda a vida de maior qualidade humana, de maior justiça, de maior solidariedade favorecendo a coesão social” (*Educação, Interculturalidade e Cidadania* 2000: 20-21), o que implica o desenvolvimento de sentimentos de pertença a vários níveis. Não é, por isso, um estatuto, mas um processo de construção: “Só tem sentido enquanto prática social, processo ideológico e construção histórica” (Bento 2001: 131).

A noção de cidadania ganha forma na sua relação com a educação e exige a relação da escola com a comunidade, ou seja, o contexto social envolvente e condicionante da vida dos estudantes, a referência cultural e identitária dos alunos. Afinal, o contexto social local é uma parte constitutiva da memória. Memória da própria paisagem, produto da história local, retendo-se dessa memória o que se revela pertinente na atualidade (cf. Sobral 1995: 297-299).

como projecto transeducativo, passando pois pelo currículo e pelos métodos de ensino” (Bento 2001: 132). No entanto, foi assumindo, ao longo do tempo as mais variadas formas e denominações enquanto área curricular explícita, que já foi do carácter, educação moral e cívica, educação para a democracia, educação para os valores, desenvolvimento pessoal e social (cf. Figueiredo e Silva 2000 e Bento 2001 – os autores abordam a Educação para a Cidadania numa perspetiva diacrónica, percorrendo as múltiplas formas e denominações que assumiu nos diversos sistemas educativos desde os inícios do século XX até às reformas dos anos 90; Menezes 1995 – documento elaborado com o objetivo de analisar o papel da educação escolar na capacitação dos jovens para o exercício da cidadania através da avaliação do currículo enunciado, implementado e conseguido, remetendo para mais bibliografia sobre o tema). O projeto da Área-Escola, entretanto abolido, foi também relevante a este nível, baseando-se em objetivos de desenvolvimento pessoal e social e não puramente de aquisição de saberes (cf. Campos 1991: 40).

²⁸ A este respeito veja-se o artigo de Orlando Lourenço (2000), que procura argumentar que, sem a educação para a justiça, a educação para a cidadania deixa de fazer muito sentido.

No entanto, hoje a Educação para a Cidadania já não se confina ao espaço nacional, não nos podemos esquecer que a União Europeia colocou em presença diversas realidades culturais. Vinte e oito²⁹ países que não possuem a mesma língua, as mesmas tradições, a mesma história, impõem o desafio que é aprender a conciliar as diferenças como uma forma de cidadania transnacional, como lhe chamou Maria Eduarda Gonçalves (Santos 2001: 343)³⁰. E quanto mais precocemente estas atitudes de “solidariedade ativa forem adquiridas, mais facilmente se evitará a assimilação de estereótipos e de atitudes que, frequentemente, surgem associadas a fenómenos como o racismo e a xenofobia” (Leite e Rodrigues 2001 p. 23). Por outro lado, no quadro do processo de globalização, os grupos e regiões sentem, cada vez mais, esta perda de identidade, reduzindo a cultura regional ao papel de “pitoresco” (cf. *Educação, Interculturalidade e Cidadania* 2000: 65). O grande desafio europeu é, afinal, o reforço da unidade da matriz, sem destruir as diversidades nacionais e internacionais. A cidadania é também um sentimento de pertença, baseado na lealdade a uma civilização que é propriedade comum, por um lado, e, por outro, que permita que cada um se encontre a si mesmo em qualquer recanto do mundo onde habite. Como sugere Orlando Lourenço (2000: 578), uma forma competente de educar os alunos para a cidadania é ajudá-los a ver que cada um de nós é, em muitos aspetos, igual a todos os outros – sentido de universalismo; semelhante a muitos outros – sentido de pertença e de comunidade; e diferente de todos os demais em questões do foro íntimo – sentido de individualidade. A formação para a cidadania é, nas palavras de Maria José Miranda (*Educação, Competitividade e Cidadania* 2001: 21), não só uma opção, é a única opção em termos de sobrevivência – dos valores, da cultura, do ambiente.

O conceito de cidadania associado à nação começou a perder significado num momento em que, por um lado, vivemos a plena integração na União Europeia e, por outro, recebemos população essencialmente do Leste Europeu e dos países de língua oficial portuguesa³¹. É, por isso, importante contemplar todos os registos da vida humana em comunidade, desde os espaços em que se desenrola a vida familiar e local, até aos grandes espaços públicos nacionais e internacionais (cf. Pires 2001: 184). Vivemos numa Europa

²⁹ Com a adesão da Croácia, em 1 de julho de 2013.

³⁰ É, afinal, admitirmos « avec Piaget, qu’identité et altérité constituent les deux faces d’une seule et même problématique, il s’ensuit que l’éducation à la citoyenneté, donc le but est d’apprendre aux membres d’une communauté nationale à vivre ensemble, doit être complétée par une éducation à l’intercultural et à l’international visant la compréhension de l’autre » (Xypas 2001: 288).

³¹ Sobre este tema, ver Souta 1991 e Souta 1997 (com indicação de abundante bibliografia e informações sobre associações multiculturais nacionais e internacionais) e Cortesão 1991 (onde a autora faz uma “chamada de atenção para a problemática da educação multicultural/intercultural na realidade portuguesa”).

marcada por um mosaico de identidades, apesar das raízes comuns, mas não nos podemos anular; pelo contrário, “a dimensão europeia da educação exige antes do mais um melhor conhecimento do que somos e da nossa especificidade, para que melhor possamos comunicar a nossa singularidade aos outros” (Martins 1992: 58).

A educação para a cidadania pode ser implementada de vários modos, através de projetos específicos e/ou interdisciplinares com maior ênfase nas disciplinas de caráter social, valorizando o relativismo cultural. Este “sugere que as características de uma cultura devem ser apreciadas de acordo com pontos de vista e critérios inerentes à própria cultura e não com base em critérios valorativos e inerentes a outra(s) cultura(s)” (Cardoso 1998: 23). O património arqueológico permite verificar que cada cultura tem características próprias resultantes de diferentes percursos históricos, atenuando a perspetiva etnocêntrica e as imagens estereotipadas que tendem a emergir, em particular nos mais jovens (e que depois permanecem ao longo da vida).

2.3. O património arqueológico como recurso didático

Se eu for algum dia a Roma, hei de entrar na Cidade Eterna com o meu Tito Lívio e o meu Tácito nas algibeiras do meu paletó de viagem. Ali, sentado naquelas ruínas imortais, sei que hei de entender melhor a sua história; que o texto dos grandes escritores se me há de ilustrar com os monumentos de arte que os viram escrever, e que uns recordam, outros presenciaram os feitos memoráveis, o progresso e a decadência daquela civilização pasmosa.

Almeida Garret (ed. 1996: 133).

É do conhecimento comum como o envolvimento dos alunos ao mundo próximo, ao concreto, permite criar situações que favorecem a aprendizagem. E o património é criação humana antes de ser objeto, o que o torna um recurso de utilização viável em diferentes áreas do saber. Por outro lado, a ruína tem o fascínio de nos sobreviver, dá-nos a dimensão tangível do passado. O património arqueológico pelas suas características aproxima o aluno ao passado dadas as semelhanças de muitos objetos com a atualidade.

Já em 1987, Luís Reis Torgal considerava que os programas do Ensino Básico e Secundário não se deveriam limitar a “vagas considerações sobre a necessidade de integração dos alunos no espaço em que vivem, mas que sensibilizem os professores e os estudantes para o conhecimento da sua realidade local e regional e que criem condições práticas para que o contacto com tal realidade seja possível e, por assim dizer, imperativo” (p. 862).

As ações com o património permitem aos alunos, por um lado, adquirir conhecimentos diferentes dos que são transmitidos nas aulas, por outro, integrar os conteúdos escolares, baseados na participação ativa onde cada um pode dar o seu contributo para um projeto comum. Este contacto não substitui a escola, mas enriquece o seu trabalho (cf. Faublée 1992). Os alunos apropriam-se do passado, aprendem a dar sentido ao património, ao compreenderem o seu lugar na História e ao descobrirem a finalidade que ele pode ter tido no passado. Além disso, o uso do património pela Escola, como lembrou Guy Astoul (2003: 9), vem combater as desigualdades, ao permitir a cada aluno, e não somente àqueles que podem ser iniciados pela família, a capacidade de melhor conhecer a riqueza material e imaterial do seu passado.

O uso social do património cultural vai ganhando relevância, nomeadamente através dos museus³². Em 1984, a “Declaração de Quebec” reafirma a importância social do museu (ICOM – Conselho Internacional de Museus, *Declaração de Quebec: princípios de base de uma Nova Museologia 1984*). Neste documento se apresenta o conceito de “Museologia Ativa”, que envolve as comunidades nos projetos futuros dos museus com o objetivo principal de contribuir para um sentido de orgulho local e contribuir para a manutenção das identidades locais. Em Portugal, o conceito de museu, de acordo com a *Lei-Quadro dos Museus Portugueses*, diz que um museu é “uma instituição de carácter permanente, com ou sem personalidade jurídica, sem fins lucrativos, dotada de uma estrutura organizacional que lhe permite: a) garantir um destino unitário a um conjunto de bens culturais e valorizá-los através da investigação, incorporação, inventário, documentação, conservação, interpretação, exposição e divulgação com objetos científicos, educativos e lúdicos; b) Facultar acesso regular ao público e fomentar a democratização da cultura, a promoção da pessoa e o desenvolvimento da sociedade”³³. No entanto, a explosão museológica não foi acompanhada por serviços educativos de qualidade. Esta explosão está mais relacionada com o turismo que com a busca da identidade. Efetivamente, a relação do museu com a escola continua a ser, na maioria dos espaços museológicos, da responsabilidade de funcionários não credenciados para o efeito, onde a dedicação e a boa-vontade já não são suficientes.

Por outro lado, a maioria dos museus não tem procurado integrar a sociedade civil no seu projeto, apesar de muitos assumirem designações de “museu de sociedade” ou “museu de vizinhança”. E, no que respeita ao público escolar, a manutenção de um rol infindável de proibições como “não tocar”, “não falar alto”, “não tirar fotografias”..., inibe claramente a fruição do espaço pelos mais novos. Situação que, em alguns casos, se tem procurado ultrapassar com a dinamização de ateliês.

As possibilidades didáticas do património arqueológico, já o dissemos, são imensas, pela atratividade que o sentido da descoberta exerce sobre as crianças. Dentro deste património, o epigráfico tem potencialidades maiores, porque testemunho da importância da escrita, como registo de memória, para as gentes de outros tempos. No entanto, não tem tido

³² Sobre a evolução histórica do papel educativo dos museus, veja-se Maria Madalena Gagean Formigal Cardoso da Costa (1996) e Josep Ballart Hernández e Jordi Juan i Tresseras (2001: cap. 3).

³³ Definição que vai ao encontro da adaptada pelo ICOM na 21ª Conferência Geral em Viena de Áustria, em 2007: “uma instituição permanente não lucrativa ao serviço do desenvolvimento da sociedade e aberta ao público, a qual adquire, conserva, investiga, comunica e expõe, para fins de estudo, educação e entretenimento, a herança material e imaterial do homem e do seu ambiente”.

por parte dos docentes do Ensino Básico e Secundário grande receptividade, o que se explica facilmente pelo facto de a epígrafe, e em particular a latina, exigir conhecimentos específicos que poucos dominam. Caberia então ao especialista, eventualmente através de ações de formação creditadas para os docentes ou através dos manuais, reproduzir alguns exemplares com as devidas orientações de exploração. Introduzir esta fonte histórica, enquanto recurso didático, nos programas das unidades curriculares de Didática da História, nos cursos de formação de professores, seria igualmente profícuo.

Ensinar aos alunos e proporcionar-lhes a experiência de análise deste tipo de fontes, como parte da investigação histórica e, simultaneamente, da aprendizagem histórica, não é tarefa fácil, mas possível com o suporte informativo adequado. A nossa experiência na docência, resultante de duas décadas de Ensino, diz-nos que fazer estas pedras “falar” a um grupo de crianças e jovens é verdadeiramente fascinante.

É, pois, à epígrafe latina, enquanto recurso didático na aula de Estudo do Meio, História e Geografia de Portugal ou História, que nos dedicaremos de seguida. Em primeiro lugar, apresentamos as valências passíveis de estudo com crianças do Ensino Básico, em particular dos 4º, 5º e 7º anos de escolaridade. A seguir, damos alguns exemplos concretos de abordagem. No ponto seguinte, faremos a análise do uso deste tipo de património nos manuais escolares destes anos letivos.

2.3.1. Património epigráfico

A epígrafe é o suporte físico da recordação, a epígrafe impõe a memória. São mensagens visuais, muitas vezes contidas no próprio ambiente urbano contemporâneo, carregadas de informação. Senão vejamos a toponímia, as placas comemorativas, as placas indicativas de “Aqui viveu...”. A epígrafe veicula uma mensagem sintética em que “para além do que está explícito, interessa muito o que se mantém implícito” (Encarnação 2003: 100), podendo essa análise ser feita em contexto de sala de aula. Permite, então, fazer com os alunos a distinção entre a natureza intencional e a não intencional de uma fonte: o que é que esta fonte nos quer dizer? E o que é que esta fonte nos pode dizer, sem que jamais tenha tido a intenção de fazê-lo? Desta forma, poderão os alunos chegar a informações de que jamais imaginaram sequer aproximar-se. Em primeiro lugar, a epígrafe permite ainda ao aluno entrar em contacto com a língua latina, hoje praticamente ausente dos programas escolares. Depois, as inscrições abarcam todos os domínios do social: manifestações religiosas, relações familiares, elites sociais, os grafitos... E não é só o texto, mas a forma dos monumentos e a sua decoração que podem ser estudados. Pois que ao epigrafista se pede não apenas que saiba decifrar o texto duma inscrição, mas também que faça uma “cuidadosa análise do suporte” e ainda “o estudo de cada palavra e a integração do monumento no contexto espacial e cronológico” em que foi pensado (Encarnação 2011a: 185).

A epígrafe, como todo o património arqueológico, permite-nos chegar ao homem comum, nomeadamente através das inscrições funerárias e votivas. Podemos, assim, construir uma imagem do passado dessas comunidades: não o passado, mas uma imagem, desmistificando que o arqueólogo trabalha com os mortos, pois são esses materiais que permitem compreender a vida presente.

Por outro lado, levará os alunos a olhar para um mundo presente em todos os tempos e espaços, mas que se procura repudiar: os cemitérios³⁴. Os epitáfios, hoje, como ontem, dão-nos informações preciosas sobre as atitudes do Homem perante a morte, pois no epitáfio não consta apenas a identificação do defunto, mas também a do(s) dedicante(s) que trataram de tornar eterna a memória do defunto.

³⁴ Veja-se, aliás, como alguns cemitérios se tornaram atrações turísticas: por exemplo, os mortos ilustres que possui o cemitério do Père-Lachaise, em Paris, como Jim Morrison, faz dele passagem obrigatória a quem visita a capital francesa.

É possível igualmente estudar exemplos de aculturação com processos semelhantes aos atuais. Por exemplo: quando se trata de passar a escrito um nome indígena de que o Romano nunca ouviu falar ou, pelo contrário, uma expressão latina recentemente aprendida, como atualmente o nome de um aluno com origem no Leste europeu, entretanto a residir em Portugal. Até porque a adoção de modos de vida faz-se mais rapidamente que a correta expressão falada e escrita³⁵.

Em sala de aula, com crianças entre os nove e os treze anos, é então viável utilizar inscrições na lecionação do conteúdo da Romanização.

O estudo da onomástica permite ao aluno verificar que, como agora, o nome romano tem uma regra: atualmente temos o nome próprio e os de família, assim era com os Romanos. Agora, como dantes, a escolha dos nomes próprios pode ser influência de modas, consoante o estrato social: nomes como Francisca ou Jacinta, desprezados há uns anos entre as elites, porque populares, são agora uma escolha “socialmente bem”. Tal como agora se a determinadas elites correspondem nomes em que os apelidos se multiplicam, outros se identificam de forma bem mais singela.

O nome romano tem uma regra: geralmente três. O primeiro, geralmente, em sigla, é o *praenomen*, com mero valor de sintoma de época; o segundo, o *nomen*, é o nome de família e o terceiro é o nome próprio de cada indivíduo, deveras interessante porque se atribui de acordo com modas, etnia, características físicas ou mentais do indivíduo ou ainda a origem geográfica. A forma de identificação permite então explicar, ou melhor, detetar a condição social do indivíduo: por exemplo, um antigo escravo, um indígena ou um cidadão romano de pleno direito.

Entre os Romanos, tão viva era a certeza da morte como a crença na sobrevivência do Homem na sepultura, daí a presença, geralmente em sigla, da fórmula *Sit Tibi Terra Levis* (“Que a Terra Te Seja Leve”), a lembrar permanentemente que o defunto ali está neste desejo que os vivos lhe vão transmitindo. Outras fórmulas comuns, geralmente também em siglas, nos epitáfios ou nas inscrições, que poderão facilmente ser contextualizadas a alunos destes níveis etários, são: *Hic Situs Est* (“Aqui jaz”), *Faciendum Curavit* (“Mandou fazer”), *De Suo Dono Dedit* (“Ofereceu a expensas suas”) e ainda *Animo Libens Votum Solvit* (“Cumpriu o Voto de Livre Vontade”).

³⁵ Questão para a qual José d’Encarnação já chamou a atenção várias vezes, devido às variantes gráficas de um antropónimo ou teónimo. Veja-se, a título de exemplo, Encarnação 2005.

A própria utilização de siglas e abreviaturas aguça a curiosidade da descoberta, em particular das crianças e jovens. A explicação de que, tal como hoje, o uso de siglas significa que se conhece o seu significado estimulará os alunos a tentar decifrar esses códigos. O uso dos nexos, também hoje comum, será de fácil entendimento pelos alunos: por necessidade de enquadramento do texto no espaço disponível ou sintoma de moda.

A tipologia do monumento, as suas dimensões e o material de que é feito permitem inferências económicas e sociais. Por exemplo, entre os monumentos funerários, a estela é eminentemente rural e a ara ou a placa são características de contexto predominantemente urbano. O material do monumento pode também ser alvo de análise: o material usado era geralmente característico da região, portanto uma inscrição numa pedra exógena pode significar poder económico.

A decoração poderá, igualmente, ser objeto de informação: desde a que dá a ideia de permanente decoração floral no monumento funerário à que pode ter simbologia local pré-romana.

Vejam os alguns exemplos concretos, tendo presente que não é nosso objetivo discutir reconstituições e traduções ou inferir da importância dos textos epigráficos na investigação relativa à presença romana no nosso território, mas tão só selecionar um conjunto de epígrafes passíveis de serem exploradas pelos alunos. O campo de possibilidades é vasto, pelo que optámos por exemplos acessíveis, sem conceitos não suscetíveis de serem estudados nos anos letivos já identificados, por um lado, e, por outro, que oferecessem vários ângulos de descoberta aos alunos. Por isso considerámos, essencialmente, inscrições funerárias e votivas achadas no território atualmente português.

Sugerimos, assim, um conjunto de inscrições que poderiam ser reproduzidas nos manuais com a informação básica de exploração.

Começamos por uma árula de mármore branco (IRCP nº 385), proveniente de Évora e atualmente no Museu de Évora (cf. Estampa I, 1):

D(is) · M(anibus) · S(acrum) · / IVL(ia) / NORBĀNA / EMER(itensis) · AN(norum)
/ ⁵ XXXV (triginta quinque) · H(ic) · S(ita) / E(st) S(it) T(ibi) T(erra) L(evis) · FVN/DĀNVS
· VXO(ri) / P(ientissimae vel piissimae) · F(aciendum) · C(uravit) ·

ou seja,

“Consagrado aos deuses Manes. Aqui jaz Júlia Norbana, natural de Emerita, de 35 anos. Que a terra te seja leve. Fundano mandou fazer (este monumento) à esposa modelo de piedade”.

Sendo uma inscrição funerária, dever-se-ia começar por explicar o sentido da consagração aos deuses Manes: a entrega do local a estas divindades, que o protegeriam de eventuais profanações. Em termos onomásticos, poder-se-ia explicar que a identificação feminina à maneira romana não incluía *praenomen*. De evidenciar também a indicação da *origo*, que permite discutir movimentos populacionais e, neste caso concreto, nos diz que “Júlia Norbana” não foi sepultada no local de naturalidade³⁶.

Por outro lado, a possibilidade de incursão na vida privada: são os parentes próximos, neste caso o marido, que garantem a homenagem à defunta. Homenagem esta que não dispensa o elogio “modelo de piedade” que, sincero ou estereotipado, apaziguava o defunto, evitando que este interferisse no mundo dos vivos, dada a crença dos Romanos na vida após a morte. Daí também o voto, no presente e em sigla, de que a “terra te seja leve”, relembrando a sua presença num diálogo constante com os transeuntes.

A forma do monumento é vestígio da aculturação romana entre os indígenas da Península, tal como a sua decoração. A ara ostenta em relevo, do lado esquerdo, um jarro com pé e, do lado direito, a pátera com *umbo* saliente: objetos imprescindíveis nas abluções rituais, perpetuando o ato purificativo do defunto.

Se colocarmos a inscrição anterior em comparação com a seguinte (Ferreira 2004 n.º 216), proveniente da freguesia de Parada (Almeida, Guarda), as crianças apercebem-se de imediato da diferença de estrato e contexto social (cf. Estampa I, 2):

TALABVS / CAENONI (*sic*) / F(*ilius*) · HIC · STIT/VS (*sic*) · EST

ou seja,

“Aqui jaz Talabo, filho de Cenão”.

A identificação com um só nome e filiação, ambos antropónimos indígenas, revela, portanto, tratar-se de um indígena. É, por outro lado, um epitáfio muito simples gravado sobre uma placa de granito, que revela ainda uma incipiente aculturação, visível na indicação da fórmula *Hic Situs Est* por extenso e na incorreta grafia de *Stitus* em vez de *Situs*, bem como, provavelmente, *Caenoni* em vez de *Caenonis*: eventuais erros de oralidade, reproduzidos pelo lapicida.

Interessante também o contacto com inscrições onde as formas de saudação oral são utilizadas nos epitáfios, mantendo o diálogo entre mortos e vivos, como o exemplo (Ferreira 2004 n° 58) que se segue, de Idanha-a-Velha (cf. Estampa I, 3):

CEIONIVS RVFINI F(*ilius*) / AN(*norum*) XXV (*quinque et viginti*) H(*ic*) S(*itus*) ·
E(*st*) · S(*it*) · T(*ibi*) · T(*erra*) · L(*evis*) / TV · QVI · LEGIS · AVE · QVI / PERLEGISTI ·
VALE

ou seja,

“Aqui jaz Ceiónio, filho de Rufino, de 25 anos. Que a terra te seja leve. Olá, tu que lês! Já leste, passa bem!”

No epitáfio deste indígena consta uma saudação: o defunto, depois de saudar o transeunte, despede-se dos que leram, com nova saudação³⁷. Mais uma indicação da crença dos romanos na vida na sepultura.

Exemplos de inscrições funerárias que motivariam as crianças são também as que permitem exatamente a incursão na intimidade do passado, dos indivíduos que viveram de forma semelhante à nossa. Vejamos o texto de duas ámulas funerárias (cf. Estampa II, 4 e II, 5): o de uma escrava (IRCP n° 42), proveniente da Quinta de Marim (Olhão) e o de uma criança (IRCP n° 68), proveniente de Lagos.

O primeiro:

D(*is*) (*hedera*) M(*anibus*) (*hedera*) S(*acrum*) / CALEMERA (*hedera*) / VIX(*it*)
(*hedera*) ANN(*is*) (*hedera*) XXVIII (*novem et viginti*) / MENS(*ibus*) (*hedera*) VIII (*novem*)
(*hedera*) D(*iebus*) (*hedera*) X (*decem*) / ⁵ H(*ic*) (*hedera*) S(*ita*) (*hedera*) E(*st*) (*hedera*) S(*it*)
(*hedera*) T(*ibi*) (*hedera*) T(*erra*) (*hedera*) L(*evis*) (*hedera*)

ou seja,

“Consagrado aos deuses Manes. Aqui jaz Calemera. Viveu 29 anos, 9 meses e 10 dias. Que a terra te seja leve”.

E o segundo:

DIS (*hedera*) MAN(*ibus*) / LVPA · AN(*norum*) / II (*duorum*) · M(*ensium*) · X
(*decem*) · D(*ierum*) · XV (*quindecim*)

ou seja,

“Aos deuses Manes. Lupa, de 2 anos, 10 meses e 15 dias”.

³⁶ Cf. a este propósito, Encarnação 2004, que trata do carácter excepcional que revestia a indicação da *origo* nos epitáfios ao tempo dos Romanos.

³⁷ Já noutro momento me referi a estes epitáfios romanos com saudações (cf. Ferreira 1996).

Em ambos, a destacar a ternura e o pesar: a indicação exata da idade da morte a marcar o tempo exato de convívio até à perda do ente querido. Em ambos os casos, a ausência de dedicante: se, no segundo, facilmente se adivinha que seriam os pais, desgostosos de tão precoce perda, no primeiro poder-se-ia, juntamente com os alunos, discutir as várias possibilidades. Seria necessário explicar que a identificação com um único nome, o *cognomen* “Calemera”, cuja origem etimológica é grega, denota a condição de escrava da defunta. Quem seria então o dedicante? De certeza alguém com quem mantinha relação muito próxima, provavelmente amorosa, mas que, dada a condição servil, não podia ser legalmente assumida.

Epitáfio simples (cf. Estampa II, 6) é igualmente o de uma placa de granito (Ferreira 2004 n° 218) proveniente de Casal-Vasco (Fornos de Algodres):

LOBAENVVS · / MANI (*filius*) · ANNO(*rum*) / VII (*septem*) · PATER · F(*ilio*) ·
F(*aciendum*) C(*uravit*)

ou seja,

“Lobeno, de Mano, de 7 anos. O pai mandou fazer”.

Este epitáfio permite abordar questões já referidas anteriormente como a origem indígena do defunto pela identificação apenas com cognome e patronímico, ambos aparentemente de origem indígena, a indicação exata da idade da morte (e não arredondada por lustros, como era comum) a marcar a dor da perda, a presença de fórmula final em sigla e ainda a questão da indicação da filiação subentendida: como atualmente ainda acontece, em particular no mundo rural, a identificação do “João da Celeste” é suficiente para se saber de quem se trata, seja a mãe ou a mulher³⁸.

O epitáfio seguinte (Ferreira 2004 n° 84), um bloco de granito achado em Idanha-a-Velha, poderia ser objeto de estudo para provar a mobilidade social no mundo romano (cf. Estampa III, 7):

MARCĪA PAVLLINAE LIB(*erta*) / CELERINA AN(*orum*) XVI (*sedecim*) /
MARCĪA PAVLLINAE LIB(*erta*) / VERECVNDĀ AN(*orum*) XXXII (*triginta duorum*) /⁵
TANGINA PAVLLI LIB(*erta*) / H(*ic*) S(*iti*) S(*unt*) S(*it*) V(*obis*) T(*erra*) L(*evis*)

ou seja,

“Aqui jazem Márcia Celerina, liberta de Paulina, de 16 anos; Márcia Verecunda, liberta de Paulina, de 32 anos. Tangina, liberta de Paulo. Que a terra vos seja leve.”

³⁸ Questão a que José d’Encarnação já se referiu por diversas vezes (cf. por exemplo, Encarnação 2000: 97-98).

O texto confirma os mecanismos de ascensão social, também na Lusitânia, através da libertação: três mulheres escravas que se tornam livres através da manumissão. Também a possibilidade de abordagem ao papel social desempenhado pela mulher: aqui Paulina, a patrona com provável relevo social na região. Tratar-se-ia, com certeza, de Márcia Paulina, uma vez que é esse o gentílico das duas libertas: terão adquirido este *nomen* da sua patrona. Possível ainda fazer os alunos pensar no motivo para um epítáfio comum: o que as uniria para além da antiga vida de escravidão? Seriam irmãs, teriam morrido em circunstâncias semelhantes? E que relação teriam com “Tangina”, a provável dedicante, já que em relação a esta não se indica a idade?

O monumento epigráfico permite fazer uma outra inferência à sociedade no tempo dos Romanos: conhecer as famílias mais influentes de uma região³⁹, a sua origem. Neste contexto, seria interessante o exemplo de uma das placas (IRCP nº 76) achadas na Quinta das Antas (Luz, Tavira), destinadas a serem colocadas numa das paredes do circo, em homenagem aos doadores (cf. Estampa III, 8):

L(*ucius*) · CASSIVS · CELER / PODIVM CIRCI / PEDES · C(*entum*) / SVA
IMPENSA / ⁵ D(*ono*) · D(*edit*) ·

ou seja,

“Lúcio Cássio Célere deu, a expensas suas, cem pés do pódio do circo”.

Esta inscrição permite trabalhar a questão social: então como agora, a propaganda era peça fundamental. Era comum que os candidatos a cargos públicos reunissem esforços em benefício público, ou seja, contribuíssem para a construção de algo apetecível à população e assim ganhassem “pontos” eleitorais. Estamos, pois, perante alguém de boa condição económica. Tendo em conta a onomástica latina e o uso de *tria nomina*, mas sem indicar filiação, pode sugerir tratar-se de um indígena romanizado ou, quiçá, de um liberto. Por outro lado, dá a certeza de que a antiga cidade de Balsa teve um circo, móbil para explicar às crianças a diferença em relação ao “circo” na atualidade. Permite, igualmente, inferir das medidas romanas. Este benemérito teria contribuído para cem pés, ou seja, cerca de 33 metros, do pódio. De explicar também a função do pódio: a plataforma que rodeava a arena e albergava as classes mais nobres para daí assistirem às corridas.

³⁹ Veja-se o artigo de José d’Encarnação (2003) onde o autor, a partir de um conjunto de epígrafes, apresenta considerações sobre a textura social da Balsa romana ou um outro (2011) onde o autor, a partir de placas epigrafadas da Igreja da Misericórdia, na Guarda, procura demonstrar como estas constituem valiosa fonte para o estudo da história local, nomeadamente o papel que os indivíduos nelas mencionados desempenharam, no seu tempo, na cidade.

A religiosidade é outro tema passível de estudo através de inscrições. Começemos com o exemplo da árula votiva (IRCP nº 286) achada na Herdade da Misericórdia (Beringel, Beja) dedicada a “Apolo” (cf. Estampa IV, 9):

A·POL·LI·NI (*hedera*) / SANC·TO SAC(*rum*) / AEMILIA AELI/A ANIMO
LIB(*ens*) (*hedera*?) / ⁵ VOTVM SOLV/IT (*hedera*)

que significa:

“Consagrado a Apolo Santo. Emília Élia cumpriu de boa vontade o voto”.

O monumento, erigido por uma mulher que se identifica com dois gentílios latinos a indiciar uma cidadã romana imigrante, cumpre o voto a “Apolo Santo”, epíteto usado para acentuar as características benfazejas da divindade. Um exemplo, portanto, de culto a uma divindade do panteão clássico.

Uma das aras votivas (IRCP nº 489) de S. Miguel da Mota (Terena, Alandroal) dedicadas a Endovélico, é também um bom exemplo a incluir num qualquer manual (cf. Estampa V, 10):

DEO ENDOVEL/LICO SACRVM / BLANDVS CAE/LIAE · RVFINAE / ⁵
SERVVS / A(*nimo*) · L(*ibens*) · V(*otum*) · S(*olvit*)

ou seja,

“Consagrado ao deus Endovélico. Brando, escravo de Célia Rufina, cumpriu de bom grado o seu voto”.

Esta inscrição permite o contacto com um deus indígena e o próprio monumento epigrafado constitui a oferta ao deus pelo cumprimento do voto. Permite a abordagem à relação do crente com o deus: conferida a graça, é cumprido o voto e termina a relação. Permite ainda verificar como os cultos indígenas sobreviveram à ocupação romana.

Outra área a explorar deverá ser a dos grafitos. Prática que ontem, como hoje, é comum a toda a população e visível desde os lugares mais íntimos aos edifícios públicos. São instantâneos do quotidiano nem sempre fáceis de decifrar pela ambiguidade propositada da mensagem (cf. Encarnação 1998: 135-136 e Encarnação *et alii* 2012). Prática a que, aliás, os alunos estão por de mais habituados.

Vários são os exemplos, achados em território atualmente português, que poderíamos aventar para serem trabalhados em sala de aula. Começemos por dois conhecidos exemplos de *Conimbriga* (cf. Étienne, Fabre, e Lévêque 1976 nº 358b e 358a; Encarnação 1998: 136-138 e Encarnação 2009: 18-19). O primeiro (cf. Estampa V, 11): AVE / MAELO pode ler-se num

tijolo de quadrante, ou seja, “Eu te saúdo, ó Melão!”. Melão era um dos conceituados ceramistas conimbricenses, provavelmente com um exército de escravos ao seu serviço. Um deles decidiu mostrar-lhe o seu apreço, escrevendo esta saudação na massa por cozer de um tijolo. Poder-se-á discutir com os alunos o significado desta ação: manifestação de sincera estima, adulação encapotada, mera brincadeira...?

O outro (cf. Estampa V, 12): EX / OFFICIN(a) / MAELONIS / DIARIAS / ROGATA/S SOLVI

que significa:

“Da oficina de Melão. Cumpri as diárias rogadas”, que é como quem diz “por hoje acabou!”. Facilmente os alunos deduzirão que diariamente se estabeleciam metas de produção individual, à semelhança, aliás, do que em muitas empresas se passa na atualidade.

Outro exemplo deste género é o grafito sobre um *imbrex* (cf. Estampa VI, 13) que identifica Alter do Chão com *Abelterium* (cf. António e Encarnação 2009):

VIIRNA/CVLVS / FECIT / IMBRICIIS / ⁵ AB[III]LTIRIO / AD CASTOREM / (*duo milia*) / (*mille*) / DCCCCL (*quingenta et nongenti*) / ¹⁰ DCCC (*octingenti*)

ou seja,

“Vernáculo fez, em Abeltério, à do Castor, tijolos 2000, 1000, 850, 800”.

Mais um exemplo de um operário, este de nome “Vernáculo”, que, de serviço num telheiro propriedade de “Castor”, foi anotando as contagens, que ia fazendo, das telhas colocadas ao sol para secar. Este grafito dá-nos ainda a informação da localização do telheiro em “Abeltério”, o que permitiu a sua identificação com a povoação atual: situação que revela aos alunos como um caco, mais precisamente seis pedaços de cerâmica, pode solucionar questões de investigação de anos. Por outro lado, sabendo que “Vernaculus” tem o significado etimológico, latino, de “nativo”, poder-se-ia discutir a condição eventual de escravo deste operário. O proprietário, “Castor”, etimologicamente grego, poderá indicar também alguém de categoria servil.

Além destas informações do quotidiano, os alunos poderiam observar a diferença entre textos pensados, com caracteres geometricamente talhados, e outros sem qualquer preocupação estética, com caracteres cursivos.

Dentro deste género, podemos também considerar as legendas de mosaicos. É exemplo a do conhecido “mosaico das nove musas” da *villa* romana de Torre de Palma (cf.

Encarnação 2009: 20-21). Este mosaico é apresentado num manual escolar, a que aludiremos no ponto seguinte (nota 54 p. 66), sem, contudo, qualquer referência à legenda:

SCOPA ASPRA TESSELAM LEDERE NOLI. UTERI FELIX

ou seja,

“Não estragues o mosaico com uma vassoura dura. Felicidades!”.

Várias questões se poderiam colocar aos alunos: quem fez a recomendação e a quem se dirige. Provavelmente o proprietário aquando da preparação do mosaico, para que os serviçais disso se lembrassem sempre que procedessem a trabalhos de limpeza. E a quem se dirige o voto de felicidades? Aos serviçais, aos convidados, ou tratar-se-á de um mero estereótipo?

E para terminar este rol de exemplos passíveis de exploração com as crianças, não resistimos a citar dois exteriores ao nosso território: os frescos que ornaram as paredes das latrinas das Termas dos Sete Sábios em Óstia, que funcionariam como motivação perfeita para as aulas relativas ao período romano. Nestas termas estão representados diversos sábios sentados na sanita com legendas diversas (cf. Estampa VI, 14) (cf. Encarnação 2009: 23-24), como por exemplo (cf. Estampa VI, 15):

VT BENE CACARET VENTREM PALPAVIT SOLON

que significa

“Para bem defecar, Sólon apertou a barriga”.

ou então

AGITA TE CELERIVS PERVENIES

ou seja,

“Se agitares, mais depressa te despachas!”.

Que melhor forma para captar a atenção dos alunos? Não mais ficarão desatentos, à espera do que virá a seguir!

Pensamos ter comprovado que as inscrições latinas não são fontes a menosprezar, mas sim um recurso didático com grande potencialidade, porque efetivamente “as pedras falam”. Saibamos nós lê-las!

2.3.2. O uso do património arqueológico nos manuais escolares

É conhecida, já o dissemos em vários momentos deste trabalho, a importância da História para fornecer uma visão crítica em relação ao mundo que nos rodeia, função tanto

mais importante no momento de crise económica, financeira, política e de valores cívicos que nos abala. Tempos de “globalização da indiferença” nas palavras do papa Francisco⁴⁰. Neste contexto, os manuais escolares, entendidos como “o instrumento de trabalho, impresso, estruturado e dirigido ao aluno, que visa contribuir para o desenvolvimento de capacidades, para a mudança de atitudes e para a aquisição dos conhecimentos propostos nos programas em vigor, apresentando a informação básica correspondente às rubricas programáticas, podendo ainda conter elementos para o desenvolvimento de atividades de aplicação e avaliação da aprendizagem efetuada” (artigo 2.º do Decreto-Lei nº 369/90, de 26 de novembro), não podem ficar à margem da análise.

Ao manual escolar é atribuída grande importância como “instrumento pedagógico, como elo de ligação entre as decisões políticas e os professores, entre estes e os alunos e suas famílias” (Loff 2009: 159): é o suporte escrito ao ensino de uma disciplina, devendo refletir os objetivos gerais e as sugestões metodológicas definidas nos programas escolares em vigor para a disciplina. Os alunos são particularmente recetivos à informação que os manuais transmitem. Aliás, o manual é mesmo o único livro a que muitas crianças e jovens acedem, representando o meio de ensino mais utilizado no mundo. Assim, pode ser um veículo privilegiado na transmissão de conhecimentos e valores, mas também na perpetuação de informações erróneas.

A conceção dos manuais obedece, porém, a interesses das editoras que se adaptam aos interesses dos compradores, criando-se uma verdadeira indústria dos manuais. Associa-se o manual, através da sua revisão científica, a um nome mais ou menos relevante no panorama da investigação histórica em Portugal, procurando assim dar maior credibilidade ao conteúdo. Facto que levanta a questão da sua efetiva intervenção enquanto consultor e especialista num determinado período histórico ou da mera associação do seu nome ao projeto. Questões concorrenciais justificam também a moda da publicação juntamente com o manual de um CD de apoio ao docente com uma série de materiais editáveis: recursos digitais, desde PowerPoint a fichas de trabalho e planos-tipo de aulas, passando por jogos interativos. E deve ainda considerar-se o facto de as editoras terem plataformas digitais a que se acede através da internet.

A ditadura do computador e do quadro interativo impôs-se: ao professor basta aceder e seguir a cartilha. É a partir dos manuais que o professor planifica as suas atividades letivas,

⁴⁰ Afirmção proferida a 8 de julho de 2013, na ilha de Lampedusa, a propósito da imigração ilegal.

funcionando como se fossem o programa da disciplina⁴¹. Há a tendência a esquecer que o manual é apenas um utensílio do professor e não uma imposição. Consideração tanto mais premente quanto, atualmente, a escolha dos manuais se faz por um período de seis anos (cf. Decreto-lei nº 261/2007 de 17 de julho, artigo 2.º, nº 1⁴²) e quem escolhe o manual poderá não ser o docente que o vai utilizar.

Conscientes que estamos de que os atos educativos e respetivos instrumentos não estão isentos de valores, podemos afirmar que o manual é também “um instrumento de poder”, pois dirige-se a espíritos jovens, ainda maleáveis, que consideram o seu conteúdo “verdade absoluta”, funcionando como a única fonte de aquisição e consolidação de conhecimentos (cf. Choppin 1992: 22; Loff 2003 e Tormenta 1996: 11). Considerando ainda que o seu conteúdo chega a um elevado número de alunos, o manual escolar contribui para difundir determinados valores, representações sociais e estereótipos (cf. Pereira 2010).

O conteúdo dos manuais escolares, no capítulo referente ao período romano, será o objeto principal desta análise de natureza descritiva. Considerámos os textos informativos e os documentos que complementam a informação: textos e gravuras (fotografias, desenhos ou mapas).

Procurámos, pois, interrogar-nos como é que os manuais se posicionam face ao período romano e ao património. Considerámos as seguintes categorias de análise: o património arqueológico (com especial relevância para os sítios de *Conimbriga* e do Rabaçal e para o património epigráfico) e a informação histórica transmitida. Justificam-se estas categorias com o objetivo traçado na introdução deste trabalho de análise da potencialidade do património arqueológico, nomeadamente o epigráfico, como recurso didático e potenciador da educação para a cidadania. Definimos também *Conimbriga* e a *Villa* romana do Rabaçal como os dois exemplos a estudar, por isso procurámos verificar se estes estão presentes e a que propósito são citados. À partida poder-se-á considerar demasiado ousado esperar qualquer referência ao Rabaçal, um espaço ainda praticamente desconhecido do público em geral, no entanto, esta pretensão não é totalmente descabida como adiante explicitaremos.

⁴¹ José Rafael Tormenta (1996: 9) escreve mesmo que “o manual é, muitas vezes, a única bibliografia que o professor conhece, em termos científicos e em termos pedagógicos”. Não querendo ser tão pessimista, reconheço que as suas palavras não diferem muito daquela que é a realidade de muitos docentes na escola atual, em particular graças à precariedade do estatuto profissional e social do professor.

⁴² Acrescente-se que foi introduzido, no ano anterior a este decreto-lei, um regime de avaliação e certificação da qualidade dos manuais escolares, a realizar por comissões de peritos ou por entidades especialmente acreditadas para o efeito e relevando para efeitos da sua adoção formal pelas escolas (Lei nº 47/2006, de 28 de Agosto).

O universo dos manuais consultados foi o dos 4º, 5º e 7º anos de escolaridade, uma vez que são os que, em termos curriculares, abordam o tema da romanização na área de Estudo do Meio e nas disciplinas de História e Geografia de Portugal e de História, respetivamente. No 4º ano interessa-nos o *Tema 2: À Descoberta dos Outros e das Instituições; subtema: O Passado Nacional*. Relativamente ao 5º ano, os conteúdos inserem-se no *Tema A: A Península Ibérica: dos Primeiros Povos à Formação de Portugal (Século XII)*. Neste tema, interessa-nos o *subtema A2- Os Romanos na Península Ibérica*. No que concerne ao 7º ano o assunto que ora abordamos insere-se no *Tema B – A herança do Mediterrâneo Antigo; subtema B2- O Mundo Romano no Apogeu do Império*.

Tivemos acesso ao número de manuais que se apresentam nos quadros seguintes: cinco manuais do 4º ano, nove manuais do 5º e nove manuais do 7º ano. Os quadros apresentam, relativamente a cada manual, os respetivos autores, o título, ano e editora⁴³ e, quando indicado, o responsável pela revisão científica do mesmo e o consultor pedagógico. Nos manuais que se organizam em dois volumes, as referências que lhes sejam feitas dizem sempre respeito ao primeiro volume (aquele que contém o tema analisado).

⁴³ Indicação deveras importante neste contexto, uma vez que é através da editora, e não dos autores, que os docentes, usualmente, identificam os manuais.

Quadro 1

Manuais 4º ano				
Autores	Título	Ano Edição	Local/Editora	Revisão Científica
Maria José Marques, Maria Ascensão dos Santos e Armando Gonçalves	<i>Giroflé. Estudo do Meio. 4º ano</i>	2006	Carnaxide: Santillana Constância	Pedro Rocha dos Reis
João Monteiro e Miguel Paiva	<i>Estudo do Meio do João. 4º ano</i>	2006	Vila Nova de Gaia: Edições Gailivro	
Hortênsia Neto Colaboração: Franclim Pereira Neto	<i>Novo despertar. Estudo do Meio. 4º ano</i>	2006	Maia: Edições Livro Directo	
Isabel Guimarães, Isabel Antunes de Sá e Maria João Pinho	<i>Outros Tempos. Outras Histórias. A História no Estudo do Meio</i>	2006	Porto: Porto Editora	
Carlos Letra	<i>História Prática de Portugal</i>	2008	Vila Nova de Gaia: Edições Gailivro	

Quadro 2

Manuais 5º ano					
Autores	Título	Ano Edição	Local/Editora	Revisão Científica	Revisão Pedagógica
Ana Oliveira, Francisco Cantanhede e Marília Gago	<i>HGP. História e Geografia de Portugal - 5º Ano</i> (2 volumes)	2010	Lisboa: Texto Editora	João Alves Dias, Jorge de Alarcão e Mª Helena da Cruz Coelho	
Carlos Rebelo e António Lopes	<i>Portugal: o Homem e a Terra. História e Geografia de Portugal - 5º Ano</i> (2 volumes)	2010	Lisboa: Didática Editora	Sérgio Claudino	
Aníbal Barreira, Gorete Moreira, Mendes Moreira e Teresa Rodrigues	<i>HistGeo5. História e Geografia de Portugal - 5º Ano</i>	2010	Lisboa: Edições Asa		
Eliseu Alves, Ana Isabel Gonçalves e Manuela Mendes	<i>Saber em Acção 5. História e Geografia de Portugal. 5º Ano</i>	2010	Porto: Porto Editora	J. Amado Mendes	
Fátima Costa e António Marques Colaboração: Cristina Maia	<i>História e Geografia de Portugal - 5º Ano</i>	2010	Porto: Porto Editora	Luís Miguel Duarte	

Manuais 5º ano					
Autores	Título	Ano Edição	Local/Editora	Revisão Científica	Revisão Pedagógica
Júlio Coelho e Sebastião Marques	<i>Portugal: um Presente com Passado História e Geografia de Portugal - 5º Ano</i>	2010	Alfragide: Edições Sebenta		
Ana Amorim, Maria João Lobato e Beatriz Vargas	<i>História e Geografia de Portugal cinco. 5º Ano de Escolaridade</i>	2010	Lisboa: Lisboa Editora		
Arlindo Fragoso, Eurico Sequeira e Luís Aguiar Santos	<i>História e Geografia de Portugal. 5º Ano</i>	2010	Carnaxide: Santillana Contância Editora		
Sandra Lopes Baião e Sandra Santos	<i>hg-pt 5 História e Geografia de Portugal, 5º Ano</i>	2010	Porto: Areal Editores	Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais da Faculdade de Letras da Universidade do Porto	Margarida Brandão

Quadro 3

Manuais 7º ano					
Autores	Título	Ano Edição	Local/Editora	Revisão Científica	Consultor Pedagógico
Helena Neto, Jorge Neto, Luís Abrantes Santos e Luís Aguiar Santos	<i>História 7º Ano</i>	2012	Carnaxide: Santillana Constância	Mariana Diniz (Pré-História), Luís Manuel Araújo (História Antiga) e Armando Alberto Martins (História Medieval) E ainda equipa de consultores da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa: Ana Maria Rodrigues, João Pedro Cunha-Ribeiro e Nuno Simões Rodrigues	Miguel Corrêa Monteiro
Ana Rodrigues Oliveira, Francisco Cantanhede, Isabel Catarino, Marília Gago e Paula Torrão	<i>O fio da História. História - 7º Ano</i>	2012	Lisboa: Texto Editora	João Zilhão, Maria Manuela Reis Martins e Maria Helena da Cruz Coelho	
Cristina Maia, Isabel Paulos Brandão e Cláudia Pinto Ribeiro	<i>Viva a História! História - 7º Ano</i>	2012	Porto: Porto Editora		Isabel Afonso
Maria Emília Diniz, Adérito Tavares e Arlindo M. Caldeira	<i>História Sete. História - 7º Ano</i>	2012	Lisboa: Raiz Editora	José Mattoso	

Manuais 7º ano

Autores	Título	Ano Edição	Local/Editora	Revisão Científica	Consultor Pedagógico
Custódio Lagartixa, Helena Sardinha e José Gomes	<i>Hora H 7</i> <i>História - 7º Ano</i>	2012	Lisboa: Raiz Editora	Manuela Mendonça	
Cláudia Amaral, Eliseu Alves, Elisabete Jesus e Maria Helena Pinto	<i>Missão: História 7</i> <i>História - 7º Ano</i>	2012	Porto: Porto Editora	Isabel Barca	Isabel Barca
Aníbal Barreira e Mendes Moreira com a colaboração de Eva Baptista	<i>Páginas da</i> <i>História. História -</i> <i>7º Ano</i>	2012	Porto: Edições Asa	Sérgio Rodrigues, Carlos Brochado de Almeida e Maria João Branco	
Joana Cirne e Marília Henriques	<i>Viagem na História</i> <i>7. História - 7º Ano</i>	2012	Porto: Areal Editores	Isilda Monteiro Braga da Costa	
Ana de Sousa, Mário Cunha e Teresa Gomes	<i>Gentes na História</i> <i>7</i> <i>História - 7º Ano</i>	2012	Porto: Areal Editores	Lino Tavares Dias	Lino Tavares Dias

2.3.2.1. Património arqueológico

Todos os manuais dos 5º e 7º anos fazem, nas primeiras páginas, a apresentação e organização do projeto. Seguem-se páginas introdutórias para motivação à disciplina, que indicam o significado de História e dos diferentes tipos de fontes do conhecimento histórico, bem como da importância do estudo da História e do conhecimento do Passado. Se todos os manuais do 7º ano fazem esta introdução, os do 5º ano fazem-no de uma forma mais simples, ressaltando-se que os manuais do 5º ano da Editora Sebenta e da Didática Editora não fazem qualquer intróito à disciplina⁴⁴. Os do 4º ano, apenas o manual *Outros Tempos. Outras Histórias* apresenta uma introdução a partir da questão “Sabes o que é a História?”

Neste espaço introdutório verificámos que alguns manuais dão realce à Arqueologia. Destacam-se quatro manuais do 7º ano, de entre eles o manual *Gentes na História 7* (Areal Editores: 12-13), que faz uma introdução intitulada “Marcas do Passado”, relativa às fontes históricas; referem-se em particular à Arqueologia, procurando explicar, recorrendo à analogia de uma caixa onde vamos guardando objetos (cf. Estampa VII, 16), que, numa escavação arqueológica, os primeiros objetos a aparecer são os mais recentes⁴⁵. Dos manuais do 5º ano, apenas o *HistGeo5* (Edições Asa: 11) considera a Arqueologia, reproduzindo várias imagens de cerâmica e de objetos de adorno e ainda das ruínas de uma habitação (em Ampúrias, Espanha). Significa isto que apenas este manual vai ao encontro das *Metas Curriculares* (2013: 5) estabelecidas para o 2º Ciclo do Ensino Básico onde, entre os vários descritores definidos, se estabelece “destacar o papel da arqueologia e dos vestígios deixados para o conhecimento histórico”. Já no que ao 4º ano diz respeito, o manual *Outros Tempos. Outras Histórias* (Porto Editora: 8) dá relevância ao “trabalho dos Arqueólogos, que pesquisam e interpretam os vestígios materiais (ossadas, utensílios, sepulturas, gravuras, lajeiras, etc.) através das escavações”.

⁴⁴ Situação tanto mais gravosa quanto o facto de estes alunos estarem a iniciar um novo ciclo de estudos com um currículo bastante distinto do do 1º Ciclo do Ensino Básico. Esta disciplina emerge do *Estudo do Meio*, área abrangente que inclui conteúdos da História, da Geografia e das Ciências Naturais.

⁴⁵ Os restantes manuais que se referem à Arqueologia são: *Páginas da História* (Edições Asa: 6-7), neste espaço introdutório, para apresentarem as fontes usadas pelos historiadores, recorrem à imagem de uma escavação no Egito; o manual *Viva a História!* (Porto Editora: 6-7) utiliza, igualmente, a ilustração de uma escavação (não identificando o local) e o manual *O fio da História* (Texto Editora: 10) salienta que é “função da Arqueologia descobrir e estudar” os “documentos/fontes” que estão no “fundo do mar ou por baixo da terra”.

No que concerne ao património, a evocação é feita indiretamente, pois todos os manuais reproduzem imagens relativas a documentos/fontes de índole diversa, ainda que nem sempre da forma mais correta.

Já em 1979, François Richaudeau (p. 90) no seu guia para a conceção de manuais escolares, chamava a atenção para o facto de ser necessário, se queremos “inculcar nos alunos o senso de precisão e, simultaneamente, a atitude das curiosidades enriquecedoras”, fornecer sempre “as referências das imagens que figuram nos manuais (legenda, autor, data...)”. Porém, em todos os manuais analisados detetámos a reprodução de imagens com legendas incompletas ou mesmo sem legenda⁴⁶. Esta imprecisão acaba por conduzir a erros de interpretação, quer por docentes, quer por alunos.

A imagem tem um pendor didático por excelência, em particular na História e nestes níveis de ensino, sendo determinante no processo de ensino-aprendizagem. A informação dada pela imagem torna-se imprescindível para a compreensão do conteúdo. Sem querermos entrar no âmbito da Didática (que se ocupa dos métodos e técnicas de ensino) sabe-se que o processo de aprendizagem é tanto mais eficaz quanto se possa realizar uma experiência direta, produzindo aprendizagens significativas (que têm algum interesse para o discente). A imagem em História, seja fotografia ou desenho, funciona como mediadora com o Passado, permitindo ao aluno reconstruir o “não vivido”.

Desta forma, a imagem não pode, como acontece muitas vezes no âmbito escolar, ser entendida como mera ilustração dos textos. A imagem retrata fragmentos de uma realidade passada ou presente e a sua seleção, no caso concreto dos manuais, deve ter como objetivo complementar a informação textual. Deve ser entendida como a ferramenta didática que, com as pistas adequadas e a orientação do docente, será corretamente explorada pelo aluno. A imagem reproduz sempre um vestígio, seja ele uma escultura, uma pintura, as ruínas de uma antiga cidade, um pedaço de cerâmica... que deve ser encarado como pista. E, com as pistas, o aluno deve agir qual detetive atento, meticoloso e persistente na descoberta do Passado, sem descurar nenhum pormenor.

⁴⁶ A título de exemplo, nos manuais do 5º ano: História e Geografia de Portugal (Texto Editora: 45) – “Ânfora romana (século III a. C.)”, sem indicação do local de origem ou de exposição; *Saber em Ação 5* (Porto Editora: 43) – imagem de um denário, de duas ânforas e de parte de um miliário sem indicação do local de origem ou de exposição; nos manuais do 7º ano: História Sete (Raiz Editora: 96) – “comerciante na sua loja. Baixo relevo romano do século II a. C.”, não indica a origem; *Viagem na História 7* (Areal Editores: 83) – imagem de um mosaico e de um teatro, não indicando de onde.

A imagem deve ser tratada como qualquer documento. Em primeiro lugar, devemos ater-nos à sua legenda, sem a qual a sua interpretação será sempre deficitária. De seguida, colocam-se um conjunto de questões de exploração do documento, de forma a que este nos dê as resposta adequadas. Começamos por identificar a natureza do objeto retratado (uma pintura? uma escultura? um objeto de adorno?...); depois, procuramos localizá-lo no tempo e no espaço; identificar o autor e quem o mandou produzir, os materiais utilizados na sua construção e quem era a audiência esperada para a fonte. Partindo destas informações deve passar-se à observação e descrição de todos os elementos que figuram na imagem de forma a que o aluno perceba que todos os elementos se inter-relacionam, permitindo contextualizar e relacionar a ilustração com o conteúdo lecionado.

Por este motivo, as imagens têm de ser criteriosamente escolhidas de forma a, efetivamente, complementarem o texto principal. E, no tema concreto que nos interessa, o período romano, o património arqueológico assume lugar primordial enquanto fonte histórica e uma mais-valia na aula de História, cativando facilmente as crianças e jovens.

De alguns manuais constam ainda rubricas que procuram aproximar o aluno ao património. De entre os manuais do 5º ano, o manual *HistGeo 5* (Edições Asa) apresenta uma rubrica “Em foco”, que faz o aprofundamento, com base em ilustrações, de um assunto importante de cada subtema. O manual *Portugal: O Homem e a Terra* (Didática Editora) tem um título “A Gazeta da História” onde se desenvolvem alguns assuntos escolhidos em função do interesse e da motivação que podem despertar para outras aprendizagens. Um outro manual, *Saber em Ação 5* (Porto Editora), tem uma pequena rubrica “Saber em Família” onde se procuram dar sugestões de visitas a museus ou outros locais de interesse, em função dos temas abordados.

Entre os manuais do 7º ano, verificámos a existência de um manual – *História Sete* (Raiz Editora) – que inclui a rubrica intitulada “História e Património”, que chama a atenção para alguns exemplos do património cultural, quer português, quer mundial. Já o manual *Missão: História 7* (Porto Editora) inclui uma página intitulada “Missão: património”, apresentando percursos onde os tempos se cruzam; e o manual *Gentes na História 7* (Areal Editores), uma rubrica “A História deixa marcas...”, que faz a analogia entre os vestígios do passado e o presente.

Verificámos ainda que, em todos os manuais dos 4º, 5º e 7º anos, os bens patrimoniais situados em território português mais citados, através de imagens, são: a ponte

romana de Chaves, o templo romano de Évora, as ruínas de Miróbriga (Santiago do Cacém), as ruínas de Milreu (Faro) e as ruínas de *Conimbriga*.

Os documentos iconográficos, bem como os escritos, apresentados em cada um dos manuais remetem sempre para o tema em estudo, ilustrando o conteúdo tratado.

Os *Programas* estabelecem apenas os “Conteúdos” a desenvolver. Cabe aos autores dos manuais a responsabilidade de explicar e articular os diferentes itens do *Programa*, bem como fazer a seleção dos documentos a integrar.

No conjunto de manuais analisados, a escolha das imagens procura ilustrar o(s) assunto(s) tratados no texto informativo e são o tipo de documento mais usado. Servem, essencialmente, para exemplificar os vestígios da presença romana na Península Ibérica, indo ao encontro das *Metas* estabelecidas para o 2º (2013: 7) e 3º (2013: 7) Ciclos que determinam a identificação e enumeração de aspetos do património material e imaterial resultantes da presença romana no território peninsular.

Os documentos escritos correspondem fundamentalmente textos históricos. Os textos historiográficos são claramente minoritários. Apresentam-se documentos de autores da época em estudo: excertos considerados relevantes, numa linguagem adaptada⁴⁷.

Os manuais do 4º ano não incluem, no conteúdo que analisamos, documentos escritos para exploração, embora a *Organização Curricular e Programas* para o 1º Ciclo (2004: 110) indique que é importante que os alunos reconheçam que os vestígios de outras épocas, entre eles, os documentos escritos, “constituem fontes de informação que eles podem utilizar, de uma forma elementar, na reconstituição do passado”. As fontes propostas para exploração neste nível de ensino são apenas imagens.

Nos manuais do 5º e 7º ano os documentos escritos servem para tratar os temas dos “Lusitanos”, a “formação do império romano”, a “organização social e a vida quotidiana”, as “características da economia romana” e o “nascimento do regime imperial”. Não esqueçamos que se tratam de adaptações e não de traduções integralmente fiéis ao original. Os excertos reproduzidos são praticamente os mesmos nos diferentes manuais. Salienta-se um de Estrabão sobre os Lusitanos, a que aludiremos adiante. Outros se repetem, embora não com a mesma

⁴⁷ Note-se que também aqui a identificação dos documentos não é feita de forma correta: as referências bibliográficas relativas aos excertos não são rigorosas; indica-se, geralmente, apenas o autor, e nem sempre acertadamente, o que não contribui, de todo, para incutir nos alunos as regras de citação.

frequência. Um deles é o texto de Élio Aristides que exalta o esplendor de Roma como centro do comércio mediterrânico⁴⁸ (*Elogio de Roma*, século II):

“De todos os lugares chegam a Roma as coisas melhores do mundo; [...] produtos de todas as estações e de toda a parte: os dos rios e lagos, das terras e dos mares, das montanhas e das cidades, tudo o que produziu a indústria dos Gregos e dos Bárbaros. Se se quiser ver todas essas coisas, percorra-se toda a Terra ou permaneça-se em Roma [...]. Em cada estação do ano, sobretudo no Outono, tantos navios abordam o cais do Tibre que Roma é como que o mercado universal do Mundo. Os carregamentos da Índia e da Arábia são tão numerosos que se pode julgar que todas as árvores desses países ficaram esgotadas. [...] Os belos tecidos da Babilónia e as jóias dos Bárbaros mais longínquos, tudo chega a Roma em grande quantidade e com facilidade.”

Outros dois são excertos de Cornélio Tácito, da obra *Agrícola*, e de Cláudio Claudiano, dos seus *Louvores à obra de Estilicão*, que aludem à romanização dos povos conquistados, segundo duas visões contraditórias⁴⁹. A perspetiva de um chefe bretão derrotado pelos Romanos, segundo Tácito:

“Os Romanos são bandidos cuja presa é o mundo. Depois de conquistarem as terras, vão pilhar os próprios mares. Sedentos de riqueza e sedentos de poder, [...] nem o Oriente nem o Ocidente os saciaram. [...] Roubar, massacrar, pilhar, eis os que os Romanos chamam, na sua falsa linguagem, civilizar. [...] Os nossos bens e rendimentos são consumidos pelos impostos. [...] Os nossos braços são usados a derrubar florestas, sob o jogo do chicote.”

e a visão dos vencedores, por Cláudio Claudiano:

“Esta é a Roma, a cidade que nasceu simples e humilde e [...] estende hoje o seu poder a todos os lugares que o Sol ilumina. [...] Lutando em cem batalhas, conquistou a Espanha, [...] submeteu a Gália por terra e Cartago por mar [...]. Nem mesmo o Oceano barrou o seu caminho: lançando-se sobre o mar profundo, foi ao encontro dos Bretões e venceu-os. Foi a única, de entre todos os Estados, que recebeu no seu seio os povos conquistados, como uma mãe e não como uma dominadora.”

Ainda a considerar o excerto de Séneca, da obra *Cartas a Lucílio*, relativo à condição dos escravos⁵⁰:

“Foi com prazer que soube [...] que convives familiarmente com os teus escravos. É o que fica bem à tua prudência, ao teu saber. «São servos». Mas também são homens. «São servos». Mas moram na mesma casa. «São servos». São antes amigos humildes. «São servos». São, mas é

⁴⁸ *Páginas da História*. Edições Asa: 93; *Missão: História 7*. Porto Editora: 86; *História 7º Ano*. Santillana Constância Editora: 86; *Viagem na História 7*. Areal Editores: 75; *Viva História!*. Porto Editora: 89.

⁴⁹ *Viagem na História 7*. Areal Editores: 71; *Viva a História!*. Porto Editora: 86; *História Sete*. Raiz Editora: 91; *O Fio da História*. Texto Editora: 78.

⁵⁰ *História Sete*. Raiz Editora: 97; *Missão: História 7*. Porto Editora: 89; *Gentes na História 7*. Areal Editores: 97.

[servos como tu], se se pensar que sobre eles e sobre nós a fortuna tem os mesmos poderes. Por isso, rio-me daqueles que acham feio jantar com o seu servo. [...] A minha doutrina é esta: vive com um inferior da mesma maneira que quererias que um superior vivesse contigo. Todas as vezes que te lembrares dos teus poderes sobre o teu povo, outras tantas te lembrem os do teu senhor sobre ti.”

Por fim, os textos que abordam o Direito. O tema é comum nos manuais, mas os documentos selecionados são distintos. Optámos, assim, por transcrever um excerto que, embora apenas presente num manual⁵¹, diz respeito ao documento histórico mais citado nos textos historiográficos, a *Lei das Doze Tábuas*:

“Tábua IV – Se uma criança nascer com uma deformidade, deve ser morta.

Tábua X – Nenhum homem deve ser cremado ou enterrado no interior da cidade.

Tábua XI – Não deve haver casamento entre patrícios e plebeus. Nenhum homem pode casar antes de concluir o seu treino militar.”

Os documentos escritos são acompanhados de um conjunto de questões de orientação à leitura e interpretação do seu conteúdo. No entanto, esta exploração é conduzida no sentido restrito da informação veiculada. Considerando os exemplos citados, estes poderiam promover a educação para a cidadania, transversal aos diferentes níveis de ensino. Não será demais aqui recordar três dos objetivos do Ensino Básico explícitos no artigo 7.º da Lei nº 46/86 (*Lei de Bases do Sistema Educativo*): f) Fomentar a consciência nacional aberta à realidade concreta numa perspetiva de humanismo universalista, de solidariedade e de cooperação internacional; i) Proporcionar a aquisição de atitudes autónomas, visando a formação de cidadãos civicamente responsáveis e democraticamente intervenientes na vida comunitária; e n) Proporcionar, em liberdade de consciência, a aquisição de noções de educação cívica e moral.

Por outro lado, este tipo de abordagem iria ao encontro das finalidades e objetivos traçados nas Organizações Curriculares e Programas de História dos 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico ao promover que o aluno demonstre atitudes de respeito e de solidariedade em relação a outros indivíduos, povos e culturas (*Organização Curricular e Programas. Ensino Básico – 2.º Ciclo*1999: 83; *Organização Curricular e Programas. Ensino Básico – 3.º Ciclo*1991: 127) e ao contribuir “para a compreensão da pluralidade de modos de vida, sensibilidades e valores em diferentes tempos e espaços” (*Organização Curricular e Programas. Ensino Básico – 3.º Ciclo* 1991: 125).

⁵¹ *Hora H* 7. Raiz Editora: 95.

Os textos integrados nas temáticas da “Economia Imperial” e da “Romanização” facilmente se relacionariam com os conceitos de “globalização” e de “multiculturalismo”. Os alunos perceberiam que o fenómeno da globalização, nomeadamente económica, tem raízes no passado longínquo. Roma, apresentada como cidade verdadeiramente cosmopolita e global, seria o mote para a compreensão do sentido da interdependência económica entre os povos. Os excertos seguintes revelam que naquele período, como agora, há povos cujos valores se tornam hegemónicos, atualmente com o recurso a outros meios é certo, mas nem por isso menos violentos. Inclusivamente, a noção restrita de cidadania poderia ser abordada, comparando o Passado com o Presente através da discussão dos direitos dos cidadãos nacionais e dos estrangeiros a residir em Portugal.

Ao “descrever a organização social do Império Romano, salientando o carácter hierarquizado e escravagista da sociedade” (*Metas Curriculares de História. 7º e 8º Anos do 3.º Ciclo do Ensino Básico 2013: 6*), os manuais do 7º ano estão a cumprir as metas definidas para a disciplina e, por outro lado, que melhor forma de refletir sobre o respeito pela dignidade humana do que o texto de Séneca? Escalpelizar o conceito de “escravidão”, de maneira a identificar formas de exploração e de desrespeito pelo indivíduo que permanecem nas sociedades atuais, seria um contributo maior na formação das crianças e dos jovens.

Também a relevância dada ao Direito, reconhecendo-o “como uma das grandes criações da civilização romana, base de grande parte dos sistemas jurídico-legais atuais” (*Metas Curriculares de História. 7º e 8º Anos do 3.º Ciclo do Ensino Básico 2013: 7*), é uma chave para discutir a cidadania.

Antes de avançar, abrimos aqui um parêntesis para uma reflexão relativa ao estudo da religião entre os Romanos. A abordagem a este tema está prevista nos Programas e Metas estabelecidas para os 5º e 7º anos de escolaridade, decorrente da difusão e afirmação do Cristianismo no Império. Da leitura dos textos informativos dos diferentes manuais relativos às características da religiosidade romana, perpassa a ideia da tolerância dos Romanos em relação aos cultos locais e vários exemplos são apresentados. Porém, em nenhum são referidos os deuses indígenas que também os Romanos aprenderam a adorar no território peninsular.

Registe-se ainda um erro comum nos manuais na identificação de *Gaius Iulius Caesar Octavianus*, futuro *Imperator Caesar Augustus*, como Octávio César Augusto, erro, aliás, deveras frequente mesmo noutros contextos⁵².

Por fim, de anotar ainda o facto de, no manual do 4º ano *Novo Despertar* (Edições Livro Directo: 40), as invasões bárbaras serem abordadas antes da romanização da Península Ibérica.

Uma vez feita esta análise geral, olhamos agora para os exemplos concretos, identificados nos manuais, relativos a *Conimbriga*, ao Rabaçal e ao património epigráfico.

A primeira evidência a retratar é o facto de não termos encontrado uma única referência, texto ou imagem relativa às ruínas do Rabaçal. Evidência que, à partida, não levantaria qualquer discussão: a *villa* romana do Rabaçal é ainda um espaço arqueológico pouco conhecido no âmbito do panorama arqueológico nacional e a própria condição de *villa* limitaria a sua citação nos manuais. No entanto, uma análise mais aturada permite-nos fazer outro tipo de inferências.

Os Programas do 5º e 7º anos prevêem o estudo do processo de romanização, o que, obviamente, implica o estudo da organização económica e social da Roma imperial, sendo determinado que os alunos devem ser capazes de “descrever o quotidiano dos vários grupos sociais na Roma imperial” (*Metas Curriculares de História. 7º e 8º Anos do 3.º Ciclo do Ensino Básico* 2013: 6), de “relacionar a adesão ao Cristianismo entre os habitantes do Império e a existência de profundas desigualdades sociais” (*Metas Curriculares. 2.º Ciclo do Ensino Básico. História e Geografia de Portugal* 2013: 6) e de identificar exemplos do património material (*Metas Curriculares. 2.º Ciclo do Ensino Básico. História e Geografia de Portugal* 2013: 6) e imaterial (*Metas Curriculares. 2.º Ciclo do Ensino Básico. História e Geografia de Portugal* 2013: 7) da presença romana no território peninsular e no território atualmente português. Foi opção de praticamente todos os autores⁵³, a qual nos parece

⁵² *Manuais do 5º ano: Portugal: O Homem e a Terra*. Didática Editora: 43; *hg-pt 5*. Areal Editores: 54; *HistGeo5*. Edições Asa: 44; *História e Geografia de Portugal*. Porto Editora: 41.

Manuais do 7º ano: História Sete. Raiz Editora: 100-101; *Hora H 7*. Raiz Editora: 95; *O Fio da História*. Texto Editora: 86-88; *História 7º Ano*. Santillana Constância Editora: 92. *Páginas da História*. Edições Asa: 95-96; *Missão: História 7*. Porto Editora: 92; *Viagem na História*. Areal Editores: 76; *Viva a História!*. Porto Editora: 88.

⁵³ *Manuais do 5º ano: História e Geografia de Portugal*. Porto Editora: 51; *hg-pt 5*. Areal Editores: 62; *HistGeo5*. Edições Asa: 43;

Manuais do 7º ano: Viva a História!. Porto Editora: 90; *O Fio da História*. Texto Editora: 84; *História 7º Ano*. Santillana Constância Editora: 84-85; *Páginas da História*. Edições Asa: 100-101; *História Sete*. Raiz Editora: 93 e 98; *Hora H 7*. Raiz Editora: 87; *Gentes na História 7*. Areal Editores: 98-99; *Missão: História 7*. Porto Editora: 91; *Viagem na História 7*. Areal Editores: 78-79.

inteiramente adequada, fazer a distinção entre os diferentes locais de vivência dos indivíduos em função da sua condição social, à semelhança do que acontece nos dias de hoje. A *domus*, a *villa* e a *insula* são apresentadas como habitações proporcionadoras de diferentes níveis de conforto e, portanto, associadas a diferentes grupos sociais: a *domus* e a *insula* na cidade e a *villa* no campo.

Os espaços são descritos sumariamente e de forma, genericamente, correta. As *villae* são apresentadas como grandes propriedades agrícolas e pecuárias para onde se retiravam os seus proprietários no verão, fugindo ao bulício das cidades.

Registámos apenas a designação incorreta de “dómus” repetida no texto informativo e numa questão, algo incoerente, de interpretação de duas imagens que são reconstituições de uma *villa* e de uma *insula*: “Para além da dómus insullae, que outros dois tipos de habitações existem?”. A legenda das imagens apresenta também erro na concordância entre o plural em latim e o singular em português: “*villae* romana” e “*insulae* romana” (*Viagem na História*. Areal Editores: 78-79).

Se a referência a estes espaços é comum aos manuais, já a sua ilustração nem sempre acontece, sendo mais comum a ilustração da *domus* através de fotografia e da *insula* e *villa*⁵⁴ através de reconstituições. A *domus* é, muitas vezes, exemplificada com as casas de *Conimbriga*. Então, por que não introduzir a *villa* do Rabaçal para ilustrar uma propriedade rural cujos proprietários viveriam habitualmente em *Conimbriga*, da qual distava cerca de 12 km? A arquitetura e os mosaicos da luxuosa residência senhorial revelam-nos algumas particularidades, nomeadamente a preferência por uma arquitetura erudita, onde se destaca o peristilo de pórtico otogonal de vinte e quatro colunas e o conjunto de mosaicos a representar as quatro estações (cf. Pessoa 1998 e Pessoa, Rodrigo e Santos 2001), motivos, por si só, merecedores de uma referência. Por outro lado, os manuais, na sua maioria, têm consultores científicos, a quem não será com certeza alheio este espaço arqueológico.

Já em relação a *Conimbriga* a situação é diferente: este espaço arqueológico é citado em todos os manuais consultados, identificado em mapas⁵⁵ ou através de imagens. As

⁵⁴ Referenciou-se apenas um exemplo em que se associa a *villa* a um espaço arqueológico no território nacional, através da legenda do “mosaico das nove musas” de Torre de Palma (*História Sete*. Raiz Editora: 93).

⁵⁵ São vários os exemplos de mapas onde se localiza *Conimbriga*, a saber:

Manuais do 5º ano

– mapa das principais vias romanas no leste da Península (*Portugal: O Homem e a Terra*. Didática Editora: 45);
– mapa com as cidades e vias romanas na Península Ibérica (século III), mapa com as etapas da conquista da Península Ibérica pelos Romanos e mapa com as vias e recursos naturais na Hispânia romana (*HistGeo5*. Edições Asa: 39, 41 e 43, respetivamente);

imagens são, efetivamente, a forma mais comum de indicar este espaço. No entanto, estas figuras nem sempre são corretamente legendadas. A título de exemplo, reproduzimos a legenda atribuída a uma fotografia publicada no manual do 4º ano *Novo Despertar* (Edições Livro Directo: 40): “Ruínas românicas de Conímbriga, onde existem vestígios de balneários públicos, um aqueduto, repuxos, mosaicos a cobrir o pavimento, jardins interiores nas casas...”. À incorreção relativa à classificação das ruínas como “românicas” acresce o facto de a fotografia reproduzir o sistema de hipocausto que nem sequer é referido na legenda (cf. Estampa VIII, 17). Por outro lado, as imagens de *Conimbriga* acumulam-se⁵⁶, mas raras são as situações em que a imagem é pedagogicamente proveitosa, pois não se explica claramente o significado do espaço ou objeto reproduzido. Por exemplo, são várias as imagens que reproduzem mosaicos⁵⁷, mas não se explora o assunto⁵⁸: como eram feitos, os materiais utilizados, extração e transporte desses materiais, a conceção do desenho, o perfil do artífice e

-
- mapa com as vias romanas na Península Ibérica (*Saber em Ação* 5. Porto Editora: 42);
 - mapa das principais estradas romanas (*História e Geografia de Portugal* 5. Porto Editora: 43);
 - mapa da Hispânia romana (*hg-pt* 5. Areal editores: 61 e no *Caderno de Atividades*: 22).

Manuais do 7º ano

- mapa com Hispânia romana no século III d. C. (*História 7º ano*. Santillana Constância: 85);
- mapa a ilustrar a Península Ibérica romana no século II d. C. (*História Sete*. Raiz Editora: 93);
- mapa a retratar a Península Ibérica sob o domínio romano (*Missão: História* 7. Porto Editora: 98);
- mapa com as principais vias romanas e a principais cidades na Península Ibérica (*Páginas da História*. Edições Asa: 91 e no *Caderno de Atividades*: 37);
- mapa intitulado “A Península Ibérica – A herança romana” (*Viagem na História* 7. Areal Editores: 73);
- dois mapas comparando a rede de estradas romanas com a atual rede viária no território português (*Gentes na História* 7. Areal Editores: 94);
- mapa com a indicação das principais vias romanas (*O fio da História*. Texto Editora: 92).

⁵⁶ Manuais do 4º ano: *Novo Despertar*. Edições Livro Directo, p. 40; *Estudo do Meio*. Giroflé. Santillana Constância Editora: 41; *Estudo do Meio do João*. Edições Gailivro: 32-33.

Manuais do 5º ano: *História e Geografia de Portugal*. Texto Editora: 44 e, no *Caderno de Atividades*: 11; *Portugal: O Homem e a Terra*. Didática Editora, no Caderno de Atividades, ficha 6; *HistGeo5*. Edições Asa: 39 e, no *Caderno de Atividades*, ficha 6; *Saber em Ação* 5. Porto Editora: 44, 45 e 53; *História e Geografia de Portugal*. Porto Editora: 45; *Portugal: um Presente com Passado*. Edições Sebenta: 49; *História e Geografia de Portugal cinco*. Lisboa Editora: 44; *História e Geografia de Portugal*. Santillana Constância: 47-48; *hg-pt* 5. Areal Editores: 62, 65, 71 e no *Caderno de Atividades*: 26.

Manuais do 7º ano: *História 7º ano*. Santillana Constância: 97 e no *Caderno de Atividades*: 31; *O fio da História*. Texto Editora: 92; *Missão História* 7. Porto Editora: 106; *Páginas da História*. Edições Asa: 84, 105 e no Caderno de Atividades: 37; *Hora H* 7. Raiz Editora: 87; *Viagem na História* 7. Areal Editores: 73; *Gentes na História* 7. Areal Editores: 99 e 104.

⁵⁷ Manuais do 5º ano: *Saber em Ação* 5. Porto Editora: 45; *História e Geografia de Portugal*. Porto Editora: 45; *História e Geografia de Portugal*. Santillana Constância Editora: 48; *hg-pt* 5. Areal Editores, no *Caderno de Atividades*: 26.

Manuais do 7º ano: *História 7º ano*. Santillana Constância: 97 e no *Caderno de Atividades*: 31; *Páginas da História*. Edições Asa: 105; *Hora H* 7. Raiz Editora: 87; *Gentes na História* 7. Areal Editores: 104.

⁵⁸ Excetua-se o manual *História 7º ano* (Santillana Constância Editora: 96) que faz a seguinte explicação: “A técnica do mosaico foi tomada dos Gregos, mas os Romanos aperfeiçoaram-na e desenvolveram-na para decorar paredes e pisos de edifícios. Os mosaicos eram feitos com pequenas peças de cor que se incrustavam em materiais como o cimento. Os temas eram variados, como os da pintura.” Explicação, porém, muito incipiente e que poderá conduzir a interpretações incorretas, por exemplo em relação ao “cimento” citado.

a comparação com a atualidade (os tapetes e a calçada portuguesa, por exemplo). Aspectos fundamentais para que a criança e o jovem compreenda, apesar da distância temporal, a proximidade que nos une ao quotidiano e às soluções do Homem do Passado.

Conimbriga está também presente em algumas das rubricas já identificadas que procuram a aproximação ao património cultural. Assim, a rubrica “A Gazeta da História”, do manual *Portugal: o Homem e a Terra* (Didática Editora: 48), no capítulo A2. *Os Romanos na Península Ibérica*, é dedicada a *Conimbriga*. Também o manual *HistGeo5* (Edições Asa: 48-49) dedica, neste subtema, a rubrica “Em foco” a *Conimbriga*: “Em foco – Uma Antiga Cidade Romana – *Conimbriga*”. Entre os manuais do 7º ano, há a referir a rubrica “História e Património”, do manual *História Sete* (Raiz Editora: 110), que no subtema B2. *O Mundo Romano no Apogeu do Império*, é dedicada a *Conimbriga*. Destaque ainda para o manual *Gentes na História 7* (Areal Editores: 102) cuja interessante rubrica “A História deixa marcas...” é dedicada neste subtema a *Conimbriga*, fazendo a analogia entre as termas da muralha e os modernos banhos turcos (cf. estampa VIII, 18).

Com o objetivo de sensibilizar os alunos para a temática em estudo vão sendo sugeridas, com o desenrolar das diferentes temáticas, algumas visitas de estudo ou saídas em família. E a propósito do estudo do mundo romano, as ruínas e o Museu Monográfico de *Conimbriga* são várias vezes a opção indicada. A título de exemplo, no manual do 7º ano, *O Fio da História* (Texto Editora: 93) sugere-se para “Passear... e aprender em família” o Museu Monográfico de *Conimbriga*; no manual *Viva a História!* (Porto Editora: 100-101) sugere-se “Visita...A *Conimbriga* romana passo...a passo...”, acompanhada de um roteiro de visita que identifica alguns locais e que poderá ser feita virtualmente através do cd-rom *Bibliotec@vivaaHistória!*; no manual *História Sete* (Raiz Editora: 110) sugere-se a visita de estudo a *Conimbriga* e a consulta do livro “O Chão Escutado” de Jorge de Alarcão e no manual *Viagem na História 7* (Areal Editores: 89), na rubrica “Para saberes mais”, propõe-se a leitura do livro de Adília Alarcão, *Conimbriga*, da Editora Verbo Juvenil.⁵⁹

⁵⁹ Outras sugestões são: no *Guia do Professor* do manual *Portugal: o Homem e a Terra* (Didática Editora: 11) é indicada como experiência de aprendizagem uma “visita de estudo ou proposta de trabalho sobre um testemunho de presença local (Lisboa, Tróia, *Conimbriga*, Miróbriga, o templo de Évora, arco da Bobadela ou ruínas de Milreu, por exemplo)”; no manual *Saber em Ação 5* (Porto Editora: 45) sugere-se para “Saber em Família” uma visita a *Conimbriga* ou Miróbriga; no manual *hg-pt 5* (Areal Editores: 73) faz-se a sugestão para visitar as ruínas de *Conimbriga*, Milreu, Ponte de Chaves e Citânia de Briteiros; no manual *Páginas da História* (Edições Asa: 90) sugere-se ao docente uma visita à Citânia de Briteiros, *Conimbriga* e Miróbriga e, no *Caderno de Atividades: 94-95*, é apresentado um pequeno guião com questões para acompanhar os alunos numa visita a *Conimbriga*, denominado “À descoberta de...”.

Quanto ao uso das epígrafes nos manuais, este é praticamente nulo. Registámos apenas nos manuais do 5º ano dois exemplos. Assim, no manual *HGP. História e Geografia de Portugal*. (Texto Editora), no *Caderno de Atividades* (ficha 5: 11) surge um conjunto de imagens para legendar. Uma delas é uma epígrafe funerária sem qualquer indicação da origem e sem tradução, não se entendendo qual a legenda esperada; o manual *Saber em Ação 5* (Porto Editora: 43) tem um miliário (sem indicação da origem) com a seguinte informação: “marco de pedra que, ao longo das vias, indicava as distâncias a que ficavam as principais cidades”. Compreende-se aqui a não transcrição e tradução do texto do miliário, pois iria levantar questões em relação ao significado de “poder tribunicio” ou “consulado”, por exemplo, demasiado complexas para alunos deste nível de ensino; no entanto, carece indicar a sua origem geográfica.

Nos manuais do 7º ano detetámos sete referências a epígrafes. No manual *História 7º ano* (Santillana Constância Editora: 93) é apresentada e analisada uma moeda: faz-se a transcrição, a decifração das siglas e a tradução (cf. estampa IX, 19); trata-se do único exemplo trabalhado e explicado aos alunos.

No *Caderno de Atividades* do manual *O fio da História* (Texto Editora: 25) surge uma inscrição em latim, juntamente com a ponte romana de Tavira e alguns exemplos de numeração romana, para ilustrar a questão “se a herança romana na Península Ibérica foi ou não duradoura” (cf. estampa IX, 20). A presença da inscrição serviria, pensamos, para estabelecer a relação com a origem latina da língua portuguesa e do espanhol. Porém, há algumas considerações a fazer. Não é apresentada nem transcrição, nem tradução do texto, o que também neste caso não faria sentido dada a presença de conceitos, como *praefectus urbi* ou *cônsul*, não suscetíveis de serem estudados por jovens do 7º ano de escolaridade. Mas, mais importante, é o facto de se tratar da inscrição de *Decius Marius Venantius Basilus* que memora as reparações feitas, a expensas suas, no Coliseu de Roma, após um terramoto (CIL VI nº 1716). A questão supracitada não faz qualquer sentido, uma vez que remete para a “herança romana na Península Ibérica” e a inscrição é de... Roma! Mesmo admitindo o desconhecimento dos autores, parece-nos estranho não ter sido detetada a incongruência pelos revisores científicos.

No manual *Viva a História!* (Porto Editora: 86) insere-se mais uma inscrição: também neste caso não é dada a indicação da origem e não é feita qualquer transcrição ou tradução do texto (cf. estampa IX, 21). Trata-se da inscrição, de finais do século II, que

recorda que Gaio Cântio Modestino mandou construir, a expensas suas, um templo dedicado à deusa Vitória. Esta inscrição encontra-se ainda atualmente na porta lateral direita da capela de S. Sebastião, em Midões (Tábua). O texto merecia mais atenção:

VICTORIAE TEMPLVM / C(aius) CANTIVS MODESTINVS / EX PATRIMONIO
SVO

ou seja,

“Gaio Cântio Modestino, (mandou construir) um templo a Vitória a expensas suas”.

Em primeiro lugar, não entendemos a relação entre a epígrafe e o texto informativo que está a ilustrar: este aborda o processo de romanização da Península Ibérica, em particular a fundação de muitas das atuais cidades portuguesas que tinham nomes latinos. Por outro lado, a sua tradução seria útil, pois o conteúdo poderia ser explorado em sala de aula, a partir da indicação de algumas pistas: a identificação da deusa; a condição social do dedicante (capaz de mandar construir um templo) e o significado dos *tria nomina*.

No *Guia do Professor* (p. 61) deste mesmo manual, numa ficha de avaliação, surge o fragmento de uma inscrição, sem qualquer legenda, e a imagem de um soldado romano como documentos para suporte à questão: “Identifica os fatores da romanização dos povos dominados a que se referem os documentos B e C.” Neste caso, é razoável a mera apresentação da inscrição, sem transcrição ou tradução, uma vez que o objetivo é identificar o latim e o exército como fatores de romanização. Não aceitamos, porém, a ausência de legenda com a indicação da origem geográfica da inscrição.

O manual *Missão: História 7* (Porto Editora: 101) apresenta a estela funerária de um liberto de *Bracara Augusta*, atualmente no Museu Regional de Arqueologia D. Diogo de Sousa, sem transcrição ou tradução, acompanhada da questão “para que seria uma estela funerária?” (cf. estampa X, 22). Serve esta para ilustrar um texto informativo que nos diz que os “Romanos realizavam também cultos funerários, pois acreditavam na existência de vida para além da morte. Nos túmulos e nas estelas funerárias eram frequentes as referências aos feitos da pessoa sepultada”; no entanto, a inscrição de *Caius Iulius Pudes* (AE 1973 n° 297; ILER n° 5185) não refere nenhuma qualidade ou feito do defunto, apenas a sua condição de liberto. De referir ainda a inexatidão da dicotomia “túmulo-estela funerária”, transmitida no texto informativo: o túmulo corresponde à sepultura e a estela é um monumento monolítico onde se fazia a inscrição. Por outro lado, a questão está mal formulada, mesmo admitindo que

se trata de uma gralha e onde se escreveu “seria” pretendia escrever-se “servia”. Preste-se, agora, atenção ao epitáfio:

C(aius) · IVLIVS / [P]INTAMI / LIBERTVS / PVDES / H(ic) · S(itus) · E(st)

ou seja,

“Aqui jaz Gaio Júlio Pudes, liberto de Píntamo”

Este texto deveria ter sido utilizado para ilustrar as características da sociedade romana, nomeadamente atestando a mobilidade social. Por outro lado, a decoração da parte superior da estela (uma rosácea de seis pétalas, separadas por botões estilizados, inscrita num círculo trançado) é suscetível de motivar uma abordagem, que se exigiria, obviamente, simples, à simbologia decorativa.

No manual *Páginas da História* (Edições Asa: 90) temos a imagem de um miliário, sem indicação de origem, nem tradução, apenas com a explicação, ao lado, de que havia “marcos miliários que indicavam as distâncias a que se encontravam as cidades mais importantes. Distavam uns dos outros mil passos (daí o nome), ou seja, cerca de 1,5 Km”. À semelhança do que dissemos atrás, neste nível de ensino é informação que baste.

Ainda neste manual (p. 105) apresenta-se uma ara com a legenda “altar em honra do deus Mitra (da Pérsia)” (cf. estampa X, 23), sem transcrição ou tradução do texto, como fonte para a questão: “Explica a afirmação: A figura B testemunha a influência das conquistas na religião romana”. A questão parece-nos adequada, mas não se trata, no entanto, de uma ara em honra do deus Mitra, mas de uma ara de S. Miguel da Mota (Terena, Alandroal) consagrada ao deus Endovélico:

DEO / ENDOVELLICO / SACRVM / M(arcus) FANNIVS / AVGVRRINVS /
MERITO HVN[C] / DEVN SIBI / PROPITIATVM

ou seja,

“Consagrada ao deus Endovélico. Marco Fânio Augurino merecidamente (o erigiu) para que este deus lhe seja tornado propício” (CIL II n° 6266; ILER n° 836; IRCP n° 495).

Esta inscrição deveria ter sido integrada nos documentos a analisar no âmbito da religiosidade, exemplificando o culto indígena feito à maneira romana, acompanhado de um texto explicativo adequado à idade dos alunos. Não seria também descabido incluir fotografia das restantes faces da ara cuja decoração é relevante e, em particular, a da face posterior que atrairia as crianças: um javali esculpido com os órgãos reprodutores exageradamente volumosos, presas e orelhas assinaladas, sinal de um culto às forças reprodutivas da natureza,

facilmente perceptível, mesmo por crianças desta idade. Assim se motivaria a abordagem aos atributos de Endovélico: deus infernal que vence a morte e divindade da terra, da natureza e da vida que ele cria. Seria igualmente útil a comparação com as crenças atuais, em que também escolhemos os santos da nossa devoção em função das suas atribuições.

Finalmente, no manual *Gentes na História 7* (Areal Editores: 107) somos apresentados com a ara funerária de *Caius Servilius Claranus* (cf estampa XI, 24), atualmente no Museu Nacional de Arqueologia, sem tradução e interpretação, a ilustrar o seguinte texto informativo: “Os romanos prestavam culto às entidades protetoras da família – *lares, manes* e *penates* –, aos deuses do bairro em que viviam, da profissão que exerciam e às divindades da cidade”. Exigia-se a explicitação das atribuições das entidades identificadas para a clara compreensão da inscrição. Não é esta consagrada a um qualquer deus, mas aos Manes, aos antepassados que já partiram e que se deseja recebam no seu seio este ente querido. Também a transcrição e tradução do texto deveriam ter sido colocadas de forma que o docente pudesse fazer a correta ligação à informação:

DIIS / MANIBVS / C(aius) SER·VI·LI·VS / CLA·RA·NVS / ANN(orum) XVIII
(octodecim) / H(ic) · S(itus) · E(st) · S(it) · T(ibi) · T(erra) · L(evis)

ou seja,

“Aos deuses Manes. Aqui jaz Gaio Servílio Clarano, de 18 anos. Que a terra te seja leve” (IRCP nº 220).

A fórmula final deveria também ser explicitada, relacionando-a com a fórmula cristã P(ai) N(osso) A(vé) M(aria) muitas vezes inscrita nas lápides funerárias do nosso tempo. Igualmente a presença de siglas, associada à frequência e conseqüente conhecimento do seu significado, como já referimos neste capítulo, é assaz interessante e de fácil compreensão pelas crianças. Por fim, e ainda a propósito desta inscrição, o manual apresenta duas questões: “Consegues ler a inscrição? Qual seria a sua função?” A primeira questão é completamente descabida: ler, provavelmente conseguiriam, mas não entenderiam o texto e, com certeza, que a maioria dos docentes também não. Sem mais informação, dificilmente os alunos responderiam corretamente. Perguntamos, portanto, qual a intenção e utilidade deste tipo de questões.

Concluindo, as epígrafes reproduzidas parecem servir, essencialmente, para preencher espaço. Não sendo a Epigrafia e, sejamos honestos, de uma forma geral, a temática relativa ao mundo romano, uma área de claro domínio para grande número de professores de

História, cuja formação académica não obriga ao estudo de nenhuma destas temáticas, o problema agrava-se, pois poucos serão os docentes aptos a explicar, contextualizar e até corrigir, as informações relativas a estas fontes. Assim, se o uso didático da inscrição é claramente motivador da aprendizagem, mal aproveitado favorece a manutenção de erros ou não releva qualquer utilidade.

2.3.2.2. Informação histórica

O conteúdo que nos interessa – o período romano – é abordado nos manuais de forma mais ou menos genérica. Os manuais de Estudo do Meio dedicam-lhe uma página. Em média, os manuais do 5º ano dedicam dez páginas ao tema, sendo que só 4 em média com texto informativo. Os do 7º ano abordam o tema em cerca de 27 páginas, apenas com 11 de texto informativo.

O conteúdo dos textos informativos é, genericamente, o mesmo no conjunto dos manuais de cada ano letivo. Há um tema recorrente, nos três anos letivos, com particular destaque nos 4º e 5º anos, cujo tratamento merece algumas considerações: a questão dos Lusitanos. Perpassa da análise dos textos informativos dos diferentes manuais a ideia de que os Lusitanos eram um povo ou uma tribo que, liderados por Viriato e, posteriormente, por Sertório, ofereceram uma encarniçada resistência aos Romanos. Afirma-se ainda que são os Portugueses diretos descendentes desse heróico povo, cujo território corresponderia à província da Lusitânia. Assunto sobre o qual muito se tem discorrido e ao qual a investigação tem trazido novos rumos. Antes de refletirmos sobre a imagem “histórica” transmitida, é importante reproduzirmos os excertos que são, na generalidade dos manuais, parte de textos informativos maiores que descrevem o modo de vida, as habitações e até o vestuário dos Lusitanos.

Nos manuais do 4º ano:

“A Lusitânia era uma região situada entre os rios Douro e Tejo. Nessa região, viviam os Lusitanos que se podem considerar os antepassados dos Portugueses.

Os lusitanos construíram povoações no cimo dos montes para se defenderem mais facilmente. Esses povoados chamavam-se castros, citânias ou cidades. (...)

No ano de 219 a. C., os Romanos, vindos de uma região atualmente pertencente à Itália, desembarcaram na Península Ibérica. Cerca de 200 anos depois, quase toda a Península Ibérica estava dominada por eles.

Os Lusitanos ofereceram grande resistência aos Romanos, lutando contra eles. Viriato, chefe dos Lusitanos ficou célebre pela sua coragem, inteligência e astúcia”. (*Novo Despertar*. Edições Livro Directo: 37 e 39)

“Os Celtas e os Iberos misturaram-se, originando os Celtiberos. Estes estavam divididos em várias tribos, entre elas os Lusitanos, que viviam num território situado entre os rios Douro e Tejo (a Lusitânia). (...). Os Lusitanos elegeram um chefe: Viriato. Ele, que havia sido pastor na Serra da Estrela, transformou-se num grande guerreiro, conseguindo derrotar os Romanos em muitos combates. Os Romanos, sentindo-se fortemente ameaçados, contrataram três lusitanos, que assassinaram o seu chefe. O lugar de Viriato foi depois ocupado por Sertório, um antigo general romano, que continuou a luta contra Roma.” (*Outros Tempos Outras Histórias. A História no estudo do Meio*. Porto Editora: 13-14)

“Cerca de 1000 anos a. C., isto é, antes de Cristo nascer, viviam na Península Ibérica os Iberos, aos quais mais tarde se juntaram outros povos, tais como os Celtas, os Fenícios, os Gregos e os Cartagineses.

Da fusão de alguns destes povos, principalmente dos Celtas e dos Iberos, resultou um povo, o Povo Lusitano que muito influenciou toda a História da Península Ibérica. (...) Vivia, nessa altura, um pastor nos Montes Hermínios, hoje Serra da Estrela, de nome Viriato, que era muito corajoso, e a quem chamavam “Pastor Guerreiro”.

Pouco a pouco, esse pastor conseguiu reunir alguns milhares de lusitanos que, sob o seu comando, organizaram várias emboscadas contra os Romanos.

O exército romano andava intrigado com tantas derrotas. Para pôr fim a tal facto, não hesitou em contratar três companheiros de Viriato, que o assassinaram à traição enquanto dormia.

No entanto, a resistência dos lusitanos não cessou aqui. Tal era o amor que eles nutriam pela terra onde iria nascer Portugal que elegeram um novo chefe, Sertório.” (*História Prática de Portugal*. Edições Gailivro: 6 e 8)

“Há muitas centenas de anos antes de Cristo (a. C.) nascer, a Península Ibérica era habitada por um povo chamado Ibero. Depois, com o decorrer dos séculos, foram chegando outros povos, como os Celtas, os Fenícios, os Gregos e os Cartagineses.

A mistura destes povos deu origem ao povo Lusitano, do qual nós descendemos.

No século III a. C., a Península Ibérica foi invadida pelos Romanos. O exército romano era muito poderoso e dominou com alguma facilidade a Península Ibérica, à exceção da Lusitânia.

Viriato, um chefe lusitano, iniciou as lutas contra o exército romano, mas acabou por ser assassinado à traição. A luta foi continuada por Sertório, um ex-general romano que resolvera apoiar o povo Lusitano.” (*Estudo do Meio do João*. Edições Gailivro: 33)

“Os Iberos, originários provavelmente do Norte de África, foram o primeiro povo a habitar a Península Ibérica.

Mais tarde surgiram os Celtas, povo guerreiro e agricultor vindo do centro da Europa. Estes dois povos deram origem aos Celtiberos. Entre as tribos celtiberas destacam-se os Lusitanos. Os Lusitanos viviam na região entre os rios Douro e Tejo e são os antepassados dos Portugueses. (...)

Os Romanos eram um povo proveniente de Roma. A conquista da Península Ibérica foi difícil, porque os povos que aí se encontravam resistiram, sobretudo os Lusitanos, comandados por Viriato.” (*Estudo do Meio. Giroflé*. Edições Santillana Constância: 39 e 41)

Nos manuais do 5º ano:

“Acabaste de conhecer alguns aspetos da vida dos Lusitanos, um dos vários povos que se distinguiram na luta contra os Romanos. Um dos chefes mais famosos dos Lusitanos foi Viriato. Pouco se conhece sobre este guerreiro que, utilizando a tática da guerrilha (armadilhas e emboscadas), consegue resistir durante alguns anos ao poderoso exército romano.

Após várias derrotas, os Romanos convenceram alguns companheiros de Viriato a matarem-no enquanto dormia.

As lutas entre Romanos e Lusitanos prolongaram-se por cerca de 200 anos, terminando com a vitória dos Romanos.” (*HGP. História e Geografia de Portugal*. Texto Editora: 43)

“De entre todos os povos peninsulares, um dos que mais resistiram ao poderoso invasor foram os Lusitanos, chefiados por Viriato. Nas Guerras Lusitanas, entre 154 a. C. e 146 a. C., Viriato conseguiu mesmo derrotar os Romanos em várias batalhas, graças sobretudo à tática das emboscadas. Por isso, os Romanos vão subornar três homens de confiança de Viriato, pagando-lhes para que eles o matassem. Viriato acabou por ser assassinado enquanto dormia, o que enfraqueceu a resistência deste povo. De qualquer forma, as guerras lusitanas irão continuar ainda por mais alguns anos.” (*Portugal: o Homem e a Terra*. Didática Editora: 42)⁶⁰

“Nos finais do séc. III a. C., os Romanos entraram em luta contra os Cartagineses pelo domínio do Mediterrâneo Ocidental. Em resultado dessas guerras chegaram à Península Ibérica que procuraram conquistar. Contudo, a conquista foi longa e difícil porque alguns povos peninsulares – como os Lusitanos, os Celtiberos e os Cântabros – opuseram-lhes grande resistência. Por isso, só nos últimos anos do séc. I a. C., os Romanos tomaram posse da Península.

Os Lusitanos foram um dos povos que mais resistiu aos Romanos (...).” (*HistGeo5*. Edições Asa: 41)⁶¹

“Dos povos que habitaram a Península Ibérica, aqueles que mais se destacaram pela sua coragem e oposição ao domínio romano foram os Lusitanos.

Os Lusitanos habitavam a região da Lusitânia, que se situava, aproximadamente, entre os rios Douro e Tejo. Organizavam-se em grupos ou tribos que viviam em pequenas povoações, construídas no cimo dos montes para melhor se protegerem de possíveis ataques.” (*Saber em Ação 5*. Porto Editora: 41)

“Fora da zona dos castros existia uma tribo que se distinguia pelas suas características guerreiras. Era a tribo dos Lusitanos. (...)

Os Lusitanos são um dos exemplos conhecidos de povo que resistiu aos Romanos. Viriato foi chefe dos Lusitanos. Ficou célebre pela sua astúcia, coragem e inteligência no comando dos seus homens. A resistência dos Lusitanos durou muitos anos e a luta manteve-se mesmo depois de Viriato ter sido assassinado a mando dos Romanos.” (*História e Geografia de Portugal*. Porto Editora: 31 e 40)

“Com o tempo, Celtas e Iberos, que viviam em regiões próximas, misturaram-se e deram origem a um novo povo – os Celtiberos. Estes organizaram-se em tribos que se guerreavam frequentemente.

⁶⁰ Este manual conta com uma página (76) dedicada à biografia de figuras consideradas relevantes no âmbito do período histórico abordado no 1º volume: A Península Ibérica: dos primeiros povos à formação de Portugal (século XII). São consideradas figuras relevantes Viriato, Egas Moniz, Afonso Henriques e Gonçalo Mendes da Maia. Relativamente ao primeiro ilustre apresenta-se a seguinte súmula biográfica: “Durante o período de cerca de 200 anos que duraram as guerras dos Romanos na Península Ibérica, distinguiram-se vários chefes locais. O mais famoso de todos na guerra contra os invasores foi Viriato. Vários textos dizem que terá nascido na região da Serra da Estrela. Foi pastor e caçador, tendo depois organizado vários bandos com o objetivo do enriquecimento pessoal. Na verdade porém, não há certeza sequer de ter vivido a norte do rio Tejo. Sabe-se no entanto que era destemido e tinha grandes qualidades de comando. Chefe dos Lusitanos, os seus seguidores, montados a cavalo, praticam uma tática de guerrilha, mudando constantemente de local para não serem apanhados.

Mas um dia, enquanto dormia, Viriato acabou por ser morto à traição. Os responsáveis foram três companheiros de armas que esperavam receber uma recompensa dos Romanos.”

⁶¹ Neste manual encontramos ainda uma pequena rubrica (p. 50) intitulada “Figuras com História” onde dá a conhecer Viriato através da sua estátua de Viseu e do texto: “Viriato nasceu na Lusitânia, provavelmente nas terras a sul do Tejo. Chefe dos Lusitanos, foi um guerreiro destemido que, durante nove anos, não deu tréguas às tropas romanas. Morreu assassinado, à traição, por três homens do seu exército, a mando de Roma.”

Para melhor se defenderem, construíram as suas povoações no alto dos montes, rodeando-as de muralhas – os castros ou citânias. Entre estas tribos de Celtiberos, podemos destacar os Lusitanos, que ocupavam a região que ficava entre os rios Douro e Tejo. (...)

De entre os povos que ofereceram maior resistência, destacaram-se os Lusitanos (povo que vivia na região denominada Lusitânia, situada entre os rios Douro e Tejo). Estes, comandados por Viriato, resistiram durante muitos anos ao invasor, combatendo e utilizando técnicas de guerrilha. Esta resistência manteve-se mesmo após Viriato ter sido assassinado, a mando dos Romanos.” (*Portugal: um Presente com Passado*. Edições Sebenta: 34 e 46)⁶²

“Na Península Ibérica, os Lusitanos lutaram durante 200 anos contra os Romanos.” (*História e Geografia de Portugal cinco*. Lisboa Editora: 38)

“De entre os que se opuseram aos Romanos, os Lusitanos foram os mais combativos”. (*História e Geografia de Portugal*. Santillana Constância: 42)

“O Sul da Península Ibérica foi facilmente dominado pelos Romanos, mas, mais a Norte, alguns povos ibéricos, como os Lusitanos, resistiram à conquista durante cerca de duzentos anos. (...)

Um dos chefes Lusitanos foi Viriato (...). Viriato era temido pelos Romanos que o consideravam um chefe militar corajoso e inteligente. Como não conseguiam vencê-lo em batalha, os Romanos acabaram por negociar paz com ele. Nessa altura, a Lusitânia conseguiu manter a autonomia. Mas, pouco tempo depois, no ano 139 a. C., os Romanos mandaram assassinar Viriato.

Mesmo depois da morte de Viriato, os Lusitanos continuaram a resistir. Só em 19 a. C., os Romanos conseguiram derrotá-los e dominar toda a Península Ibérica.” (*hg-pt 5*. Areal Editores: 55 e 57)⁶³

Nos manuais do 7º ano:

“(…) No Norte e no Oeste, a resistência aos Romanos foi grande, destacando-se os Lusitanos, que viviam em grande parte do atual território português. A partir de 155 a. C., ocorreu a chamada Guerra Lusitana, em que o chefe lusitano Viriato encabeçou a resistência; no entanto, alguns companheiros seus, subornados pelo Romano e conduzidos por Sertório, assassinaram-no em 139 a. C.” (*História 7º Ano*. Santillana Constância Editora: 84)⁶⁴

Uma das tribos que se distinguiu na luta contra os Romanos foi a dos Lusitanos. Estes aliaram-se a outras tribos peninsulares e, utilizando a tática de guerrilha (armadilhas e emboscadas), conseguiram resistir vários anos ao poderoso exército romano.” (*O fio da História*. Texto Editora: 93)

⁶² Relativamente a este assunto, o manual apresenta ainda um pequena chamada lateral designada “Curiosidades” que diz “Viriato, chefe dos Lusitanos, na sua juventude foi pastor como quase todos os jovens da sua tribo. Em 147 a. C., devido às suas características de líder militar, tornou-se chefe de várias tribos e comandou a resistência dos Lusitanos contra os exércitos dos Romanos (p. 46)”.

⁶³ Este manual abre o capítulo (p. 51) relativo aos “Romanos na Península Ibérica” com uma pequena banda desenhada em que é Viriato a personagem que se destaca. Mais adiante, numa rubrica intitulada “Sabias que?” (p. 55) refere-se que “apesar de o território dos Lusitanos não corresponder ao território português, os portugueses identificam-se com este povo e dessa maneira as palavras luso e lusitano tornaram-se sinónimas de português. Por isso se diz, por exemplo, “acordo luso-espanhol” para falar de um entendimento entre Portugal e Espanha.”

⁶⁴ Este texto informativo remete-nos para um documento que é o excerto (adaptado) de Diodoro Sículo, que se refere à “nacionalidade” de Viriato: “Este Viriato era, pois originário dos lusitanos que habitam junto do Oceano. Sendo pastor desde criança, estava habituado à vida na montanha [...]; vivendo constantemente em armas e em combates contra feras e salteadores, tornou-se famoso entre as populações, e foi por elas escolhido para chefe. [...] Pelos seus êxitos nas batalhas [...] ganhou também reputação pela capacidade excecional de liderança.” A propósito deste texto, veja-se Alarcão 2001: 342-343.

“Entre os diferentes povos que ofereceram grande resistência à ocupação romana encontram-se os Lusitanos, um povo que ocupava aproximadamente a região situada entre o Tejo e o Douro. De 147 a 139 a. C., sob o comando de Viriato, os Lusitanos desencadearam uma encarniçada luta de guerrilha que causou pesadas derrotas às legiões de Roma.” (*História Sete*. Raiz Editora: 92)⁶⁵

“Alguns povos que habitavam a Península Ibérica como os Celtas e os Lusitanos resistiram à conquista romana, mas acabaram todos por ser dominados.” (*Missão: História 7*. Porto Editora: 99)

“A conquista da Península Ibérica foi uma tarefa difícil e demorada. Iniciou-se nos finais do século II a. C. e só se concluiu perto do final do século. I a. C. Alguns dos seus momentos mais duros foram, sem dúvida, os combates para dominar um povo da região centro-ocidental da Península: os lusitanos. Estes liderados por Viriato, opuseram uma resistência encarniçada aos invasores romanos e infligiram-lhes várias derrotas. Os Romanos chegaram a propor acordos, mas faltaram à sua palavra, atacando os Lusitanos que tinham aceitado a paz, e subornado três deles para assassinar Viriato, o que veio a acontecer no ano 135 a. C.” (*Hora H 7*. Raiz Editora: 86)⁶⁶

Em grande número de manuais são estas afirmações corroboradas através da transcrição do conhecido excerto, com maiores ou menores adaptações, de Estrabão, da obra *Geografia*, do século I a. C., sobre os Lusitanos⁶⁷:

“Dizem que os lusitanos são muito hábeis nas emboscadas e perseguições, rápidos, espertos e dissimulados (...).

Entre os povos que habitam ao longo do Douro, alguns vivem com grande rudeza; aquecem os seus alimentos com pedras em brasa, banham-se em água fria e tomam apenas uma refeição, singela e frugal (...).

Todos estes habitantes da montanha são sóbrios, não bebem senão água, dormem no chão, usam os cabelos compridos como as mulheres, e apertam-nos com uma faixa. Comem principalmente carne de cabra. Sacrificam cabras, cavalos e prisioneiros a Ares (...).

A região é naturalmente rica em frutos e gados, assim como em ouro, prata e muitos outros metais (...).”

⁶⁵ Ideia reforçada num tópico “Passado Presente” onde se trata o tema Lusitanos, Lusos, Lusíadas e se refere que “Nem a antiga Lusitânia romana nem o espaço habitado pelos Lusitanos (que se estendia pela Espanha adentro) correspondiam ao atual território português. No entanto, pelo menos a partir do século XVI, os Portugueses passaram a considerar-se os verdadeiros descendentes desse povo rebelde e corajoso, considerando Viriato como um dos primeiros heróis da sua história. Deste modo as palavras luso e lusitano passaram a ser sinónimas de português (como por exemplo na expressão «acordo luso-brasileiro»).

Um dos contributos para reforçar esta ligação portuguesa com os Lusitanos deve-se a Luís de Camões. Na verdade, o grande poeta do século XVI, na sua obra-prima *Os Lusíadas*, utiliza esta palavra como sinónimo de Portugueses. Os Lusíadas relatam os grandes feitos heróicos dos Portugueses, sobretudo a Viagem de Vasco da Gama à Índia.”

Este manual tem ainda uma rubrica designada “Outra História” que, neste capítulo, dedica duas páginas a “Viriato, pastor e herói” (p. 94-95), através de um longo texto, onde volta a enaltecer a guerrilha lusitana, e de uma ilustração do herói.

⁶⁶ Registamos a incorreção na data da morte de Viriato.

⁶⁷ Manuais do 5º ano: História e Geografia de Portugal. Texto Editora: 43; *hg-pt 5*. Areal Editores: 56. *Portugal: o Homem e a Terra*. Didática Editora: 42; *Portugal: um Presente com Passado*. Edições Sebenta: 46; *HistGeo5*. Edições Asa: 41; *História e Geografia de Portugal*. Porto Editora: 31.

Manuais do 7º ano: Hora H 7. Raiz Editora: 86. *Missão: História 7*. Porto Editora: 98.

O manual *História e Geografia de Portugal* (Porto Editora: 40) reproduz também um excerto da obra *A Voz dos Deuses*, de João de Aguiar, sobre a resistência lusitana, sem o devido cuidado de distinção entre realidade e romance histórico:

“Viriato esperou que houvesse um pouco de silêncio e depois falou a meia voz:
– Antes que escureça por completo irei mostrar-vos, do alto dos muros, os pontos mais fracos das posições romanas. São quatro; nós vamos dividir os nossos em quatro grupos e romper o cerco por esses pontos. Mas atenção: é preciso que os ataques sejam simultâneos. Quanto a vocês... – e virou-se para nós – transmitam, durante a noite, estas instruções aos homens da minha insígnia, e só a eles.”

Também a estátua de Viriato, em Viseu⁶⁸, é várias vezes utilizada para ilustrar os textos informativos, promovendo o tratamento de Viriato como herói nacional, num período em que Portugal ainda nem sequer existia enquanto país.

Depois desta exposição, que nos escusamos por termos procurado que fosse exaustiva, aspeto que, para nós, se revelava fundamental, vamos coligir um conjunto de informações com base na investigação atual sobre o assunto.

Desde há muito que Jorge de Alarcão (1988: 15-16; 1988a: 47; 1990: 354; 1992: 345; 2001; 2004; 2004a; 2005 e 2006) tem vindo a abordar esta questão, considerando que os Lusitanos não eram um *populus*, mas o nome terá sido aplicado pelos Romanos a um conjunto de *populi* da Beira Interior, posteriormente convertidos em *civitates* pelos Romanos. Se também estes fossem um *populus* teriam sido convertidos em *civitas*, como os restantes. Assim, quando os Lusitanos chegaram às Beiras, seriam já um grupo de *populi* agregados por esse etnónimo comum. Ou seja, considerando que o “etnónimo *Lusitani* é um coletivo que abrangia diversos *populi*” (Alarcão 2001: 294) e que a tradição que os localiza na Serra da Estrela é hoje indefensável, ao contrário do que ainda se escreve nos manuais escolares, que *populi* seriam esses, onde viveriam e qual a sua origem?

Quanto à última questão, perante os testemunhos estudados, parece ser aceitável que eram Indo-Europeus pré-célticos de origem transpirenaica, cá chegados numa invasão ocorrida no início do Bronze Final.

Registe-se também que o território dos Lusitanos não coincide integralmente com a Lusitânia⁶⁹. Esta vasta comunidade étnico-cultural envolveria a Beira Interior portuguesa e

⁶⁸ Manuais do 4º ano: Novo Despertar. Edições Livro Directo: 37 e 39; *Outros Tempos Outras Histórias. A História no estudo do Meio*. Porto Editora: 14)

Manuais do 5º ano: *História e Geografia de Portugal*. Texto Editora: 43; *HistGeo5*. Edições Asa: 50; *hg-pt 5*. Areal Editores: 57; *Saber em Ação 5*. Porto Editora: 41.

Manuais do 7º ano: *Hora H 7*. Raiz Editora: 86. *Portugal: O Homem e a Terra*. Didática Editora: 76.

⁶⁹ São apenas dois os manuais que chamam a atenção para este facto: *hg-pt 5* (Areal Editores) e *História Sete* (Raiz Editora).

parte da Extremadura (província espanhola de Cáceres) (Alarcão 2001: 295; 2004; 2004a; 2005 e 2006).

Jorge de Alarcão (2001) propõe como *populi* que integravam os *Lusitani* do lado atualmente português os *Ocelenses Lancienses*, *Lancienses Transcudani* e *Lancienses Oppidani*, sob o etnónimo coletivo de *Lancienses*; sob o eventual etnónimo de *Tangi*, os *Igaeditani*, os *Tapori* e os *Elbocori*. Do lado espanhol habitariam *Coerenses*, *Calontienses* e os *Caluri*, sob o étnico coletivo *Palanti*. Ou seja, nem os portugueses descendem simplesmente dos Lusitanos, nem estes são um “povo” ou uma “tribo” fechados em si mesmos. Cabe então perguntar a qual dos *populi* terá pertencido Viriato, já que não se duvida da sua nacionalidade lusitana. Segundo Jorge de Alarcão (2001: 342), parece muito provável a hipótese de que os *Lusitani* de Viriato tenham sido sobretudo os *Lusitani* do atual território espanhol, em função da identificação da Sierra de San Pedro com o monte de Vénus ou de Afrodite, do qual, segundo Apiano, Viriato fez o seu ponto de partida. Sabemos também atualmente, graças essencialmente à investigação de Vasco Mantas (Dez. 2003), que o acampamento tradicionalmente associado ao herói, será uma obra de inspiração muçulmana, portanto do período medieval. No entanto, e apesar da investigação em contrário, continua a acreditar-se e a ensinar-se que Viriato era originário do interior profundo do atual território português: visível no seu acantonamento conhecido como “Cava de Viriato” e memorada em 1940 com a estátua brônzea⁷⁰ do herói (cf. Encarnação 2006a), tantas vezes reproduzida nos manuais escolares analisados.

É também referenciado, embora menos, Sertório, o sucessor de Viriato, cujo fim será semelhante: assassinado à traição. Não terá orquestrado a morte do seu antecessor, como se afirma no manual *História 7º Ano* (Santillana Constância Editora: 84), nem terá sobrevivido à memória dos tempos com a mesma intensidade, apesar dos esforços de André de Resende. Sertório, militar conceituado, originário da Península Itálica, onde se acaba por envolver nas lutas civis de final da República, encontrava-se na Mauritânia quando da Hispânia o chamam para liderar as hostes lusitanas contra os Romanos. Mais do que um traidor, Sertório, enquanto líder dos Lusitanos, terá promovido a romanização dos peninsulares (cf. Encarnação 2009b). André de Resende que fez coincidir o território dos Lusitanos com o território nacional, procurou provar que a sua terra natal, Évora, constituiria, ao tempo dos Romanos, uma capital importantíssima e centro de operações de Sertório contra o domínio romano e, à

⁷⁰ Cf. Fabião e Guerra (1998) para uma abordagem aos traços iconográficos desta escultura.

falta de outras provas, forjou um conjunto de epígrafes em honra do seu herói. Assim, proporcionou à sua cidade uma origem remota e lugar de ilustres personagens (cf. Fernandes 1996; Encarnação 2002 e 2009a).

Outra das imagens mais comuns nos textos analisados é a do caráter guerreiro e belicoso dos *Lusitani*. Jorge de Alarcão (2001: 338-342) aborda esta questão, tentando desmontar aquela que parecia uma evidência, até pela localização dos seus povoados em pontos altos, “de natural defesa”. Considera o autor que a localização em pontos altos teria na origem a intervisibilidade: esses lugares avistavam-se uns dos outros, o que suscitaria alguma solidariedade entre populações recentemente chegadas a uma região desconhecida. Assim, sugere que “para além de constituir um treino militar, o período de vivência nos bandos assaltantes poderia ser uma mediação necessária para acesso à cidadania nas aldeias, período em que se definiriam hierarquias de valor pessoal conducentes, mais tarde, a prioridades no exercício do poder e a autoridades diferenciadas no seio dessas aldeias”. Ou então a guerra poderia ser motivada por um conflito de gerações: “Os mais velhos, exercendo o poder na aldeia, e dele excluindo os jovens, conduziam estes à guerra, através da qual os jovens se afirmavam, afinal, como protetores dos mais velhos”. E acrescenta ainda que a constituição de bandos poderia obedecer a outras razões, pois “separadas umas das outras, as aldeias corriam o risco de cair numa existência insularizada, da qual se livrariam pelos casamentos e pelo convívio que, durante uns anos, tinham os jovens procedentes de várias aldeias integrados num mesmo bando onde fortes solidariedades se criariam.”

Ou seja, a imagem tradicional de bandos rivais em permanente conflito pela subsistência não parece ter já qualquer cabimento, até tendo em conta a relação entre a extensão populacional e a capacidade dos solos da região ocupada por estes *populi*. Tal como não parece ter cabimento grande parte do conteúdo transmitido no que a este tema diz respeito.

No que concerne à informação, os manuais são transmissores de um programa oficial estabelecido para as disciplinas. Efetivamente, se os textos são da iniciativa dos seus autores, no 5º ano, em particular, correspondem a rubricas expressas no Programa. Programas feitos certamente por especialistas noutros períodos históricos. Assim, no 4º ano é estabelecido como objetivo “conhecer personagens e factos da história nacional com relevância para o meio local” (*Organização Curricular e Programas. Ensino Básico – 1.º Ciclo. Estudo do Meio* 2004), considerando, portanto, os autores dos manuais que os Lusitanos e os seus

chefes, Viriato e Sertório, são personagens com “relevância” em qualquer meio local. No 2º Ciclo, estabelece-se que as crianças, no 5º ano, devem ser capazes de “referir os lusitanos como exemplo de resistência ao domínio romano” e “caracterizar (económica, social e politicamente) os lusitanos por oposição aos Romanos” (*Metas Curriculares. 2.º Ciclo do Ensino Básico. História e Geografia de Portugal* 2013: 6). No 7º ano, a orientação é mais vaga, estabelecendo-se que os alunos devem “conhecer e compreender a formação do Império e o processo de romanização” (*Metas Curriculares de História. 7º e 8º Anos do 3.º Ciclo do Ensino Básico* 2013: 6). Talvez seja por este motivo que, do conjunto total dos manuais analisados, os três⁷¹ que não têm qualquer referência à questão dos Lusitanos são do 7º ano de escolaridade.

Os manuais consultados chamam a primeiro plano a identidade nacional através dos heróis e dos mitos: os ferozes e audazes Lusitanos comandados pelo destemido Viriato⁷². Constrói-se uma imagem que serve na perfeição o período que vivemos: como nos fazem falta os heróis, qual bravo Viriato capaz de nos defender! É o sentimento patriótico, expresso em afirmações como “a resistência dos lusitanos não cessou aqui. Tal era o amor que eles nutriam pela terra onde iria nascer Portugal que elegeram um novo chefe, Sertório” (*História Prática de Portugal*. Edições Gailivro: 8), que se procura afirmar numa época de globalização. E não são estes tempos inéditos: Viriato e Sertório foram lembrados como grandes heróis pátrios com André de Resende, no século XVI, mas também com *Os Lusíadas* de Luís de Camões, cujas edições se sucedem aquando do domínio filipino ou, mais tarde, por Leite de Vasconcelos (cf. Encarnação 1993-1994 e 2011b).

Verificou-se claramente que estes manuais são reprodutores de valores tradicionalistas, de “amor à Terra” e de condenação à traição. Tal como referimos no início deste capítulo, os manuais contribuem para construir e difundir determinadas representações sociais. E manter esta ideologia é um retrocesso na formação das crianças, é desconhecer a investigação que se está a fazer, mas corresponde a uma necessidade claramente sentida. Já João Inês Vaz (2009: 13) criticava o facto de muita da investigação ficar “entre académicos sem transparecer para o exterior na maior parte dos casos, e sem se transmitir às pessoas a ciência que se vai fazendo”. No entanto, há que sublinhar que boa parte destes manuais têm o apoio científico de conceituados historiadores da época romana, e até, do assunto em

⁷¹ Viagem na História 7. Areal Editores; Gentes na História 7. Areal Editores e Viva a História!. Porto Editora.

⁷² Cf. Amílcar Guerra e Carlos Fabião (1992): artigo que faz uma interessante síntese da construção do mito de Viriato.

concreto, que poderiam fazer essa “ponte”. Outros indicam na bibliografia geral uma obra onde estas questões eram já abordadas⁷³, pelo que não se justifica a manutenção de determinadas informações.

Verificamos, assim, que os manuais são profícuos em documentos, nomeadamente na reprodução de imagens de espaços e/ou objetos do património arqueológico: no entanto, este não é explorado com o objetivo claro de promover aprendizagens concretas. Destacam-se, enquanto um dos bens patrimoniais mais citados, as ruínas de *Conimbriga*. Ao contrário do Rabaçal e do património epigráfico, parcamente reproduzido. Da análise fica mais a ideia de que as imagens servem o efeito gráfico e não pedagógico.

Por outro lado, ao nível do conteúdo, vemos a escola a contribuir para a manutenção de uma mentalidade retrospectiva, agarrada aos valores e grandezas do passado, incapaz de promover cidadãos efetivamente interventivos, capazes de compreender que é a coletividade a responsável pelo (in)sucesso das nações, sendo o lugar dos heróis no Olimpo.

⁷³ Referimo-nos ao livro de Jorge de Alarcão (1988), *O Domínio Romano em Portugal (Viagem na História 7*. Areal Editores; *Viva a História!*. Porto Editora e *História 7º Ano*. Santillana Constância Editora). Um dos manuais (*História 7º Ano*. Santillana Constância Editora) refere também o capítulo deste autor na *Nova História de Portugal* (1990).

**CAPÍTULO III: RUÍNAS ARQUEOLÓGICAS E CIDADANIA – O EXEMPLO DE
CONIMBRIGA E DO RABAÇAL**

3. 1. As ruínas arqueológicas de *Conimbriga* e do Rabaçal

Construir é colaborar com a terra; é pôr numa paisagem uma marca humana que a modificará para sempre; é contribuir também para essa lenta transformação que é a vida das cidades. Quantos cuidados para encontrar a situação exata de uma ponte ou de uma fonte, para dar a uma estrada na montanha a curva ao mesmo tempo mais económica e mais pura...

Marguerite Yourcenar (1997: 109-110)

As memórias constituem-se e reproduzem-se em redes sociais informais. Cabe-nos então verificar qual o impacto que a Arqueologia tem nesse âmbito, quer ao nível pedagógico, quer como instrumento de desenvolvimento auto-sustentado. E nesse sentido é da responsabilidade dos técnicos prepararem “percursos onde a linguagem do investigador se encontre com a linguagem da população e dos públicos” (Pessoa, Santos e Rodrigo 1999b: 163).

Conimbriga e Rabaçal localizam-se no distrito de Coimbra, nos concelhos de Condeixa-a-Nova e de Penela, respetivamente, na margem esquerda do rio Mondego, a cerca de 30 Km da costa atlântica. As duas estações arqueológicas, de dimensão e estatuto diferente, a primeira monumento nacional e a segunda classificada recentemente como sítio de interesse público (Portaria nº 431-D/2013, publicada no *Diário da República* nº 124, 2º Suplemento, série II, de 01/07/2013), são testemunho da presença romana no atual território nacional.

A população envolvente de *Conimbriga* apresenta algumas características suburbanas, devido à sua proximidade de Condeixa-a-Nova e de Coimbra. Já o Rabaçal é uma aldeia da Serra de Sicó, onde a população apresenta uma forte ligação ao trabalho agrícola, destacando-se a produção do queijo, misto de leite de cabra e de ovelha.

Em 1905, no *Guia Ilustrado do Viajante em Portugal*, que se apresentava como “um guia elucidativo do viajante que deseja admirar as principais curiosidades artísticas, históricas e naturais do nosso país” (Júnior e Morgado 1905: Preâmbulo), há uma referência a *Conimbriga*. Aí se referia (p. 108) “Castro Romano – (Condeixa a Velha) que os archeologos mais entendidos dizem ter sido a antiga Conimbrica, que a avaliar pela extensão e fortaleza dos destroços devia ser um vasto centro populoso”.

Já recentemente, embora nomeadas, ficaram de fora das “7 Maravilhas de Portugal”, reveladas a 7 de Julho de 2007 no Estádio da Luz, decorrente de votação nacional.

O sítio do Rabaçal teve sempre pequena projeção nos levantamentos patrimoniais locais. Veja-se o caso da obra de Mário Nunes (1989) sobejamente conhecida, onde o autor dedica 26 páginas ao concelho de Penela e apenas um parágrafo às ruínas romanas do Rabaçal (p. 188), referindo-se à fixação humana na área em tempos remotos, visível nos “mosaicos, as colunas, as telhas, os tijolos, os vidros, as mós, os chocalhos de animais, as moedas e outro material e utensílios da época romana, encontrados nas escavações da “vila” romana, há quatro anos”. Há treze anos atrás (1999b: 163), Miguel Pessoa, Sandra Santos e Lino Rodrigo escreviam, relativamente aos sítios arqueológicos de *Conimbriga* e do Rabaçal que “temos exposições permanentes, temporárias e itinerantes, diaporamas, vídeos e publicações de vária índole, reproduções fidedignas de peças originais, embriões de malas museológicas e trabalhos em atelier – elementos mediáticos de divulgação. Estes materiais acrescidos da oralidade própria de animadores e intérpretes são elementos que tornam os nossos locais mais compreensíveis e atraentes”. Seriam efetivamente. Perguntamos nós onde ficaram as intenções. A que deram resultado os embriões? Também estes autores referiam que o museu de uma estação arqueológica reúne condições ideais para ali decorrer a recolha, estudo, conservação e apresentação do património. No entanto, falta a criação de condições para a realização de experiências pedagógicas, em simultâneo às tarefas museológicas, que respondam a um público cada vez mais conhecedor e exigente. A interligação dos sítios é fundamental para o conhecimento do quadro real da dominação romana, apelo feito no âmbito do programa “Todos os caminhos vão dar a Roma” (ICOM/CECA: Conselho Internacional de Museus/Comité Internacional do ICOM para a Educação e Ação Cultural).

Em 1999 (p. 165-166) Miguel Pessoa, Sandra Santos e Lino Rodrigo davam conta da intenção de preparar uma ação “A nota do dia”, em que revelariam ao longo dos 365 ou 366 dias do ano uma faceta do impacto da civilização romana no nosso dia-a-dia (no alfabeto, no vocabulário, nos meses, nas estações do ano, na origem de cultos e festas cíclicas, na toponímia...). Davam igualmente conta da realização de cursos de iniciação a vários temas, como: a prática e divulgação dos jogos romanos; a realização de torneios interescolas; a colaboração para a criação de Clubes de Arqueologia; a preparação de alunos para receber e acompanhar alunos e professores de escolas mais distantes; a passagem de textos explicativos com a caligrafia própria da idade dos alunos; a realização de publicações em Braille, plantas e

desenhos em relevo; a participação da população e dos jovens, em particular, nas campanhas arqueológicas; o encontro entre mosaicistas contemporâneos com artífices que usem o corte de pedra à maneira da Antiguidade Clássica (foi deste encontro que resultou a execução, nesta técnica, dos desenhos de José Luís Madeira e de Eduardo Nery, pela mão e escacilhadeira de Afonso Oliveira). Procuraram também pôr em contacto com a população local aqueles que visitam o espaço, de forma a valorizar os produtos locais e tradicionais e a aumentar a auto-estima das populações.

Esta era a realidade? E hoje em dia? Verdade é que os locais são publicamente conhecidos, de tal forma que muitas empresas se querem associar a eles, usando abusivamente a imagem/nome de *Conimbriga* e do Rabaçal nos mais diversos produtos: desde a designação de uma urbanização a poucos quilómetros de *Conimbriga* ao uso da figura do Outono dos mosaicos do Rabaçal pela marca de vinho “Terras de Sicó”.

Em *Conimbriga*, na cafetaria/restaurante, eram apreciados os jogos evocados em pintura mural e postos à disposição do público; era também significativo o facto de, no restaurante, existirem pratos inspirados em receitas romanas, o que fazia deste espaço não só de apoio e consumo, mas também espaço museológico.

Os mesmos autores (1999b: 169) referem que são realizados incentivos junto das escolas, dos professores e seus sindicatos, através de ações de formação que garantem a preparação de visitas, com autonomia, aos lugares.

Vamos, então, mais aturadamente, tratar cada um destes sítios.

O Rabaçal é um lugar periférico a Coimbra, ainda marcadamente rural, origem, aliás, do produto que lhe dá fama: o queijo do Rabaçal. A este se juntam as ruínas que se pretendem “capitalizar em termos de reforço de auto-estima local⁷⁴ e como captação de turismo cultural e social”, transformando-se em “pretexto e instrumento de crescimento e desenvolvimento do território de Penela” (Pessoa, Santos e Rodrigo 1999a: 508). Desenvolvimento que os autores assumem que deve ser primeiramente local e, daí, a necessidade de trabalharem com várias instituições, desde a Associação de Amigos da *Villa Romana*, à Escola do Ensino Básico e Pré-Primário e outros elementos locais como os reformados, bombeiros, cantoneiros e Associação de Produtores. Assumem que não se pretende um turismo de massas, mas o

⁷⁴ A valorização do património da *villa* romana do Rabaçal como fator de autoestima é também objetivo do Centro de Apoio ao Turismo Cultural e Social em Meio Rural – “Rabaçal, Aldeia Cultural”.

privilegiar de contactos nas escolas, grupos de investigação, associações de defesa do património, associações locais e autarquias, com a participação ativa da população.

Os vestígios romanos no local conhecem-se, pelo menos, desde 1904, tendo em conta a referência de António dos Santos Rocha (1905: 144) no *Catálogo Geral* do Museu Municipal da Figueira da Foz. No entanto, as escavações sistemáticas e continuadas no local começaram apenas em 1984, decorrentes do projeto de investigação, iniciado em 1979, sobre o povoamento no *territorium* do *municipium* de *Conimbriga*.

A *villa* romana do Rabaçal é um museu polinucleado, repartido por três pólos principais:

- o espaço-museu, situado na aldeia do Rabaçal;
- a estação arqueológica da *villa* tardo-romana, junto à aldeia de Ordem;
- a vista panorâmica do Miradouro de Chanca, dotado de painel explicativo sobre os diferentes pontos de interesse na paisagem, constituindo-se como um olhar sobre diversos tipos de ocupação.

O espaço-museu do Rabaçal conta com um espaço expositivo, construído a expensas da autarquia de Penela, e que integra em permanência seis temas principais referentes ao “ontem” e ao “hoje”: os quatro primeiros sistematizados tendo em conta os materiais em presença; o quinto é dedicado ao homem e à mulher enquanto fazedores e refazedores de paisagem; o sexto é marcado pela ideia do inacabado⁷⁵.

A *villa* romana foi construída em meados do século IV e habitada até ao século V ou VI e encontra-se a meia encosta do fértil vale do Rabaçal. Trata-se de uma quinta agrícola, residência de uma família nobre, onde foram identificadas a *pars urbana* ou residência senhorial, o balneário e a olaria, a *pars rustica* ou casa de lavoura e seus anexos de produção, as nascentes e os sistemas elevatórios de água. Instalações que estariam em ligação direta com o “fundus”, ou propriedade agrícola, através de estradas privadas. Próximas da *villa* estavam as estradas imperiais que permitiam o escoamento de produtos, a chegada e partida de homens... Já no século XVI, os antigos fundamentos nobres e os pavimentos ricos de mosaico, bem como o balneário serão escolhidos para repouso de catorze sepulturas.

O espaço proporciona a ligação do património do período romano ao do nosso quotidiano, em particular do quotidiano local, onde ainda se podem ver “as eiras, as estruturas e os engenhos de água próximos da *villa* romana, como sejam as picotas, as noras, os poços,

⁷⁵ Cf. Pessoa, Santos e Rodrigo (1999a) onde se descreve todo o programa expositivo do espaço-museu.

as nascentes, as fontes e os aquedutos que, viabilizando a vida, contribuem, ainda hoje, para entender como aquele estabelecimento romano se implantou no local”, onde se “ouvem os chocalhos das cabras e das ovelhas que pastam nos prados e que hão-de dar bom queijo”, onde se cheiram “os odores das lenhas queimadas nas chaminés e os das plantas, consoante as estações, tão alegoricamente representadas em mosaico”, onde se pode consumir “a rica e diversa culinária, o azeite, o mel, as nozes e o vinho local” (Pessoa, Santos e Rodrigo 1999a: 507).

Parece-nos, porém, longe de concretizar o sonho de equipa de que o Rabaçal “se transforme num centro do mundo” (Pessoa, Santos e Rodrigo 1999a: 510).

*Conimbriga*⁷⁶, sítio bem mais conhecido, aparece mencionada como antiga povoação romana desde o século XVI, mas cuja dinâmica é determinada pela ligação à Universidade de Coimbra. Situação que se evidencia quando, em 1929, a Universidade de Coimbra, onde então lecionava Vergílio Correia, compra um terreno de cerca de 2500 m² na área arqueológica com o intuito de ali criar um espaço de trabalho complementar ao ensino da Arqueologia.

Em 1930, realiza-se o *XV Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie Pré-historique* no Porto e em Coimbra. Com o intuito de incluir *Conimbriga* no roteiro das visitas dos participantes gerou-se um programa extenso de escavações e restauro das ruínas.

Entre 1951, ano de assumpção de J. M. Bairrão Oleiro como responsável pelas escavações, até 1955, o principal objetivo terá sido o da consolidação e restauro de mosaicos. Em 1955, pelo empenho pessoal do Ministro das Obras Públicas, o Engenheiro Arantes e Oliveira, iniciou-se uma nova fase em que a área arqueológica foi vedada e se fizeram novos restauros e consolidações. Esta fase é coroada com a inauguração do seu Museu Monográfico, em 1962.

Um fôlego determinante acontece entre 1964 e 71 com as campanhas de escavações luso-francesas, cuja publicação conferiu projeção internacional ao sítio.

⁷⁶ Cf. Fabião 1997, que faz o quadro institucional da Arqueologia do período clássico em Portugal, a partir do desenvolvimento e ação de instituições especificamente relacionadas com práticas arqueológicas, estudando em particular os sítios de Tróia e de *Conimbriga*.

3.2. As ruínas na imprensa local e regional

O potencial pedagógico do património não se reduz à educação formal. É fundamental o seu contributo para a educação não formal, destinada à generalidade da população. Procurámos medir esse contributo através da análise do impacto destes dois sítios na imprensa local, tendo presente, no entanto, que o jornalismo está atualmente cada vez mais comprometido com as empresas patrocinadoras e não com os interesses dos leitores. Vemos como facilmente a opinião acerca de um produto/indivíduo se forma através dos meios de comunicação. A sua própria valoração depende de serem ou não retratados pelos meios de comunicação social, são eles que credibilizam ou destroem.

Para que uma notícia seja impressa e chegue ao domínio público ela passa no critério de “noticialidade”: relevância, proximidade, importância científica... No caso da imprensa local, espera-se que o critério de proximidade seja determinante, embora as notícias nacionais e internacionais estejam presentes.

Fizemos uma pesquisa a nível local, tendo sido analisados 8 jornais de âmbito local, desde a primeira publicação até ao dia 31 de dezembro de 2010. Foi feita a pesquisa de notícias relativas às ruínas de *Conimbriga* e às do Rabaçal. Toda a análise se realizou com o objetivo de observar o comportamento destes jornais locais no que respeita aos espaços arqueológicos identificados: saber qual o papel que os jornais locais têm na produção e reprodução da representação social dos espaços na comunidade. A ideia central subjacente à análise do material recolhido é que há uma representação social positiva sobre estes locais associada essencialmente ao turismo.

Todo o material recolhido foi submetido a uma análise de conteúdo qualitativa (o sentido que se pode atribuir às palavras, aos temas ou às personagens) e quantitativa (a frequência com que surgem notícias relacionadas com o tema em pesquisa). A unidade de registo é a referência, no título da notícia, a *Conimbriga* ou à *villa* romana do Rabaçal. Seleccionámos igualmente notícias cujo tema vai ao encontro da unidade de registo.

Dos oito jornais locais pesquisados, três são do concelho de Penela, quatro do concelho de Condeixa e um jornal de âmbito mais amplo à área de Coimbra: o *Diário de Coimbra*. A escolha deste fez-se por ser o primeiro jornal diário na urbe e região do Mondego

com uma visibilidade que mantém até à atualidade e por ter uma amplitude regional que vai claramente para além da cidade de Coimbra.

O *Diário de Coimbra* nasce, em Coimbra, a 24 de maio de 1930, apresentando-se como “jornal regionalista, defensor dos interesses das Beiras”, referindo como objetivos, no editorial do seu número zero, o “número espécime”, a 24 de abril de 1930, a “defesa e divulgação das riquezas naturais, económicas e artísticas da região, bem como dos seus direitos e das suas nobres pretensões”. Este periódico esteve suspenso em 1945, por um ano, graças a “um pequeno escrito sobre o Max do Trapézio Voador em que o Governo da Ditadura via em Max o Dr. Maximino Correia, Reitor da Universidade de Coimbra, e no empresário que nem sequer foi ao seu enterro o próprio Salazar” (Nunes 2000: 7). A publicação irá, no entanto, manter-se, pelo que a pesquisa percorreu todos os números, desde o primeiro até ao publicado a 31 de dezembro de 2010.

Relativamente aos concelhos de Condeixa e de Penela apuraram-se quais os jornais que, no passado, ali existiram. Do concelho de Penela, consultou-se o *Notícias de Penela* e a *Voz de Penela*, ambos já extintos, e ainda o jornal atualmente existente *Região do Castelo*.

O *Notícias de Penela* foi inicialmente publicado entre 1 de novembro de 1934 e 1946, sendo um quinzenário “republicano nacionalista defensor dos interesses da região do concelho de Penela”. Reinicia a publicação, mensalmente, a 1 de agosto de 1988 até finais do século XX, afirmando-se então como um “órgão regionalista, independente e pluralista do concelho de Penela”.

A *Voz de Penela* publica-se de 20 de janeiro de 1960 até meados da década de 70 do século XX. Quinzenário inicialmente, passa a mensal, sendo propriedade das Paróquias de S. Miguel e Santa Eufémia.

Consultámos ainda o jornal *Região do Castelo*, jornal atual do concelho de Penela; publicado desde 25 de setembro de 2008, começou como semanário, passando a quinzenário em março de 2009.

Do concelho de Condeixa consultaram-se o *Jornal de Condeixa*, *A Justiça*, *O Povo de Condeixa* e o *Jornal da Fundação Concelho de Condeixa*.

O *Jornal de Condeixa* pretendia “preencher o vazio existente e contribuir para o desenvolvimento sócio-económico-cultural do concelho”. Teve a primeira publicação a 18 de julho de 1896, tendo reiniciado a publicação a 5 de outubro de 1990 e desaparecendo no final do século passado.

O jornal *A Justiça*, jornal republicano de cariz essencialmente político, cuja publicação se inicia a 3 de agosto de 1911, foi igualmente analisado. Não se sabe quando acabou e qual a periodicidade.

O *Povo de Condeixa*, “semanário independente”, e do qual foram publicados apenas cinco números entre 29 de outubro de 1910 e 26 de novembro de 1910. É substituído pelo semanário *Voz do Povo*, a 3 de dezembro de 1910, “que pugnará pelos interesses dos concelhos de Condeixa, Penela e Miranda do Corvo”, também de curta duração.

Por último, consultou-se o *Jornal da Fundação Concelho de Condeixa*, com início a 7 de março de 1996 e publicado até aos primeiros anos deste século. Começou como mensal, tendo-se tornado irregular. A “defesa e a promoção dos valores culturais do concelho de Condeixa e das populações no respeito da componente essencial da fé cristã, constituem um dos fins a que a Fundação Concelho de Condeixa” se propõe.

Na atualidade não se publica nenhum jornal neste concelho.

A primeira consideração a fazer é a de que, em relação a Condeixa, apesar do número de jornais, apenas na publicação *Jornal da Fundação Concelho de Condeixa* se detetaram três notícias relativas a *Conimbriga*. Nas outras publicações nenhuma referência foi encontrada. Situação que se pode explicar, por um lado, pelo cariz político das publicações (o caso do jornal *A Justiça*) e, por outro, pelo facto de as publicações serem do início do século XX. Na realidade, só o *Jornal de Condeixa* e o *Jornal da Fundação Concelho de Condeixa* têm publicações mais atuais. Não deixa, no entanto, de ser sintomático o facto de apenas nos surgirem três notícias relativas a *Conimbriga*, o que parece incongruente com a dimensão mediática nacional do sítio.

O *Jornal Voz de Penela* não tem qualquer notícia das ruínas do Rabaçal, mas várias sobre o queijo. É, aliás, essa uma característica: o queijo do Rabaçal é ainda o principal produto de reconhecimento da região. Outra característica deste sítio é o facto de a referência à *villa* romana do Rabaçal ser feita de forma integrada na aldeia, o que não acontece em *Conimbriga*. Aqui o espaço arqueológico está claramente separado de Condeixa-a-Nova e não só espacialmente. Parece ressaltar uma demarcação clara entre as ruínas e a cidade, cada uma tem vida própria. Já no Rabaçal transparece a ideia de que a *villa* romana não tem vida própria e a aldeia é, no conjunto, uma valência protagonizada pelo queijo.

Em termos de material de análise, o *Diário de Coimbra* foi claramente o mais frutífero. Assim, dos 80 anos de publicação, que nos permitiram a pesquisa em cerca de

29200 jornais, detetámos 437 notícias cujo título nos remete para *Conimbriga*; 39 que não respeitando diretamente a *Conimbriga*, lhe fazem referência; 71 referentes à *villa* romana do Rabaçal e 7 que indiretamente se lhe referem. Identificámos ainda 6 notícias conjuntas.

Nos restantes jornais locais encontrámos 15 referências ao Rabaçal e 5 a *Conimbriga*.

Relativamente ao sítio de *Conimbriga* e começando a análise pelo jornal de maior dimensão, o *Diário de Coimbra*, verificamos que as notícias sobre este sítio vão surgindo com alguma regularidade, apesar da ausência de referências entre 1931 e 1932 e nos anos de 1935, 1937, 1942, 1945 (em virtude do encerramento do jornal), 1946-1947, 1954-1955 e 1957. Encontram-se diferentes tipos de notícias: visitas ao local, escavações, o museu e espetáculos. Cerca de 50% (216 notícias) das notícias analisadas dizem respeito a pequenas notas publicadas na rubrica dedicada à região, que foi assumindo ao longo do tempo diferentes designações⁷⁷, inseridas no espaço dedicado a Condeixa, ao lado de notas relativas aos “buracos em Condeixa”, ao “horário das missas dominicais” ou ao “Mau tempo para a Agricultura” (cf. Estampa XII, 25-26 e XIII, 27). Estas pequenas notas⁷⁸ começam a ser

⁷⁷ *O Diário nas Beiras, Vida Regional, Vida e Aspectos Regionais, Regional, Região das Beiras, Pelas Beiras e ainda Região.*

⁷⁸ Encontram-se publicadas no *Diário de Coimbra* de 15 de junho de 1934: 2; 8 de julho de 1939: 4; 11 de julho de 1939: 3; 7 de Setembro de 1939: 2; 3 de Dezembro de 1939: 1; 13 de maio de 1940: 2; 22 de maio de 1940: 2; 18 de Junho de 1940: 2; 28 de Junho: 2; 28 de Setembro de 1940: 2; 22 de Dezembro 1940: 2; 13 de maio de 1941: 2; 16 de maio de 1941: 2; 6 de Julho de 1941: 2; 7 de maio de 1949: 2; 10 de março de 1950: 2; 16 de março de 1950: 2; 31 de março de 1950: 2; 1 de maio de 1950: 2; 5 de maio de 1950: 2; 19 de maio de 1950: 2; 7 de junho de 1950: 2; 19 de julho de 1950: 2; 30 de outubro de 1950: 2; 8 de dezembro de 1950: 2; 14 de abril de 1951: 2; 25 de maio de 1951: 2; 26 de maio de 1951: 2; 21 de agosto de 1951: 2; 6 de agosto de 1952: 2; 28 de Março de 1953: 2; 10 de maio de 1953: 2; 11 de julho de 1953: 1; 9 de abril de 1956: 2; 27 de abril de 1956: 2; 20 de fevereiro de 1958: 2; 6 de novembro de 1958: 2; 15 de janeiro de 1959: 2; 30 de janeiro de 1959: 2; 6 de fevereiro de 1959: 2; 19 de março de 1959: 2; 27 de março de 1959: 2; 3 de abril de 1959: 2; 30 de abril de 1959: 2; 7 de maio de 1959: 2; 12 de maio de 1959: 2; 16 de maio de 1959: 2; 26 de maio de 1959: 2; 12 de junho de 1959: 2; 23 de junho de 1959: 2; 25 de junho de 1959: 2; 12 de julho de 1959: 2; 31 de julho de 1959: 2; 9 de setembro de 1959: 2; 6 de novembro de 1959: 2; 13 de novembro de 1959: 2; 1 de dezembro de 1959: 2; 8 de dezembro de 1959: 2; 25 de dezembro de 1959: 2; 7 de janeiro de 1960: 2; 17 de janeiro de 1960: 2; 7 de fevereiro de 1960: 2; 23 de março de 1960: 2; 2 de abril de 1960: 2; 28 de abril de 1960: 2; 8 de junho de 1960: 2; 21 de agosto de 1960: 2; 15 de setembro de 1960: 2; 25 de setembro de 1960: 2; 20 de novembro de 1960: 2; 31 de dezembro de 1960: 2; 5 de janeiro de 1961: 2; 16 de fevereiro de 1961: 2; 3 de março de 1961: 2; 15 de março de 1961: 2; 12 de maio de 1961: 2; 20 de julho de 1961: 2; 18 de agosto de 1961: 2; 28 de setembro de 1961: 2; 11 de novembro de 1961: 2; 24 de novembro de 1961: 2; 8 de dezembro de 1961: 2; 7 de janeiro de 1962: 2; 3 de fevereiro de 1962: 2; 17 de fevereiro de 1962: 2; 23 de fevereiro de 1962: 2; 14 de abril de 1962: 2; 4 de agosto de 1962: 2; 25 de agosto de 1962: 2; 31 de agosto de 1962: 2; 11 de setembro de 1962: 2; 21 de setembro de 1962: 2; 28 de setembro de 1962: 2; 1 de novembro de 1962: 2; 7 de dezembro de 1962: 2; 15 de fevereiro de 1963: 2; 15 de março de 1963: 2; 21 de março de 1963: 2; 19 de abril de 1963: 2; 28 de abril de 1963: 2; 23 de maio de 1963: 2; 31 de maio de 1963: 2; 3 de julho de 1963: 2; 19 de julho de 1963: 2; 14 de agosto de 1963: 2; 20 de agosto de 1963: 2; 3 de outubro de 1963: 2; 12 de outubro de 1963: 2; 20 de dezembro de 1963: 2; 4 de janeiro de 1964: 2; 14 de janeiro de 1964: 2; 26 de janeiro de 1964: 2; 18 de abril de 1964: 2; 21 de julho de 1964: 2; 15 de agosto de 1964: 2; 10 de março de 1965: 2; 18 de março de 1965: 2; 14 de abril de 1965: 2; 25 de abril de 1965: 2; 6 de maio de 1965: 2; 1 de junho de 1965: 2; 19 de junho de 1965: 2; 30 de junho de 1965: 2; 28 de agosto de 1965: 2; 9 de setembro de 1965: 2; 26 de janeiro de 1966: 2; 26 de abril de 1966: 2; 30 de abril de 1966: 2; 17 de maio de 1966: 2; 31 de maio de 1966: 2; 21 de junho de 1966: 2; 6 de

publicadas em 1934 e mantêm-se até 1988, sendo mesmo a única referência ao sítio em vários anos⁷⁹. Outra das características destas notas é o facto de o texto se repetir ao longo dos anos com poucas ou nenhuma alteração. O número destas pequenas notícias e o próprio conteúdo poderia denotar o reconhecimento local da valência turística do espaço arqueológico; no entanto, o facto de, ao longo de 54 anos, estas notícias ficarem remetidas para um lugar de menor relevância no jornal e serem assinadas quase na totalidade por C. (o que pode explicar os textos repetitivos), pode indiciar não o reconhecimento das valências locais⁸⁰, mas o aproveitamento do correspondente local de textos já elaborados. O reconhecimento público materializado neste jornal parece chegar mais tarde, a partir da década de 90.

Trata-se, então, de pequenas notícias referentes às visitas de “excursionistas”, portugueses e estrangeiros, ao espaço, o que demonstra que desde cedo as ruínas são um espaço arqueológico contemplado nos roteiros turísticos individuais e/ou de grupo. A título de exemplo:

“Ultimamente, esta localidade tem sido visitada por grande número de excursionistas, que muito têm admirado as ruínas da antiga cidade de Conímbriga, dos romanos” (15 de Junho de 1934: 2) ou “Têm sido extraordinariamente visitadas as famosas Ruínas Romanas de Conímbriga, na vizinha histórica aldeia de Condeixa-a-Velha, a 2

julho de 1966: 2; 19 de julho de 1966: 2; 1 de setembro de 1966: 2; 3 de novembro de 1966: 2; 10 de novembro de 1966: 2; 16 de fevereiro de 1967: 2; 4 de março de 1967: 2; 13 de abril de 1967: 2; 25 de abril de 1967: 2; 27 de maio de 1967: 2; 2 de junho de 1967: 2; 24 de junho de 1967: 2; 20 de agosto de 1967: 2; 3 de novembro de 1967: 2; 9 de janeiro de 1968: 2; 14 de abril de 1968: 2; 11 de maio de 1968: 2; 7 de agosto de 1968: 2; 27 de agosto de 1968: 2; 1 de fevereiro de 1969: 2; 25 de fevereiro de 1969: 2; 25 de abril de 1969: 2; 14 de maio de 1969: 2; 22 de maio de 1969: 2; 29 de maio de 1969: 2; 22 de junho de 1969: 2; 15 de julho de 1969: 2; 2 de agosto de 1969: 2; 28 de setembro de 1969: 2; 15 de outubro de 1969: 2; 26 de novembro de 1969: 2; 4 de janeiro de 1970: 2; 28 de janeiro de 1970: 2; 22 de fevereiro de 1970: 2; 26 de fevereiro de 1970: 2; 20 de março de 1970: 2; 19 de maio de 1970: 2; 12 de novembro de 1970: 2; 21 de abril de 1971: 2; 7 de maio de 1971: 2; 18 de maio de 1971: 2; 29 de julho de 1971: 2; 16 de dezembro de 1971: 2; 6 de agosto de 1972: 2; 19 de setembro de 1972: 2; 3 de outubro de 1972: 2; 5 de outubro de 1972: 4; 15 de dezembro de 1972: 6; 2 de fevereiro de 1973: 2; 10 de abril de 1973: 2; 26 de abril de 1973: 2; 29 de maio de 1973: 2; 12 de julho de 1973: 2; 4 de agosto de 1973: 2; 13 de novembro de 1973: 2; 21 de novembro de 1973: 2; 31 de janeiro de 1974: 2; 23 de fevereiro de 1974: 2; 19 de setembro de 1974: 2; 4 de agosto de 1975: 3; 21 de junho de 1976: 2; 26 de janeiro de 1977: 2; 9 de fevereiro de 1977: 2; 7 de abril de 1977: 2; 12 de maio de 1977: 2; 15 de agosto de 1977: 7; 29 de maio de 1978: 2; 14 de setembro de 1978: 2; 1 de maio de 1979: 6; 5 de setembro de 1979: 2; 25 de dezembro de 1979: 2; 23 de abril de 1980: 2; 29 de agosto de 1980: 2; 31 de outubro de 1980: 2; 8 de novembro de 1980: 2; 4 de abril de 1981: 2; 9 de junho de 1981: 2; 7 de julho de 1981: 2; 23 de junho de 1982: 2; 28 de maio de 1983: 2; 15 de agosto de 1984: 4; 21 de setembro de 1985: 4; 21 de agosto de 1986: 4; 14 de outubro de 1986: 4; 14 de maio de 1988: 7; 11 de novembro de 1988: 7.

⁷⁹ Nos anos de 1951, 1952, 1953, 1956, 1958, 1959, 1960, 1961, 1962, 1963, 1964, 1965, 1966, 1967, 1968, 1969, 1970, 1971, 1972, 1973, 1974, 1975, 1976, 1977, 1979, 1981, 1982, 1983 e 1988.

⁸⁰ Veja-se, aliás, o artigo publicado no *Diário de Coimbra* a 2 de julho de 1980: 2, “Problema das Ruínas de Conímbriga discutido na Assembleia Municipal”, onde se refere que as ruínas de *Conímbriga*, “para além de serem um rico património cultural, não contribuem de modo algum para a economia do concelho, por falta de

quilómetros desta vila” (16 de março de 1950: 2) ou ainda “Com o bom tempo as afamadas ruínas romanas de Conimbriga são visitadas todos os dias por caravanas de excursionistas vindos de todos os pontos do país. Todos retiram maravilhados com as famosas ruínas. Nota-se a falta de sinalização dentro desta vila” (31 de Março de 1950: 2).

De acordo com as características socioculturais da época, dão indicação dos “visitantes ilustres” que as procuram, como a “alta individualidade do Estado Novo, General António Baptista Justo” (7 de setembro de 1939: 2)⁸¹.

Diretamente relacionado com o interesse escolar do local, temos onze⁸² referências a visitas de estudo, algumas com demorada explanação do sítio, como é o caso da que dá conta da visita realizada pela Escola Livre das Artes do Desenho, em que os alunos “transportados em *auto-cars* de boa construção, sem o incómodo da trepidação” foram “deliciando a vista com o descortinar das povoações, das casas, dos arvoredos, que formavam quadros de beleza, motivo de encantamento” (16 de abril de 1934: 1).

Realça-se que nestas se aproveita para reclamar a necessidade de se criar “no próprio local um museu onde se pudessem ver todos os valiosos objectos que de lá foram desenterrados” (6 de Agosto de 1952: 2), para exigir melhores condições de acesso às ruínas⁸³ ou para reclamar a necessidade de uma pousada⁸⁴. A partir de abril de 1960 começam a ser

restaurantes típicos ou outros meios de exploração, em que cerca de 250 mil pessoas, que visitam as Ruínas anualmente, poderiam gastar algum dinheiro, que como é natural serviria de desenvolvimento à região”.

⁸¹ Além desta referência, registámos outras nos jornais de 8 de julho de 1939: 4; 11 de julho de 1953: 1 e 3 de abril de 1959: 2.

⁸² Datam as notícias de 16 de abril de 1934: 1; 5 de agosto de 1936: 1; 3 de dezembro de 1939: 1; 13 de maio de 1940: 2; 22 de maio de 1940: 2; 13 de maio de 1941: 2; 7 de maio de 1949: 2; 25 de maio de 1951: 2; 21 de março de 1963: 2; 21 de julho de 1964: 2; 15 de agosto de 1964: 2.

⁸³ Existem pequenas notas onde a única referência é mesmo relativa às condições de acesso às ruínas, seja pela necessidade de colocação de placas que indicassem a direção para as ruínas de *Conimbriga* (22 de Dezembro de 1940: 2; 27 de Abril de 1956: 2), pelo estado das árvores “do ramal da Estrada das Ruínas de Conimbriga” (26 de maio de 1951: 2), pelo desejo de que sendo *Conimbriga* “um dos principais motivos turísticos da Região Centro” não se incluam “em qualquer cruzeiro da Região Centro, sem que primeiro se providencie para que a estrada nacional 342 e todos os acessos a Condeixa – ponto de passagem obrigatório – sejam dignamente reparados”, sendo esta “uma triste imagem que damos de Portugal” (26 de maio de 1983: 2) ou pelas construções indevidas “sem qualquer estética” que “se têm construído nos terrenos laterais da Estrada Nacional nº 342, entre Condeixa e as Ruínas de Conimbriga” (24 de Março de 1987: 5). Refira-se ainda a indignação de um cidadão sobre “as obras da variante sul de Condeixa” que “estão a rasgar os terrenos da zona protegida das Ruínas (22 de outubro de 1996: 2) e a resposta da diretora do Museu Monográfico de Conimbriga, Adília Alarcão (28 de outubro de 1996: 2).

⁸⁴ Já em 1941 (6 de Julho: 2), numa nota intitulada “Ruínas Romanas de Conimbriga” se faz notar a “falta da Pousada do Turismo”. Preocupação que vai permanecendo ao longo do tempo, registando-se em 1971 (3 de Junho: 2) uma nota “Falta uma Pousada em Conimbriga” em que se escreve como “Conimbriga sente, amargamente, a falta de uma pousada, o que implica a verdadeira ausência de turismo numa terra onde esta indústria poderia ser um verdadeiro fulcro de expansão e fenómenos irradiantes”. Finalmente, a 25 de março de 2002 (p. 9), ficamos a saber que “um projeto para construção de um hotel de três estrelas junto a Conimbriga” deveria entrar nesse ano na Câmara de Condeixa para apreciação. Parece, no entanto, nunca ter sido efetivado.

comuns as referências ao andamento das obras do museu⁸⁵. Em maio de 1962 (25 de maio de 1962: 2) noticia-se a inauguração do museu “com a presença do Sr. ministro das Obras Públicas” e, a 16 de Junho do mesmo ano (p. 1 e 9), merece uma longa notícia com descrição aturada do espaço. A partir daqui, as pequenas notas publicadas no espaço dedicado às regiões passam a incluir a visita às ruínas e Museu⁸⁶, bem como referências às suas obras de ampliação. Encontram-se ainda estas pequenas notícias a dar conta do facto de, poucos meses após a inauguração do museu, o bar anexo “já ter sido aberto e encerrado duas vezes” (7 de Dezembro de 1962: 2); ou o estado “de pouco asseio em que se encontram os passeios em frente ao museu” (12 de outubro de 1963: 2); das alterações de horário da “casa de chá do Museu Monográfico de Conimbriga” (25 de fevereiro de 1966: 2) ou do seu encerramento para repouso e férias do pessoal (23 de dezembro de 1966: 2).

São igualmente objeto de notícia as novas direções do Museu: da nova diretora “a Sr.^a dr.^a D. Maria Adília Moutinho de Alarcão” que sucedeu “nas referidas funções ao Sr. dr. Bairrão Oleiro” (29 de agosto de 1967: 4; cf. Estampa XIII, 28), da ida de Adília de Alarcão para o “cargo de diretora do Museu Nacional Machado de Castro”, abandonando, assim, o cargo em *Conimbriga* (31 de janeiro de 1999: 6, com nota de capa), bem como a sua sucessão por Virgílio Correia⁸⁷ (17 de junho de 1999: 10). Relevante é a importância do museu de *Conimbriga* várias vezes noticiado, nomeadamente graças às suas obras de ampliação que levaram ao seu encerramento em 1976, contando-se que as obras seriam “concluídas em três

⁸⁵ A 2 de abril de 1960 (p. 2) a propósito de uma nota a dar conta dos turistas estrangeiros que têm visitado as ruínas diz-se que “embora lentamente – pois o tempo não tem ajudado – começaram a ser abertos os alicerces, a fim de ser construído próximo às ruínas, o edifício destinado ao Museu”. A 12 de novembro (p. 2) as obras encontravam-se “muito adiantadas”. A 16 de Fevereiro de 1961 (p. 2), também a propósito dos visitantes que acorrem às ruínas diz-se que “tem sido muito admirado o Museu Romano em construção, junto às ruínas, o qual está quase concluído”. A 20 de outubro de 1961 (p. 2) diz-se que Museu Monográfico de Conimbriga “já se encontra concluído, esperando ser inaugurado num dos próximos meses”. A 23 de fevereiro de 1962 (p. 2), continuava a noticiar-se que o “Museu Romano, já concluído, está prestes a ser inaugurado”.

⁸⁶ 19 de abril de 1963: 2; 4 de janeiro de 1964: 2; 14 de janeiro de 1964: 2; 18 de abril de 1964: 2; 21 de Julho de 1964: 2; 15 de agosto de 1964: 2; 10 de março de 1965: 2; 18 de março de 1965: 2; 14 de abril de 1965: 2; 25 de abril de 1965: 2; 6 de maio de 1965: 2; 1 de junho de 1965: 2; 19 de Junho de 1965: 2; 30 de junho de 1965: 2; 9 de setembro de 1965: 2; 30 de abril de 1966: 2; 21 de Junho de 1966: 2; 3 de novembro de 1966: 2; 10 de novembro de 1966: 2; 16 de Fevereiro de 1967: 2; 27 de maio de 1967: 2; 3 de novembro de 1967: 2; 9 de janeiro de 1968: 2; 11 de maio de 1968: 2; 7 de Agosto de 1968: 2; 22 de junho de 1969: 2; 26 de novembro de 1969: 2; 28 de Janeiro de 1970: 2; 20 de março de 1970: 2; 12 de novembro de 1970: 2; 16 de dezembro de 1971: 2; 15 de dezembro de 1972: 2; 26 de abril de 1973: 2; 29 de maio de 1973: 2; 4 de Agosto de 1973: 2; 13 de novembro de 1973: 2; 23 de Fevereiro de 1974: 2; 19 de Setembro de 1974: 2; 4 de agosto de 1975: 2; 21 de junho de 1976: 2; 9 de fevereiro de 1977: 2; 7 de abril de 1977: 2; 12 de maio de 1977: 2; 29 de maio de 1978: 2; 1 de maio de 1979: 2; 5 de Setembro de 1979: 2; 23 de abril de 1980: 2; 31 de outubro de 1980: 2; 8 de novembro de 1980: 2; 4 de abril de 1981: 2; 7 de julho de 1981: 2; 23 de Junho de 1982: 2; 28 de maio de 1983: 2; 15 de agosto de 1984: 2; 21 de Setembro de 1985: 2; 21 de Agosto de 1986: 2; 14 de maio de 1988: 2.

⁸⁷ Facto igualmente noticiado no *Jornal Fundação Concelho de Condeixa* (23 de novembro de 1999: 2).

anos” (25 de janeiro de 1984: VI do Suplemento). No entanto, as novas instalações foram inauguradas apenas a 22 de abril de 1985 pelo então Primeiro-Ministro Mário Soares (23 de abril de 1985: 10, com imagem na capa; cf. Estampa XIV, 29).

Outros são os motes para que o museu seja notícia: a promoção de um concurso de cartazes, no âmbito da comemoração do Dia Internacional dos Museus, cujo objetivo é “levar a imagem daquele centro histórico e turístico a todo o País e além fronteiras” (3 de fevereiro de 1986: 3); a candidatura do museu a prémio internacional – “ao título de Museu do Ano, numa iniciativa do Conselho da Europa” (22 de outubro de 1987: 5); a propósito da oficialização do Rotary Club de Condeixa, dá-se conta do andamento das obras do auditório do Museu, “onde decorreu parte da cerimónia”, que se “encontra em fase de acabamentos” (22 de janeiro de 1990: 20); o decréscimo de visitantes ao espaço entre 1977 e 1993, a que a diretora do Museu responde considerando que este facto não é totalmente negativo “pois a excessiva concentração de visitantes, que muitas vezes se registou, coloca problemas de conservação das ruínas” (21 de abril de 1993: 11). Dez anos após a re-inauguração do museu publica-se um artigo que analisa três museus da área de Coimbra, Museu Nacional Machado de Castro, Museu Nacional da Ciência e Museu Monográfico de Conimbriga, onde se referem os problemas particulares deste último com os assaltos no parque de estacionamento e a ausência de um plano estratégico de animação cultural em todos eles (19 de maio de 1995: 3); o estágio, com a duração de três meses, que quatro jovens deficientes auditivos, alunos do 12º ano da Escola Secundária Avelar Brotero, realizaram no Museu de *Conimbriga* com o intuito de aprenderem técnicas de conservação e restauro de cerâmicas arqueológicas (1 de outubro de 1996: 8; 7 de outubro de 1996: 6); as obras de ampliação e remodelação na “área de receção e informação turística do Museu de *Conimbriga*” (3 de fevereiro de 1999: 11); a informação de que em *Conimbriga* não haverá “greve dos museus” (10 de junho de 1999: 9); as ações de conservação e restauro nos laboratórios do Museu Monográfico de Conimbriga (19 de maio de 2003: 11 e 30 de julho de 2003: 1 do Suplemento *Os Classificados*); o lançamento de um cd-rom, um livro e uma peça de teatro no âmbito das comemorações do 42º aniversário do museu (8 de Junho de 2004: 16); a reabertura do restaurante do museu “sob a égide da Liga dos Amigos de *Conimbriga*” (18 de maio de 2007: 22); o “tesouro” à guarda do Museu Monográfico de Conimbriga de cerca de 800 moedas romanas, encontradas na freguesia de Portunhos, desde o início da década de 1990 (26 de maio de 2009: 14); as ações promovidas como “visitas comentadas aos monumentos implantados na Cova do Vale,

Quintais e Olival dos Canos” no âmbito dos 100 anos de *Conimbriga* como Monumento Nacional (26 de fevereiro de 2010: 18; 27 de fevereiro de 2010: 20; 28 de fevereiro de 2010: 14); informações sobre o novo horário do museu “por motivos de força maior” (24 de junho de 2010: 15); as ações por parte do Museu para atrair estudantes através de um protocolo com a Associação Académica de Coimbra que “contempla atividades específicas para o público estudantil (21 de julho de 2010: 8) tais como a “caça ao tesouro” (12 de outubro de 2010: 19). Registe-se ainda a colaboração entre o Museu Monográfico de Conimbriga e a Escola Superior de Educação de Coimbra, com vista à “profissionalização da imagem de *Conimbriga*” através de “todo um conjunto de trabalhos, nomeadamente a produção de cartazes, *flyers* e a criação de um logótipo alusivo às comemorações dos 50 anos do Museu Monográfico de Conimbriga” e, em contrapartida, o Museu “compromete-se a receber, ao longo do ano, estagiários das diversas áreas de ensino ministradas na Escola Superior de Educação de Coimbra” (20 de outubro de 2010: 18), parceria que se justifica, segundo Virgílio Correia, pela “ausência de recursos financeiros e humanos” (22 de outubro de 2010: 25).

Notícia é igualmente o número de visitantes em *Conimbriga*. Encontramos a primeira referência a esta questão a 4 de Setembro de 1956 (p. 1 e 5), onde se regista o facto de “terem ocorrido às ruínas de *Conimbriga*, durante o mês de Agosto último, nada menos do que seis mil cento e sessenta e oito visitantes, dos quais cinco mil setecentos e sessenta e nove nacionais e trezentos e noventa e nove estrangeiros”. Alguns anos mais tarde, noticia-se que, no feriado de 8 de dezembro de 1969 (13 de dezembro de 1969: 8) visitaram as ruínas “assim como o Museu anexo, 1543 pessoas, número até hoje nunca alcançado para um só dia”. Voltamos a encontrar notícia relativa aos visitantes de *Conimbriga* a 5 de fevereiro de 2000 (p. 13), onde se informam os leitores de que o “Museu monográfico de Conimbriga foi o mais visitado em 1999, recebendo mais de 200 mil pessoas, num universo de quase um milhão de visitantes nos espaços museológicos portugueses”, números que “arrasam” a concorrência (cf. Estampa XIV, 30). Refere-se ainda nesta notícia que “as frequentes visitas de estudantes ao complexo arqueológico contribuíram sobremaneira para o número registado”. A 18 de maio de 2007 (p.17) refere-se que, entre janeiro e abril, o Museu Monográfico de Conimbriga foi o terceiro mais visitado, tendo recebido “34167 visitantes, sendo apenas ultrapassado pelo Museu dos Coches, com 59971 entradas, e o Museu Nacional de Arqueologia, com 38184 visitantes”, perdendo, assim, a primazia.

Outro conjunto de notícias diz respeito às escavações e obras de conservação no local compreendidas e ao respetivo financiamento de que se vai dando conta desde o início da publicação do jornal na década de 30. Ficamos, assim, a saber que “continuam com grande atividade as investigações arqueológicas”, sob a direção de Vergílio Correia, nas ruínas de *Conimbriga* (7 de Setembro de 1930: 2), ou seja, “mercê do amor dos estudiosos as escavações vêm trazendo à luz do dia o que a terra soterrou avaramente” (4 de janeiro de 1934: 1). Em 1948 (26 de outubro: 1 e 5) é publicado um artigo considerável em que se resume a ação da investigação nas ruínas desde as primeiras décadas do século XX, essencialmente “de caráter particular e forçosamente de âmbito restrito”, dando-se ênfase aos “estudos arqueológicos e artísticos” ocorridos a partir de 1930 com a chancela da Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, graças aos quais “surgiram as ruínas do que fora uma grande cidade sob a dominação romana”⁸⁸. O contributo internacional também é noticiado quer para se referirem aos Campos Internacionais de Trabalho “em que se encontram representados estudantes de vários países” (28 de Agosto de 1959: 2) quer às campanhas de escavações luso-francesas (cf. Estampa XV, 31), resultantes de uma parceria com a Faculdade de Letras de Bordéus⁸⁹.

As notícias seguem até à atualidade, dando conta dos trabalhos que permitiram reconstituir o traçado da muralha augustana, com direito a nota de capa (23 de julho de 1992: 7); a referência à participação de jovens nas escavações do anfiteatro, igualmente com direito a nota de capa (27 de julho de 1992: 6) ou ainda a revelação da descoberta, com direito a nota de capa, de uma “azenha que até agora é a única do mundo romano identificada na Península Ibérica” (20 de agosto de 1997: 5). É ainda notícia o facto de o anfiteatro da cidade romana parecer condenado a ficar soterrado “por se temer pelo impacto social que as escavações provocariam no povoado de Condeixa-a-Velha” pelo facto de “a quase totalidade da sua área se encontrar debaixo de construções e terrenos de cultivo da povoação (1 de janeiro de 1993: 7), problema que se mantém em 2009 (12 de março de 2009, Suplemento *DCEspecial Condeixa-a-Velha*: IV; 6 de julho de 2009: 18; 5 de Setembro de 2009: 14, com nota de capa). Situação que se cruza com o descontentamento generalizado dos habitantes de Condeixa-a-Velha, por não poderem construir nos terrenos e por não poderem remodelar as suas

⁸⁸ As escavações que se vão realizando são ainda noticiadas a 14 de abril de 1936: 2; 29 de dezembro de 1938: 1; 6 de janeiro de 1939: 1; 1 de dezembro de 1963: 2 e a 14 de junho de 2007, Suplemento *Património*: 12-13.

⁸⁹ As campanhas de escavações luso-francesas são noticiadas a 28 de julho de 1964: 4; 2 de outubro de 1965: 1 e 9; 3 de setembro de 1966: 29; 4 de agosto de 1968: 2.

residências em resultado da fixação do perímetro de proteção das ruínas (26 de novembro de 1971: 1; 5 de março de 1980: 12; 2 de julho de 1980: 2).

É igualmente registado o facto de escavações e descobertas serem notícia no estrangeiro⁹⁰ (cf. Estampa XVI, 32) ou serem a inspiração de um novo livro, *Conimbriga – Casa dos Repuxos*, de J. M. Bairrão Oleiro, sobre os mosaicos da casa dos repuxos (17 de fevereiro de 1993: 6).

É também interessante verificar que, em algumas notícias, é referido ou lembrado o contributo de Vergílio Correia para o conhecimento de *Conimbriga*⁹¹. Publica-se mesmo um artigo, no dia após a sua morte, que lhe é dedicado inteiramente com o título “Conimbriga e o Professor Vergílio Correia” (4 de Junho de 1944: 1 e 2). É, aliás, ele próprio autor de vários artigos sobre esta cidade romana⁹²; textos, aliás, todos (à exceção do de 1936) publicados entre os anos de 1938-44, período durante o qual foi diretor do *Diário de Coimbra*.

Mas a história de *Conimbriga* é divulgada também graças a outros autores, como Guido Burnay, que foi “encarregado de obras do *oppidum* romano de *Conimbriga*” e nos dá conta das “coisas de muito valor” que daqui poderão ter saído com destino à Casa Real (27 de Agosto de 1939: 4), Flório José de Oliveira (18 de julho de 1950: 1 e 5), Vasco Mantas (6 de março de 1986: 2) ou Mário Nunes, que sintetiza uma palestra proferida por Jorge de Alarcão no edifício do Chiado sobre as vicissitudes e transformações por que passou *Conimbriga*, integrada no ciclo de conferências “Descobrir Coimbra” (14 de janeiro de 1984: 5), e ainda graças a vários anónimos.⁹³

A divulgação deste espaço passa pelo reconhecimento do seu valor patrimonial⁹⁴, mas sobretudo do valor turístico de *Conimbriga*. Dimensão que se começa a projetar cedo na imprensa regional, desde logo com as pequenas notícias já retratadas que noticiavam os visitantes de *Conimbriga* e com outras mais apuradas: logo em 1939 (17 de fevereiro: 1), Alfredo S. Fernandes, a propósito das “comemorações de 1940 e as ruínas de *Conimbriga*”,

⁹⁰ A 23 de Junho de 1969 (p. 1 e 5) noticia-se a publicação de um artigo “de coluna e meia” de Henry Leonard no *New York Times*; a 22 de novembro de 1969 (p. 1) dá-se conta da reportagem de sete páginas que o jornal brasileiro *Cruzeiro* publica sobre *Conimbriga*.

⁹¹ *Diário de Coimbra* de 7 de Setembro de 1930: 2; 14 de abril de 1936: 2; 3 de Setembro de 1966: 29; 4 de Agosto de 1968: 2.

⁹² Artigos que versam sobre assuntos diversos: 25 de maio de 1936: 1; 25 de abril de 1938: 1; 9 de janeiro de 1939: 1; 14 de agosto de 1939: 1; 21 de agosto de 1939: 1; 22 de abril de 1940: 1; 10 de maio de 1943: 1; 24 de maio de 1943: 25.

⁹³ Artigos publicados a 7 de janeiro de 1934: 2, “Freguesia de Condeixa-a-Velha”; 26 de outubro de 1948: 1 e 5; 23 de julho de 1977, Dossier *Festas e Feira Franca de Condeixa-a-Nova*: 6; 22 de julho de 1978, Dossier *Festas e Feira Franca de Condeixa-a-Nova*: 6-8; 12 de junho de 1986: 5; 5 de janeiro de 2000: 13.

⁹⁴ Cf. rubrica “Opinião” de 21 de maio de 2005: 10.

lembra a publicação oficial de numerosos roteiros “com indicação de tantas “Coisas belas” que por esse país fora existem e não se esqueceriam de mencionar *Conimbriga*”. Depois são vários os textos que apontam as potencialidades turísticas de Condeixa, graças fundamentalmente à proximidade desta estação arqueológica⁹⁵: “É consolador termos à nossa beira jóia de tão elevado quilate” (30 de maio de 1987: 5). Sendo as ruínas fundamentais não só para a dinâmica de Condeixa, mas constituindo também uma das principais atrações de Coimbra (8 de Setembro de 1989: 3; cf. Estampa XVII, 33). Daí se justificasse o protocolo para a construção de um posto de turismo qualificado, junto do Museu Monográfico que vai servir, fundamentalmente, para “reenviar turistas para outros locais da região” (8 de setembro de 1999: 9).

É nesta dimensão que surgem as notícias⁹⁶ relativas ao facto de *Conimbriga* integrar a lista dos 21 monumentos candidatos a uma das “Sete Maravilhas” nacionais, concurso que decorreu no ano de 2007 e que, nas palavras de Jorge Bento, autarca de Condeixa, deve ser entendido como uma “afirmação do valor do património cultural da região que poderá funcionar como alavancagem em termos de turismo e, inclusivamente, relançar a autoestima e o amor próprio da região” (11 de janeiro de 2007: 12). Os resultados, divulgados a 7 de julho, revelaram que, apesar de *Conimbriga* ser um dos monumentos mais importantes de Portugal, não chegou para colher o voto dos cidadãos e integrar as “Sete Maravilhas” de Portugal. Por

⁹⁵ São vários os textos publicados sobre Condeixa-a-Nova ou sobre a freguesia de Condeixa-a-Velha que referem *Conimbriga* como um dos seus locais de atração: “Condeixa-a-Nova. É uma vila de belas tradições históricas”, 22 de Agosto de 1930: 1; “Condeixa”, 29 de março de 1933: 2; “Condeixa é um importante centro comercial e uma excelente estação de turismo”, 25 de março de 1950: 1 e 7; “Condeixa. Vila rica e próspera”, 14 de fevereiro de 1958: 2; “Condeixa tem aspirações que não constituindo problemas difíceis por isso mesmo deveriam ser satisfeitas”, 17 de novembro de 1958: 5; “A vila de Condeixa é uma notável vila de turismo”, 15 de dezembro de 1958: 5; “Condeixa uma das mais nobres, formosas e ricas vilas de Portugal”, 6 de maio de 1963: 5-6; “Condeixa. Notável zona de turismo”, 7 de Agosto de 1978: 2; “Condeixa. Condições para centro de turismo”, 3 de Setembro de 1980: 2; “Condeixa. O mito do nosso turismo”, 26 de maio de 1983: 2; “Condeixa. Os circuitos turísticos interessam a Condeixa”, 5 de Setembro de 1983: 2; “Fundação promove jornada de reflexão. Pensar Condeixa para o futuro”, 10 de julho de 1995: 5; “Turismo rural. Alternativa à praia”, Suplemento *Centro Portugal Economia*, 19 de Agosto de 1997: 5; “Ensino e saneamento são áreas do projeto. Câmara de Condeixa vai investir na modernização do concelho”, 21 de janeiro de 2001: 9; Suplemento especial *Circuito da Romanização* (vários artigos relativos à iniciativa “Rota da Romanização” que procura apostar no turismo por oposição ao excursionismo), 30 de outubro de 2007: 1-7; “Atrações turísticas do distrito. Condeixa-a-Nova”, Suplemento *DCEspecial Dia Mundial do Turismo*, 26 de Setembro de 2008: VI; “Condeixa-a-Velha entre a história e a modernidade”, Suplemento *DCEspecial Condeixa-a-Velha*, 12 de março de 2009: II-III e IV; “Descobrir paisagem do concelho a partir do Casmilo”, Suplemento *DCEspecial Expocondeixa*, 22 de julho de 2010: 5. Registam-se ainda pequenas notas na rubrica *Vida Regional – Condeixa*, sobre a presença de turistas em Condeixa que, depois da visita à vila, se dirigem às ruínas de *Conimbriga*: 21 de agosto de 1960: 2; 15 de setembro de 1960: 2; 20 de julho de 1961: 2; 18 de Agosto de 1961: 2; 14 de abril de 1962: 2; 4 de agosto de 1962: 2; 25 de agosto de 1962: 2.

outro lado, é também com este enfoque que as Ruínas de *Conimbriga* surgem como sugestão do “Roteiro Turístico” do jornal *Região do Castelo* (2 de outubro de 2008: 2).

É no âmbito das potencialidades turísticas das ruínas que se pode integrar o desenvolvimento de atividades lúdicas como “cursos de Arqueologia prática para jovens e reformados” (27 de julho de 1989: 4) ou ofertas como o programa de atividades turísticas elaborado pela Liga de Amigos do Museu de *Conimbriga*, professores da Universidade de Coimbra, especialistas do ambiente e património e técnicos de desenvolvimento rural, que incluem o antigo município romano de *Conimbriga* e as Terras de Sicó (7 de outubro de 1996: 9).

Mais recentemente o móbil das notícias não é o espaço arqueológico enquanto tal, mas o espaço como suporte de outras atividades mais ou menos relacionadas com *Conimbriga*, mas que permitem a sua divulgação, sejam as exposições no Museu Monográfico⁹⁷; os Seminários, Encontros ou Conferências que se realizam no Museu⁹⁸; as atividades artísticas cujo palco são as ruínas, desde teatro⁹⁹, cinema¹⁰⁰ (cf. Estampa XVIII, 34), espetáculos musicais¹⁰¹ ou mesmo um conjunto de atividades como arte, música, poesia e

⁹⁶ Publicadas a 8 de dezembro de 2006: contra-capas; 11 de janeiro de 2007: 12; 13 de março de 2007: 17 e nota de capa; 30 de março de 2007: 16 e nota de capa; 31 de março de 2007: 17; 1 de abril de 2007: 13 e nota de capa; 7 de abril de 2007, Suplemento *Fim-de-Semana*: 7; 14 de Junho de 2007: 6.

⁹⁷ 18 de dezembro de 1987: 5; 20 de fevereiro de 1994: 9; 24 de fevereiro de 1994, rubrica “Região das Beiras. Agenda”: 8; 17 de maio de 2010: 17; 5 de outubro de 2010: 20-21. Ou, pelo contrário, o património de *Conimbriga* em exposição no Museu Machado de Castro (22 de maio de 2000: 5; 11 de maio de 2010, rubrica “Hoje na Região”: 19.).

⁹⁸ Artigos publicados no *Diário de Coimbra* a 7 de julho de 1990: 7; 9 de julho de 1990: 5; 10 de Setembro de 1995: 5; 6 de outubro de 1995: 7; 10 de Junho de 1994: 7; 23 de março de 1996: 8; 5 de outubro de 1998: 12; 15 de maio de 1999: 9; 27 de maio de 1999: 10; 30 de Setembro de 1999, rubrica “Hoje na Região”: 10; 9 de outubro de 1999: 9; 15 de outubro de 1999: 11; 5 de novembro de 2004: 19; 14 de abril de 2005: 18; 15 de abril de 2005, rubrica “Hoje na Região”: 19; 16 de abril de 2005, rubrica “Hoje na Região”: 16; 6 de Junho de 2008: 21; 7 de Junho de 2008, rubrica “Hoje na Região”: 19; 8 de Junho de 2008: 12 e rubrica “Hoje na Região”: 20; 9 de Junho de 2008, rubrica “Hoje na Região”: 12; 10 de Junho de 2008, rubrica “Hoje na Região”: 12; *Jornal Fundação Concelho de Condeixa*, 5 de abril de 1999: 9).

⁹⁹ 22 de maio de 1991: 5; 10 de junho de 1991: 9; 6 de setembro de 1991, rubrica “Meia Dúzia de Linhas”: 9; 28 de agosto de 1992: 5; 12 de julho de 1995: 7 e capa; 18 de julho de 1995: 3; 22 de julho de 1995: 10-11 e capa; 26 de julho de 1995: 6; 20 de agosto de 1997: 5; 25 de outubro de 1997, rubrica “Hoje na Região”: 10; 20 de agosto de 1999: 12; 30 de agosto de 1999: 8; 1 de abril de 2000: 12; 23 de abril de 2001, rubrica “Hoje na Região”: 10; 7 de agosto de 2001: 10; 20 de abril de 2005, rubrica “Hoje na Região”: 19; 19 de maio de 2007: 16; 11 de julho de 2008, rubrica “Hoje na Região”: 22; 19 de julho de 2008: 14; 20 de julho de 2008, rubrica “Hoje na Região”: 11; 27 de julho de 2008: 9; 3 de agosto de 2008, rubrica “Hoje na Região”: 9; 31 de agosto de 2008, rubrica “Hoje na Região”: 11; 19 de maio de 2010: 20; 22 de maio de 2010, rubrica “Hoje na Região”: 17.

¹⁰⁰ 19 de abril de 1996: 8; 27 de abril de 1996: 8; 10 de dezembro de 1996: 7; 9 de junho de 2009: 17; 10 de junho de 2009, rubrica “Hoje na Região”: 15.

¹⁰¹ 19 de maio de 1999: 11; 24 de maio de 1999: 12; 10 de junho de 1999: 9; 18 de Junho de 1999: 11; 7 de Junho de 2000: 12; 7 de julho de 2000: 11; 16 de julho de 2000, *Suplemento Domingo*: 7; 12 de Junho de 2001: 13; 19 de julho 2001: 12; 21 de julho de 2001, rubrica “Hoje na Região”: 11; 21 de maio de 2005, rubrica “Hoje na Região”: 16; 28 de maio de 2006, rubrica “Hoje na Região”: 10; 1 de junho de 2006: 14; 3 de junho de 2006,

gastronomia¹⁰²; a venda de livros “a preços especiais” no Museu¹⁰³; a realização de feiras¹⁰⁴; a promoção de produtos da região¹⁰⁵ ou de outros saberes como a Astronomia¹⁰⁶ e a Fotografia¹⁰⁷; ou ainda o facto de o espaço ser o cenário para o lançamento de livros¹⁰⁸ ou para a organização de ceias romanas¹⁰⁹. Atividades em grande parte realizadas em parceria com a Câmara, facto aplaudido pelo público¹¹⁰.

Encontram-se também algumas notícias relativas à ação da *Liga dos Amigos de Conimbriga*¹¹¹.

Mas, se a maior parte das notícias que se referem às ruínas romanas de *Conimbriga* não têm grande relevância no principal jornal local da região, já mais recentemente este espaço arqueológico foi notícia de destaque em maio de 2006 (17 de maio: 15; 18 de maio: 18) com projeção central na capa (19 de maio: 19; cf. Estampa XIX, 35) graças ao projeto dos guias de visita portáteis “ao serviço do turista”. Será então interessante verificar, nos 80 anos analisados, quantas vezes foi *Conimbriga* tema central de capa do *Diário de Coimbra*. Verificamos que, embora apareça com nota de capa, com maior ou menor visibilidade, 18 vezes¹¹², sendo uma das vezes capa do Suplemento *Fim-de-Semana* (7 de abril de 2007), apenas é tema central de capa uma única vez: aquando do citado projeto de guias portáteis para os visitantes (19 de maio de 2006). Em 80 anos de notícias e tendo em conta a notoriedade do sítio, parece irrelevante o número de vezes que aparece com nota de capa. Há

rubrica “Hoje na Região”: 17; 5 de junho de 2006: 19; 30 de outubro de 2009: 20; 6 de fevereiro de 2010: 17; 7 de fevereiro de 2010, rubrica “Hoje na Região”: 11.

¹⁰² 12 de outubro de 2000: 10.

¹⁰³ 29 de dezembro de 1996, rubrica “Hoje na Região”: 10.

¹⁰⁴ 7 de maio de 1999: 12; 3 de junho de 1999: 12 e capa; 8 de agosto de 2009: 14; 11 de Setembro de 2009: 22; 11 de outubro de 2009, rubrica “Hoje na Região”: 10; 7 de novembro de 2009: 17; 8 de novembro de 2009, rubrica “Hoje na Região”: 10; 10 de abril de 2010: 13; 7 de agosto de 2010, rubrica “Hoje na Região”: 15; 8 de agosto de 2010, rubrica “Hoje na Região”: 11.

¹⁰⁵ 23 de dezembro de 2008: 18.

¹⁰⁶ 27 de julho de 2007, rubrica “Hoje na Região”: 17; 28 de julho de 2007, rubrica “Hoje na Região”: 18; 29 de julho de 2007, rubrica “Hoje na Região”: 8; 31 de julho de 2007, rubrica “Hoje na Região”: 13.

¹⁰⁷ 15 de maio de 2008, rubrica “Hoje em Coimbra”: 19; 9 de Setembro de 2008: 14; 13 de Setembro de 2008, rubrica “Hoje na Região”: 18; 14 de fevereiro de 2009, rubrica “Hoje na Região”: 15.

¹⁰⁸ 19 de junho de 2009: 17; 20 de junho de 2009, rubrica “Hoje na Região”: 18.

¹⁰⁹ 15 de maio de 2010, rubrica “Hoje na Região”: 19; 16 de maio de 2010, rubrica “Hoje na Região”: 11; 22 de junho de 2010: 14; 21 de Setembro de 2010, rubrica “Hoje na Região”: 19; 18 de dezembro de 2010, rubrica “Hoje na Região”: 25.

¹¹⁰ 21 de julho de 1999, rubrica “Fala o Leitor”: 2.

¹¹¹ 12 de abril de 1997: 8; 10 de junho de 1997: 8; 1 de fevereiro de 1999: 10; 4 de fevereiro de 1999: 10; 25 de fevereiro de 2001: 3.

¹¹² 23 de abril de 1985; 19 de junho de 1985; 23 de julho de 1992; 27 de julho de 1992; 20 de fevereiro de 1994; 12 de julho de 1995; 22 de julho de 1995; 20 de agosto de 1997; 31 de janeiro de 1999; 3 de junho de 1999; 5 de janeiro de 2000; 19 de junho de 2000; 13 de março de 2007; 30 de março de 2007; 1 de abril de 2007; 7 de abril de 2007; 5 de Setembro de 2009 e 14 de maio de 2010.

sempre algum acontecimento mais relevante a sobrepor-se. E se compararmos com o sítio do Rabaçal, com um número de notícias bem menos significativo (71), vemos que este espaço arqueológico tem uma percentagem de referências na capa superior¹¹³ e é tema central de capa três vezes¹¹⁴ (cf. Estampa XX, 36).

De forma indireta, *Conimbriga* é ainda citada em diversas circunstâncias: a propósito do Congresso de Antropologia e Arqueologia que se realizou em Coimbra, de 21 a 26 de Setembro de 1930, graças ao qual foram realizadas importantes escavações nas ruínas para que “os membros do Congresso de Antropologia possam avaliar, devidamente, o valor artístico e monumental da antiga cidade romana” (8 de setembro de 1930: 1), situação que se concretizou com uma “excursão” às ruínas da “velha Conimbriga”, onde o “sr. dr. Vergílio Correia fez as honras da casa” (“Congresso de Antropologia”, 23 de Setembro de 1930: 1); graças a um artigo de Vergílio Correia sobre o contributo de Santos Rocha no conhecimento da Arqueologia pré-histórica (“Arte e Arqueologia. Um figueirense ilustre. O Dr. António dos Santos Rocha”, 15 de junho de 1936: 1-2); aquando da presença de uma arqueóloga inglesa em Coimbra (“A arqueóloga inglesa Jacqueline Hawkes efectuou ontem uma conferência na Casa de Inglaterra”, 17 de março de 1949: 1); de dois arqueólogos americanos em Coimbra que visitaram as ruínas de *Conimbriga* (“Dois arqueólogos americanos em Coimbra”, 1 de maio de 1952: 1) ou mesmo a propósito da presença de uma figura mais ilustre, o Ministro das Obras Públicas, Eng^o Arantes e Oliveira, que, de passagem para Coimbra, visitou as ruínas romanas de *Conimbriga* (“O Sr. Ministro das Obras Públicas em Condeixa”, rubrica *Vida Regional – Condeixa*, 9 de dezembro de 1958: 2; “O Ministro das Obras Públicas visitou ontem Condeixa onde foi entusiasticamente recebido”, 7 de fevereiro de 1955: 1); e ainda a propósito das Jornadas Europeias do Património em 2008, cujo programa integrava workshops de “Restauro e Conservação de Mosaicos” e de “Fotografia Pinhole” (“No Património... Acontece em vários municípios da região”, 26 de Setembro de 2008: 17); ou ainda devido a um passeio/convívio de BTT (4 de janeiro de 2010: 22) ou como pólo do percurso de uma “peregrinação diocesana” (19 de junho de 2000: 7).

Conimbriga tem ainda eco no jornal *Voz de Penela* (maio de 1972: 4) na página dedicada à colaboração de estudantes do Ciclo Preparatório que escrevem sobre a visita por

¹¹³ 31 de agosto de 1999; 4 de maio de 2001; 2 de outubro de 2003; 20 de novembro de 2004; 24 de novembro de 2004; 24 de abril de 2010.

¹¹⁴ 5 de abril de 1999; 2 de agosto de 1999 e 18 de maio de 2008.

eles realizada às ruínas e museu de *Conimbriga* e no *Jornal Fundação Concelho de Condeixa* (21 de outubro de 1998: 9) onde Adília Alarcão aborda a Basílica de *Conimbriga*.

Em relação à projeção das Ruínas do Rabaçal no *Diário de Coimbra*, de imediato ressalta o facto de termos uma referência, em 1931, aos achados arqueológicos numa propriedade privada “quando o seu proprietário procedia a umas pequenas escavações”, onde foram encontrados “vestígios de antigas edificações, provavelmente do tempo dos romanos” e onde a charrua terá posto a descoberto “um lindo azulejo de variegadas cores embutidas numa massa de cal e que foi destruído, pelo respectivo lavrador por desconhecer o seu merecimento histórico”; o achado terá sido comunicado “ao ilustre investigador, sr. Dr. Vergílio Correia” (28 de abril de 1931, rubrica “Vida Regional”: 2). Só voltamos a encontrar notícias do local em 1984 (16 de outubro de 1984: 4; cf. Estampa XXI, 37) a dar conta dos “trabalhos arqueológicos de sondagem e levantamento topográfico” que permitiram a descoberta de “pavimentos de mosaico policromo”. A partir desta data surgem periodicamente notícias¹¹⁵ (cf. Estampa XXII, 38) sobre as descobertas que vão acontecendo nas campanhas de escavações, envolvendo vários participantes, nomeadamente jovens. As notícias vão igualmente dando conta das ações de divulgação das descobertas¹¹⁶ e das obras de conservação e restauro das estruturas da área residencial da *villa romana*¹¹⁷.

Em simultâneo, vai-se divulgando a criação de um espaço próprio para os achados arqueológicos, projeto de valorização aprovado, em outubro de 1996, pela Comissão Europeia (*Notícias de Penela*, dezembro de 1996: 5) e que culminará na inauguração do Espaço-Museu em maio de 2001¹¹⁸ e na divulgação das atividades por este promovidas, sejam para a

¹¹⁵ 5 de abril de 1999: 10-11 e capa; 27 de julho de 1999: 11; 2 de agosto de 1999: 10-11 e capa; 29 de julho de 2000: 12; 30 de julho de 2002: 12; 28 de julho de 2008: 13; 11 de julho de 2010: 13 e capa; 12 de julho de 2010, rubrica “Hoje na Região”: 15; 13 de julho de 2010, rubrica “Hoje na Região”: 19; 14 de julho de 2010, rubrica “Hoje na Região”: 23; 19 de julho de 2010, rubrica “Hoje na Região”: 17; 21 de julho de 2010, rubrica “Hoje na Região”: 19; 22 de julho de 2010, rubrica “Hoje na Região”: 19. Desta situação também se vai dando conta noutros jornais locais como o *Notícias de Penela* (outubro de 1988: 4-6; novembro de 1988: 1 e 5; julho de 1989: 3; agosto de 1991: 4; junho de 1992: 4; agosto de 1996: 5) e o *Região do Castelo* (15 de julho de 2010: 17 e capa).

¹¹⁶ 3 de Setembro de 1991: 5; *Notícias de Penela*, maio de 1989: 7 e agosto de 1990: 5 e 8.

¹¹⁷ 8 de Setembro de 2005: 17; 18 de maio de 2006: 18; 19 de maio de 2006: 19; 2 de outubro de 2003: 13 e nota de capa; 20 de novembro de 2004: 19 e nota de capa; 24 de novembro de 2004: 17; 14 de Junho de 2007, Suplemento *Património*: 12; 18 de maio de 2008: 11 e nota de capa; 16 de maio de 2008: 17; 20 de julho de 2008: 10; 27 de agosto de 2009, Suplemento *DCEspecial Parque Águas Romanas*: contra-capas.

¹¹⁸ 7 de março de 1997: 9; 31 de Agosto de 1999: 9 e nota de capa; 4 de maio de 2001: 12 e capa; 6 de maio de 2001: 12; 9 de fevereiro de 1999: 11; 31 de Agosto de 1999: 9 e capa; 6 de Setembro de 1999: 12.

comemoração do Dia Internacional dos Museus¹¹⁹, sejam exposições diversas¹²⁰ ou, pelo contrário, o anúncio, para finais de 2011 ou 2012, da realização da exposição sobre a *villa* romana do Rabaçal em Lisboa, no Museu Nacional de Arqueologia¹²¹; o lançamento do livro *Ensaio sobre Aristófanes e Eurípedes*, de Maria de Fátima Silva¹²²; a realização de espetáculos musicais¹²³; ações para melhorar a comunicação entre o Espaço-Museu e o público que o visita¹²⁴; visita no âmbito do projeto “Villa Sicó”¹²⁵; a realização de Encontros/Conferências¹²⁶. Interessante é verificar que são noticiadas atividades destinadas especialmente às escolas¹²⁷.

Tal como em relação a *Conimbriga*, a dimensão turística é fundamental e vista como prioritária pelos agentes locais. É o próprio autarca penelense, Fernando Antunes, quem, em 1999, o dizia: “Vamos apostar no turismo, no ambiente e na cultura”, mas, pela primeira vez, *Conimbriga* não é um exemplo a seguir, pois “nunca conseguiu que os visitantes das ruínas visitassem, depois, outros pontos de Condeixa-a-Velha” (2 de Agosto de 1999: 10). O autarca pretende inverter esta tendência, garantindo uma ligação entre a “*villa*, o queijo do Rabaçal e o castelo de Penela, por forma a que o público fique a conhecer toda a zona e não só a *villa*”. Ou seja, pretende-se promover o concelho através das ruínas. Este facto está bem patente em ações como a construção de um “Parque das Águas Romanas”¹²⁸ (um parque infantil que faz a

¹¹⁹ 17 de maio de 2003: 11; 18 de maio de 2004, rubrica “Hoje na Região”: 13; 18 de maio de 2005: 18; 17 de maio de 2008: 18; 16 de maio de 2009: 19; 19 de maio de 2009: 20; 18 de maio de 2010, rubrica “Hoje na Região”: 21; 21 de maio de 2005: 16; *Jornal Região do Castelo*, 20 de maio de 2010: 17.

¹²⁰ 31 de outubro de 2004, rubrica “Hoje na Região”: 9; 26 de maio de 2005: 11; 31 de maio de 2005: 18; 15 de fevereiro de 2006, rubrica “Hoje na Região”: 20; 15 de março de 2008, rubrica “Hoje na Região”: 16; 16 de março de 2008: 20; 7 de abril de 2008: 24; 23 de maio de 2010: 13.

¹²¹ 11 de julho de 2009: 14. Esta Exposição Temporária Itinerante acabou por ficar patente ao público, no Museu Nacional de Arqueologia, em Lisboa, no dia 18 de maio de 2013, intitulada “*Villa* romana do Rabaçal, Penela, Portugal, 1984-2010: Generosidade da Terra e Solidariedade dos Homens”, apresentada como uma “reflexão sobre a experiência museológica com a participação da população, vivida durante 25 anos”. Seguiu em itinerância, a partir do dia 24 de julho para os Passos Perdidos da Assembleia da República, no âmbito das comemorações do Dia Internacional da Arqueologia (26 de julho) e das Jornadas Europeias do Património (22 a 24 de setembro de 2013).

¹²² 8 de março de 2008, rubrica “Hoje na Região”: 19.

¹²³ 14 de abril de 2007, rubrica “Hoje na Região”: 17; 4 de abril de 2009, rubrica “Hoje na Região”: 19; 17 de abril de 2010, rubrica “Hoje na Região”: 22.

¹²⁴ 2 de fevereiro de 2006: 15; *Jornal Região do Castelo*, 14 de janeiro de 2010: 22.

¹²⁵ 26 de dezembro de 2008, *Suplemento Fim-de-Semana*: 7.

¹²⁶ 9 de julho de 2009: 16; 10 de julho de 2009, rubrica “Hoje na Região”: 21; *Jornal Região do Castelo*, 29 de julho 2010: 22.

¹²⁷ 3 de março de 2010, rubrica “Hoje na Região”: 21; 5 de março de 2010, rubrica “Hoje na Região”: 16; 9 de março de 2010, rubrica “Hoje na Região”: 17; 31 de maio de 2007, rubrica “Hoje na Região”: 20; 5 de Junho de 2007: 17.

¹²⁸ “Parque explora romanização”, *Suplemento DCEspecial Penela*, 26 de setembro de 2008: IV; *Suplemento DCEspecial Parque Águas Romanas*, 27 de agosto de 2009; “Penela inaugura parque romano”, rubrica “Hoje na

ligação ao património da *villa* romana do Rabaçal) ou na iniciativa da Câmara em organizar o “Mercado do Queijo”¹²⁹ (cf. Estampa XXIII, 39) na *Villa Romana*: desta forma se promove o queijo do Rabaçal e o património arqueológico, menos conhecido, mas com um valor histórico considerável. Também neste sentido vai a iniciativa, da Câmara Municipal de Penela e da Associação Comercial e Industrial de Coimbra, “Sabores e Património”¹³⁰ que visa a “promoção da herança gastronómica e patrimonial do concelho de Penela”: aconselham-se rotas pelo património e, nessa área, os restaurantes que podem oferecer menus típicos da região. Por exemplo, “degustar o queijo na sua terra de origem, o Rabaçal” e fazer uma viagem ao século IV no Espaço-Museu e *villa* romana do Rabaçal.

Esta dimensão turística transparece igualmente em várias notícias que apresentam as potencialidades do concelho¹³¹, aparecendo sempre a *villa* romana do Rabaçal como sugestão a não perder, como, aliás, se pode ilustrar na legenda da imagem de capa de uma notícia publicada em 1999 sobre o resultado de 12 anos de escavações: “As constantes descobertas na *villa* romana do Rabaçal permitem alimentar a ideia de um futuro pólo de atração turística” (5 de abril de 1999: capa).

A relação entre as ruínas de *Conimbriga* e as do Rabaçal é comum nas notícias. Não podemos, no entanto, comparar a dimensão dos sítios: *Conimbriga* é a principal estação arqueológica do país e a mais estudada. No entanto, parece-nos que o Rabaçal tem conseguido projetar-se. A proximidade geográfica e a relação histórica dos sítios transparece nas notícias pesquisadas, nomeadamente na criação de circuitos científicos e turísticos a realizar a nível europeu¹³² ou no “circuito da romanização no território do *oppidum* de *Conimbriga*”, de

Região”, 30 de agosto de 2009: 10; “Penela ganha espaço romano de originalidade e diferenciação”, 31 de agosto de 2009: 17.

¹²⁹ Atividade amplamente noticiada: 23 de abril de 2010, *Suplemento DC Magazine*: 4; 24 de abril de 2010: 18 e nota de capa; 25 de abril de 2010, rubrica “Hoje na Região”: 11; 26 de abril de 2010: 13; *Jornal Região do Castelo*, 6 de maio de 2010: 12 e nota de capa.

¹³⁰ Cf. “Penela “casa” património com gastronomia”, 14 de julho de 2010, *Penela-Dossier*: 16.

¹³¹ *Diário de Coimbra*: “Concelho de Penela. Villa Romana do Rabaçal”, 14 de Junho de 2007, *Suplemento Património*: 29; “Villa Romana do Rabaçal”, 22 de Junho de 2008, *Suplemento DC Verão*: III; “Atrações turísticas do distrito. Penela”, 26 de Setembro de 2008, *DCEspecial Dia Mundial do Turismo*: III; “A não perder. Villa Romana do Rabaçal”, 13 de março de 2009, *Suplemento DCEspecial Centro de BTT de Penela*: V; “Passeio pedestre pelo Rabaçal”, 18 de abril de 2010, Rubrica “Hoje na Região”: 12.

Região do Castelo: “Villa Romana do Rabaçal. A originalidade da herança romana”, 16 de outubro de 2008, Rubrica “Roteiro Turístico”: 2 e nota de capa; “História e património atraem visitantes. Rabaçal na rota dos caminheiros”, 14 de janeiro de 2010, Rubrica “Breves”: 23; “Programa Comenius já está em marcha. Definitivamente de portas abertas”, 20 de maio de 2010: 26; “De portas abertas”, 17 de Junho de 2010: 11; “Villa Romana do Rabaçal”, 4 de novembro de 2010, Rubrica “Roteiro fotográfico”: 27.

¹³² “Turismo e investigação. Conimbriga e Rabaçal querem integrar circuitos europeus”, 10 de outubro de 1993: 5.

forma a promover o turismo cultural na região de Sicó, que se pretende promover com o projeto “*Villa Sicó* – programa de valorização económica dos espaços da romanização”¹³³.

Deste vasto conjunto de notícias confirma-se a ideia prévia de que efetivamente a vertente turística domina a relação estabelecida entre os espaços arqueológicos, a população e as autarquias. É a perspetiva de dinâmica económica que subjaz às ações dos autarcas e que os municípios anseiam ver concretizar-se. Veja-se que, no caso do Rabaçal, onde a ligação à aldeia é clara, é a promoção do queijo que a motiva. A dimensão cívica dos espaços, embora presente, nomeadamente nas ações dirigidas às escolas, é inferior. No caso de *Conimbriga*, é o próprio diretor quem o afirma relativamente ao volume de público: “estamos a perder algum, sobretudo devido à perda de público escolar” (“Maior estação arqueológica do país pretende expandir-se”, 12 de março de 2009, Suplemento *DCEspecial Condeixa-a-Velha entre a história e a modernidade: IV*).

¹³³ “Lançamento público no próximo dia 28. Região de Sicó cria circuito romano”, 21 de Setembro de 2007: 19; “Circuito da romanização lançado em Conimbriga”, 28 de Setembro de 2007: 20; *Suplemento Especial Circuito da Romanização*, 30 de outubro de 2007; “Eixo da romanização vai valorizar municípios de Sicó”, 1 de Setembro de 2008: 21; “Terras de Sicó prepara aposta no Eixo da Romanização”, 19 de dezembro de 2008: 16; “Projeto *Villa Sicó*. Eixo de Romanização visitado por governantes”, 4 de Setembro de 2009: 23; “Rabaçal e Conimbriga à espera de novas obras”, 5 de Setembro de 2009: 14.

3.3. As ruínas na Escola

Nos Agrupamentos de Escolas dos concelhos de Condeixa-a-Nova e de Penela e no Instituto Educativo de Lordemão em Coimbra, os alunos foram desafiados a produzir uma narrativa sobre o conceito de “património”, “Arqueologia” e ainda sobre as “ruínas de *Conimbriga* e do Rabaçal”. Pretendeu discutir-se quais as aprendizagens adquiridas neste contexto e como poderão influir nas escolhas no seu quotidiano futuro, ou seja, quais os reflexos na formação de uma consciência histórica: na tomada de decisões sustentadas no conhecimento histórico¹³⁴.

Estabelecemos, portanto, como protagonistas as escolas dos concelhos onde se localizam as ruínas de *Conimbriga* e do Rabaçal, bem como uma escola da cidade mais próxima. Procurou-se, assim, ir ao encontro das orientações programáticas dos 1.º, 2.º e 3.º Ciclos que determinam que o meio local, o espaço vivido, deve ser sempre o recurso didático preferencial. Naturalmente que, se a escolha de Condeixa-a-Nova e de Penela não são questionáveis, já a escola de Coimbra seria discutível, pois existem outros concelhos limítrofes cuja escolha seria igualmente válida. Porém, não sendo o objetivo fundamental deste trabalho a análise estatística do pensamento dos jovens estudantes perante determinados conteúdos, mas apenas fazer uma aproximação ao conhecimento que a população local e, neste caso, a escolar tem dos conceitos enunciados, optámos por juntar uma escola localizada na cidade capital de distrito mais próxima que permitisse aferir do conhecimento dos dois espaços arqueológicos pela população escolar não local. A participação da escola identificada deve-se simplesmente ao facto de ter sido aquela que, de imediato, respondeu afirmativamente à nossa solicitação.

No Agrupamento de Escolas de Condeixa-a-Nova participaram a Escola Básica nº 2 de Condeixa-a-Nova, onde é lecionado o 2.º Ciclo, e a Escola Secundária Fernando Namora, também em Condeixa-a-Nova, onde é lecionado o 9º ano. A sua população escolar é constituída essencialmente por alunos provenientes da cidade (União das Freguesias de Condeixa-a-Velha e Condeixa-a-Nova) e das freguesias limítrofes de Anobra, Ega, Furadouro, Sebal e Belide, Vila Seca e Bem da Fé e do Zambujal.

Em Penela, no Agrupamento de Escolas Infante D. Pedro, participou apenas a escola sede, onde são lecionados o 2.º e 3.º Ciclos. Esta escola está localizada no município de

Penela e a sua população escolar é essencialmente oriunda das freguesias rurais de Cumeieira, Espinhal, Podentes, Rabaçal, Santa Eufémia e S. Miguel.

O Instituto Educativo de Lordemão situa-se em Lordemão, em Coimbra. É uma escola de integração vertical, desde o Pré-Escolar ao Secundário. É uma escola não agrupada, uma vez que é uma instituição privada com contrato de associação, fornecendo o Estado as verbas para o funcionamento dos 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico. A população escolar é de cerca de 1000 alunos, com origem em diferentes zonas da cidade e com características socioeconómicas diversas.

A população alvo é constituída por alunos, do ensino público e privado, a iniciar o 2º Ciclo do Ensino Básico (5º ano); por alunos a iniciar o 3º Ciclo do Ensino Básico (7º ano) e por alunos do 9º ano. A escolha recaiu nos 5º e 7º anos de escolaridade porque correspondem aos anos letivos onde do programa de História consta o período romano. A opção pelo 9º ano deve-se ao facto de corresponder ao último ano da escolaridade básica, sendo que a maioria destes alunos não voltará a estudar História no seu percurso académico, pelo que se pretendeu avaliar as aprendizagens com que ficaram em termos do património cultural, em particular do local e regional.

Nas diferentes escolas estabelecemos a participação de todos os alunos dos anos letivos definidos: em Condeixa, 98 alunos do 5º ano, 140 do 7º ano e 106 alunos do 9º ano; em Penela, 57 alunos do 5º ano, 68 do 7º ano e 45 do 9º e, em Coimbra, 116 alunos do 5º ano, 100 alunos do 7º e 80 do 9º ano.

Verificou-se, no entanto, que nem todos os alunos participaram porque se encontravam a faltar no dia da aplicação, porque beneficiam de Planos Educativos Individuais com currículo específico onde não consta a disciplina de História e Geografia de Portugal ou de História e, essencialmente, porque os alunos e/ou os docentes não quiseram participar. Chegámos, assim, à seguinte amostra:

¹³⁴ Veja-se o já citado projeto português liderado por José Machado Pais (1999); Barca (2007: 116); Rösen (2001).

ESCOLAS	NÚMERO DE ALUNOS		
	5º Ano	7º Ano	9º Ano
Agrupamento de Escolas de Condeixa-a-Nova	39	87	61
Agrupamento de Escolas Infante D. Pedro	44	20	30
Instituto Educativo de Lordemão	60	78	50
Total	143	185	141

A realização da tarefa em cada turma decorreu durante uma aula de História e Geografia de Portugal ou de História consoante o ano letivo, sendo a sua aplicação, previamente negociada, da responsabilidade do respetivo docente. Para a sua realização foram dados 30 minutos e os alunos alertados para o anonimato do texto produzido. A tarefa proposta aos alunos, bem como a sua formulação, foi antecipadamente discutida com os docentes colaborantes, depois de apresentados os objetivos inerentes à mesma e em função da idade dos alunos. Ficou estabelecido que não haveria qualquer preparação prévia dos alunos, para não condicionar as suas posições. A não colocação de imagens foi opção nossa, pois estas dariam pistas de resposta.

Aos alunos participantes, em cada turma, foi então proposta a realização de uma tarefa escrita individual. A formulação das mesmas assumiu um formato simples de resposta aberta. Já no 9º ano apelámos a uma situação que estimulasse o imaginário. Em ambos os casos a tarefa concreta é antecedida de um pequeno texto que justifica a sua solicitação e agradece a colaboração.

Ao 5º e 7º anos, fizemos esta proposta de trabalho: “Elabora um texto em que utilizes as palavras *património*, *Arqueologia*, *Ruínas de Conimbriga* e *Ruínas do Rabaçal*” (cf. Estampa XXIV, 40) e ao 9º ano solicitámos o seguinte: “Imagina que tens de fazer uma apresentação a um grupo de alunos, vindos de uma escola de um país estrangeiro, sobre a riqueza em património histórico da tua região. Escreve um texto onde refiras o(s) vestígio(s) que consideras mais importante(s) e por que motivo” (cf. Estampa XXV, 41).

Realizou-se então um estudo empírico, procurando responder às seguintes questões:

- Que noção têm de “património cultural”?
- O que entendem por Arqueologia?
- Que conhecimento têm das ruínas arqueológicas de *Conimbriga* e do Rabaçal?

– Que protagonistas identificam e que valores lhes associam?

Na análise estabeleceu-se a frequência com que surge determinada definição ou com que se identifica determinado elemento patrimonial. Recorreu-se também à análise qualitativa no sentido de inferir quais os valores subjacentes ao património, à Arqueologia e às ruínas de *Conimbriga* e do Rabaçal.

De forma a facilitar a leitura dos dados, fizemos uma categorização das respostas através de quadros de frequência. Deve, no entanto, alertar-se para o facto de a resposta de alguns alunos integrar várias categorias.

Quadro 4: 5º ano – Noção de Património

	Agrupamento de Escolas de Condeixa-a-Nova	Agrupamento de Escolas Infante D. Pedro	Instituto Educativo de Lordemão
Associação do conceito de Património às ruínas de <i>Conimbriga</i> e do Rabaçal, referindo que estes dois espaços arqueológicos são património local e/ou nacional.	19	17	14
Aquilo que os nossos antepassados nos deixaram.	5	11	6
Necessidade de respeitar e preservar o Património porque é de todos.	0	7	0
Monumentos, como castelos e igrejas.	0	2	0
Monumentos e património oral.	0	2	21
Património como fator de atração turística.	0	1	0
Património como propriedade individual.	0	0	2
Não sabe ou não responde.	15	4	20

As crianças do 5º ano associam património (cf. Estampa XXVI, 42 e 43) e, em particular o património arqueológico, à ideia de herança deixada pelos nossos antepassados

que “permite compreender o passado, viver o presente e olhar o futuro” e, por isso, deve ser respeitado e preservado. Um número considerável de alunos considera ainda que as ruínas de *Conimbriga* e do Rabaçal fazem parte do nosso património, posição em que as diferentes escolas não se distinguem. Perpassa também a ideia de que património é o passado, aquilo que é antigo, excluindo, assim, as produções contemporâneas. Interessante o facto de as crianças de Condeixa e de Penela concentrarem as suas respostas na associação de património às ruínas que lhe estão próximas e, na escola de Coimbra, faz-se a associação aos vestígios materiais e imateriais. De registar ainda dois alunos que se referem ao sentido restrito de património e o elevado número de crianças que diz desconhecer o conceito.

Quadro 5: 7º ano – Noção de Património

	Agrupamento de Escolas de Condeixa-a-Nova	Agrupamento de Escolas Infante D. Pedro	Instituto Educativo de Lordemão
Associação do conceito de Património às ruínas de <i>Conimbriga</i> e do Rabaçal, referindo que estes dois espaços arqueológicos são património local e/ou nacional.	58	7	28
Aquilo que os nossos antepassados nos deixaram.	3	0	15
Necessidade de respeitar e preservar o Património porque é de todos.	4	0	8
Portugal é um país muito rico em património.	0	6	0
Património como fator de atração turística.	5	0	2
Património como propriedade individual.	2	0	1
Não sabe ou não responde.	15	6	24

Em primeiro lugar, registre-se que os alunos do 7º ano revelam menos cuidado na realização da tarefa, dando respostas mais evasivas, num sentido claro “para despachar a

questão”, atitude típica nas crianças desta idade e que contrasta com os alunos do 5º ano, ainda cumpridores e preocupados com uma eventual avaliação dos resultados.

Neste ano letivo destaca-se também a associação da noção de património às ruínas de *Conimbriga* e do Rabaçal. Igualmente presente a ideia de que património é “aquilo que os nossos antepassados nos deixaram” e, como tal, deve ser preservado. Não há qualquer referência, nas definições que apresentam, ao património oral. O património como fator de atração turística, referido por uma criança do 5º ano de Penela, torna-se aqui mais evidente, até porque, como referem dois alunos de Condeixa, o património da sua terra é tão “lindo” que “atrai turistas” (cf. Estampa XXVII, 44 e 45).

Quadro 6: 5º ano – Noção de Arqueologia

	Agrupamento de Escolas de Condeixa-a-Nova	Agrupamento de Escolas Infante D. Pedro	Instituto Educativo de Lordemão
Associação da Arqueologia à descoberta e estudo das ruínas de <i>Conimbriga</i> e do Rabaçal e ao conhecimento do modo de vida dos Romanos.	6	12	8
Ciência que estuda o passado do Homem através de vestígios materiais.	19	0	3
Faz escavações para tentar encontrar objetos.	0	15	2
A existência de objetos nos museus deve-se aos Arqueólogos.	0	7	0
Paciência e calma associada à atividade arqueológica.	0	2	0
Confusão entre Arqueologia e Arquitetura.	0	1	2
Estudo dos dinossauros e dos fósseis.	0	1	2
Não sabe ou não responde.	12	6	43

Os resultados sugerem que os alunos do 5º ano de Condeixa e de Penela têm uma noção fidedigna do que é a Arqueologia como a “ciência que estuda o passado do Homem” através “de escavações para encontrar objetos” que irão “para museus” (cf. Estampa XXVIII, 46 e 47) ou, mais corretamente “ciência que estuda o passado do Homem, utilizando vestígios de cultura material em associação com os restos da fauna e da flora”. Outro grupo considerável de crianças associa a Arqueologia à “descoberta e estudo das ruínas”, o que permite o “conhecimento do modo de vida dos Romanos”. Há ainda quem admire “a calma e paciência” que o trabalho do arqueólogo exige. Mas se as crianças de Condeixa e de Penela têm uma noção próxima do que é a Arqueologia, o mesmo não acontece em relação às crianças de Coimbra, onde a grande maioria desconhece do que se trata. Ou seja, parece haver uma clara sensibilidade dos alunos de Condeixa e de Penela a esta ciência, devida à proximidade das duas estações arqueológicas.

Permanecem, no entanto algumas ideias incorretas relativamente ao objeto de estudo da Arqueologia, associando-a ao estudo dos dinossauros e fósseis e confundindo-a com a Arquitetura.

Quadro 7: 7º ano – Noção de Arqueologia

	Agrupamento de Escolas de Condeixa-a-Nova	Agrupamento de Escolas Infante D. Pedro	Instituto Educativo de Lordemão
Associação da Arqueologia à descoberta e estudo das ruínas de <i>Conimbriga</i> e do Rabaçal e ao conhecimento do modo de vida dos Romanos.	46	6	25
Ciência que estuda os vestígios do passado.	28	8	12
Procura os vestígios do passado através de escavações.	0	0	15
Estudo dos fósseis e dinossauros.	2	0	1
Não sabe ou não responde.	12	6	26

Em relação à Arqueologia, a maior parte dos alunos do 7º ano fazem também a associação entre esta ciência e a descoberta e estudo das ruínas de *Conimbriga* e do Rabaçal

(cf. Estampa XXIX, 48 e 49). Têm também a noção vaga de que é uma ciência que estuda os vestígios do passado, apenas os alunos de Coimbra a associam expressamente a escavações, o que se manifesta estranho, atendendo à proximidade de *Conimbriga* e da *Villa* do Rabaçal. Também no 7º ano ainda permanece, embora em apenas dois alunos, a ideia de que a Arqueologia estuda os fósseis (cf. Estampa XXX, 50). Uma vez mais, também o elevado número de alunos que não se refere ao conceito.

Quadro 8: 5º ano – Ruínas de *Conimbriga* e do Rabaçal

	Agrupamento de Escolas de Condeixa-a-Nova	Agrupamento de Escolas Infante D. Pedro	Instituto Educativo de Lordemão
Vestígios dos Romanos.	19	21	10
Vestígios dos nossos antepassados.	4	0	0
As ruínas são uma atração turística.	1	1	0
São lugares muito antigos.	0	2	0
Conheço as ruínas de <i>Conimbriga</i> e as do Rabaçal.	0	12	0
Conheço apenas as ruínas de <i>Conimbriga</i> .	5	17	42
As ruínas do Rabaçal são apenas a casa de um homem rico.	0	3	0
Descrição das ruínas de <i>Conimbriga</i> e do Rabaçal com a referência aos diferentes espaços e objetos descobertos.	10	8	0
Elogio ao Museu Monográfico de <i>Conimbriga</i> .	0	4	0
No Rabaçal há uma feira romana.	2	0	0
Localização das ruínas de <i>Conimbriga</i> no período medieval como local de defesa.	0	3	0
Não sabe ou não responde.	0	0	10

A primeira evidência é a de que, quer em Condeixa quer em Penela, todas as crianças têm alguma informação, embora nem sempre correta, a dar sobre estes dois espaços. Porém, destaca-se o elevado número de alunos que referem expressamente que nunca foram ao Rabaçal. E é relevante verificar que, de entre este grupo de alunos, 17 são de Penela.

Estes dois espaços são associados à presença romana e *Conimbriga* parece ser bem conhecida, pelo menos por alguns alunos que fazem a descrição dos espaços da cidade (cf. Estampa XXX, 51 e XXXI, 52) e têm a noção de que as ruínas de *Conimbriga* são das maiores povoações romanas de que há vestígios em Portugal, sendo a estação arqueológica mais bem estudada do país. Não foi, no entanto, a “principal cidade da Península Ibérica”, como alguns referiram: para a população local ciosa do seu património é natural que assim seja.

Uma vez mais a referência ao turismo, em concreto às potencialidades destes locais como promotores para o desenvolvimento do turismo local.

Quadro 9: 7º ano – Ruínas de *Conimbriga* e do Rabaçal

	Agrupamento de Escolas de Condeixa-a-Nova	Agrupamento de Escolas Infante D. Pedro	Instituto Educativo de Lordemão
Vestígios dos Romanos.	23	3	24
As ruínas são uma atração turística.	9	0	0
Conheço as ruínas de <i>Conimbriga</i> e as do Rabaçal.	2	0	0
Conheço apenas as ruínas de <i>Conimbriga</i> .	16	0	29
As ruínas do Rabaçal são mais pequenas que as de <i>Conimbriga</i> .	7	0	0
<i>Conimbriga</i> é a antiga cidade romana de Coimbra.	0	0	2
Não sabe ou não responde.	31	17	26

Como já referimos antes, os alunos do 7º ano não realizam a tarefa com grande seriedade (cf. Estampa XXXI, 53), caso contrário não teríamos tão elevado número de alunos a não responder. Não acreditamos que não tenham nenhuma referência destes espaços, pelo

menos de *Conimbriga*: o período romano foi conteúdo estudado no ano letivo em que se encontram e *Conimbriga* é exemplo citado em todos os manuais, além da proximidade geográfica dos dois locais.

Os alunos que cumprem a tarefa associam essencialmente as ruínas a vestígios romanos. Registe-se também neste ano letivo os alunos que dizem não conhecer o Rabaçal.

Um dado interessante é o facto de as crianças de Coimbra que dizem conhecer *Conimbriga*, referirem que lá foram com a família e não no âmbito de visita de estudo.

É também interessante verificar que o erro de associar *Conimbriga* à antiga Coimbra romana persiste.

Quadro 10: 9º ano – Elementos patrimoniais citados¹³⁵

	Agrupamento de Escolas de Condeixa-a-Nova	Agrupamento de Escolas Infante D. Pedro	Instituto Educativo de Lordemão
Ruínas e Museu Monográfico de Conimbriga	57	0	27
Casa Museu Fernando Namora	13	0	0
Pousada de Santa Cristina (Condeixa)	12	0	0
Igreja Matriz de Condeixa (Igreja de Santa Cristina)	9	0	0
Palácios de Condeixa	9	0	0
Villa Romana do Rabaçal	2	20	1
Castelo de Penela	0	30	0
Castelo do Germanelo	0	18	0
Igreja Matriz de Penela (Igreja de S. Miguel)	0	7	0
Pelourinhos de Penela e de Podentes	0	7	0
Praia Fluvial da Louçainha	0	4	0
Universidade de Coimbra	4	0	40

¹³⁵ Indicam-se apenas aqueles que são citados por mais de três alunos.

	Agrupamento de Escolas de Condeixa-a-Nova	Agrupamento de Escolas Infante D. Pedro	Instituto Educativo de Lordemão
Mosteiro de Santa Clara-a-Velha (Coimbra)	0	0	25
Jardim Botânico (Coimbra)	0	0	21
Quinta das Lágrimas (Coimbra)	0	0	20
Arcos do Jardim (Coimbra)	0	0	13
Sé Velha (Coimbra)	0	0	13
Igreja de Santa Cruz (Coimbra)	0	0	12
Museu Machado de Castro (Coimbra)	0	0	9
Portugal dos Pequenitos (Coimbra)	0	0	9
Sé Nova (Coimbra)	0	0	8
Jardim da Sereia (Coimbra)	0	0	7
Arco de Almedina (Coimbra)	0	0	6
Baixa de Coimbra	0	0	5
Castelo de Montemor-o-Velho	0	0	5
Mosteiro do Lorvão	0	0	5
Convento de Santa-Clara-a-Nova (Coimbra)	0	0	4
Não sabe ou não responde.	0	0	0

Os alunos do 9º ano surpreenderam pela qualidade dos textos, claramente pensados, revelando alguma preocupação com a fundamentação histórica dos locais, em particular na escola de Coimbra.

Na tarefa solicitada referíamos-nos à “região” propositadamente: a evidência é que os alunos se centraram na sua terra, no seu espaço próximo, nomeadamente os jovens de Condeixa e de Penela, apesar da proximidade de Coimbra, por de mais conhecida.

Outra evidência é a de que, enquanto para os alunos de Condeixa *Conimbriga* é o local incontornável de visita, para os de Penela esse local é o castelo. E a justificação de

ambos está no turismo: espaços atrativos e rentáveis porque atraem público. Várias são as referências, por exemplo, às atividades desenvolvidas no castelo de Penela, nomeadamente o “Presépio” e a “Feira Medieval”. Daí também a referência à Pousada de Santa Cristina, em Condeixa: um palácio do século XVI que pertenceu à família dos Almadás, transformado na década de noventa em unidade hoteleira. A *villa* romana do Rabaçal é praticamente só citada pelos alunos de Penela, associando-lhe também o seu papel na dinamização turística da aldeia.

Os alunos de Coimbra centram as suas referências no conjunto universitário (cf. Estampa XXXII, 54), permanecendo, no entanto, a confusão comum relativa à sua construção. Efetivamente, um número considerável de alunos refere que a Universidade de Coimbra foi mandada construir por D. Dinis, no século XIII; um único aluno apresenta a contextualização histórica correta, referindo-se a D. João III. Os alunos confundem “fundação” e “construção”: amiúde se liga D. Dinis à Universidade e os estudantes acabam por não distinguir a “instituição” do “edifício”.

Depois da Universidade de Coimbra, o local mais citado por estes alunos é *Conimbriga* (cf. Estampa XXXII, 55), o que revela a sua importância, acrescida pelo facto de estes alunos não abordarem conteúdos relacionados com este espaço há dois anos. Não resistimos mesmo a transcrever uma quadra produzida por um aluno que elaborou o seu texto em verso (Cf. Estampa XXXIII, 56), não esquecendo *Conimbriga*:

“Ainda nos arredores
ruínas vais encontrar
são tão belas as de *Conimbriga*
que é de tirar o ar.”

Este facto mostra como, efetivamente, as ruínas de *Conimbriga* são importantes não só para a dinâmica de Condeixa (cf. Estampa XXXIII, 57), como também uma das principais atrações de Coimbra.

Permanecem, no entanto, também algumas aprendizagens incorretas, considerando-se a “povoação românica de *Conimbriga*”, como já vimos no contexto da análise dos manuais escolares.

Em jeito de síntese, podemos afirmar que à popularidade de *Conimbriga* parece corresponder a reduzida significância das ruínas do Rabaçal para as populações não locais. A estação arqueológica do Rabaçal não tem nem a dimensão nem a projeção de *Conimbriga*,

visível no facto de a maioria dos alunos desconhecerem este espaço, bem como os docentes da área da História.

Os alunos têm a noção do que é o “património cultural”, embora a maioria centre a sua definição nos vestígios materiais, valorizando o que lhe é próximo. O mesmo podemos afirmar em relação ao conhecimento da Arqueologia: efetivamente, no conjunto dos alunos, também a maioria sabe do que se trata, em particular atribuindo-lhe a descoberta e o estudo das ruínas de *Conimbriga* e do Rabaçal. Em relação a estas, fica o alerta de um aluno de 7º ano que considera que os arqueólogos “deveriam estudar melhor as ruínas de *Conimbriga* e do Rabaçal, pois encontrariam grandes coisas”.

De ressaltar os valores positivos que associam ao património e às ruínas, nomeadamente o orgulho, que exige o respeito e a preservação pelos vestígios do passado. Orgulho esse que, por vezes, leva a afirmações como a de que “*Conimbriga* era a principal cidade da Lusitânia” ou a de que “*Conimbriga* é uma das 7 maravilhas de Portugal”, que, embora não correspondam à verdade, aceitam-se neste contexto de enaltecimento do seu património.

Destacam-se também as valências atribuídas ao património em geral, e às ruínas em particular, como motores de desenvolvimento através do turismo.

Naturalmente que os protagonistas que identificam são “os nossos antepassados”, dando claro destaque aos Romanos, povo “inteligente, capaz de fazer grandes coisas com meios artesanais, ao contrário da atualidade”. E parece haver uma clara compreensão do seu contributo ao nível linguístico, das técnicas de construção e da produção agrícola de determinados bens.

Também aqui é, pois, evidente vivermos uma época de enaltecimento identitário em que as dificuldades atuais se opõem à grandeza do Passado.

3.4. As ruínas de *Conimbriga* e do Rabaçal: contributos de cidadania?

Olhar as ruínas de *Conimbriga* e as do Rabaçal através da imprensa e dos jovens estudantes permite-nos afirmar que o fenómeno da globalização com que nos bombardeiam diariamente não é acompanhado pela globalização cultural, situação visível nas dinâmicas crescentes de valorização patrimonial por parte das gentes.

A projeção das ruínas arqueológicas de *Conimbriga* e do Rabaçal faz-se essencialmente no *Diário de Coimbra*. E, claramente, dominam as notícias sobre *Conimbriga*. Será interessante referir que no jornal de Penela *Região do Castelo*, na rubrica “Roteiro Turístico”, *Conimbriga* surge como proposta em edição anterior (2 de outubro de 2008) àquela em que é referida a *villa* do Rabaçal (16 de outubro de 2008), o que mostra como, mesmo a nível local, o sítio não adquiriu a projeção de *Conimbriga*. Por outro lado, é exatamente esta vertente turística dos sítios que é noticiada desde cedo e é esta que continua viva e fundamental, para ambos os espaços, mesmo entre os alunos do Ensino Básico.

É também relevante a reduzida dimensão cívica projetada nas notícias: não há um número significativo de notícias que remeta para a função didática dos espaços. Verifica-se mesmo em *Conimbriga*, como o próprio diretor o afirma (cf. p. 107), que o público escolar diminuiu. Urge questionar a diminuição efetiva deste público: é a dinâmica do espaço ou a das escolas que mudou? Ter-se-á algum desse público deslocado para a *villa* do Rabaçal?

Realmente esta situação tem vindo a afirmar-se, em particular no que respeita ao público escolar. Mas se, tal como noticiado no *Diário de Coimbra* em 2007 (cf. p. 92), o Museu Monográfico de *Conimbriga* era o terceiro museu mais visitado a nível nacional, depois do Museu dos Coches e do Museu Nacional de Arqueologia, em termos de público escolar, apesar da descida, ultrapassa largamente essoutros museus¹³⁶. Relativamente ao presente ano, podemos ainda afirmar que a descida de público, em geral, será considerável, a avaliar pelos registos das entradas até 31 de julho de 2013¹³⁷. Tendo em conta que se trata essencialmente de público escolar português, sendo os números relativos ao público escolar estrangeiro insignificante, *Conimbriga* é, portanto, ou era, a nível nacional, a opção anual “obrigatória” de visita de estudo.

¹³⁶ Dados obtidos, a 31/07/2013, no *site* do Instituto dos Museus e da Conservação (www.imc-ip.pt, link “Estatísticas”), que apresenta quadros específicos com as diferentes categorias de público, dos museus sob a sua tutela, de 2001 a abril de 2012.

¹³⁷ Dados gentilmente cedidos no Museu Monográfico de *Conimbriga*. Verificámos que há meses com quebras consideráveis em relação ao ano anterior, como por exemplo o mês de julho com menos 37,4% de entradas.

Os motivos para esta descida de público escolar são vários. Nomeamos, em primeiro lugar, a mudança de atitude nas escolas: a carga horária, o aumento da burocracia e o desalento que reina na classe docente levam à indisponibilidade dos professores para todo um conjunto de atividades de extensão curricular como visitas de estudo que, preparadas convenientemente, exigem tempo considerável. Por outro lado, na sala de aula é hoje possível, com o recurso às novas tecnologias da informação, o professor e alunos fazerem visitas virtuais a sítios de interesse patrimonial nacionais e estrangeiros que, não substituindo a emoção do contacto direto, torna mais cómoda e acessível a “visita” aos locais.

A proliferação de museus municipais um pouco por todo o país, de acesso mais rápido, fácil e barato, que abarcam, muitas vezes, em termos de acervo, vários períodos históricos, é também uma razão aceitável.

A esta podemos ainda acrescentar a multiplicação de Centros de Interpretação, com visitas mais atrativas na perspetiva dos jovens alunos, completamente rendidos às novas tecnologias. É no sentido de colmatar este défice que a Câmara de Condeixa promoveu a reabilitação do edifício da Quinta de S. Tomé, imóvel classificado de interesse municipal, onde pretende recriar a cidade romana de *Conimbriga*, de uma forma lúdica e pedagógica, recorrendo às novas tecnologias. Nascerá, assim, o “Poros – Museu Multimédia”, que pretende criar uma estrutura cultural e museológica que faça a ligação com as ruínas de *Conimbriga*.

A coroar este cenário temos a conjuntura económica, que se tem agravado e colocado em último lugar a satisfação das necessidades culturais, consideradas não prioritárias para a opinião pública em geral.

Em *Conimbriga* não existem Serviços Educativos definidos, não tendo funcionários com formação adequada. As visitas dos grupos escolares são gratuitas: à chegada, é feita uma contextualização do espaço arqueológico e do museu e, depois, a visita é livre, devendo os grupos seguir as placas e, se necessário, tirar dúvidas com os funcionários que se encontram no espaço. Previamente, o museu envia um conjunto de fichas didáticas¹³⁸ para a escola, elaboradas em função dos diferentes níveis de ensino, que poderão ajudar o docente a preparar a visita, além do manancial de informação disponível quer no *site* do museu quer em publicações específicas.

¹³⁸ Protagonizadas por uma personagem de nome Ália, que vai apresentando os diferentes espaços, do museu às ruínas, e propondo a realização de algumas tarefas.

Assim, fica o docente o principal responsável pela preparação e orientação local da visita, o que, claramente, é um fator que leva as escolas a fazerem outra opção. Este tipo de visita exige uma cultura docente que nunca existiu e menos ainda agora. Por outro lado, podemos também argumentar que, apesar de toda a informação disponível e mesmo do interesse do docente em consultá-la, há uma série de pormenores e saberes específicos que não se adquirem nalgumas horas de trabalho, pelo que, sem qualquer dúvida, a visita orientada por um conhecedor do local e da prática arqueológica, bem como das especificidades dos diferentes níveis de ensino, é determinante para atrair o público escolar. Existe, efetivamente, um serviço de visitas programadas, mas este é fornecido por empresas de promoção turística ou guias profissionais mediante determinado pagamento, o que, na conjuntura atual, é extremamente complicado para a maioria das escolas.

O museu tem, porém, atividades programadas que, cremos, apenas por desconhecimento das escolas, não terão mais procura: “Arqueólogos por um dia” que permite aos alunos participar nas escavações de *Conimbriga* acompanhados por um arqueólogo e “Caça ao tesouro” entre as ruínas e o museu. E promove ainda atividades pontuais para datas significativas como o “Dia Internacional dos Monumentos e Sítios” (18 de abril), o “Dia Internacional dos Museus” (18 de maio) e o dia do aniversário do museu (10 de Junho), que podem passar por ateliês de cerâmica, pintura e mosaico, muito do agrado de crianças e jovens.

No entanto, apesar da dimensão numérica do público escolar, não é este o principal público do museu. Trata-se de um espaço procurado por todos, em particular turistas nacionais e estrangeiros. É claramente uma referência do património nacional, por constituir o maior e melhor testemunho arqueológico da presença romana no atual território português. *Conimbriga* está, como esteve – lembrem-se as notícias das primeiras décadas do século XX – nos roteiros turísticos portugueses e, nessa posição, deveria ser o pólo dinamizador dos espaços envolventes, nomeadamente as ruínas do Rabaçal. No entanto, lembrando as palavras do autarca de Penela (cf. p. 105), já em 1999, *Conimbriga* nunca conseguiu cumprir essa dimensão nem em relação a Condeixa-a-Velha, menos ainda em relação a outros locais. O próprio “circuito da romanização”, promovido pela Região de Sicó, para o seu efetivo funcionamento exigia outra dinâmica dos espaços e, em particular, daquele que é indiscutivelmente a referência. Vemos, por exemplo, essa ligação necessária no *Roteiro Breve das Ruínas e Museu*, disponível ao público, que, nas páginas finais, dá alguma informação

relativa às estações arqueológicas de Alcabideque, Rabaçal e Santiago da Guarda, que pertenceram ao antigo território de *Conimbriga*. Não nos parece, porém, suficiente, uma vez que a maioria dos visitantes não irá, muito provavelmente, ler a informação integral do *Roteiro*.

Não queremos, no entanto, deixar de mencionar que o Museu Monográfico de Conimbriga é o único, em Portugal, aberto de segunda a domingo, das 10 às 19 horas, desde 2011, sem com isso aumentar a carga horária dos funcionários. Facto que revela uma cidadania ativa: do diretor entusiasta à restante equipa que dirige.

No que concerne às ruínas do Rabaçal, o público, depois de um aumento considerável ao longo dos primeiros anos de funcionamento, tem-se mantido estável desde 2010¹³⁹, embora exista um pequeno decréscimo associado a empresas de promoção de vendas que deixaram de atuar e, portanto, de levar o seu público. Os números relativos às escolas também se têm mantido estáveis, verificando-se em 2012 um acréscimo deste público, que tem origem maioritariamente na Região Centro e fazem o “Circuito da Romanização – *Conimbriga*, Rabaçal e Santiago da Guarda ou só as duas primeiras” (*Villa Romana do Rabaçal-Relatório* 2012: 574). Também este espaço-museu não tem um Serviço Educativo constituído, sendo todas as atividades inerentes ao espaço, incluindo as atividades escolares, da responsabilidade das duas únicas funcionárias: uma arqueóloga e uma técnica de conservação e restauro. As visitas escolares são sempre guiadas e gratuitas até aos 12 anos, podendo, quando solicitado, ser tratados temas de acordo com os programas curriculares: inicia-se com uma visita virtual à *villa* romana em vídeo projetor (da autoria de Vera Moitinho e Pedro Madeira) de cerca de 10 minutos, seguida da visita ao museu e às ruínas. Têm também um conjunto de fichas de atividades pedagógicas para crianças do Pré-Escolar ou dos primeiros anos do 1.º Ciclo, que fornecem gratuitamente aos visitantes, juntamente com um *puzzle* de 60 peças que pode ser adquirido ou construído no local. Existe também um caderno intitulado *Uma Visita à Villa Romana do Rabaçal*, para crianças dos 2.º e 3.º Ciclos, em que o personagem Virtúlio nos dá a conhecer a *villa*, sugerindo um jogo e até uma receita romana; no entanto, este caderno apresenta o inconveniente de não ser gratuito.

A *villa* romana do Rabaçal proporciona também um conjunto de atividades pedagógicas, essas, sim, gratuitas, como o “Caça ao tesouro” para alunos do 1.º e 2.º Ciclos, o “Ateliê de Mosaico”, destinado a alunos dos 1.º, 2.º ou 3.º Ciclos e o “Ateliê de Pré-História”,

¹³⁹ De acordo com os dados constantes nos *Relatórios Anuais de Atividades* disponíveis para consulta no museu.

com réplicas que as crianças podem manusear, para os 1.º e 2.º Ciclos do Ensino Básico. Desenvolvem também atividades esporádicas dedicadas ao público escolar no âmbito da comemoração de dias específicos, como o “Dia da Criança”.

A criação e dinamização futura do “Percurso Matemático dos Mosaicos da *Villa*” (*Villa Romana do Rabaçal – Relatório 2011*: 295), projeto de Bernard Parzysz, da Universidade de Paris 3, e Dora Freire, da Escola Tecnológica de Sicó, poderá ser uma mais-valia na atratividade pedagógica do espaço, alertando para as diferentes vertentes disciplinares em que o património arqueológico pode ser aproveitado.

Neste contexto, é ainda importante abrir um parêntesis para nos referirmos à relação institucional que existe entre as escolas locais e as duas estações arqueológicas, que poderia e deveria garantir uma ligação mais estreita entre estas entidades. Da orgânica de funcionamento atual das escolas públicas faz parte um órgão designado Conselho Geral. Este é o órgão responsável pela definição das linhas orientadoras da atividade dos agrupamentos, assegurando a participação e representação da comunidade educativa. Deste órgão fazem parte, além dos representantes de docentes, discentes, funcionários e encarregados de educação, representantes da comunidade local. Quer o Agrupamento de Escolas de Condeixa-a-Nova quer o Agrupamento de Escolas Infante D. Pedro reconheceram a importância local destes espaços arqueológicos. Assim, o Museu Monográfico de Conimbriga faz parte do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Condeixa-a-Nova e o espaço-museu do Rabaçal integra o do Agrupamento de Escolas Infante D. Pedro, em Penela. A este órgão cabe a aprovação do Projeto Educativo do Agrupamento, bem como a definição de critérios para a participação em atividades pedagógicas, científicas, culturais e desportivas: não nos apraz melhor lugar para sensibilizar a comunidade escolar para estes dois exemplos de património local.

Na verdade, chegou-se ao presente com uma forma completamente diferente de equacionar o património e a sua preservação: o património atualmente tem de garantir a transmissão de uma memória coletiva e o desenvolvimento do bem-estar da comunidade. Até porque a memória se estrutura de acordo com um sentido valorativo fortemente emotivo associado às populações. São os Estados, através da sua política cultural, que definem os projetos de mobilização coletiva para a defesa da ideia de Nação. Processos que mudam de acordo com as diferentes conceções orgânicas que assume o Estado em discursos históricos

que vacilam entre a verdade factual e a elaboração de “uma imagem projetada para justificar pressupostos políticos” (Pereira 2011: 80).

Já em 1969, nas notícias publicadas em Nova Iorque sobre *Conimbriga*, se revela “o encantamento e a frustração” que as ruínas de *Conimbriga* nos provocam (*Diário de Coimbra*, 23 de junho de 1969: 1). Situação que se opõe ao passado glorioso do local atestado na nomeação do sítio a propósito das comemorações da Nacionalidade, cujo expoente é a Exposição do Mundo Português, e na visita ao local de ilustres quando se deslocam à região. Período em que o património servia no processo de sedimentação identitária que se queria associado à fundação da identidade nacional e onde o Poder, entendido enquanto Estado, assume o controlo do processo “memorialístico” (cf. Pereira 2011: cap. II).

Nos últimos anos estes dois sítios têm estado associados a iniciativas culturais, amplamente divulgadas nos jornais locais e regionais, sendo palco de atuação de grupos musicais de maior ou menor reconhecimento local e nacional, como no Rabaçal os grupos Cordas Allegro e Fado Vocal e em *Conimbriga* o grupo Ala dos Namorados ou Dulce Pontes ou mesmo outras atividades como o “Encontro de Teatro Clássico”, em que os bens culturais são o palco quer do espetáculo quer dos valores defendidos pelo modelo governativo local. E, na verdade, as “Noites de *Conimbriga*” tantas vezes noticiadas, deixaram de acontecer por opção camarária, que era a promotora do evento. Mantém-se, porém, a participação no “Festival de Tema Clássico”, que já vai na 15ª edição. Estas atividades, além de atraírem público, promovem a integração da população local.

E neste sentido podemos também referir a iniciativa de promoção da *villa* romana do Rabaçal, na comemoração dos 20 anos de campanhas arqueológicas, 1984-2004, nos pacotes de açúcar Novadelta, através da reprodução de motivos dos mosaicos. Assim se dá a conhecer a *villa* ao país, aguçando a curiosidade de estranhos e promovendo o orgulho da população local.

As atividades culturais promovidas pelo Município de Penela têm também sido geradoras do grande movimento de público a este espaço arqueológico nos meses de abril e dezembro, o “Mercado do Queijo e dos Romanos” e o “Penela Presépio”, respetivamente. O mês de abril tem-se revelado particularmente profícuo em visitantes¹⁴⁰, graças à atividade

¹⁴⁰ Segundo dados gentilmente cedidos no espaço-museu, em abril de 2013, a *villa* romana do Rabaçal recebeu 4359 visitantes, praticamente concentrados no fim-de-semana em que ocorreu a atividade. Os números ganham uma dimensão maior quando comparados com os outros meses do ano: em janeiro – 407 visitantes, em fevereiro – 276, em março – 210, em maio – 495, em Junho – 1050 e em julho – 363.

“Mercado do Queijo e dos Romanos”, que casa o queijo e outros produtos endógenos com as ruínas. Graças a esta feira e recriação histórica, tendo as ruínas como cenário, regressam à *villa* os produtos ali produzidos pelos Romanos em tempos idos. É interessante, a este propósito, lembrar que uma criança do 5º ano da escola de Condeixa-a-Nova identifica as ruínas do Rabaçal como o local onde “há uma feira romana”. Assim se releva a secular atividade da pastorícia e da produção tradicional do queijo, bem como a valorização da produção do azeite. E as ruínas romanas têm “uma moldura viva” que lhes é dada, “no local, sobretudo pelos rebanhos, pelos olivais e por quem ali trabalha” (*Villa Romana do Rabaçal–Relatório 2009*: 552). Acrescentamos nós ainda a vinha, os cereais, as hortas e pomares, o calor do verão e as agruras do inverno, a humildade e a simpatia das gentes... ali tudo permanece.

As próprias campanhas arqueológicas atuais, em particular no Rabaçal, apelando ao voluntariado da população local, além dos investigadores, estudantes e voluntários vindos de diversos pontos do município, mantêm a ligação dos populares às ruínas, promovendo a afetividade e a identidade com aquele património. Tal como acontecia nos primórdios das escavações em *Conimbriga*, em que os populares participavam ativamente nas escavações (cf. *A Memória das Pedras. Retrospectiva Fotográfica de Conimbriga 1930-1970*).

Sabemos hoje que o turismo gera um fortíssimo impacto na atividade económica e na cultura. Ao atrair a atenção para o património, nomeadamente cultural, o turismo promove a sua conservação, revalorizando questões como a identidade e conhecimento de outras culturas do ponto de vista de quem visita e de quem é visitado. Não esquecendo, porém, que o turismo deve estar ao serviço do património e não o contrário, acredita-se que a existência de património arqueológico na região poderá constituir um motor para o desenvolvimento do turismo cultural e para a atratividade local (cf. Neves e Sirgado 2009). E, na verdade, em particular nas aldeias em despovoamento, como o Rabaçal, onde praticamente apenas permanecem os idosos, a ruína arqueológica, juntamente com as tradições, poderão revitalizar estes locais. Parece-nos, no entanto, que ainda estamos numa fase em que é o património que está ao serviço do turismo. Não há uma cultura cívica de conhecimento e compreensão do espaço, ao nível dos diferentes públicos, mas tão-só de mais uma visita a juntar ao “já lá fui”.

No património rural, dada a sua pequena escala e dispersão, a solução das rotas e itinerários é uma resposta; é necessário, todavia, mais do que criar as “Rotas”, como o já citado “Eixo da Romanização” e, mais recentemente, a “Rota de *Conimbriga*”, percurso

pedestre de 16 km, urge a efetiva interligação entre os diferentes espaços, com um circuito organizado e possibilidade de visitas guiadas entre as diferentes estações¹⁴¹.

Os turistas, ao viajarem, procuram sempre os principais museus e monumentos para visitar. E o público está disponível a pagar para ver projetos de qualidade, onde a conservação é determinante. A ausência de proteção dos mosaicos na *villa* do Rabaçal está a impedir o afluxo de mais público a este espaço; público que se sente defraudado quando, chegado ao local, é impedido de ver os mosaicos, que são, afinal, um dos principais atrativos.

Neste sentido vai a reflexão de Montserrat Crespi Vallbona e Margarita Planells Costa (2003: 7-10) que referem que o turista cultural procura aquilo que é singular e o possa surpreender, procura a diferença; e o património cultural constitui exatamente essa diferença, evocando imagens autênticas de cada localidade. E, afinal, o que encontramos nós na memória de cada pedra do Rabaçal ou de *Conimbriga*, senão o património que é único, porque são únicos os indivíduos que o criaram e que o memoram? O património cultural é um reportório inacabado de testemunhos materiais e imateriais, que constituem os referentes da memória coletiva que criamos e recriamos continuamente. O património é o passado presente e é da nossa responsabilidade mantê-lo vivo. Enfim, “a história das sociedades é feita de um diálogo permanente entre a força das raízes antigas e a vontade das novas gerações” (Martins 2009: 15).

Os alunos que conosco colaboraram associam a noção de património ao que é antigo, passado, velho, é a “herança”, mas, como qualquer outra herança, no convívio com a contemporaneidade, pode ser mantida, aumentada ou destruída. Quando um dos alunos refere que em *Conimbriga* “há casas com *spa*” está a recriar o passado em função das vivências atuais. É assim que se afirma também uma recente unidade hoteleira da região, HD/Duecitània Design Hotel, inaugurada em dezembro de 2012, ao apresentar-se como uma “proposta de reinvenção de Roma, na sua essência, na sua vivência, nos seus aspetos mais brilhantes e marcantes”.

O património permite-nos fazer a narrativa do passado, e esta deve ser uma fonte de educação cívica. O património arqueológico, pela sua especificidade, permite-nos aproximar daqueles que foram homens como nós, que ali viveram, amaram e sofreram. Educar para a cidadania é, acima de tudo, educar para a humanidade, para os valores de solidariedade e de

¹⁴¹ Cf. Gonçalves 2009 que aborda precisamente a questão do funcionamento das “rotas” ou “itinerários” em Portugal, a partir do exemplo dos Itinerários Arqueológicos do Alentejo e Algarve.

respeito para com o outro. Perceber que o sítio arqueológico como uma herança de valor inquestionável, cuja salvaguarda garante a memória das gentes, significa promover o sentimento de pertença a uma civilização que é propriedade comum. Aprender com o património é uma ferramenta de civismo que ajudará ao entendimento e compreensão de diferentes modos de vida e, conseqüentemente, à percepção dos conceitos de “universalidade”, “comunidade” e “individualidade”. Olhar o passado através do vestígio arqueológico revela-nos como atualmente somos iguais, em tantos aspetos, aos que antes de nós viveram, como nos distinguimos noutros tantos e como cada um, em função das suas vivências, constrói a sua identidade pessoal. Usando eficazmente este recurso, o aluno seria capaz de constatar que a nossa maneira de viver está tão longínqua e simultaneamente tão próxima dos nossos antepassados, e que é necessário compreender o contexto mental de um período ou povo, antes de sobre ele ajuizar.

Ficamos, no entanto, após a análise das narrativas produzidas pelos alunos que conosco colaboraram, com a percepção de que, se há um enaltecimento de determinadas produções do passado, ele não corresponde à compreensão de que construir a modernidade não significa destruir o passado. O passado glorioso é presentemente sobrevalorizado, como forma de mitigar o momento de crise.

Esta é uma aprendizagem informal, que exige que o professor não se limite a debitar matéria para cumprir programas. Quanto maior for o investimento escolar na educação para a cidadania, maior será o futuro envolvimento da comunidade com estes espaços e tanto maior será o retorno, se não financeiro, certamente em qualidade de vida. E tanto maior será a lição de cidadania dada ao exterior!

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vários trabalhos mostraram uma preponderância do localismo identitário em Portugal, ou seja, os indivíduos identificam-se com a terra onde moram¹⁴² e acrescentaríamos, pensamos que sem grande risco de engano, onde nasceram.

No entanto, o património parece, cada vez mais, ser um mero cenário para consumo turístico. Efectivamente, a “patrimonialização” pode ter o efeito inverso do pretendido e significar a morte de uma identidade, pois os interesses económicos levam a considerar o património uma forma de entretenimento para promoção turística. Como refere A. Desvallées (2003: 54), em relação aos museus, “permitiu-se que os mercadores entrassem no templo” transformando-os em “supermercados do objecto patrimonial”. Parece que a defesa do património só existe em função da sua visibilidade em relação ao exterior, só o turismo dignifica o espaço patrimonial. Mas o património arqueológico é renovação da memória nacional, porque existe em todo o território, e o desenvolvimento descentralizado de ações de preservação patrimonial permite a multiplicidade de experiências cívicas e culturais.

De acordo com a *Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural* (UNESCO 1972), as ações de preservação e conservação do património devem ser acompanhadas por programas educativos, de forma a integrá-lo num processo cultural que lhe dê significância para a população local.

O património arqueológico, mais do que qualquer outro, exige a sensibilidade, responsabilidade e mobilização da comunidade na sua identificação e proteção. A população deve ser o sujeito da recuperação patrimonial e da construção identitária. Para mais, sabendo que o património é muito sensível às ameaças da vida moderna, que tornam inevitável a realização de intervenções profundas na paisagem, afetando com frequência a integridade do “arquivo da terra” (cf. Martins 2012).

É efetivo o fascínio que a ruína promove no seio de miúdos e de graúdos, em particular quando conservada. A conservação e valorização do espaço arqueológico é fundamental: veja-se o exemplo de *Conimbriga*. Outros exemplos poderiam existir, assim houvesse vontade. O caso das ruínas do Rabaçal é sintomático: a construção da estrutura de proteção aos mosaicos é determinante para a fruição do espaço; a falta dessa fruição condiciona, claramente, quer as visitas quer a sua promoção futura por quem lá passa.

¹⁴² Cf. os dados do estudo realizado em 1993 por Luísa Reis e Margarida Dias (Santos 2001: 511-512).

Verifica-se, porém, uma representação social positiva seja das ruínas de *Conimbriga* seja das do Rabaçal como uma herança coletiva, cuja preservação se defende essencialmente por motivos turísticos e não como garante de uma identidade cultural promotora de autoestima e, portanto, de qualidade de vida.

A sociedade em geral remete para o Estado as ações de salvaguarda e de valorização do património, aspeto em que se revela a ausência de sentido cívico do indivíduo, ao não assumir o princípio constitucional que refere que “todos têm direito à fruição e criação cultural, bem como o dever de preservar, defender e valorizar o património” (art.º 78 da *Constituição da República Portuguesa*).

Também na Escola a desumanidade vence, graças, em parte, ao domínio das novas tecnologias: o contacto, o toque perdeu-se para as máquinas. Doravante, um estudo como o que ora se apresenta terá de ter em conta também a análise das “visitas virtuais”, quer em termos de turma quer em termos pessoais.

Por outro lado, os manuais, que deveriam ser encarados como transmissores de diferentes culturas, transformaram-se numa ferramenta hegemónica que silencia os novos conhecimentos. Os alunos devem ter acesso a materiais didáticos que lhes proporcionem o contacto com a diversidade, com o progresso e com a própria noção de fragilidade do conhecimento científico, sempre desatualizado por novas investigações.

Verificámos, no entanto, que os manuais fazem do património arqueológico parco aproveitamento e transmitem uma consciência histórica retrospectiva, promovendo a imagem de um passado nacional glorioso.

O trajeto que percorremos deixou-nos ainda mais conscientes da desvalorização da História e do défice de cidadania que reina na sociedade portuguesa, em geral, e, nas escolas, em particular.

Os imperativos económicos, o desalento dos professores, a falta de expectativas dos alunos, as dificuldades e/ou o desinteresse dos encarregados de educação, as decisões ministeriais impostas financeiramente e não pensadas pedagogicamente parecem relegar o património e a educação para níveis de importância secundária. Outros interesses se impõem, levando a população a pensar que a preservação patrimonial ou a investigação histórica é um luxo – portanto, algo dispensável. Assim é, efetivamente, quando a fome é uma realidade. Todavia, a maior das pobreza é a ignorância, redutora do indivíduo enquanto pessoa e enquanto cidadão!

BIBLIOGRAFIA

AE= vd. *L'Année Epigraphique*.

A Memória das Pedras. Retrospectiva Fotográfica de Conimbriga 1930-1970 (2012). Catálogo da Exposição. Município de Condeixa e Museu Monográfico de *Conimbriga*.

AFONSO, Almerindo Janela (2009) – “Três décadas de políticas educativas em Portugal (1975-2005)”. Carlos Reis, João José Matos e Virgílio Bento (coord.) – *Escola: problemas e desafios*. Guarda: Centro de Estudos Ibéricos, p. 13-29.

ALARCÃO, Adília (2010) – “Sobre o Património ainda não foi tudo dito?”. *Exedra*. Publicação electrónica semestral da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Coimbra. Nº 9, Número Temático – Turismo e Património, p. 9-15.

ALARCÃO, Jorge de (1988) – *O Domínio Romano em Portugal*. Lisboa: Publicações Europa-América.

ALARCÃO, Jorge de (1988a) – “Os Montes Herminios e os Lusitanos”. *Livro de Homenagem a Orlando Ribeiro*. vol. II. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, p. 41-48.

ALARCÃO, Jorge de (1990) – *Nova História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, vol. I, p. 352-441.

ALARCÃO, Jorge de (1992) – “Etnografia da fachada atlântica ocidental da Península Ibérica”. Almagro-Gorbea e Ruiz Zapatero (eds.) – *Paleoetnologia de la Peninsula – Complutum*. 2-3, p. 339-345.

ALARCÃO, Jorge de (2001) – “Novas perspectivas sobre os Lusitanos (e outros mundos)”. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: IGESPAR – Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico. Volume 4. Número 2, p. 293-348.

ALARCÃO, Jorge de (2004) – “Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia – I”. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: IGESPAR – Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico. Volume 7. Número 1, p. 317-342.

ALARCÃO, Jorge de (2004a) – “Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia – II”. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: IGESPAR – Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico. Volume 7. Número 2, p. 193-216.

ALARCÃO, Jorge de (2005) – “Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia – III”. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: IGESPAR – Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico. Volume 8. Número 2, p. 293-311.

ALARCÃO, Jorge de (2006) – “Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia – IV”. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: IGESPAR – Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico. Volume 9. Número 1, p. 131-147.

ALVES, Luís Alberto Marques (1996) – “Programas de História – Uma Opinião”. *O Ensino da História*. Revista da APH – Associação de Professores de História. Nº 4/5, p. 27-28.

ANTÓNIO, Jorge e ENCARNAÇÃO, José d' (2009) – “Grafito identifica Alter do Chão como *Abelterium*”. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: IGESPAR – Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico. Volume 12, número 1, p. 197-200.

ANTUNES, Fátima M. (1995) – “Educação, cidadania e comunidade – reflexões sociológicas para uma escola (democrática) de massas”. *Revista Portuguesa de Educação*. I. E. P. Universidade do Minho. 8 (1), p. 191-205.

ASTOUL, Guy (2003) – *50 activités pour découvrir le patrimoine à l'école e tau collège*. CRDP Midi – Pyrénées, CDDP Tarn-et-Garonne.

AZEVEDO, Joaquim (1995) – “Educação e Comunidade Local”. *Educação, Comunidade e Poder Local*. Actas do Seminário realizado em 6 e 7 de Dezembro de 1994 no Instituto Politécnico de Viana do Castelo. Conselho Nacional de Educação: Ministério da Educação. p. 81-107.

AZEVEDO, Maria da Conceição Fidalgo (1988) – “Reforma Educativa ou Reforma Escolar? Análise a partir de uma abordagem sistémica da Educação”. *Revista Portuguesa de Educação*. Braga: C.E.E.D.C., Universidade do Minho. 1 (3), p. 61-68.

BALLART HERNÁNDEZ, Josep; JUAN i TRESSERAS, Jordi (2001) – *Gestión del patrimonio cultural*. Barcelona: Editorial Ariel.

BARCA, Isabel (2000) – *O Pensamento Histórico dos Jovens*. Braga: Centro de Estudos em Educação e Psicologia, Universidade do Minho.

BARCA, Isabel (2007) – “A Educação histórica numa Sociedade Aberta”. *Currículo Sem Fronteira*. V. 7, nº1, p. 5-9 (revista on line – <http://www.curriculosemfronteiras.org>).

BARCA, Isabel e GAGO, Marília (2000) – *De pequenino se aprende a pensar: Formar opinião na aula de História e Geografia de Portugal*. Cadernos Pedagógico-Didáticos, 23. Lisboa: Associação de Professores de História.

BARCA, Isabel e GAGO, Marília (2001) – “Aprender a pensar em História: um estudo com alunos do 6º ano de escolaridade”, *Revista Portuguesa de Educação*. Braga: C.E.E.P., Universidade do Minho. 14 (1), p. 239-261.

BARROSO, João (org.) (1999) – *A Escola Entre o Local e o Global. Perspectivas para o Século XXI*. Lisboa: Educa (Educa – Organizações; 4).

BARTOLOMÉ PINA, Margherita (2000) – “Da educação multicultural à construção da Cidadania”. Seminário “Atenção à Diversidade. A Escola Intercultural” 23 e 24 Fevereiro 2000, Espanha (<http://phoenix.sce.fct.unl.pt/uied>, consultado a 2 de fevereiro de 2010).

BELTRÃO, Luísa e NASCIMENTO, Helena (2000) – *O Desafio da Cidadania na Escola*. Lisboa: Luísa Beltrão, Helena Nascimento e Editorial Presença (Ensinar e Aprender, 15).

BENTO, Paulo Torres (2001) – “Do lugar da educação para a cidadania no currículo”. *Revista Portuguesa de Educação*. Braga: C.E.E.P., Universidade do Minho. 14 (1), p. 131-153.

BETTENCOURT, Ana; CAMPOS, Joana e FRAGATEIRO, Lourdes (1999) – *Educação Para a Cidadania*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (Cadernos Coeducação).

BOAL, Maria Eduarda; HESPANHA, Maria Cândida e NEVES, Manuela Borralho (1996) – *Para Uma Pedagogia Diferenciada*. Ministério da Educação: Programa Educação Para Todos (Cadernos PEPT 2000).

BOAVIDA, João (2009) – “Crise na Educação – Fundamentos e Desafios”. Carlos Reis, João José Matos e Virgílio Bento (coord.) – *Escola: problemas e desafios*, Guarda: Centro de Estudos Ibéricos, p. 129-146.

CAMPOS, Bártolo Paiva (1991) – *Educação e Desenvolvimento Pessoal e Social*. Porto: Edições Afrontamento (Biblioteca das Ciências do Homem / Ciências da Educação; 5).

CARBONE, Fabio (Dez 2010- Fev 2011) – “Valorização Turística do Património Arqueológico em Prol da Sociedade: o Paideia Approach”. *Informação ICOM.PT*. Série II, nº 11, p. 1-10.

CARDIM, Pedro (coord.) (1998) – *A História: entre a Memória e a Invenção*. Lisboa: Publicações Europa-América (Coleção Conferências do Convento, nº 3).

CARDOSO, Carlos (coord.) (1998) – *Gestão Intercultural do Currículo – 1º Ciclo*. Secretariado Coordenador dos Programas de Educação Multicultural: Ministério da Educação.

CASTRO, J. (2007) – “Perspectivas de alunos do Ensino Secundário Sobre a Interculturalidade e o Conhecimento Histórico”. *Currículo sem fronteiras*. vol. 7, nº 1, Jan./Jul., p. 28-73 (on line – <http://www.curriculosemfronteiras.org>).

CASULO, José Carlos de Oliveira (1988) – “As Leis de Bases da Educação Nacional: Percurso Histórico e Condições de Aplicabilidade”. *Revista Portuguesa de Educação*. Braga: C.E.E.D.C., Universidade do Minho. 1 (3), p. 21-18.

CHITTY, G. e BAKER, D. (eds.) (1999) – *Managing historic sites and buildings: reconciling presentation and preservation*. London: Routledge.

CHOAY, Françoise (1992) – *L'Allégorie du Patrimoine*. Paris: Editions du Seuil (tradução portuguesa, Lisboa: Edições 70, 2008).

CHOPPIN, Alain (1992) – *Les Manuels Scolaires: Histoire et Actualité*. Paris: Hachette Éducation.

CIL II = vd. HÜBNER, E.

CIL VI = vd. HENZEN, W.; ROSSI, G.; HÜLSEN, C. e BANG, M.

Conimbriga. Roteiro breve das ruínas e museu (2009) Ministério da Cultura, Instituto dos Museus e da Conservação, Museu Monográfico de Conimbriga.

CORTESÃO, Luiza (1991) – “O conceito de Educação Intercultural. Interculturismo e Realidade Portuguesa”. *Inovação*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional. 4: 2-3, p. 33-44.

COSTA, Maria Madalena Gagean Formigal Cardoso da (1996) – *Museus e Educação – Contributo para a história e para a reflexão sobre a função educativa dos museus em Portugal*. Coimbra: Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

CRESPI VALLBONA, Montserrat e PLANELLS COSTA, Margarita (2003) – *Patrimonio Cultural*. Madrid: Editorial Sintesis.

CUSTÓDIO, Jorge (1993) – “De Alexandre Herculano à Carta de Veneza (1837-1964)”. M^a Eduarda Leal Coelho (coord.) – *Dar Futuro ao Passado*. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura, Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, p. 33-71.

DELORS, Jacques (1996) – *Educação: um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI*. Porto: Edições Asa (edição original, *Learning: the treasure within. Report to UNESCO of the international Commission on Education for the twenty-first century*, UNESCO, 1996).

DESVALLÉES, A. (2003) – “Que futuro para os museus e para o património cultural na aurora do terceiro milénio?”. *Lugar em Aberto*. Revista da Associação Portuguesa de Museologia. 1, p. 46-75.

“Dossier: os currículos de História – Conselho da Europa: valorização do ensino da História na Educação Básica”. *O Ensino da História*. Boletim da APH – Associação de Professores de História (1997). Nº 8/9 –, p. 15-21.

Educação, Competitividade e Cidadania (2001) – Seminário Educação, Competitividade e Cidadania. Conselho Nacional de Educação: Ministério da Educação.

Educação, Integração, Cidadania (1998) – Documento orientador das políticas para o ensino básico. Ministério da Educação.

Educação, Interculturalidade e Cidadania (2000) – Seminário Educação Intercultural e Cidadania. Conselho Nacional de Educação: Ministério da Educação.

ENCARNAÇÃO, José d' (1984) – *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis: subsídios para o estudo da romanização*. Coimbra: Universidade, Faculdade de Letras, Instituto de Arqueologia (Tese de doutoramento em Pré-História e Arqueologia, Universidade de Coimbra, 1984). (= IRCP)

ENCARNAÇÃO, José d' (1993-1994) – “No Centenário da publicação das Religiões da Lusitânia: nacionalismo em Leite de Vasconcelos”. *O Arqueólogo Português*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. 11/12, série IV, p. 35-42.

ENCARNAÇÃO, José d' (1996) – “A epígrafe latina como elemento didáctico”. *Boletim de Estudos Clássicos*. Coimbra: Associação Portuguesa de Estudos Clássicos. 25, p. 48-52.

ENCARNAÇÃO, José d' (1998) – *Estudos Sobre Epigrafia*. Coimbra: Minerva.

ENCARNAÇÃO, José d' (2000) – “A epígrafe latina como elemento didáctico (IX)”. *Boletim de Estudos Clássicos*. Coimbra: Associação Portuguesa de Estudos Clássicos. 34, p. 97-101.

ENCARNAÇÃO, José d' (2001) – “A comunicação regional e local perante os desafios do século XXI”. *Congresso Internacional de Comunicação – De Gutenberg ao Terceiro Milénio (Actas)*. Lisboa: Universidade Autónoma. p. 485-490.

ENCARNAÇÃO, José d' (2002) – “André de Resende, epigrafista”. *Cataldo e André de Resende. Actas do Congresso Internacional do Humanismo Português. Coimbra-Lisboa-Évora, 25 a 28 de Outubro de 2000*. p. 305-310.

ENCARNAÇÃO, José d' (2003) – “Quão importantes eram as gentes!...” *Tavira. Território e Poder*. Lisboa: Câmara Municipal de Tavira e Museu Nacional de Arqueologia, p. 95-104.

ENCARNAÇÃO, José d' (2004) – “A epígrafe latina como elemento didáctico (XV)”. *Boletim de Estudos Clássicos*. Coimbra: Associação Portuguesa de Estudos Clássicos. 41, p. 43-47.

ENCARNAÇÃO, José d' (2005) – “Onomástica, monumento e contexto”. *Paleohispanica*. 5 (Actas del IX Colóquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispánicas [Barcelona, 20-24 de octubre de 2005]). Zaragoza: Institución “Fernando el Católico”, p. 767-774.

ENCARNAÇÃO, José d' (2006) – *As Pedras que Falam*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

ENCARNAÇÃO, José d' (2006a) – “Viriato – História e Símbolo...”. Prefácio ao livro de Mauricio Pastor Muñoz *Viriato (o herói lusitano que lutou pela liberdade do seu povo)*. Lisboa: A Esfera dos Livros, p. 11-21.

ENCARNAÇÃO, José d' (2009) – “A epigrafia do momento: grafitos... a comunicação sedutora”. *Opinione pubblica e forme di comunicazione a Roma: il linguaggio dell' Epigrafia. Atti del Colloquio AIEGL – Borghesi 2007*. Faenza: Fratelli Lega Editori, p. 15-28.

ENCARNAÇÃO, José d' (2009a) – “Da invenção de inscrições romanas, ontem e hoje: a propósito de uma tésseira de bronze”. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: IGESPAR – Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico. Volume 12. Número 1, p. 127-138.

ENCARNAÇÃO, José d' (2009b) – “Sertório, general romano: guerreiro e mito?”. *CEAMA – Centro de Estudo de Arquitectura Militar de Almeida*. 3, p. 98-105.

ENCARNAÇÃO, José d' (2011) – “As placas epigrafadas da igreja da Misericórdia, na Guarda”. *Praça Velha*. Revista Cultural da Cidade da Guarda. Guarda: Núcleo de Animação Cultural/Câmara Municipal da Guarda. Ano XIII, nº 29, 1ª série, p. 278-292.

ENCARNAÇÃO, José d' (2011a) – “Etnografia e Epigrafia em Diálogo”. *Praça Velha – Revista Cultural da Cidade da Guarda*. Guarda: Núcleo de Animação Cultural, Câmara Municipal da Guarda. Ano XIII. Nº 30, 1ª série, p. 184-192.

ENCARNAÇÃO, José d' (2011b) – “Reflexões em torno do livro «Lusitanos no Tempo de Viriato», de João Luís Inês Vaz”. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. IGESPAR – Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico. Volume 14, p. 195-202.

ENCARNAÇÃO, José d' *et alii* (2012) – “A epígrafe latina como elemento didáctico (XXXI)”. *Boletim de Estudos Clássicos*. Coimbra: Associação Portuguesa de Estudos Clássicos. Vol. 57, p. 51-57.

ÉTIENNE, Robert; FABRE, G. e LÉVÊQUE, Pierre et Monique (1976) – *Fouilles de Conimbriga, II – Épigraphie et Sculpture*. Paris: De Boccard.

EURYDICE (2005) – *La educación para la ciudadanía en el contexto europeo*. Madrid: Secretaría General Técnica, EURYDICE.

FABIÃO, Carlos (1997) – “Percurso da Arqueologia Clássica em Portugal: da Sociedade Archeologica Lusitana (1849-1857) ao Moderno Projecto de Conimbriga (1962-1979)”. Gloria Mora e Margarita Díaz-Andreu (eds.) *La Cristalización del Pasado: Génesis y Desarrollo del Marco Institucional de la Arqueología en España*. Málaga: Diputación Provincial de Málaga, p. 105-123.

FABIÃO, Carlos (1999) – “Um Século de Arqueologia em Portugal”. *Al-madan*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada. IIª série (8), p. 86-108.

FABIÃO, Carlos e GUERRA, A. (1998) – “Viriato: em torno da iconografia de um mito”. *Actas dos IV Cursos Internacionais de Verão de Cascais (7 a 12 julho de 1997)*. Cascais, p. 33-79.

FABRE, Daniel (2000) – “L' ethnologie devant le monument historique”. In D. Fabre (org.) *Domestiquer l' Histoire*. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme (Collection Ethnologie de la France, Cahier 15).

FERNANDES, Raul M. Rosado (1996) – *Introdução, tradução e comentário de As Antiguidades da Lsitânia, de André de Resende*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

FAUBLÉE, Elisabeth (1992) – *En sortant de l'école... musées et patrimoine*. Paris: Centre National de Documentation Pédagogique et Hachette Éducation.

FÉLIX, Noémia (1995) – “O Ensino da História e a Educação para os Valores”. *O Ensino da História*. Lisboa: A. P. H. – Associação dos Professores de História. 3 (III série), p. 11-16.

FÉLIX, Noémia (1998) – *A História na Educação Básica*. Ministério da Educação: Departamento da Educação Básica.

FELGUEIRAS, Margarida (1988) – “O Ensino da História: que História ensinar?”. *Revista Portuguesa de Educação*. Braga: C.E.E.D.C., Universidade do Minho. 1 (1), p. 111-121.

FERREIRA, Ana Paula Ramos (1996) – “As saudações do Além entre os Romanos”. *Conimbriga*. Volume XXXV, p. 107-127.

FERREIRA, Ana Paula Ramos (2004) – *Epigrafia funerária romana da Beira Interior: inovação ou continuidade?* Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.

FERRO, Marc (1981) – *Comment on raconte l' Histoire aux enfants*. Paris: Payot (trad. Falsificações da História, Lisboa: Publicações Europa-América, s/d).

FIGUEIREDO, Carla Cibebe e SILVA, Augusto Santos (2000) – *A Educação para a Cidadania no Sistema Educativo Português (1974-1999)*, Lisboa: Ministério da Educação.

FILIPE, G. (1999) – “Museus e Educação: A ação educativa e cultural dos museus com coleções de arqueologia”. *O Arqueólogo Português*. 17 (IV Série). Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 155-156.

FUKUYAMA, Francis (1992) – *O Fim da História e o Último Homem*. Lisboa: Gradiva.

GARRET, Almeida (edição de 1996) – *Viagens na Minha Terra*, Lisboa: Centralivros.

GIRAULT, Renè (1983) – *L'histoire et la géographie en question. Rapport au Ministre de l'Éducation Nationale*. [Paris] : Ministère de l'Éducation Nationale, Service d'information.

GOFF, Jacques Le (1984) – “Memória”. *Enciclopédia Einaudi*. Vol. I, *Memória-História*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda. p. 11-50.

GONÇALVES, Alexandra Rodrigues (2010) – “O Museu como pólo de atracção turística”. *Exedra*. Publicação electrónica semestral da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Coimbra. Nº 9, Número Temático – Turismo e Património, p. 77-117.

GONÇALVES, Catarina Valença (2009) – “Rotas do Património em Portugal: uma revolução necessária”. José Manuel Simões e Carlos Cardoso Ferreira (eds.) – *Turismos de Nicho. Motivações, Produtos e Territórios*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa, p. 95-107.

GUERRA, Amílcar e FABIÃO, Carlos (1992) – “Viriato: genealogia de um mito”, *Penélope*. 8, p. 9-23.

GUILLAUME, Marc (1980) – *La Politique du Patrimoine*. Paris: Éditions Galilée (tradução portuguesa, Porto: Campo das Letras, 2003).

GUIMARÃES, Paulo (1990) – “A integração de temas de história local e regional no ensino da disciplina de História. Alguns elementos para uma reflexão”. *Actas do 1º Encontro da História Regional e Local do Distrito de Portalegre (24 a 27 de Setembro de 1987)*. Portalegre: Centro de Recursos e Animação Pedagógica da Escola Superior de Educação de Portalegre. p. 59-65.

HENRIQUES, Mendo Castro *et alii* (1999) – *Educação para a Cidadania*. Lisboa: Plátano Editora.

HERNÁNDEZ BELTRÁN, Juan Carlos (2009) – “Educación, Democracia y Ciudadanía”. Carlos Reis, João José Matos e Virgílio Bento (coord.) – *Escola: problemas e desafios*. Guarda: Centro de Estudos Ibéricos, p. 201-217.

HENZEN, Wilhem; ROSSI, Giovanni Battista de; HÜLSEN, Christian e BANG, Martin (1876, 1882, 1885, 1886, 1894, 1902, 1926 e 1933) – *Inscriptiones Urbis Romae Latinae*. Berolini: Georgium Reimerum (*Corpus Inscriptionum Latinorum*; 6). (=CIL VI)

HÜBNER, E. (1869, 1892-suplemento) – *Inscriptiones Hispaniae Latinae*. Berolini: Georgium Reimerum (*Corpus Inscriptionum Latinorum*; 2). (= CIL II)

ILER= vd. VIVES, J.

ILLICH, Ivan (1973) – *Inverter as Instituições*. Lisboa: Moraes Editores (original 1972).

IRCP= vd. ENCARNAÇÃO, J' (1984)

JORGE, Vítor Oliveira (2007) – *Arqueologia, Património e Cultura*. Lisboa: Instituto Piaget (2ª edição).

JÚNIOR, Santos (Santonilho) e MORGADO, A. (1905) – *Guia ilustrado do viajante em Portugal ou Manual do Viajante*. Lisboa: Almanach Palhares.

L'Année Epigraphique (1973) Paris : Presses Universitaires de France. (= AE)

LEITE, Carlinda e RODRIGUES, Maria de Lurdes (2001) – *Jogos e Contos numa Educação para a Cidadania*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional / Ministério da Educação (Práticas Pedagógicas; 10).

LOFF, Philippe Bernard (2003) – *Educar para a diversidade com manuais do 1º ciclo do ensino básico para o estudo do meio*. Braga: Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho (Tese de Mestrado).

LOFF, Philippe Bernard (2009) – “Educação para a Diversidade nos Manuais Escolares de Estudo do Meio (1º CEB): As Representações do Género Sexual”. María Angustias Ortiz Molina (coord) – *Investigación en Educación y Derechos Humanos. Aportaciones de Diferentes Grupos de Investigación*. Edição de Fernando Ramos; Consejería de Innovación, Ciencia y Empresa de la Junta de Andalucía; Grupo de Investigación HUM – 742

D.E.Di.C.A. – Desarrollo Educativo de las Didácticas en la Comunidad Andaluza – Universidad de Granada; Center for Intercultural Music & Arts (C.I.M.A.).

LOURENÇO, Orlando (2000) – “Educação para a Cidadania: Um olhar Kohlberguiano”. *Revista Portuguesa de Pedagogia*. Coimbra: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Coimbra. XXXIV: 1, 2 e 3, p. 555-583.

MANTAS, Vasco Gil (Dez. 2003) – “Indícios de um Campo Romano na Cava de Viriato?”. *Al-madan*. Centro de Arqueologia de Almada. IIª série. 12, p. 40-42.

MARQUES, Ramiro Fernando Lopes (1991) – *A Educação para os valores morais no Ensino Básico – o currículo implícito e explícito*. Aveiro: Universidade de Aveiro.

MARTINS, Guilherme d’Oliveira (1992) – “Europa – Unidade e Diversidade, Educação e Cidadania”. *Colóquio Educação e Sociedade*. 1. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, p. 41-60.

MARTINS, Guilherme d’Oliveira (1998) – “Sociedade Educativa e Cidadania”. *Revista de Educação*. Lisboa: Departamento de Educação da F. C. da U. L. VII: 1, p. 3-8.

MARTINS, Guilherme d’Oliveira (2009) – *Património, Herança e Memória. A cultura como criação*. Lisboa: Gradiva.

MARTINS, Ana Margarida Nunes (2012) – “A salvaguarda do património arqueológico no âmbito dos processos de avaliação de impacte ambiental e de ordenamento territorial: reflexões a partir do direito do património cultural, do ambiente e da gestão do território”. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. IGESPAR – Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico. Volume 15, p. 219-256.

MATTOSO, José (1997) – *A Escrita da História. Teoria e Métodos*. Lisboa: Editorial Estampa (Histórias de Portugal; 33).

MENDES, José Amado (2000) – “História local e memórias: do Estado-Nação à época da globalização”. *Revista Portuguesa de História*. Coimbra: Instituto de História Económica e Social, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. t. XXXIV, p. 349-368.

MENDES, José Amado (2009) – *Estudos do Património. Museus e Educação*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

MENEZES, Isabel (1995) – *Educação Cívica em Portugal. Estudo Preliminar*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional (Avaliação do Currículo; 1).

MENEZES, Isabel; XAVIER, Elisabete; CIBELE, Carla (1997) – *Educação Cívica em Portugal nos Programas e Manuais do Ensino Básico*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional (Avaliação do Currículo; 8).

Metas Curriculares. 2.º Ciclo do Ensino Básico. História e Geografia de Portugal (2013) Ministério da Educação e Ciência.

Metas Curriculares de História. 7º e 8º Anos do 3.º Ciclo do Ensino Básico (2013) Ministério da Educação e Ciência.

MIRANDA, Manuel Pinto (1998) – *Uma Escola Responsável?*. Porto: Edições Asa (Cadernos Pedagógicos; 39).

NEVES, Joana e SIRGADO, José Rafael (2009) – “Perspetivas de desenvolvimento do Turismo Arqueológico no Alto Alentejo, Portugal”. José Manuel Simões e Carlos Cardoso Ferreira (eds.) - *Turismos de Nicho. Motivações, Produtos e Territórios*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa, p. 109-124.

NUNES, Mário (1989) – *Nos Caminhos do Património*. Coimbra: GAAC/Livraria Minerva.

NUNES, Mário (2000) – *1930-2000. Diário de Coimbra – 70 anos de História*. Coimbra: Diário de Coimbra.

Organização Curricular e Programas. Ensino Básico – 1.º Ciclo. Estudo do Meio. (2004). Lisboa: Ministério da Educação. 4ª edição revista.

Organização Curricular e Programas. Ensino Básico – 2.º Ciclo. Volume I. História e Geografia de Portugal. (1999). [Lisboa]: Departamento da Educação Básica: Imprensa Nacional-Casa da Moeda

Organização Curricular e Programas. Ensino Básico – 3.º Ciclo. Volume I. História. (1991) [Lisboa]: Direção Geral dos Ensino Básico e Secundário, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

ORTIGÃO, Ramalho (1916) – *O Culto da Arte em Portugal*. Lisboa: Aillaud e Bertrand (2ª edição).

Os Direitos do Homem, Uma Educação Cívica e Moral para o Nosso Tempo?: debate rectangular (1989) [Lisboa]: Comissão para a Promoção dos Direitos Humanos e Igualdade na Educação (Educação Cívica e Cidadania; 2).

PACHECO, Hélder (1988) – “De como ser culto é, principalmente, ser do sítio”. *Aprender*. Portalegre: Escola Superior de Educação. 6, p. 67-69.

PAIS, José Machado (1999) – *Consciência Histórica e Identidade. Os Jovens Portugueses num Contexto Europeu*. Oeiras: Celta Editora (Coleção Estudos Sobre Juventude, 2).

PATRÍCIO, Manuel Ferreira (1989) – “Traços principais do perfil do professor do ano 2000”. *Inovação*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional. 2: 3, p. 229-245.

PATRÍCIO, Manuel Ferreira (1992) – “A Cultura e a Escola numa Perspectiva Europeia”. *Revista Portuguesa de Educação*. Braga: I. E. - Universidade do Minho. 5 (1), p. 1-12.

PATROCÍNIO, Tomás (2002) – *Tecnologia, educação e cidadania*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional / Ministério da Educação (Ciências da Educação; 48).

PEREIRA, Ana Bela (2010) – “Manuais Escolares: estatuto e funções”. Revista *Lusófona de Educação*. Centro de Estudos e intervenção em Educação e Formação - Instituto de Educação - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Nº 15, p. 191-194.

PEREIRA, Luís Filipe Raposo (2011) – *Museu de Arte Popular: Memórias de Poder*. Cadernos de Sociomuseologia – Estudos Pós-Graduados, 39. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.

PEREIRA, Maria Helena da Rocha (1984) – *Estudos de História da Cultura Clássica*, II volume – *Cultura Romana*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

PESSOA, Miguel (1998) – *Villa Romana do Rabaçal. Um Objecto de Arte na Paisagem*. Penela: Câmara Municipal.

PESSOA, Miguel; SANTOS, Sandra Steinert e RODRIGO, Lino (1999a) – “O programa expositivo do espaço-museu da *villa romana do Rabaçal*”. *O Arqueólogo Português*. Série IV, volume 17, p. 501-525.

PESSOA, Miguel; SANTOS, Sandra Steinert e RODRIGO, Lino (1999b) – “O museu de sítio arqueológico como lugar de sociabilidades e instrumento pedagógico: os investigadores e a formação da população e dos públicos”. *O Arqueólogo Português*. Série IV, volume 17, p. 157-174.

PESSOA, Miguel; RODRIGO, Lino e SANTOS, Sandra Steinert (2001) – *Roteiro. Rabaçal Aldeia Cultural*. Penela: Câmara Municipal.

PINTO, Maria Helena (2007) – “Evidências Patrimoniais para a Educação Histórica: Uma experiência no Centro Histórico de Guimarães”. *Currículo sem Fronteiras*, v.7, n.1, Jan/Jun, p. 171-185.

PIRES, Eurico Lemos (1988) – “A massificação escolar”. *Revista Portuguesa de Educação*. Braga: C.E.E.D.C. – Universidade do Minho. 1 (1), p. 27-43.

PIRES, Maria Adelaide Gregório (2001) – “Educação para a cidadania: Uma visão nacional e universal”. *Revista Portuguesa de Pedagogia*. Coimbra: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Coimbra. 35: 2, p. 179-192.

Programa de História e Geografia de Portugal. Plano de Organização do Ensino-Aprendizagem. (1991) Ensino Básico 2.º Ciclo. Volume II. [Lisboa]: Direção Geral dos Ensino Básico e Secundário, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Programa de História. Plano de Organização do Ensino-Aprendizagem. (1999) Ensino Básico 3.º Ciclo. Volume II. 4ª edição. [Lisboa]: Departamento da Educação Básica, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

QUEIRÓS, Francisco Fortunato (1990) – “Aproveitamento Pedagógico da História Regional e Local”. *Actas do 1º Encontro da História Regional e Local do Distrito de Portalegre (24 a*

27 de Setembro de 1987). Portalegre: Centro de Recursos e Animação Pedagógica da Escola Superior de Educação de Portalegre, p. 19-25.

RAMOS, Natália (2001) – “Comunicação, cultura e interculturalidade: para uma comunicação intercultural”. *Revista Portuguesa de Pedagogia*. Coimbra: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Coimbra. 35: 2, p. 155-178.

RIBEIRO, Flávio (2007) – “Exploração do Pensamento Arqueológico das Crianças”. *Currículo sem Fronteiras*, v.7, n.1, Jan/Jun, pp. 186-196.

RICHAUDEAU, François (1979) – *Conception et production des manuels scolaires, guide pratique*. Paris: Unesco.

ROCHA, António dos Santos (1905) – *O Museu Municipal da Figueira da Foz. Catálogo Geral*. Figueira: Imprensa Lusitana.

RÜSEN, Jörn (2001) – *Razão Histórica. Teoria da História: os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Editora UnB.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) (2001) – Globalização. Fatalidade ou Utopia? Porto: Edições Afrontamento (Coleção A Sociedade Portuguesa Perante os Desafios da Globalização, Vol. 1).

SANTOS, Maria Emília Brederode (1985) – *Os Aprendizizes de Pigmaleão*. [Lisboa]: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento (Coleção Educação; 2).

SANTOS, M^a de Lourdes Lima dos e OLEIRO, Manuel Bairrão (coords.) (2005) – *O panorama museológico em Portugal (2000-2003)*. Lisboa. Observatório das Atividades Culturais, Instituto Português de Museus/Rede Portuguesa de Museus.

SCHNAPPER, Dominique (1994) – *La Communauté des Citoyens: sur l'idée moderne de nation*. [Paris]: Gallimard.

SEQUEIRA, Helder (1989) – “Imprensa Regional e Defesa do Património”. *Educação e Tecnologia*. Guarda: Instituto Politécnico da Guarda. 5, p. 33-39.

SIGALA, Marianna e LESLIE, David (eds.) (2005) – *Internacional cultural tourism: management, implications and cases*. Oxford: Elsevier Ltd.

SOBRAL, José Manuel (1995) – “Memória e identidade sociais – dados de um estudo de caso num espaço rural”. *Análise Social*. XXX:131-132, p. 289-313.

SOROMENHO, Miguel e SILVA, Nuno Vassallo (1993) – “Da Idade Média ao Século XVII”. In COELHO, M^a Eduarda Leal, coord. – *Dar Futuro ao Passado*. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura, Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, p. 22-32.

SOUTA, Luís (1991) – “Educação Multicultural”. *Inovação*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional. 4: 2-3, p. 45-52.

SOUTA, Luís (1997) – *Multiculturalidade e Educação*. Porto: Profedições.

TELMO, Isabel Cottinelli (1986) – *O Património e a Escola. Do Passado ao Futuro*. Lisboa: Texto Editora (Educação Hoje).

TORGAL, Luís Reis (1987) – “História... Que História?”. *Revista de História das Ideias*. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Vol. 9, p. 843-867.

TORMENTA, José Rafael (1996) – *Manuais Escolares. Inovação ou tradição?*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional (coleção Avaliação do Currículo).

Uma Visita à villa romana do Rabaçal. (2007) Rabaçal: Município de Penela.

UNESCO (1972) – *Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural*.

UNESCO: Departamento de Informação do Público – *O que é: a protecção do património mundial, cultural e natural* (s/d). Lisboa: Comissão Nacional da Unesco.

VAZ, João Luís da Inês (2009) – *Lusitanos no tempo de Viriato: quotidiano e mito*. Lisboa: Ésquilo.

Villa Romana do Rabaçal – Relatório 2009.

Villa Romana do Rabaçal – Relatório 2010.

Villa Romana do Rabaçal – Relatório 2011.

Villa Romana do Rabaçal – Relatório 2012.

VIVES, J. (1971-72) – *Inscripciones latinas de la España Romana: antologia de 6800 textos*. Barcelona: Universidad. (= ILER)

YERODIA, A. (1981) – *La culture support methodologique de la pertinence du system educatif*. Paris: Unesco.

YOURCENAR, Marguerite (1997) – *Memórias de Adriano*. Lisboa: Editora Ulisseia (Coleção Clássicos do Romance Contemporâneo, 44, 10ª edição).

XYPAS, Constantin (2001) – “La construction de l’idée de patrie et l’apparition des stéréotypes nationaux chez l’enfant”. *Revista Portuguesa de Educação*. Braga: C.E.E.P., Universidade do Minho. 14 (1), p. 287-304.

Webgrafia

ICOM – Museum definition, consultado em 10 de Fevereiro de 2011.
<http://icom.museum/who-we-are/the-vision/museum-definition.html>

ICOM, *Declaração do Quebec: princípios de base de uma Nova Museologia* (1984), consultado em 10 de Fevereiro de 2011.
<http://www.revistamuseu.com.br/legislacao/museologia/quebec.htm>

Legislação consultada (por ordem cronológica)

Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei nº 46/86, de 14 de Outubro)

Decreto-Lei nº 369/90, de 26 de novembro.

Constituição da República Portuguesa de 2 de abril de 1976. Coimbra Editora 1993.

Lei de Bases do Património Cultural (Lei nº 107/2001, de 8 de Setembro).

Lei-Quadro dos Museus Portugueses (Lei nº 47/2004, de 19 de Agosto).

Lei nº 47/2006, de 28 de Agosto.

Decreto-Lei nº 261/2007, de 17 de julho.

Resolução da Assembleia da República nº 47/2008, de 12 de setembro, publicada no *Diário da República* nº 11 177, série I.

Despacho 5306/2012, de 18 de abril.

Portaria nº 431-D/2013, publicada no *Diário da República* nº 124, 2º Suplemento, série II, de 01/07/2013

ANEXOS

ANEXO 1- Índice de notícias

Diário de Coimbra

Conimbriga

22 de Agosto de 1930, nº 89, p. 1: “Condeixa:a:Nova. É uma vila de belas tradições históricas” por Alberto Carlos Martins

07 de Setembro de 1930, nº 104, p. 2,: “Condeixa” rubrica *O “Diário” nas Beiras*

08 de Setembro de 1930, nº105, p. 1: “Condeixa” rubrica *Vida Regional* por C.

23 de Setembro de 1930, nº 120, p. 1: “Congresso de Antropologia”

29 de Março de 1933, nº 995, p. 2: “Condeixa” por Alexandre A. Pais da Silva

04 de Janeiro de 1934, nº 1230, p.1: “Ruínas e escavações” por Wanda Pimentel

07 de Janeiro de 1934, nº 1233, p. 2: “Freguesia de Condeixa-a-Velha”

15 de Junho de 1934, nº 1387, p. 2: “de Condeixa-a-Velha - Conimbriga” rubrica *O “Diário” nas Beiras* por C.

16 de Abril de 1934, nº 1329, p. 1: “O passeio a Condeixa – A Escola Livre das Artes do Desenho – As ruínas da antiga Conimbriga ” por A. S.

14 de Abril de 1936, nº 1861, p. 2: “Escavações de Condeixa-a-Velha”

25 de Maio de 1936, nº 1900, p. 1: “Arte e Arqueologia. Conimbriga. A mais importante cidade romana do centro de Portugal” por Vergílio Correia

15 de Junho de 1936, nº 1920, p. 1-2: “Arte e Arqueologia. Um figueirense ilustre. O Dr. António dos Santos Rocha”, por Vergílio Correia

05 de Agosto de 1936, nº 1969, p. 1: “Conimbriga”

25 de Abril de 1938, nº 2563, p. 1: “Arte e Arqueologia. As ruínas de Conímbriga” por Virgílio Correia

29 de Dezembro de 1938, nº 2805, p. 1: “Conimbriga”

06 de Janeiro de 1939, nº 2812, p. 1: “Conimbriga”

09 de Janeiro de 1939, nº 2815, p. 1: “Arte e Arqueologia. Os mosaicos romanos de Conimbriga” por Vergílio Correia

17 de Fevereiro de 1939, nº 2855, p. 1: “As comemorações de 1940 e as ruínas de Conimbriga” por Alfredo S. Fernandes

08 de Julho de 1939, nº 2989, p. 4: “Condeixa” rubrica *Vida Regional*

11 de Julho de 1939, nº 2992, p. 3: “Condeixa” rubrica *Vida Regional*

14 de Agosto de 1939, nº 3026, p. 1: “Arte e Arqueologia. Novos descobrimentos de mosaicos em Conímbriga” por Vergílio Correia

21 de Agosto de 1939, nº 3033, p. 1: “Arte e Arqueologia. Ainda os novos mosaicos de Conímbriga” por Vergílio Correia

27 de Agosto de 1939, nº 3039, p. 4: “Conímbriga em 1892” por Guido Burnay

01 de Setembro de 1939, nº 3044, p. 1: “Conímbriga. Uma Visita dos Jornalistas de Coimbra”

07 de Setembro de 1939, nº 3050, p. 2: “Condeixa - Ilustre visitante incógnito” rubrica *Vida Regional*

03 de Dezembro de 1939, nº 3135, p. 1: “Condeixa - Visita a Conimbriga” rubrica *Vida Regional*

22 de Abril de 1940, nº 3272, p. 1: “Arte e Arqueologia. A Restauração de Monumentos Arqueológicos”, por Vergílio Correia

13 de Maio de 1940, nº 3292, p. 2: “Condeixa” rubrica *Vida Regional*

22 de Maio de 1940, nº 3301, p. 2: “Condeixa - Visita às ruínas de Conimbriga” rubrica *Vida Regional*, por C.

18 de Junho de 1940, nº 3328, p. 2: “Condeixa - Visitas à Conimbriga” rubrica *Vida Regional*, por C.

28 de Junho de 1940, nº 3338, p. 2: “Condeixa - Visitas a Conimbriga” rubrica *Vida Regional*, por C.

28 de Setembro de 1940, nº 3429, p. 2: “Condeixa - Ruínas Romanas de Conimbriga” rubrica *Vida Regional*, por C.

22 de Dezembro de 1940, nº 3512, p. 2: “Condeixa - Ruínas Romanas de Condeixa” rubrica *Vida Regional*, por C.

13 de Maio de 1941, nº 3648, p. 2: “Condeixa - Visita de estudo” rubrica *Vida Regional*

16 de Maio de 1941, nº 3661, p. 2: “Condeixa - Ruínas Romanas de Conimbriga” rubrica *Vida Regional*

06 de Julho de 1941, nº 3702, p. 2: “Condeixa - Ruínas Romanas de Conimbriga” rubrica *Vida Regional*, por E.

10 de Maio de 1943, nº 4361, p. 1: “Conímbriga”, por Vergílio Correia

24 de Maio de 1943, nº 4375, p. 25: “Divindades Romanas de Conimbriga”, por Vergílio Correia

4 de Junho de 1944, nº 4726, p. 1 e 2: “Conímbriga e o Professor Vergílio Correia”

26 de Outubro de 1948, nº 5931, p. 1 e 5: “Conímbriga – um «oppidum» romano restaurado”

17 de Março de 1949, nº 6068, p. 1: “A arqueóloga inglesa Jacqueline Hawkes efectuou ontem uma conferência na Casa de Inglaterra»

07 de Maio de 1949, nº 6118, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas de Conimbriga” rubrica *Vida Regional*, por C.

10 de Março de 1950, nº 6419, p. 2: “Condeixa - Ruínas Romanas de Conimbriga” rubrica *Vida Regional*, por C.

16 de Março de 1950, nº 6425, p. 2: “Condeixa- Ruínas Romanas de Conimbriga” rubrica *Vida Regional*, por C.

31 de Março de 1950, nº 6440, p. 2: “Condeixa- Ruínas romanas” rubrica *Vida Regional*, por C.

25 de Março de 1950, nº 6434, p. 1 e 7: “Condeixa é um importante centro comercial e uma excelente estação de turismo”, por C.

01 de Maio de 1950, nº 6471, p. 2: “Condeixa - Ruínas romanas” rubrica *Vida Regional* por C.

05 de Maio de 1950, nº 6474, p. 2: “Condeixa. Excursão a Conimbriga” rubrica *Vida Regional*, por C.

19 de Maio de 1950, nº 6488, p. 2: “Condeixa - Ruínas Romanas” rubrica *Vida Regional*, por C.

07 de Junho de 1950, nº 6507, p. 2: “Condeixa Ruínas Romanas” rubrica *Vida Regional*, por C.

18 de Julho de 1950, nº 6548, p. 1 e 5: “Conimbriga”, por Dr. Flório José de Oliveira

19 de Julho de 1950, nº 6549, p. 2: “Condeixa Ruínas Romanas” rubrica *Vida Regional*, por C.

30 de Outubro de 1950, nº 6651, p. 2: “Condeixa- Ruínas de Conimbriga” rubrica *Vida Regional*

08 de Dezembro de 1950, nº 6689, p. 2: “Condeixa- Ruínas Romanas de Conimbriga” rubrica *Vida Regional*, por C.

14 de Abril de 1951, nº 6812, p. 2: “Condeixa Ruínas Romanas de Conimbriga” rubrica *Vida Regional*, por C.

25 de Maio de 1951, nº 6852, p. 2: “Condeixa Visita de estudo às Ruínas Romanas de Conimbriga” rubrica *Vida Regional*, por C.

26 de Maio de 1951, nº 6853, p. 2: “Condeixa Árvores da Estrada das Ruínas de Conimbriga” rubrica “Vida Regional” por C.

21 de Agosto de 1951, nº 6940, p. 2: “Condeixa-Ruínas de Conimbriga” rubrica *Vida Regional*, por C.

01 de Maio de 1952, nº 7189, p. 1: “Dois arqueólogos americanos em Coimbra”

06 de Agosto de 1952, nº 7284, p. 2: “Condeixa- Ruínas de Conimbriga” rubrica *Vida Regional*, por C.

28 de Março de 1953, nº 7513, p. 2: “Condeixa Ruínas Romanas de Conimbriga” rubrica *Vida Regional*, por C.

10 de Maio de 1953, nº 7555, p. 2: “Condeixa Ruínas de Conimbriga” rubrica *Vida Regional*, por C.

11 de Julho de 1953, nº 7616, p. 1: “Condeixa” De visita a Conimbriga rubrica *Vida Regional*, por C.

07 de Fevereiro de 1955, nº 8181, p. 1: “O Ministro das Obras Públicas visitou ontem Condeixa onde foi entusiasticamente recebido”

09 de Abril de 1956, nº 8600, p. 2: “Condeixa- Ruínas de Conimbriga” rubrica *Vida Regional*, por C.

27 de Abril de 1956, nº 8618, p. 2: “Condeixa- Conimbriga” rubrica *Vida Regional*, por C.

04 de Setembro de 1956, nº 8746, p. 1 e 5: “Mais de seis mil visitantes estiveram em Conímbriga no mês passado”

14 de Fevereiro de 1958, nº 9263, p. 2: “Condeixa. Vila rica e próspera” rubrica *Vida Regional*, por C.

20 de Fevereiro de 1958, nº 9268, p. 2: “Condeixa. Vila rica e próspera- Ruínas Romana” rubrica *Vida Regional*, por C.

06 de Novembro de 1958, nº 9524, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas” rubrica *Vida Regional*, por C.

17 de Novembro de 1958, nº 9535, p. 5: “Condeixa tem aspirações que não constituindo problemas difíceis por isso mesmo deveriam ser satisfeitas”

09 de Dezembro de 1958, nº 9557, p. 2: “Condeixa O Sr. Ministro das Obras Públicas em Condeixa” rubrica *Vida Regional*, por C.

15 de Dezembro de 1958, nº 9562, p. 5: “A Vila de Condeixa é Uma Notável Vila de Turismo”

15 de Janeiro de 1959, nº 9591, p. 2: “Condeixa. Vila rica e próspera-Ruínas Romanas” rubrica *Vida Regional*, por C.

30 de Janeiro de 1959, nº 9606, p. 2: “Condeixa. Vila rica e próspera-Ruínas Romanas” rubrica *Vida Regional*, por C.

06 de Fevereiro de 1959, nº 9613, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas” rubrica *Vida Regional*, por C.

19 de Março de 1959, nº 9653, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas de Conimbriga” rubrica *Vida Regional*, por C.

27 de Março de 1959, nº 9661, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas” rubrica *Vida Regional*, por C.

03 de Abril de 1959, nº 9668, p. 2: “Condeixa-Visitantes ilustres” rubrica *Vida Regional*, por C.

30 de Abril de 1959, nº 9695, p. 2: “Condeixa-Excursão às Ruínas de Conimbriga” rubrica *Vida Regional*, por C.

07 de Maio de 1959, nº 9701, p. 2: “Condeixa-Ruínas de Conimbriga” rubrica *Vida Regional*, por C.

12 de Maio de 1959, nº 9706, p. 2: “Condeixa” rubrica *Vida Regional*, por C.

16 de Maio de 1959, nº 9710, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas” rubrica *Vida Regional*, por C.

26 de Maio de 1959, nº 9720, p. 2: “Condeixa-Estrangeiros que Visitam Conimbriga” rubrica *Vida Regional*, por C.

12 de Junho de 1959, nº 9736, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas” rubrica *Vida Regional*, por C.

23 de Junho de 1959, nº 9747, p. 2: “Condeixa-Excursões” rubrica *Vida Regional*, por C.

25 de Junho de 1959, nº 9749, p. 2: “Condeixa. A valorização de Conimbriga” rubrica *Vida Regional*, por C.

12 de Julho de 1959, nº 9766, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas” rubrica *Vida Regional* por C.

31 de Julho de 1959, nº 9785, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas” rubrica *Vida Regional*, por C.

28 de Agosto de 1959, nº 9813, p. 2: “Condeixa. Campo de trabalho de Conimbriga” rubrica *Vida Regional*, por C.

09 de Setembro de 1959, nº 9825, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas” rubrica *Vida Regional*, por C.

29 de Setembro de 1959, nº 9845, p. 2: “Condeixa-Casa Monográfica de Conimbriga” rubrica *Vida Regional*

06 de Novembro de 1959, nº 9882, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas” rubrica *Vida Regional*, por C.

13 de Novembro de 1959, nº 9889, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas” rubrica *Vida Regional*, por C.

15 de Setembro de 1960, nº 10190, p. 2: “Condeixa-Excursões” rubrica *Vida Regional*, por C.

08 de Dezembro de 1959, nº 9913, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas” rubrica *Vida Regional*, por C.

25 de Dezembro de 1959, nº 9930, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas de Conimbriga” rubrica *Vida Regional*, por C.

07 de Janeiro de 1960, nº 9941, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas” rubrica *Vida Regional*, por C.

17 de Janeiro de 1960, nº 9951, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas” rubrica *Vida Regional*

07 de Fevereiro de 1960, nº 9972, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas” rubrica *Vida Regional*, por C.

23 de Março de 1960, nº 10015, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas” rubrica *Vida Regional*, por C.

02 de Abril de 1960, nº 10025, p. 2: “Condeixa-Turistas” rubrica *Vida Regional*

28 de Abril de 1960, nº 10052, p. 2: “Condeixa-Museu em Conimbriga” rubrica *Vida Regional*, por C.

08 de Junho de 1960, nº 10092, p. 2: “Condeixa-Turistas” rubrica *Vida Regional*, por C.

21 de Agosto de 1960, nº 10165, p. 2: “Condeixa-Turistas” rubrica *Vida Regional*, por C.

25 de Setembro de 1960, nº 10200, p. 2: “Condeixa Ruínas-Romanas” rubrica *Vida Regional*, por C.

12 de Novembro de 1960, nº 10247, p. 2: “Condeixa-Museu Romano” rubrica *Vida Regional*, por C.

20 de Novembro de 1960, nº 10225, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas” rubrica *Vida Regional*, por C.

31 de Dezembro de 1960, nº 10294, p. 2: “Condeixa-Ruínas romanas” rubrica *Vida Regional*

5 de Janeiro de 1961, nº 10298, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas” rubrica *Vida Regional*, por C.

24 de Janeiro de 1961, nº 10317, p. 2: “Condeixa-Museu Romano” rubrica *Vida Regional*, por C.

16 de Fevereiro de 1961, nº 10340, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas” rubrica *Vida Regional*

3 de Março de 1961, nº 10355, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas” rubrica *Vida Regional*, por C.

15 de Março de 1961, nº 10367, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas” rubrica *Vida Regional*, por C.

12 de Maio de 1961, nº 10424, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas” rubrica *Vida Regional*, por C.

20 de Julho de 1961, nº 10492, p. 2: “Condeixa-Turistas” rubrica *Vida Regional*, por C.

18 de Agosto de 1961, nº 10521, p. 2: “Condeixa-Turistas” rubrica *Vida Regional*, por C.

28 de Setembro de 1961, nº 10562, p. 2: “Condeixa-Visita ilustre” rubrica *Vida Regional*, por C.

20 de Outubro de 1961, nº 10583, p. 2: “Condeixa-Museu Monográfico de Conimbriga” rubrica *Vida Regional*, por C.

11 de Novembro de 1961, nº 10605, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas” rubrica *Vida Regional*, por C.

24 de Novembro de 1961, nº 10618, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas” rubrica *Vida Regional*, por C.

08 de Dezembro de 1961, nº 10631, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas” rubrica *Vida Regional*, por C.

07 de Janeiro de 1962, nº 10660, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas” rubrica *Vida Regional*, por C.

03 de Fevereiro de 1962, nº 10687, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas” rubrica *Vida Regional*, por C.

17 de Fevereiro de 1962, nº 10701, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas” rubrica *Vida Regional*, por C.

23 de Fevereiro de 1962, nº 10707, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas” rubrica *Vida Regional*, por C.

14 de Abril de 1962, nº 10756, p. 2: “Condeixa-Turistas” rubrica *Vida Regional*, por C.

25 de Maio de 1962, nº 10796, p. 2: “Condeixa” rubrica *Vida Regional* por C.

16 de Junho de 1962, nº 10817, p. 1 e 9: “O Museu Monográfico das Ruínas Romanas de Conímbriga”

4 de Agosto de 1962, nº 10866, p. 2: “Condeixa-Visitantes” rubrica *Vida Regional*, por C.

25 de Agosto de 1962, nº 10887, p. 2: “Condeixa-Excursionistas” rubrica *Vida Regional*, por C.

31 de Agosto de 1962, nº 10893, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas” rubrica *Vida Regional*, por C.

11 de Setembro de 1962, nº 10904, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas” rubrica *Vida Regional*, por C.

21 de Setembro de 1962, nº 10914, p. 2: “Condeixa-Museu Monográfico” rubrica *Vida Regional*, por C.

28 de Setembro de 1962, nº 10921, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas” rubrica *Vida Regional*, por C.

01 de Novembro de 1962, nº 10954, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas” rubrica *Vida Regional*, por C.

07 de Dezembro de 1962, nº 10989, p. 2: “Condeixa-“Bar” das Ruínas Romanas” rubrica *Vida Regional*, por C.

15 de Fevereiro de 1963, nº 11057, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas” rubrica *Vida Regional*, por C.

15 de Março de 1963, nº 11084, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas” rubrica *Vida Regional*, por C.

21 de Março de 1963, nº 11091, p. 2: “Condeixa Estudantes angolanos visitaram Conimbriga” rubrica *Vida Regional*, por C.

19 de Abril de 1963, nº 11119, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas” rubrica *Vida Regional*, por C.

28 de Abril de 1963, nº 11128, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas” rubrica *Vida Regional*, por C.

6 de Maio de 1963, nº 11135, p. 5 e 6: “Condeixa uma das mais nobres, formosas e ricas vilas de Portugal”

23 de Maio de 1963, nº 11152, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas” rubrica *Vida Regional*, por C.

31 de Maio de 1963, nº 11160, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas” rubrica *Vida Regional*, por C.

03 de Julho de 1963, nº 11192, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas” rubrica *Vida Regional*, por C.

19 de Julho de 1963, nº 11208, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas de Conimbriga” rubrica *Vida Regional*, por C.

14 de Agosto de 1963, nº 11234, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas de Conimbriga” rubrica *Vida Regional*, por C.

20 de Agosto de 1963, nº 11240, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas” rubrica *Vida Regional*, por C.

03 de Outubro de 1963, nº 11284, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas” rubrica *Vida Regional*, por C.

12 de Outubro de 1963, nº 11292, p. 2: “Condeixa” rubrica *Vida Regional*, por C.

01 de Dezembro de 1963, nº 11342, p. 2: “Condeixa-Trabalhos de conservação das Ruínas Romanas de Conimbriga” rubrica *Vida Regional*, por C.

20 de Dezembro de 1963, nº 11360, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas” rubrica *Vida Regional*, por C.

4 de Janeiro de 1964, nº 11373, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas” rubrica *Vida Regional*, por C.

14 de Janeiro de 1964, nº 11385, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas” rubrica *Vida Regional*, por C.

26 de Janeiro de 1964, nº 11395, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas” rubrica *Vida Regional*, por C.

18 de Abril de 1964, nº 11477, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas de Conímbriga” rubrica *Vida Regional*, por C.

21 de Julho de 1964, nº 11569, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas” rubrica *Vida Regional*, por C.

28 de Julho de 1964, nº 11576, p. 4: “Vão efectuar-se escavações nas Ruínas Romanas de Conímbriga próximo de Condeixa”, por C.

15 de Agosto de 1964, nº 11594, p. 2: “Condeixa-Estudantes angolanos visitaram Conímbriga” rubrica *Vida Regional*, por C.

10 de Março de 1965, nº 11796, p. 2: “Condeixa-Visita a Conímbriga” rubrica *Vida Regional*, por C.

18 de Março de 1965, nº 11804, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas de Conímbriga” rubrica *Vida Regional*, por C.

14 de Abril de 1965, nº 11831, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas” rubrica *Vida Regional*, por C.

25 de Abril de 1965, nº 11842, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas” rubrica *Vida Regional*, por C.

06 de Maio de 1965, nº 11854, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas” rubrica *Vida Regional*, por C.

01 de Junho de 1965, nº 11878, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas” rubrica *Vida Regional*, por C.

19 de Junho de 1965, nº 11896, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas” rubrica *Vida Regional*, por C.

30 de Junho de 1965, nº 11906, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas” rubrica *Vida Regional*, por C.

28 de Agosto de 1965, nº 11965, p. 2: “Condeixa-Excursões” rubrica *Vida Regional*, por C.

09 de Setembro de 1965, nº 11977, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas” rubrica *Vida Regional*, por C.

02 de Outubro de 1965, nº 12000, p. 1 e 9: “Nas escavações feitas recentemente em Conimbriga obtiveram-se resultados que trarão novos motivos de interesse para os visitantes dessa famosa estação arqueológica”, por (C.)

26 de Janeiro de 1966, nº 12112, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas” rubrica *Vida Regional*, por C.

25 de Fevereiro de 1966, nº 12141, p. 2: “Condeixa-Casa de Chá do Museu Monográfico de Conimbriga” rubrica *Vida Regional*, por C.

26 de Abril de 1966, nº 12201, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas” rubrica *Vida Regional*, por C.

30 de Abril de 1966, nº 12205, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas” rubrica *Vida Regional*, por C.

17 de Maio de 1966, nº 12221, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas” rubrica *Vida Regional*, por C.

31 de Maio de 1966, nº 12235, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas de Conímbriga” rubrica *Vida Regional*, por C.

21 de Junho de 1966, nº 12257, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas” rubrica *Vida Regional*, por C.

06 de Julho de 1966, nº 12270, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas” rubrica *Vida Regional*, por C.

19 de Julho de 1966, nº 12283, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas” rubrica *Vida Regional*, por C.

01 de Setembro de 1966, nº 12327, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas de Conímbriga” rubrica *Vida Regional*, por C.

03 de Setembro de 1966, nº 12329, p. 29: “Das ruínas da cidade luso-romana de Conímbriga espera-se surjam mais motivos para o seu melhor conhecimento”

03 de Novembro de 1966, nº 12389, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas de Conímbriga” rubrica *Vida Regional*, por C.

10 de Novembro de 1966, nº 12396, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas” rubrica *Vida Regional*, por C.

23 de Dezembro de 1966, nº 12438, p. 2: “Condeixa-Salão de Chá do Museu Monográfico” rubrica *Vida Regional*, por C.

16 de Fevereiro de 1967, nº 12490, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas de Conimbriga” rubrica *Vida e aspectos regionais*, por C.

04 de Março de 1967, nº 12508, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas” rubrica *Vida e aspectos regionais*, por C.

13 de Abril de 1967, nº 12546, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas” rubrica *Vida e aspectos regionais*, por C.

25 de Abril de 1967, nº 12558, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas” rubrica *Vida e aspectos regionais*, por C.

27 de Maio de 1967, nº 12589, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas” rubrica *Vida e aspectos regionais*, por C.

02 de Junho de 1967, nº 12595, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas” rubrica *Vida e aspectos regionais*, por C.

24 de Junho de 1967, nº 12616, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas” rubrica *Vida e aspectos regionais*, por C.

20 de Agosto de 1967, nº 12672, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas” rubrica *Vida e aspectos regionais*, por C.

29 de Agosto de 1967, nº 12681, p. 4: “Nova Directora do Museu Monográfico de Conimbriga” rubrica *Notícias diversas*, por (C.)

03 de Novembro de 1967, nº 12746, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas” rubrica *Vida e aspectos regionais*, por C.

09 de Janeiro de 1968, nº 12810, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas” rubrica *Vida e aspectos regionais*, por C.

14 de Abril de 1968, nº 12905, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas” rubrica *Vida e aspectos regionais*, por C.

11 de Maio de 1968, nº 12931, p. 2: “Condeixa Ruínas Romanas” rubrica *Vida e aspectos regionais*, por C.

04 de Agosto de 1968, nº 13015, p. 2: “Condeixa-Explorações luso-francesas nas Ruínas de Conímbriga” rubrica *Vida e aspectos regionais* por C.

07 de Agosto de 1968, nº 13018, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas” rubrica *Vida e aspectos regionais*, por C.

27 de Agosto de 1968, nº 13038, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas” rubrica *Vida e aspectos regionais*, por C.

01 de Fevereiro de 1969, nº 13192, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas” rubrica *Vida e aspectos regionais*, por C.

25 de Fevereiro de 1969, nº 13215, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas” rubrica *Vida e aspectos regionais*, por C.

25 de Abril de 1969, nº 13272, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas” rubrica *Vida e aspectos regionais*, por C.

10 de Maio de 1969, nº 13287, p. 4: “Adiada a visita a Conímbriga”

14 de Maio de 1969, nº 13291, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas” rubrica *Vida e aspectos regionais*, por C.

22 de Maio de 1969, nº 13299, p. 2: “Condeixa-Estrangeiros que visitam Conímbriga” rubrica *Vida e aspectos regionais*, por C.

29 de Maio de 1969, nº 13306, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas” rubrica *Vida e aspectos regionais*, por C.

22 de Junho de 1969, nº 13329, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas” rubrica *Vida e aspectos regionais*, por C.

23 de Junho de 1969, nº 13330, p. 1 e 5: “Os mosaicos de Conímbriga na Imprensa Norte-Americana” por ANI.

15 de Julho de 1969, nº 13352, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas” rubrica *Vida e aspectos regionais*, por C.

02 de Agosto de 1969, nº 13370, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas” rubrica *Vida e aspectos regionais*, por C.

28 de Setembro de 1969, nº 13427, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas” rubrica *Vida e aspectos regionais*, por C.

15 de Outubro de 1969, nº 13443, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas” rubrica *Vida e aspectos regionais*, por C.

22 de Novembro de 1969, nº 13481, p. 1: “Conimbriga na Imprensa Brasileira” por ANI

26 de Novembro de 1969, nº 13485, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas” rubrica *Vida e aspectos regionais*, por C.

13 de Dezembro de 1969, nº 13501, p. 8: “Nas Ruínas Romanas de Conímbriga registado número recorde de visitas: 1543 pessoas num só dia”, por C.

04 de Janeiro de 1970, nº 13522, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas” rubrica *Vida Regional*, por C.

28 de Janeiro de 1970, nº 13546, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas” rubrica *Vida e aspectos regionais*, por C.

22 de Fevereiro de 1970, nº 13570, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas” rubrica *Vida e aspectos regionais*, por C.

26 de Fevereiro de 1970, nº 13574, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas” rubrica *Vida e aspectos regionais*, por C.

20 de Março de 1970, nº 13596, p. 2: “Condeixa.No passado sábado e domingo visitaram as Ruínas Romanas e o seu Museu Monográfico, mais de 2500 pessoas” rubrica *Vida e aspectos regionais*, por C.

25 de Abril de 1970, nº 13632, p. 2: “Condeixa Dia do Turista” rubrica *Vida e aspectos regionais*, por C.

19 de Maio de 1970, nº 13655, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas” rubrica *Vida e aspectos regionais*, por C.

12 de Novembro de 1970, nº 13830, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas” rubrica *Vida e aspectos regionais*, por C.

21 de Abril de 1971, nº 13986, p. 2: “Condeixa-Ruínas de Conimbriga” rubrica *Vida e aspectos regionais*, por C.

07 de Maio de 1971, nº 14001, p. 2: “Condeixa-Ruínas de Conimbriga” rubrica *Vida e aspectos regionais*, por C.

18 de Maio de 1971, nº 14012, p. 2: “Condeixa-Ruínas de Conimbriga” rubrica *Vida e aspectos regionais*, por C.

03 de Junho de 1971, nº 14028, p. 2: “Condeixa-Falta uma pousada Conimbriga” rubrica *Vida e aspectos regionais*, por C.

29 de Julho de 1971, nº 14074, p. 2: “Condeixa-Estrangeiros que visitam Conímbriga” rubrica *Vida e aspectos regionais*, por C.

26 de Novembro de 1971, nº 14202, p. 1: “Fixado o perímetro de protecção das Ruínas de Conimbriga”

16 de Dezembro de 1971, nº 14221, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas” rubrica *Vida e aspectos regionais*, por C.

06 de Agosto de 1972, nº 14450, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas” rubrica *Vida e aspectos regionais*, por C.

19 de Setembro de 1972, nº 14494, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas” rubrica *Vida e aspectos regionais*, por C.

03 de Outubro de 1972, nº 14508, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas” rubrica *Vida e aspectos regionais*, por C.

05 de Outubro de 1972, nº 14510, p. 4: “Excursão de crianças às Ruínas de Conímbriga promovida pela paróquia de S. José”

15 de Dezembro de 1972, nº 14579, p. 6: “Condeixa-Ruínas de Conímbriga” rubrica *Vida e aspectos regionais*, por C.

02 de Fevereiro de 1973, nº 14626, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas” rubrica *Vida e aspectos regionais*, por C.

10 de Abril de 1973, nº 14692, p. 2: “De Condeixa-Ruínas Romanas”, por C.

26 de Abril de 1973, nº 14708, p. 2: “De Condeixa-Ruínas Romanas”, por C.

29 de Maio de 1973, nº 14740, p. 2: “De Condeixa-Ruínas Romanas”, por C.

12 de Julho de 1973, nº 14783, p. 2: “De Condeixa-Estrangeiros que visitam Conímbriga” por C.

04 de Agosto de 1973, nº 14806, p. 2: “De Condeixa-Ruínas Romanas” por C.

13 de Novembro de 1973, nº 14906, p. 2: “De Condeixa-Estrangeiros que visitam Conímbriga” por C.

21 de Novembro de 1973, nº 14914, p. 2: “De Condeixa-Ruínas Romanas de Conimbriga” por C.

31 de Janeiro de 1974, nº 14982, p. 2: “De Condeixa-Ruínas de Conimbriga” por C.

23 de Fevereiro de 1974, nº 15005, p. 2: “De Condeixa-Ruínas Romanas” por C.

19 de Setembro de 1974, nº 15198, p. 2: “De Condeixa-Ruínas Romanas” por C.

04 de Agosto de 1975, nº 15465, p. 3: “Condeixa-Ruínas de Conímbriga” rubrica *Notícias Regionais*, por C.

21 de Junho de 1976, nº 15730, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas de Conímbriga” rubrica *Regional*, por C.

26 de Janeiro de 1977, nº 15911, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas” rubrica *Regional*, por C.

09 de Fevereiro de 1977, nº 15923, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas de Conímbriga” rubrica *Regional*, por C.

07 de Abril de 1977, nº 15971, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas de Conímbriga” rubrica *Regional*, por C.

- 12 de Maio de 1977**, nº 15998, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas” rubrica *Regional*, por C.
- 23 de Julho de 1977**, nº 16069, p. 6: “As Ruínas de Conímbriga” dossier *Festas e Feira Franca de Condeixa-a-Nova*
- 15 de Agosto de 1977**, nº 16092, p. 7: “Condeixa” rubrica *Regional*, por C.
- 21 de Dezembro de 1977**, nº 16181, p. 7: “Ruínas de Conímbriga encerradas ao público”
- 22 de Julho de 1978**, nº 16355, p.6 e 8: “Museu Monográfico e as ruínas romanas de Conímbriga”
- 22 de Julho de 1978**, nº 16355, p. 7: “Conímbriga” rubrica *Festas e feira franca em Condeixa-a-Nova*
- 29 de Maio de 1978**, nº 16309, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas” rubrica *Regional*, por C.
- 07 de Agosto de 1978**, nº 16368, p. 2: “Condeixa-Notável Zona de Turismo” rubrica *Regional*, por C.
- 14 de Setembro de 1978**, nº 16400, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas de Conímbriga” rubrica *Regional*, por C.
- 01 de Maio de 1979**, nº 16585, p. 6: “Condeixa-Ruínas Romanas” rubrica *Regional*, por C.
- 5 de Setembro de 1979**, nº 16691, p. 2 “Condeixa-Ruínas Romanas” rubrica *Regional*, por C.
- 25 de Dezembro de 1979**, nº 16784, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas” rubrica *Regional*, por C.
- 05 de Março de 1980**, nº 16837, p. 12: “Uma Vida Nova para Condeixa-a-Velha?”
- 23 de Abril de 1980**, nº 16878, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas” rubrica *Regional*, por C.
- 02 de Julho de 1980**, nº 16934, p. 2: “Condeixa-Problema das Ruínas de Conímbriga discutido na Assembleia Municipal” rubrica *Regional*, por C.
- 29 de Agosto de 1980**, nº 16989, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas de Conímbriga” rubrica *Região das Beiras*, por C.
- 03 de Setembro de 1980**, nº 16993, p. 2: “Condeixa-Condições para Centro de Turismo” rubrica *Região das Beiras*, por C.
- 31 de Outubro de 1980**, nº 17042, p. 2 “Condeixa-Ruínas Romanas” rubrica *Região das Beiras*, por C.
- 08 de Novembro de 1980**, nº 17049, p. 2: “Condeixa-Ruínas de Conímbriga” rubrica *Região das Beiras*, por C.

- 04 de Abril de 1981**, nº 17170, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas” rubrica *Região das Beiras*, por C.
- 09 de Junho de 1981**, nº 17224, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas de Conímbriga” rubrica *Região das Beiras*, por C.
- 07 de Julho de 1981**, nº 17246, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas” rubrica *Região das Beiras*, por C.
- 23 de Junho de 1982**, nº 17537, p. 2: “Condeixa-Ruínas Romanas” rubrica *Região das Beiras*, por C.
- 26 de Maio de 1983**, nº 17814, p. 2: “Condeixa. O Mito do Nosso Turismo”, por Ramiro de Oliveira
- 28 de Maio de 1983**, nº 17816, p. 2: “Condeixa-Ruínas de Conímbriga” rubrica *Região das Beiras*, por C.
- 5 de Setembro de 1983**, nº 17897, p. 2: “Condeixa. Os Circuitos turísticos interessam a Condeixa” rubrica *Região das Beiras*
- 14 de Janeiro de 1984**, nº 18054, p. 5: “Conimbriga esteve no Chiado” por Mário Nunes
- 25 de Janeiro de 1984**, nº 18063, p. VI do Suplemento: “Será desta?... Museu de Conímbriga vai reabrir no início do Verão”
- 15 de Agosto de 1984**, nº 18230, p. 4: “Condeixa-Ruínas têm grande movimento” rubrica *Região das Beiras*, por C.
- 23 de Abril de 1985**, nº 18438, p. 16 com nota de capa: “Novas instalações do Museu de Conímbriga foram ontem inauguradas”
- 19 de Junho de 1985**, nº 18483, p. 5 com nota de capa: “Círculo de Gastronomia reuniu em Condeixa. Lição de História foi complemento de 9º arte”
- 21 de Setembro de 1985**, nº 18561, p. 4: “Condeixa-Museu de Conímbriga” rubrica *Região das Beiras*, por C.
- 03 de Fevereiro de 1986**, nº 18666, p. 3: “Ruínas e Museu de Conímbriga: concurso de cartazes”
- 06 de Março de 1986**, nº 18692, p. 2: “Palestra na Associação Portuguesa de Estudos Clássicos revelou Conímbriga, Bobadela e Idanha-a-Velha foram centros de urbanização romana nas Beiras”
- 2 de Junho de 1986**, nº 18764, p. 4: “Condeixa-Ruínas romanas de Conimbriga” Rubrica *Região das Beiras*

- 12 de Junho de 1986**, nº 18772, p. 5: “Conímbriga: um mosaico de recordação e ruína”
- 21 de Agosto de 1986**, nº 18830, p. 4: “Condeixa-Ruínas de Conímbriga” rubrica *Região das Beiras*, por C.
- 14 de Outubro de 1986**, nº 18875, p. 4: “Condeixa-Ruínas Romanas” rubrica *Região das Beiras*, por C.
- 24 de Março de 1987**, nº 19008, p. 5: “Condeixa. À beira da estrada que conduz a Conímbriga constrói-se de qualquer maneira”
- 30 de Maio de 1987**, nº 19064, p. 5: “Condeixa. Conímbriga e o desenvolvimento turístico”
- 22 de Outubro de 1987**, nº 19185, p. 5: “Museu de Conímbriga candidata-se a prémio internacional” rubrica “Relance pelas Beiras”
- 18 de Dezembro de 1987**, nº 19231, p. 5: “Condeixa. Painéis decorativos para os novos Paços do Concelho expostos no Museu Monográfico de Conímbriga”
- 14 de Maio de 1988**, nº 19352, p. 7: “Condeixa-Ruínas de Conímbriga registam desusado movimento” rubrica *Região das Beiras*, por C.
- 11 de Novembro de 1988**, nº 19501, p. 7: “Condeixa-Ruínas Romanas: uma visita obrigatória” rubrica *Região das Beiras*
- 27 de Julho de 1989**, nº 19713, p. 4: “Turismo do Vale do Mondego deve passar pelas Ruínas de Conímbriga”
- 08 de Setembro de 1989**, nº 19750, p. 3: “Arzila e Conímbriga os preferidos. Circuitos turísticos já tiveram a adesão de mais de 500 pessoas”
- 22 de Janeiro de 1990**, nº 19860, p. 20-contracapa: “Rotary Club de Condeixa foi ontem oficializado. Museu de Conímbriga terá auditório”
- 07 de Julho de 1990**, nº 19997, p. 7: “Seminário no Museu. Construções de terra são em Conímbriga tradição ainda viva”
- 09 de Julho de 1990**, nº 19998, p. 5: “Seminário em Conímbriga. Construções em terra conquistaram adeptos entre os arquitectos”
- 22 de Maio de 1991**, nº 20261, p. 5: “Ruínas de Conímbriga acolhem teatro romano”
- 10 de Junho de 1991**, nº 20276, p. 9: “Conímbriga foi palco de teatro romano”
- 6 de Setembro de 1991**, nº 20350, p. 9: “Condeixa. O Grupo Fatias de Cá volta a Conímbriga” rubrica *Meia Dúzia de Linhas*

23 de Julho de 1992, nº 20615, p. 7 e nota de capa: “Ruínas Romanas de Conímbriga. Arqueólogos em busca da primitiva muralha”

27 de Julho de 1992, nº 20618, p. 6 com nota de capa: “Campo de Educação Ambiental. Jovens descobrem Conímbriga”

28 de Agosto de 1992, nº 20646, p. 5: “À procura da marmita nas Ruínas de Conímbriga”

01 de Janeiro de 1993, nº 20751, p. 7: “Impacto das escavações condena anfiteatro”

17 de Fevereiro de 1993, nº 20789, p. 6: “Mosaicos de Conímbriga inspiram novo livro”

10 de Outubro de 1993, nº 20997, p. 5: “Conímbriga e Rabaçal querem integrar circuitos europeus”

21 de Abril de 1993, nº 20839, p. 11: “Ruínas e Museu de Conímbriga. Que futuro para tanto passado?”

20 de Fevereiro de 1994, nº 21124, p. 9 com nota de capa: “Conímbriga mostra Arqueologia de Israel”

24 de Fevereiro de 1994, nº 21128, p. 8: “Arqueologia” rubrica *Região das Beiras-Agenda*”

10 de Junho de 1994, nº 21231, p. 7: “Museu de Conímbriga comemora “Labirinto”

19 de Maio de 1995, nº 21572, p. 3: “Dia Internacional comemorado ontem. Viagem aos museus de (in)sucesso”

10 de Julho de 1995, nº 21624, p. 5: “Fundação promove jornada de reflexão. Pensar Condeixa para o futuro”

12 de Julho de 1995, nº 21626, p. 7 com nota de capa: “Romanos regressam a Conímbriga”

18 de Julho de 1995, nº 21632, p. 3: “Espectáculo no domingo. Romanos invadem Conímbriga”

22 de Julho de 1995, nº 21636, p. 10-11 com nota de capa: “Recriação dos Ermine Street Guard. Vêm aí os Romanos ... para invadir Conímbriga”

26 de Julho de 1995, nº 21640, p.6: “Conímbriga rendida aos Romanos”

10 de Setembro de 1995, nº 21684, p. 5: “Amanhã no Museu de Conímbriga. Educação Ambiental discute-se em Condeixa”

06 de Outubro de 1995, nº 21709, p. 7: “Até domingo. Conímbriga recebe encontro ambiental”

23 de Março de 1996, nº 21874, p. 8: “Religião é tema de colóquio em Conímbriga”

- 19 de Abril de 1996**, nº 21900, p. 8: “Ruínas de Conímbriga. Estudantes filmam comédia grega” rubrica *Região*
- 27 de Abril de 1996**, nº 21909, p. 8: “Filmagens em Conímbriga” Rubrica *Região*
- 01 de Outubro de 1996**, nº 22066, p. 8: “Condeixa. Deficientes auditivos estagiam no Museu”
- 07 de Outubro de 1996**, nº 22072, p. 6: “Conímbriga. Jovens recuperam o tempo e a história”
- 07 de Outubro de 1996**, nº 22073, p. 9: “Viagens redescobrem Conímbriga”
- 22 de Outubro de 1996**, nº 22086, p. 2: “Devassa em Conímbriga” Rubrica *A vos*, por Cândido Pereira
- 22 de Outubro de 1996**, nº 22086, p. 9: “Invisuais visitam Ruínas de Conímbriga”
- 28 de Outubro de 1996**, nº 22092, p. 2: “A variante sul de Condeixa e o Museu de Conímbriga” rubrica *A vos*, por Adília Alarcão
- 10 de Dezembro de 1996**, nº 22134, p. 7: “Teatro clássico filmado em Conímbriga”
- 29 de Dezembro de 1996**, nº 22152, p. 10: “Conímbriga” Rubrica *Hoje na Região...*
- 12 de Abril de 1997**, nº 22254, p. 8: “Lançado pela Liga de Amigos de Conímbriga. Roteiro mostra Terras de Sicó”
- 10 de Junho de 1997**, nº 22313, p. 8: “No 5º aniversário. Amigos de Conímbriga oferecem imagens do céu”
- 19 de Agosto de 1997**, nº 22382, p. 5: “Turismo rural. Alternativa à praia”, Suplemento *Centro Portugal Economia*
- 20 de Agosto de 1997**, nº 22383, p. 5 com nota de capa: “Conimbriga tem moinho de água único na Península Ibérica. Museu quer mais terrenos para continuar descobertas”
- 20 de Agosto de 1997**, nº 22383, p. 5: “Teatro clássico nas ruínas”
- 30 de Agosto de 1997**, nº 22393, p. 9: “Fundação concelho de Condeixa. Salvar o futuro da água”
- 25 de Outubro de 1997**, nº 22448, p. 10: Conímbriga Rubrica *Hoje na Região...*
- 5 de Outubro de 1998**, nº 22787, p. 12: “Relação ambiente/desportos radicais analisada em Conímbriga” rubrica *Região...*

31 de Janeiro de 1999, nº 22903, p. 6 com capa: “Depois de 37 anos em Conímbriga Adília Alarcão vai dirigir o Museu Machado de Castro”

01 de Fevereiro de 1999, nº 22904, p.10 “Primeira empresa do género na região centro. Jardineiros de Conímbriga aptos a iniciar actividade” rubrica *Região*

03 de Fevereiro de 1999, nº 22906, p.11: “Conímbriga avança com obras nos sanitários e na recepção”

04 de Fevereiro de 1999, nº 22907, p.10: “Empresa de inserção social lança-se no mercado. Do desemprego desabrocharam os “Jardineiros de Conímbriga”

07 de Maio de 1999, nº 22999, p. 12: “Congresso e feira internacional em Junho. Conímbriga vai ser “capital das plantas aromáticas e medicinais” rubrica *Região*

15 de Maio de 1999, nº 23007, p. 9: “Especialistas reunidos em Conimbriga. Plano de urbanização para Condeixa-a-Velha em debate” rubrica *Região*

19 de Maio de 1999, nº 23011, p. 11: “Ópera abre Encontros de Teatro Clássico em Conímbriga. História de amor recriada por jovens do Conservatório” rubrica *Região*

24 de Maio de 1999, nº 23016, p. 12: “Em estreia do grupo *O Canto e o Drama*. Ópera em ambiente romano” rubrica *Região*

27 de Maio de 1999, nº 23019, p. 10: “De 2 a 9 de Junho, em Ansião e Conímbriga. PALOP participam no congresso das plantas aromáticas e medicinais” rubrica *Região*

03 de Junho de 1999, nº 23026, p. 12 com nota de capa: “Feira decorre até ao dia 7. Plantas exóticas e medicinais aromatizam ruínas de Conímbriga”

10 de Junho de 1999, nº 23033, p. 9: “Filarmónica das Beiras e Ala dos Namorados nas *Noites de Conímbriga*. Espetáculo inédito em Condeixa” rubrica *Região*

10 de Junho de 1999, nº 23033, p. 9: “Encerramento de dia 3 não deverá repetir-se hoje. Conímbriga sem greve dos museus” rubrica *Região*

13 de Junho de 1999, nº 23036, p. 8 e 9: “Em Conímbriga (Condeixa-a-Nova) Uma feira de alternativas de vida” Suplemento *Domingo*

17 de Junho de 1999, nº 23039, p. 10: “Substitui Adília Alarcão. Virgílio Correia dirige o Museu de Conímbriga” rubrica *Região*

18 de Junho de 1999, nº 23040, p. 11: “Amanhã há mais. Ala dos Namorados hoje em Conímbriga” rubrica *Região*

21 de Julho de 1999, nº 23073, p. 2: “Condeixa e Conímbriga: o casamento que faltava” rubrica *Fala o Leitor*

20 de Agosto de 1999, nº 23103, p. 12 “Peça do grupo “Fatias de Cá” “Viriato” em cena nas ruínas de Conímbriga” rubrica *Região*

30 de Agosto de 1999, nº 23113, p. 8: “Em cena nos dias 4 e 18 de Setembro em Conímbriga. Mitos clássicos inspiram espectáculo” rubrica *Região*

08 de Setembro de 1999, nº 23124, p. 9: “Ministro da Cultura lançou ontem obra. Posto de turismo em Conímbriga “reenvia” para outros locais da região” rubrica *Região*

30 de Setembro de 1999, nº 23143, p. 10 “Conferência no Museu de Conímbriga. “Plano de Cores em Centros Históricos” rubrica *Hoje na Região*

09 de Outubro de 1999, nº 23152, p. 9: “Encontros de Filosofia Antiga em Conímbriga” rubrica *Região*

15 de Outubro de 1999, nº 23157, p. 11: “Encontro Sobre Saúde em Conímbriga” rubrica *Região*

11 de Setembro de 1999, nº 23124, p. 9: “Ministro da Cultura lançou ontem obra. Posto de Turismo em Conimbriga” rubrica *Região*

05 de Janeiro de 2000, nº 23237, p. 13 com nota de capa: “Ruínas de Conimbriga. O esplendor da cultura romana” rubrica Roteiro Turístico

05 de Fevereiro de 2000, nº 23264, p. 13: “Mais de 200 mil visitantes em 1999. Ruínas de Conimbriga “arrasam concorrência” rubrica *Região*

01 de Abril de 2000, nº 23320, p. 12: “A comédia da Marmita em Conimbriga” Rubrica *Região*

22 de Maio de 2000, nº 23373, p. 5: “No Museu Nacional Machado de Castro. Mosaicos de Conímbriga em ponto de Arraiolos”

07 de Junho de 2000, nº 23389, p. 12: “Noites de Conimbriga a 7 e 8 de Julho” rubrica *Região*, por Iolanda Chaves

19 de Junho de 2000, nº 23400, p. 7 com nota capa: “Peregrinação diocesana de Conímbriga à Sé Nova. Somos um povo que caminha” rubrica *Região*

07 de Julho de 2000, nº 23417, p. 11: “Dulce Pontes brilha nas Noites de Conimbriga”

16 de Julho de 2000, nº 23426, p. 7: “Noites de Conimbriga animaram o espaço romano. Ruínas em concerto” Suplemento *Domingo*

12 de Outubro de 2000, nº 23520, p. 10: “Adivinha quem vem merendar a Conimbriga” rubrica *Região*

21 de Janeiro de 2001, nº 23619, p. 9: “Ensino e Saneamento são áreas do projecto. Câmara de Condeixa vai investir na modernização do concelho” rubrica *Região*

25 de Fevereiro de 2001, nº 23651, p. 3: “Nova Liga segue exemplo de Conímbriga”

23 de Abril de 2001, nº 23710, p. 10: “Teatro de Tema Clássico em Conímbriga” rubrica *Hoje na Região*

12 de Junho de 2001, nº 23760, p. 13 “Nos dias 20 e 21 de Julho. Noites de gala em Conímbriga” rubrica *Região*

19 de Julho de 2001, nº 23799, p. 12: “Madredeus apresentam em Condeixa o álbum “Movimento. Noites de Conímbriga começam amanhã” Rubrica *Região*

21 de Julho de 2001, nº 23801, p. 11 “Madredeus nas Ruínas de Conímbriga” rubrica *Hoje na Região*

07 de Agosto de 2001, nº 23819, p. 10: “A partir do dia 15 em Condeixa-a-Nova. Ruínas de Conímbriga recebem Transviriato” rubrica *Região*

25 de Março de 2002, nº 24045, p. 9: “Projecto deve entrar na Câmara de Condeixa este ano. Hotel de três estrelas pensado para Conímbriga” rubrica *Região*

19 de Maio de 2003, nº 24463, p. 11: “Peças recuperadas no Museu de Conímbriga. Espólio arqueológico patente em Arganil” rubrica *Região*

30 de Julho de 2003, nº 24532, p. 1: “Escavações no pátio da Universidade de Coimbra. Achados Arqueológicos tratados em Conímbriga” Suplemento *Os Classificados*

08 de Junho de 2004, nº 24781, p. 16: “CD-Rom e livro assinalam aniversário. Museu de Conímbriga comemora 42 anos” rubrica *Região*

05 de Novembro de 2004, nº 24998, p. 19: “Hoje no Museu de Conímbriga. Telemedicina reúne especialistas” Rubrica *Região*

14 de Abril de 2005, nº 25163, p. 18: “Condeixa-a-Nova. Colóquio analisa património e investigação em Conímbriga” rubrica *Região*

15 de Abril de 2005, nº 25164, p. 19: “Colóquio “Património e Investigações” em Conímbriga” rubrica *Hoje na Região*

16 de Abril de 2005, nº 25165, p. 16: “Colóquio “Património e Investigações” em Conímbriga” rubrica *Hoje na Região*

20 de Abril de 2005, nº 25169, p. 19: “FESTEIA em Conímbriga” rubrica *Hoje na Região*

21 de Maio de 2005, nº 25199, p. 10: “Conímbriga: património da Humanidade” rubrica *Opinião*

21 de Maio de 2005, nº 25199, p. 16: “Espectáculo lírico em Conimbriga” rubrica *Hoje na Região*

01 de Novembro de 2005, nº 25363, p. 13: “Especialistas português e estrangeiros reunidos em Conimbriga. Mosaico antigo em debate” rubrica *Região*

17 de Maio de 2006, nº 25558, p. 15: “Projecto inovador apresentado hoje. Ver Conimbriga com outros olhos” rubrica *Região*

19 de Maio de 2006, nº 25560, p. 19 e capa: “Projecto pioneiro apresentado ontem nas Ruínas de Conimbriga. Guia Portátil conduz visitantes” rubrica *Região*

28 de Maio de 2006, nº 25569, p. 10: “Heróis da música” em Conimbriga” rubrica *Hoje na Região*

01 de Junho de 2006, nº 25573, p. 14: “Pedro Caldeira Cabral é músico convidado. Orquestra Clássica do Centro nas Ruínas de Conimbriga” rubrica *Região*

3 de Junho de 2006, nº 25575, p. 17: “Conferência e música em Conimbriga” rubrica *Hoje na Região*

5 de Junho de 2006, nº 25577, p. 19: “Espectáculo memorável nas ruínas de Conimbriga. Casamento feliz entre a música e a defesa da floresta” rubrica *Região*

8 de Dezembro de 2006, nº 25763, contra-capa: “Paços da universidade e Ruínas de Conimbriga entram na lista de candidatos. Concurso elege as “Sete Maravilhas de Portugal”

11 de Janeiro de 2007, nº 25795, p. 12: “Candidata ao título de uma das sete maravilhas de Portugal. Excepcionalidade define Ruínas de Conimbriga” rubrica *Condeixa*

13 de Março de 2007, nº 25856, p. 17 com nota de capa: “Ruínas Romanas lutam para lugar entre as Sete Maravilhas” rubrica *Região*

13 de Março de 2007, nº 25856, p. 17: “Conimbriga, monumento nacional” rubrica *Região*

30 de Março de 2007, nº 25873, p. 16: “Durante o fim-de-semana. Camião das Sete Maravilhas estaciona em Conimbriga” rubrica *Região*

31 de Março de 2007, nº 25874, p. 17: “Camião das Sete Maravilhas em Conimbriga” rubrica *Hoje na Região*

01 de Abril de 2007, nº 25875, p. 13 com nota de capa: “O último apelo para votar em Conimbriga” rubrica *Região*

07 de Abril de 2007, nº 25881, p. 7 com nota de capa: “Concurso contribui para “divulgação do património português. Conimbriga “maravilha”. Suplemento *Fim-de-Semana*

18 de Maio de 2007, nº 25922, p. 17: “Entre Janeiro e Abril Museu Monográfico de Conimbriga foi o terceiro mais visitado” rubrica *Especial Dia Internacional dos Museus*

18 de Maio de 2007, nº 25922, p. 22: “Restaurante Museu de Conimbriga reabre hoje as portas” rubrica *Hoje na Região*

19 de Maio de 2007, nº 25923, p. 16: “Teatro de tema clássico em Conimbriga” rubrica *Região*

14 de Junho de 2007, nº 25949, p. 6: “Sete maravilhas de Portugal. Universidade e Conimbriga tentam lugar entre as melhores das melhores” Suplemento *Património*

14 de Junho de 2007, nº 25949, p. 12-13: “Expansão do perímetro urbano é objectivo para o próximo ano. Conimbriga, uma cidade com muito por descobrir” Suplemento *Património*

14 de Junho de 2007, nº 25949, p. 26: “Concelho de Condeixa. Ruínas de Conimbriga” Suplemento *Património*

27 de Julho de 2007, nº 25992, p. 17: “Sessão de astronomia nas Ruínas de Conimbriga” rubrica *Hoje na Região*

28 de Julho de 2007, nº 25993, p. 18: “Sessão de astronomia nas Ruínas de Conimbriga” rubrica *Hoje na Região*

29 de Julho de 2007, nº 25994, p. 8: “Sessão de astronomia nas Ruínas de Conimbriga” rubrica *Hoje na Região*

31 de Julho de 2007, nº 25997, p. 13: “Ciência viva em Conimbriga” rubrica *Hoje na Região*

21 de Setembro de 2007, nº 26048, p. 19: “Lançamento público no próximo dia 28. Região de Sicó cria circuito romano” rubrica *Região*

28 de Setembro de 2007, nº 26055, p. 20: “Circuito da romanização lançado em Conimbriga” rubrica *Região*

30 de Outubro de 2007, nº 26087: Suplemento Especial *Circuito da Romanização*

25 de Abril de 2008, nº 26263, p. 24: “Visita nocturna às ruínas de Conimbriga” rubrica *Hoje na Região*

01 de Maio de 2008, nº 26270, p. 19: “Visita nocturna às ruínas de Conimbriga” rubrica *Hoje na Região*

15 de Maio de 2008, nº 26283, p. 19: “Atelier de fotografia nas ruínas de Conimbriga” rubrica *Hoje em Coimbra*

- 06 de Junho de 2008**, nº 26305, p. 21: “Conimbriga dá a conhecer riqueza do Património Romano” rubrica *Região*
- 07 de Junho de 2008**, nº 26306, p. 19: “Património Romano divulgado em Conimbriga” rubrica *Hoje na Região*
- 08 de Junho de 2008**, nº 26307, p. 12: “Património Romano em contacto com o público” rubrica *Região*
- 08 de Junho de 2008**, nº 26307, p. 20: “Património Romano divulgado em Conimbriga” rubrica *Hoje na Região*
- 09 de Junho de 2008**, nº 26308, p. 12: “Património Romano em Conimbriga” rubrica *Hoje na Região*
- 10 de Junho de 2008**, nº 26309, p. 12: “Conimbriga divulga Património Romano” rubrica *Hoje na Região*
- 09 de Julho de 2008**, nº 26338, p. 21: “Idosos de Penela visitam Ruínas de Conimbriga” rubrica *Hoje na Região*
- 11 de Julho de 2008**, nº 26339, p. 22: “Teatro Clássico em Conimbriga” rubrica *Hoje na Região*
- 19 de Julho de 2008**, nº 26345, p. 14: “Conimbriga recebe corte do rei Arthur” rubrica *Região*
- 20 de Julho de 2008**, nº 26346, p. 11: “Corte do rei Arthur nas ruínas de Conimbriga” rubrica *Hoje na Região*
- 27 de Julho de 2008**, nº 26353, p. 9: “Espectáculo do grupo Fatias de Cá. Lenda do rei Arthur contada em Conimbriga” rubrica *Região*
- 03 de Agosto de 2008**, nº 26360, p. 9: “Lenda do rei Arthur em Conimbriga” rubrica *Hoje na Região*
- 31 de Agosto de 2008**, nº 26386, p. 11: “Rei Arthur nas ruínas de Conimbriga” rubrica *Hoje na Região*
- 01 de Setembro de 2008**, nº 26387, p. 21: “Eixo da romanização vai valorizar município” rubrica *Região*
- 09 de Setembro de 2008**, nº 26400, p. 14: “Fotografia nocturna em Conimbriga” rubrica *Região*
- 13 de Setembro de 2008**, nº 26404, p. 18: “Atelier de fotografia no Museu de Conímbriga” rubrica *Hoje na Região*

26 de Setembro de 2008, nº 26417, p. 17: “*No património... Acontece* em vários municípios da região” rubrica *Região*

26 de Setembro de 2008, nº 26417, p. VI: “Atracções turísticas do distrito. Condeixa-a-Nova” *DC Especial Dia Mundial do Turismo*

19 de Dezembro de 2008, nº 26501, p. 16: “Condeixa. Terras de Sicó prepara aposta no eixo da Romanização”

20 de Dezembro de 2008, nº 26502, p. 25: “Fórum Roma via Sicó... no limite do império” rubrica *Hoje na Região*

23 de Dezembro de 2008, nº 26505, p. 18: “No Museu Monográfico de Conimbriga. Terras de Sicó promove produtos da região”

14 de Fevereiro de 2009, nº 26556, p. 15: “Fotografia Arqueológica em Conímbriga” rubrica *Hoje na Região*

12 de Março de 2009, nº 26582, p. II, III, IV e capa: “Condeixa-a-Velha entre a história e a modernidade” Suplemento *DCEspecial Condeixa-a-Velha*

26 de Maio de 2009, nº 26660, p. 14: “Estão à guarda do Museu de Conimbriga” rubrica *Região*

09 de Junho de 2009, nº 26671, p. 17: “Conimbriga. Museu Monográfico relembra êxitos do cinema” rubrica *Região*

10 de Junho de 2009, nº 26672, p. 15: “Êxitos do cinema nas ruínas de Conimbriga” rubrica *Hoje na Região*

19 de Junho de 2009, nº 26681, p. 17: “Conimbriga. Museu Monográfico recebe obra de Manuel Menezes” rubrica *Região*

20 de Junho de 2009, nº 26682, p. 18: “Livro apresentado em Conimbriga” rubrica *Hoje na Região*

06 de Julho de 2009, nº 26698, p. 18: “Deputado do PSD exige que terrenos das Ruínas de Conimbriga passem para o Estado” rubrica *Região*

08 de Agosto de 2009, nº 26731, p. 14: “Feira de Conimbriga reúne artesanato” rubrica *Região*

04 de Setembro de 2009, nº 26758, p. 23: “Projecto Vila Sicó. Eixo de Romanização visitado por governantes” rubrica *Região*

05 de Setembro de 2009, nº 26759, p. 14 e nota de capa: “Condeixa quer gerir Ruínas de Conimbriga” rubrica *Região*

05 de Setembro de 2009, nº 26759, p. 14: “Rabaçal e Conimbriga à espera de novas obras”
rubrica *Região*

11 de Setembro de 2009, nº 26765, p. 22: “No domingo. “Feira alternativa” decorre nas Ruínas de Conimbriga” rubrica *Região*

11 de Outubro de 2009, nº 26795, p. 10: “Feira em Conimbriga” rubrica *Hoje na Região*

30 de Outubro de 2009, nº 26814, p. 20: “Condeixa-a-Velha. Concerto de Bernard Brauchi no Museu Monográfico de Conimbriga” rubrica *Região*

07 de Novembro de 2009, nº 26822 p. 17: “Feira de Conimbriga no parque de merendas das Ruínas” rubrica *Região*

08 de Novembro de 2009, nº 26823, p. 10 “Feira em Conimbriga” rubrica *Hoje na Região*

04 de Janeiro de 2010, nº 26878, p. 22: “Clube X-Trilhos nos caminhos de Conimbriga”
rubrica *Região*

06 de Fevereiro de 2010, nº 26911, p. 17: “Canção de Coimbra no Museu de Conimbriga”
rubrica *Região*

07 de Fevereiro de 2010, nº 26912, p. 11: “Fado no Museu de Conimbriga” rubrica *Hoje na Região*

26 de Fevereiro de 2010, nº 26931, p. 18: “Conimbriga Monumento Nacional há 100 anos”
rubrica *Região*

26 de Fevereiro de 2010, nº 26931, p. 5: “Rota do Património. As Ruínas de Conimbriga”
Suplemento *DC. Magazine*

27 de Fevereiro de 2010, nº 26932, p. 20: “Visita nos 100 anos de Conimbriga como Monumento Nacional” rubrica *Hoje na Região*

28 de Fevereiro de 2010, nº 26933, p. 14: “Visitas em Conimbriga” rubrica *Hoje na Região*

10 de Abril de 2010, nº 26974, p. 13: “No Parque de Merendas. Feira de Conimbriga decorre amanhã” rubrica *Soure-Condeixa*

11 de Maio de 2010, nº 27005, p. 19: “Património de Conimbriga em exposição” rubrica *Hoje na Região*

14 de Maio de 2010, nº 27008, p. 17 e nota de capa: “Arqueólogos por um dia descobrem tesouros de Conimbriga” rubrica *Região*

15 de Maio de 2010, nº 27009, p. 19: “Ceia romana em Conimbriga” rubrica *Hoje na Região*

16 de Maio de 2010, nº 27010, p. 11: “Ceia romana em Conimbriga” rubrica *Hoje na Região*

- 17 de Maio de 2010**, nº 27011, p. 17: “Património de Conimbriga em artesanato” rubrica *Região*
- 18 de Maio de 2010**, nº 27012, p. 21: “Arqueólogos por um dia em Conimbriga” rubrica *Hoje na Região*
- 19 de Maio de 2010**, nº 27013, p. 20: “Teatro clássico regressa ao palco de Conimbriga” rubrica *Região*
- 22 de Maio de 2010**, nº 27016, p. 17: “FESTEIA em Conimbriga” rubrica *Hoje na Região*
- 22 de Junho de 2010**, nº 27047, p. 14: “Ceia romana em Conimbriga evoca solstício de Junho” rubrica *Região*
- 22 de Junho de 2010**, nº 27047, p. 14: “Solstício de Junho celebrado em Conimbriga” rubrica *Hoje na Região*
- 24 de Junho de 2010**, nº 27049, p. 15: “Museu de Conimbriga com novo horário” rubrica *Região*
- 21 de Julho de 2010**, nº 27076, p. 8: “Museu de Conimbriga procura atrair estudantes”
- 22 de Julho de 2010**, nº 27077, p. 5: “Descobrir paisagem do concelho a partir do Casmilo” *DC Especial Expocondeixa*
- 07 de Agosto de 2010**, nº 27093, p. 15 “Feira de Conimbriga no parque das merendas” rubrica *Hoje na Região*
- 08 de Agosto de 2010**, nº 27094, p. 11: “Feira de Conimbriga” rubrica *Hoje na Região*
- 21 de Setembro de 2010**, nº 27136, p. 19: “Jantar romano em Conimbriga” rubrica *Hoje na Região*
- 05 de Outubro de 2010**, nº 27152, p. 20: “Museu Monográfico de Conimbriga. Santiago Ribeiro mostra Pinturas Surrealistas” rubrica *Região*
- 05 de Outubro de 2010**, nº 27152, p. 21: “Pinturas Surrealistas...” rubrica *Hoje na Região*
- 12 de Outubro de 2010**, nº 27159, p. 19: “Caça ao tesouro em Conimbriga” rubrica *Hoje na Região*
- 20 de Outubro de 2010**, nº 27167, p. 18: “Museu de Conimbriga e ESEC colaboram” rubrica *Região*
- 22 de Outubro de 2010**, nº 27169, p. 19: “Falta de recursos obriga museus a recorrer a parcerias” rubrica *Região*

18 de Dezembro de 2010, nº 27226, p. 25: “Ceia romana em Conimbriga” rubrica *Hoje na Região*

Villa Romana do Rabaçal

28 de Abril de 1931, nº 328, p. 2 “Vila do Rabaçal Achados Arqueológicos” rubrica *Vida Regional*

16 de Outubro de 1984, nº 18281, p. 4: “Descobertos mosaicos romanos em Rabaçal” rubrica *Pelas Beiras*

03 de Setembro de 1991, nº 20347, p. 5: “Quinta romana a descoberto. Exposição dá a conhecer espólio recolhido no Rabaçal”

07 de Março de 1997, nº 22219, p. 9: “Rabaçal – Penela. Achados Arqueológicos vão ter espaço próprio”

09 de Fevereiro de 1999, nº 22912, p.11: “Penela – Câmara convida Carrilho a inaugurar vila Romana” rubrica *Regiões*

05 de Abril de 1999, nº 22967, p. 10-11 e capa: “Villa romana do Rabaçal revela-se”

27 de Julho de 1999, nº 23079, p. 11: “Estação arqueológica de “valor e qualidade”. Escavações voltaram às ruínas do Rabaçal” rubrica *Região*

31 de Agosto de 1999, nº 23114, p. 9 com nota de capa: “Escavações arqueológicas prosseguem em Penela. Villa romana do rabaçal abre sábado à experiência” Rubrica *Região*

02 de Agosto de 1999, nº 23085, p. 10-11 e capa: “Quase pronto a receber achados arqueológicos. Espaço-Museu apoio Villa Romana do Rabaçal” rubrica *Região*

06 de Setembro de 1999, nº 23119, p. 12: “Um objecto de arte na paisagem. Villa Romana do Rabaçal abriu ao público” rubrica *Região*

29 de Julho de 2000, nº 23439, p. 12: “Escavações arqueológicas no Rabaçal, Penela. Balneário do séc. IV à vista” rubrica *Região*

04 de Maio de 2001, nº 23721, p. 12 e capa: “É inaugurado amanhã. Espaço-Museu mostra espólio da Villa Romana do Rabaçal” e “O que se pode visitar. Museu diferente” rubrica *Região*

06 de Maio de 2001, nº 23723, p. 12: “Villa Romana já tem Museu” rubrica *Região*

30 de Julho de 2002, nº 23170, p. 12: “Na Villa Romana do Rabaçal. Jovens participam em campanha arqueológica” rubrica *Região*

17 de Maio de 2003, nº 24461, p. 11: “Dia Internacional dos Museus. Penela mostra Villa Romana do Rabaçal” rubrica *Região*

02 de Outubro de 2003, nº 24594, p. 13 e capa: “Câmara de Penela já conhecia o relatório da fundação americana. Villa Romana do Rabaçal está em risco” rubrica *Região*

18 de Maio de 2004, nº 24760, p. 13: “Dia dos Museus no Rabaçal” rubrica *Hoje na Região*

31 de Outubro de 2004, nº 24993, p. 9: “Exposição de Mário Silva termina no Rabaçal” rubrica *Hoje na Região*

20 de Novembro de 2004, nº 25019, p. 19 e capa: “Villa Romana do Rabaçal, Penela. World Monuments Fund e American Express financiam obras no sítio arqueológico” rubrica *Região*

24 de Novembro de 2004, nº 25023, p. 17 e capa: “Penela. Recuperação da Villa Romana avança com apoio de mecenas” rubrica *Região*

18 de Maio de 2005, nº 25196, p. 18: “Entradas gratuitas no Museu da Villa Romana do Rabaçal. Penela assinala Dia Internacional dos Museus” rubrica *Região*

21 de Maio de 2005, nº 25199, p. 16: “Penela. Museu do Rabaçal lança catálogo inglês” rubrica *Região*

26 de Maio de 2005, nº 25204, p. 11: “Exposição no Museu do Rabaçal” rubrica *Região*

31 de Maio de 2005, nº 25209, p. 18: “Exposição no Museu do Rabaçal” rubrica *Região*

08 de Setembro de 2005, nº 25309, p. 17: “Penela. Obras de conservação avançam na Villa Romana do Rabaçal” rubrica *Região*

02 de Fevereiro de 2006, nº 25454, p. 15: “Rabaçal - Villa Romana edita cd-rom e puzzle educativo” rubrica *Região*

15 de Fevereiro de 2006, nº 25467, p. 20: “Mostra de pintura na Villa Romana do Rabaçal” rubrica *Hoje na Região*

18 de Maio de 2006, nº 25559, p. 18: “Penela. Rabaçal apresenta obras de restauro” rubrica *Especial Dia Internacional dos Museus*

19 de Maio de 2006, nº 25560, p. 19: “Penela. Villa Romana do Rabaçal deverá ter novas obras em 2007” rubrica *Região*

14 de Abril de 2007, nº 25888, p. 17: “Música no Rabaçal” rubrica *Hoje na Região*

31 de Maio de 2007, nº 25935, p. 20: “Caderno didáctico apresentado no Rabaçal” rubrica *Hoje na Região*

05 de Junho de 2007, nº 25940, p. 17: “No Rabaçal. Crianças descobrem *Villa Romana*” rubrica *Região*

14 de Junho de 2007, nº 25949, p. 12: “Rabaçal aguarda por cobertura” Suplemento *Património*

14 de Junho de 2007, nº 25949, p. 29: “*Villa Romana* do Rabaçal” Suplemento *Património*

08 de Março de 2008, nº 26214, p. 19: “Obra clássica lançada em Penela” rubrica *Hoje na Região*

15 de Março de 2008, nº 26222, p. 16: “Exposição de cerâmica e pintura inaugurada no Museu do Rabaçal” rubrica *Hoje na Região*

16 de Março de 2008, nº 26223, p. 20: “Obras de Santiago Ribeiro e Maria Pedro Olaio. Pintura e cerâmica no Museu do Rabaçal” rubrica *Região*

07 de Abril de 2008, nº 26245, p. 24: “No Espaço-Museu da *Villa Romana* do Rabaçal. Colectiva de pintura e cerâmica prossegue até dia 27 Abril” rubrica *Região*

16 de Maio de 2008, nº 26284, p. 17: “Dia Internacional dos Museus assinalado em Penela. Projecto de cobertura da *Villa Romana* do Rabaçal conhecido amanhã” rubrica *Região*

17 de Maio de 2008, nº 26285, p. 18: “Rabaçal e Santa-Clara-a-Velha em destaque. Comemorações centradas em Penela” rubrica *Especial Dia Internacional dos Museus*

18 de Maio de 2008, nº 26286, p. 11 e capa: “*Dia Internacional dos Museus* assinalado na estação arqueológica. Cobertura de Siza Vieira protege património do Rabaçal” rubrica *Região*

22 de Junho de 2008, nº 26321, p. III: “*Villa romana* do Rabaçal” Suplemento *DCVerão*

20 de Julho de 2008, nº 26346, p. 10: “Cobertura de *Villa romana* do Rabaçal é uma necessidade urgente” rubrica *Região*

28 de Julho de 2008, nº 26354, p. 13: “Três semanas de arqueologia no Rabaçal” rubrica *Região*

26 de Setembro de 2008, nº 26417, p. III: “Atracções turísticas do distrito. Penela” Suplemento *DC Especial Dia Mundial do Turismo*

26 de Setembro de 2008, nº 26417, p. IV: “Parque explora romanização” Suplemento *DC Especial Penela*

26 de Dezembro de 2008, nº 26507, p. 7: “Fórum Roma via Sicó. Visita ao balneário da *villa* do Rabaçal” Suplemento *Fim-de-Semana*

13 de Março de 2009, nº 26583, p. V: “A não perder. Villa Romana do Rabaçal” Suplemento *DCEspecial Centro de BTT de Penela*

04 de Abril de 2009, nº 26605, p. 19: “Espectáculo no Museu do Rabaçal” rubrica *Hoje na Região*

16 de Maio de 2009, nº 26647, p. 19: “Dia Internacional dos Museus assinalado no Rabaçal” rubrica *Região*

19 de Maio de 2009, nº 26650, p. 20: “Dia Internacional dos Museus. Património da época romana em exposição no Rabaçal” rubrica *Região*

09 de Julho de 2009, nº 26701, p. 16: “Novas tecnologias aplicadas à arqueologia em debate no Rabaçal” rubrica *Região*

10 de Julho de 2009, nº 26702, p. 21: “Novas tecnologias aplicadas à arqueologia em debate no Rabaçal” rubrica *Hoje na Região*

11 de Julho de 2009, nº 26703, p. 14: “*Villa* romana do Rabaçal desce até Lisboa” rubrica *Penela*

27 de Agosto de 2009, nº 26749: Suplemento *DCEspecial Parque Águas Romanas*

30 de Agosto de 2009, nº 26753, p. 10: “Penela inaugura parque romano” rubrica *Hoje na Região*

31 de Agosto de 2009, nº 26754, p. 17: “Penela ganha espaço romano de “originalidade e diferenciação” rubrica *Região*

03 de Março de 2010, nº 26936, p. 21: “Atelier do Mosaico no Museu do Rabaçal” rubrica *Hoje na Região*

05 de Março de 2010, nº 26938, p. 16: “Atelier do Mosaico no Rabaçal” rubrica *Hoje na Região*

09 de Março de 2010, nº 26942, p. 17: “Atelier do Mosaico do Rabaçal” rubrica *Hoje na Região*

17 de Abril de 2010, nº 26981, p. 22: “Espectáculo na *Villa* Romana do Rabaçal” rubrica *Hoje na Região*

18 de Abril de 2010, nº 26982, p. 12: “Passeio pedestre pelo Rabaçal” rubrica *Hoje na Região*

23 de Abril de 2010, nº 26987, p. 4: “À Descoberta. Regresso ao tempo dos Romanos no Mercado do Queijo Rabaçal” Suplemento *DC Magazine*

24 de Abril de 2010, nº 26988, p. 18 e capa: “Rabaçal honra queijo e passado romano” rubrica *Região*

25 de Abril de 2010, nº 26989, p. 11: “Ruínas e queijo do Rabaçal: parceria de sucesso” rubrica *Hoje na Região*

26 de Abril de 2010, nº 26990, p. 13: “Ruínas e queijo do Rabaçal: parceria de sucesso” rubrica *Região*

18 de Maio de 2010, nº 27012, p. 21: “Dia dos Museus na *villa* romana do Rabaçal” rubrica *Hoje na Região*

23 de Maio de 2010, nº 27017, p. 13: “Penela. Moedas que contam a história da *Villa* Romana do Rabaçal” Rubrica *Região*

11 de Julho de 2010, nº 27060, p. 13 e capa: “Trabalhos arqueológicos desvendam “segredos” da *villa* romana do Rabaçal” rubrica *Região*

12 de Julho de 2010, nº 27061, p. 15: “Trabalhos arqueológicos no Rabaçal” rubrica *Hoje na Região*

13 de Julho de 2010, nº 27062, p. 19: “Trabalhos arqueológicos no Rabaçal” rubrica *Hoje na Região*

14 de Julho de 2010, nº 27063, p. 23: “Trabalhos arqueológicos no Rabaçal” rubrica *Hoje na Região*

14 de Julho de 2010, nº 27063, p. 16: “Penela “casa” património com gastronomia” *Penela – Dossier*

19 de Julho de 2010, nº 27074, p. 17: “Trabalhos arqueológicos no Rabaçal” rubrica *Hoje na Região*

21 de Julho de 2010, nº 27076, p. 19: “Trabalhos arqueológicos no Rabaçal” rubrica *Hoje na Região*

22 de Julho de 2010, nº 27077, p. 19: “Trabalhos arqueológicos no Rabaçal” rubrica *Hoje na Região*

24 de Setembro de 2010, nº 27139, p. 6: “Hotel de inspiração romana abre em Fevereiro (o Hotel Duecitània, localizado na Ponte do Espinhal

Notícias de Penela

Villa Romana do Rabaçal

Ano I - Outubro de 1988, nº 3, p. 4-5 e 6: “Jovens Portugueses e estrangeiros descobrem novos mosaicos romanos na *Villa* do Rabaçal”

Ano I - Novembro de 1988, nº 4, p. 5 e capa: “Rabaçal: uma vila mundialmente conhecida”

Ano I - Maio de 1989, nº 10, p. 7: “Rabaçal em Paris”

Ano I - Julho de 1989, nº 12, p. 3: “Rabaçal, a «villa» romana e o velho hospital”

Ano III - Agosto de 1990, nº 25, p. 8 e 5: “O Expresso escreve sobre a «villa romana do Rabaçal» rubrica *O que dizem os jornais...*”

Ano III - Agosto de 1991, nº 37, p. 4: “Villa romana do Rabaçal”

Ano IV - Junho de 1992, nº 47, p. 4: “Villa romana do Rabaçal. Continuam as escavações”

Ano VII – Agosto de 1996, nº 75, p. 5 “Villa romana do Rabaçal. Mais uma campanha de escavações”

Ano VIII – Dezembro de 1996, nº 77, p. 5: “Villa romana do Rabaçal. Comissão europeia aprova projecto de valorização do sítio arqueológico de Rabaçal”

Ano VIII – Dezembro de 1996, nº 77, p. 5: “Mosaicos do Rabaçal estiveram em Zamora”

A Voz de Penela

Conimbriga

Maio de 1972, nº 163, p. 4: “Colaboração de estudantes do Ciclo Preparatório – escrevem sobre a visita a Conimbriga”

Região do Castelo

Conimbriga

02 de Outubro de 2008, nº 2, p. 2 e capa: “Ruínas de Conímbriga: um legado de séculos de história” rubrica *Roteiro Turístico*

Villa Romana do Rabaçal

16 de Outubro de 2008, nº 4, p. 2 e capa: “*Villa* romana do Rabaçal. A originalidade da herança romana” rubrica *Roteiro Turístico*

14 de Janeiro de 2010, nº 34, p. 23: “História e Património atraem visitantes. Rabaçal na rota dos caminheiros” rubrica *Breves*

14 de Janeiro de 2010, nº 34, p. 22: “Com a ajuda das novas tecnologias. Do Rabaçal para o Mundo” rubrica *Região*

06 de Maio de 2010, nº 42, p. 12 e capa: “Mercado do queijo Rabaçal. Um passado, um presente, vários futuros” rubrica *Região*

20 de Maio de 2010, nº 43, p. 17: “No dia Internacional dos Museus. Numismática dá-se a conhecer no Rabaçal”

20 de Maio de 2010, nº 43, p. 26 e capa “Programa comenius já está em marcha. Definitivamente de portas abertas”

17 de Junho de 2010, nº 45, p. 11: “De portas abertas - Rabaçal”

15 de Julho de 2010, nº 47, p. 17 e capa: “Na *Villa* romana do Rabaçal. Trabalhos arqueológicos em andamento”

29 de Julho de 2010, nº 48, p. 22: “Rabaçal acolheu workshop sobre mosaicos romanos. Da recuperação à apresentação”

4 de Novembro de 2010, nº 54, p. 27: “*Villa Romana do Rabaçal*” *Roteiro Fotográfico*

Jornal da Fundação Concelho de Condeixa

Conimbriga

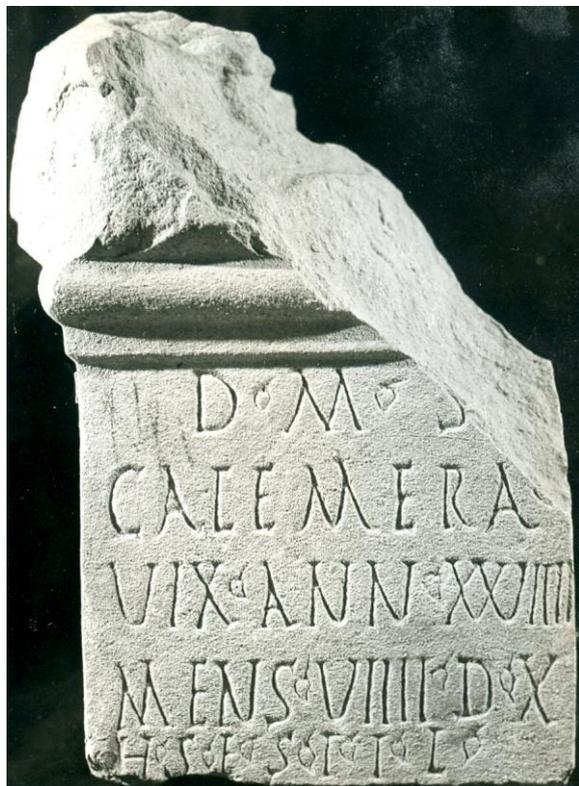
21 de Outubro de 1998, nº 7, p. 9: “A basílica de Conimbriga, lugar de oração”

05 de Abril de 1999, nº 8, p. 9: “Conferência no anfiteatro do Museu”

23 de Novembro de 1999, nº 9, p. 2: “Dr. Virgílio Correia”

Anexo 2 – Estampas

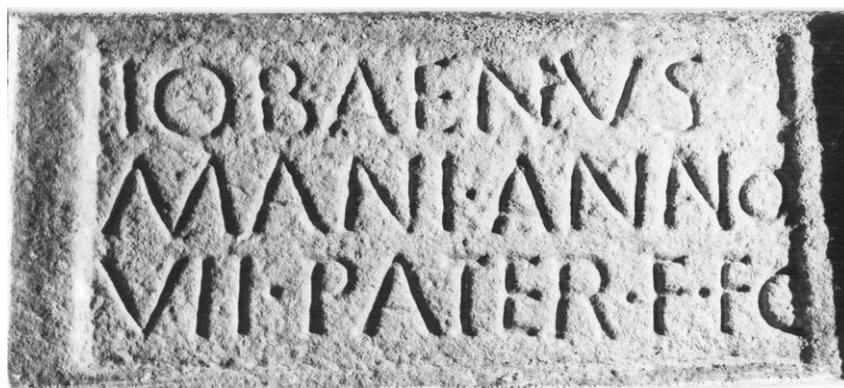
Estampa II



4

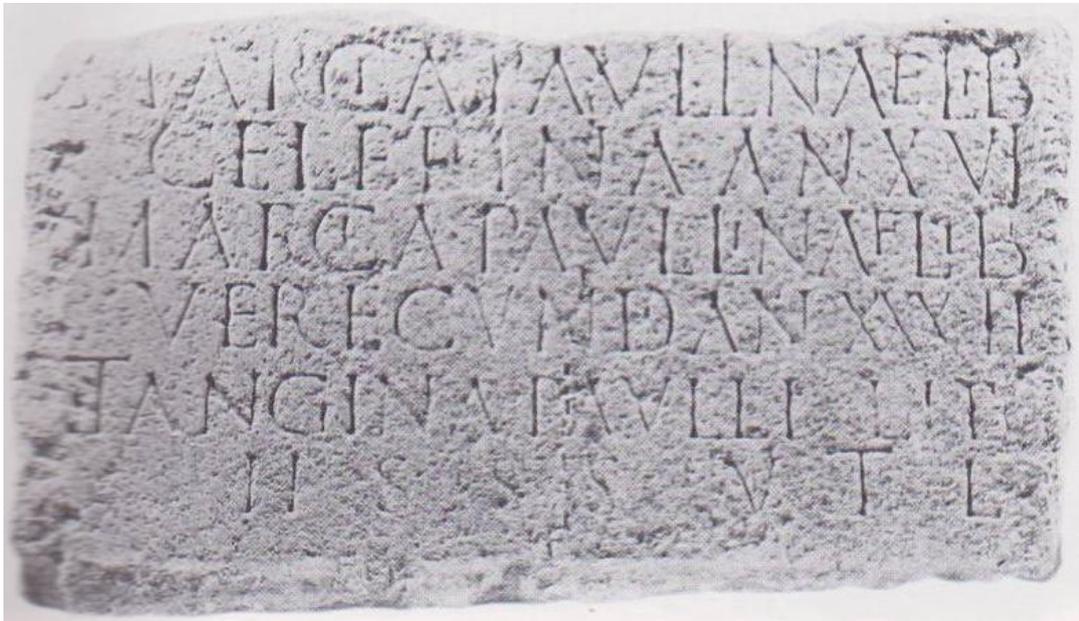


5

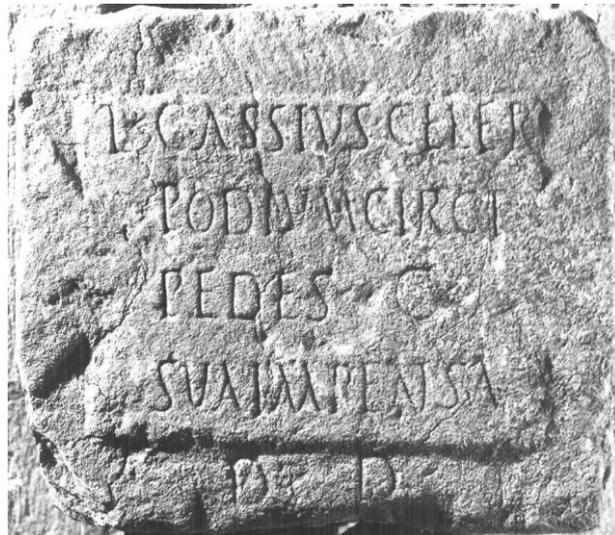


6

Estampa III

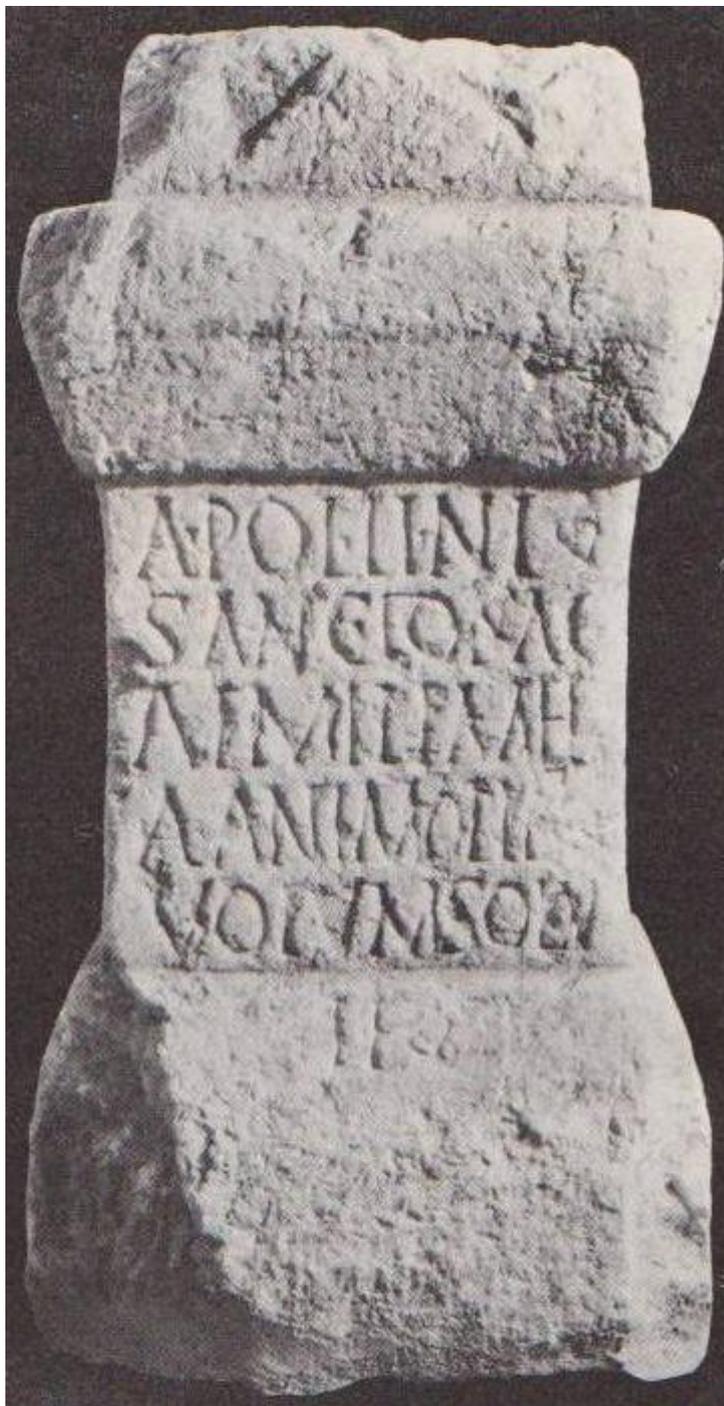


7



8

Estampa IV



9

Estampa V



10

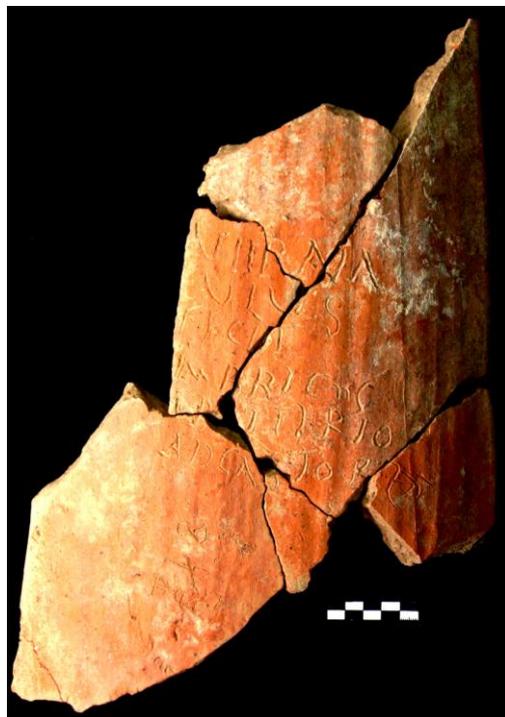


11



12

Estampa VI



13



14



15

Marcas do passado

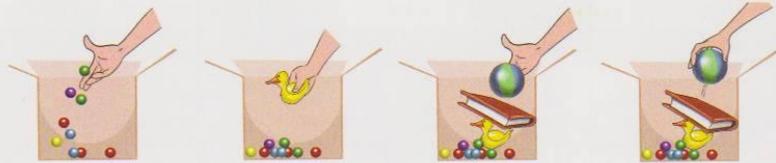
EXCLUSIVO DO PROFESSOR

Sugere-se que proponha aos alunos a observação e análise das fontes históricas apresentadas nesta página, solicitando-lhes que as classifiquem: arqueológica e escrita e/ou iconográfica.

As fontes históricas

Todos os vestígios deixados pelos humanos que nos permitem conhecer melhor o passado são fontes históricas.

Quando guardamos objetos numa caixa, os que ficam no fundo são os mais antigos.



O mesmo acontece com os vestígios deixados pelos homens num local ao longo de determinado tempo: podem ser objetos (perdidos, estragados, abandonados), ossadas, restos de edifícios... que vão ficando depositados no solo. Assim, quando se procede a uma escavação arqueológica, os primeiros vestígios a aparecer são os mais recentes, ficando os mais antigos para o fim.



Todos esses materiais têm interesse, indicando algo do passado: são vestígios arqueológicos, fontes históricas materiais. A **arqueologia, através das escavações, procura determinar a datação e interpretar a sua função, revelando como viviam os humanos de antigamente.**

Existem ainda outros tipos de fontes históricas, as iconográficas (esculturas, pinturas, gravuras, desenhos ou ilustrações) que, sem terem nada escrito, também nos fornecem informações.

Estampa VIII



↑ Ruínas românicas de Conímbriga, onde existem vestígios de balneários públicos, um aqueduto, repuxos, mosaicos a cobrir o pavimento, jardins interiores nas casas...

17

em casas de madeira ou pedra e a praça do comando em fórum, com o alojamento do pretor ou legado convertido em cúria ou basílica e o altar de Júpiter em templo (doc. 24).

A História deixa marcas...

O *laconicum* das Termas da Muralha, em Conímbriga, pouco diferia, na sua forma e função, dos modernos banhos turcos.



18

Estampa IX

TRABALHA DOCUMENTOS

Analisar uma moeda como símbolo do poder



DAC(io): vencedor dos Dácios

GER(manico): vencedor dos Germanos

AUG(usto): pessoa sagrada

TRAJANO: nome do imperador

IMP(erator): chefe civil e militar

P(ontifex) M(aximus): chefe religioso

TR(ibunum) P(lebis): tribuno da plebe

CO(n)S(ule)VI: cônsul pela 6.ª vez

P(ater) P(atris): pai da pátria

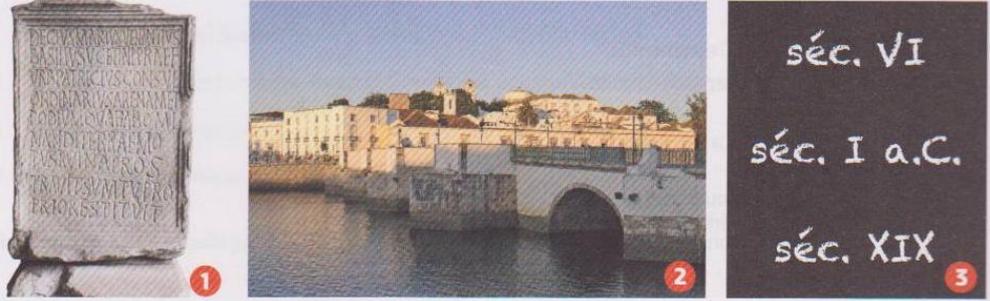
Saber
Nas moedas, o imperador ostentava todos os seus títulos e funções. É o que acontece nesta moeda de ouro de Trajano (início do século II d. C.).

Fazer
Devem decifrar-se as abreviaturas que constam na inscrição (tarefa aqui já feita).

Saber fazer
Identifica na inscrição legendada as funções imperiais.

19

3. Observa, atentamente, os documentos 1, 2 e 3.



1 Inscrição em latim.

2 Ponte romana de Tavira, Portugal.

3 Numeração romana.

3.1 Refere, com base nos documentos 1, 2 e 3, se a herança romana na península Ibérica foi, ou não, duradoura. Justifica.

20



2 Inscrição em latim (Portugal)

21

Estampa X

3. O culto funerário

Estela funerária de um liberto de *Bracara Augusta*

4.1 Para que seria uma estela funerária?



22



Altar em honra do deus Mitra (da Pérsia).

23

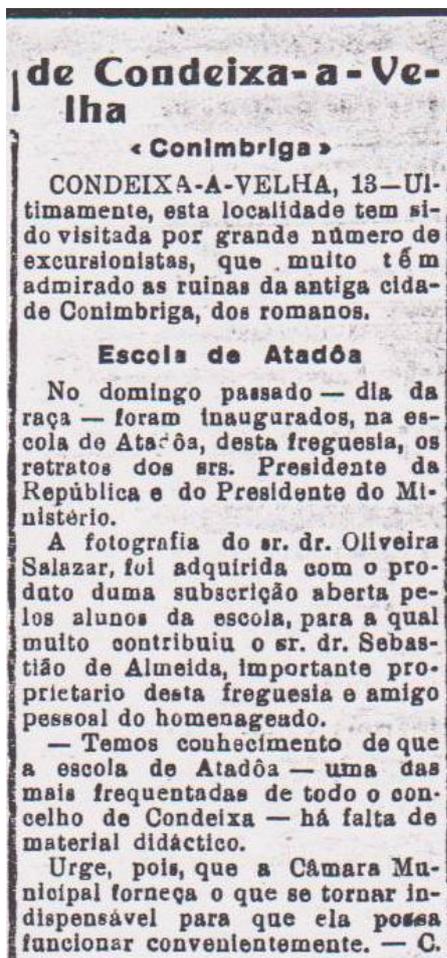
Estampa XI

31 | Ara funerária de Caius Servilius Claranus (séc. II, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa).

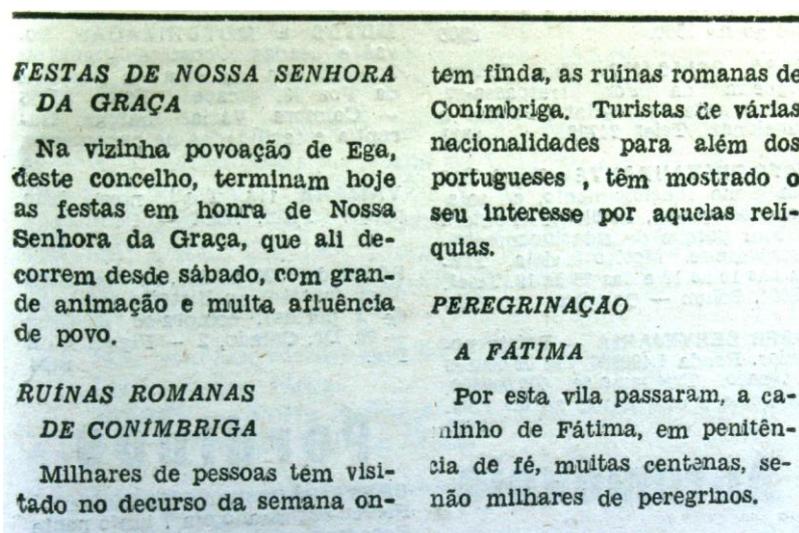


Doc. 31

- > Consegues ler a inscrição?
- > Qual seria a sua função?



25 (Diário de Coimbra, 15 de junho de 1934: 2)



26 (Diário de Coimbra, 15 de agosto de 1977: 7)

CONDEIXA
Ruínas Romanas



Continuam diariamente, a serem muito visitadas por centenas de turistas estrangeiros e portugueses, as famosas e milenárias Ruínas Romanas de Conimbriga, situadas a 2 quilómetros desta vila.

O novo e famoso Museu Monográfico e a atraente Casa de Chá anexa, continua também bastante frequentada.

ALVITRE

Quem caminha a pé com destino ao nosso cemitério, verifica que em frente à «SHELL», o muro que fica ao lado do passeio em direcção à FAIA, se encontra com muitas silvas.

Como as ditas silvas «picam» e sujam os fatos a quem utiliza o passeio — bastante movimentado —, pede-se o favor que seja limpo logo que seja possível.

CORTEJO DE OFERENDAS

No passado domingo, dia 5, realizou-se o anunciado Cortejo de Oferendas, em benefício a melhoramentos a serem já feitos na nossa Igreja Matriz.

Assistiu muito povo, tudo correndo na melhor harmonia, e as dádivas recebidas foram no montante de algumas centenas de contos.

Bem haja a todos os que colaboraram nesta feliz e importante iniciativa, para o Restauo da Sacristia da nossa Igreja e Casa Mortuária. (C.)

27 (Diário de Coimbra, 14 de Outubro de 1986: 4)

NOVA DIRECTORA
do Museu Monográfico
de Conimbriga

CONDEIXA — Foi há dias, empossada no cargo de directora do Museu Monográfico de Conimbriga, a sr.^a dr.^a D. Maria Adília Moutinho de Alarcão, que áquele Estabelecimento de Arqueologia desde há muito vinha a prestar a sua melhor dedicação, e com tanta competência, que o ministro da Educação Nacional a escolheu para suceder nas referidas funções ao sr. dr. Bairrão Oleiro recentemente nomeado para outros serviços do mesmo Ministério.

Desejamos-lhe as maiores felicidades no desempenho de tão alto cargo. — (C.)

28

ESTAVA ENCERRADO DESDE 1976

Museu de Conímbriga foi inaugurado



Mário Soares esteve ontem ladeado na inauguração do Museu de Conímbriga por duas pessoas que nem sempre se entenderam quanto às obras ali efectuadas. À direita de Soares, o presidente da Câmara de Condeixa, dr. Armando Tavares, e à esquerda a dr.ª Adília Alarcão, directora do museu.

29

Mais de 200 mil visitantes em 1999

Ruínas de Conímbriga “arrasam” concorrência

O MUSEU Monográfico de Conímbriga foi o mais visitado em 1999, recebendo mais de 200 mil pessoas, num universo de quase um milhão de visitantes nos espaços museológicos portugueses.

As ruínas de Conímbriga, antiga cidade romana destruída pelos suevos no ano 468, situadas em Condeixa-a-Velha, a receberam em 1999 a visita de 207.017 pessoas, tornando-se assim no espaço museológico mais visitado de Portugal.

As frequentes visitas de estudantes ao complexo arqueológico contribuíram sobremaneira para o número registado.

O Museu Nacional dos Coches, em Belém e, mais



Ruínas de Conímbriga

A antiga cidade pré-romana atrai milhares de visitantes

tarde, no Parque das Nações, foi o segundo complexo museológico mais visitado, com 138.536 pessoas. Segundo os números oficiais obtidos pela Agência Lusa,

seguem-se o Museu Nacional do Azulejo (87.353), Museu Nacional de Arte Antiga (74.995) e Museu Nacional do Trajo (55.250), todos em Lisboa.

30

Das ruínas da cidade luso-romana de Conímbriga

espera-se surjam mais motivos para o seu melhor conhecimento

Com a intervenção de 10 licenciados franceses e 45 estudantes portugueses, iniciaram-se ontem, nas ruínas de Conímbriga, na con-

luso-romana de Conímbriga, continuam a constituir um mistério da sua existência, facto que se reveste do maior interesse, não só para os estudiosos da História e da Arte, tanto do nosso País como do estrangeiro, adivinha-se o interesse que envolve o novo período de escavações que ora se inicia, na esperança de mais preciosidades resurgirem á luz do Sol.

Conímbriga, pelos estudos já realizados, aberta a sua rede de estradas, o seu numero de palácios, habitações, monumentos, etc., deve esconder no seu solo preciosidades e motivos do maior interesse, pois todo aquele conjunto conferiu-lhe a primazia das mais importantes cidades romanas estabelecidas na Península.

Toda a conjugação destes pormenores, apaixona os arqueólogos que sobre ela se têm debruçado, sendo justo lembrar o nome do saudoso Prof. Dr. Virgílio Correia, o grande impulsionador das escavações.



Um pormenor das Ruínas de Conímbriga

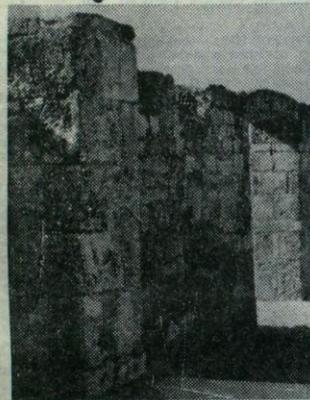
nuação de um trabalho que vem desde há três anos, escavações nas ruínas ainda não exploradas, com objectivo de recolherem elementos históricos que contribuam para o melhor estudo da época romana, enriquecendo ao mesmo tempo a nossa cultura.

Deve-se a iniciativa á Faculdade de Letras da Universidade de Bordéus, que, sob a direcção do conhecido arqueólogo e professor de História da referida Faculdade, dr. Robert Étienne, com a colaboração do Museu Monográfico, a direcção do sr. prof. Bairrão leiro, têm ali levado a efeito vulgar obra.

Assim, nas escavações efectuadas o ano findo, que se revestiram de extraordinária importância, foi posto a descoberto o majestoso «forum» da cidade que, infelizmente, se encontrava muito danificado e destruído, em consequência dos materiais dali retirados em épocas á muito recuadas, e que, numa lamentável inconsciência a que ninguém punha cobro, serviam para edificar casas ou até pavimentar caminhos...

Desta forma, o «forum», onde deviam existir templos sumptuosos e edificações de grande valor, assim como estátuas e obras de arte, está reduzido a um lajedo, quase em relevos, onde estes valores se divinham.

E porque as ruínas da cidade



As ruínas romanas de Conímbriga

RAPAZ colhido mortalmente por uma camioneta

MONDIM DA BEIRA — Na freguesia de Igreja Nova, Francisco de Jesus Fonseca, de 11 anos, filho do sr. António Joaquim da Fonseca e da sr.^a D. Josefina de Jesus Anjos, residentes naquela freguesia, andava, com outros rapazes da sua idade, a brincar. A certa altura,

Conimbriga

na Imprensa brasileira

RIO DE JANEIRO, 21 — «A antiga Roma em Portugal» é o título de uma reportagem ilustrada, de sete páginas, que «O Cruzeiro» publica sobre Conimbriga. Com amplas fotografias em cores, diz o texto de Fernando Richard:

«Saindo de Lisboa em direcção a Coimbra no caminho de Condeixa-a-Velha, há um encontro com dois mil anos de civilização: Conimbriga. Os restos do grande Império Romano da antiguidade, que floresceu em Portugal, estão hoje à mostra, servindo de fonte para importantes pesquisas arqueológicas e históricas. As invasões bárbaras transformaram Conimbriga numa cidade do passado mas o tempo tratou de transformá-la numa riqueza do presente». — (ANI).

Arzila e Conímbriga os preferidos

Circuitos turísticos já tiveram a adesão de mais de 500 pessoas

Mais de 500 pessoas já participaram nos 16 circuitos turísticos realizados nos últimos dois meses pela Câmara Municipal de Coimbra.

As visitas contaram com um total de 311 portugueses e 229 estrangeiros.

As preferências relativamente aos roteiros vão para o circuito de Arzila, que nas duas edições já realizadas detém o recorde de números absolutos, tendo mesmo havido necessidade de recorrer a um segundo autocarro para assegurar o passeio a todos os interessados.

Por sua vez, os turistas de além fronteiras demonstram a sua preferência por Conímbriga, o que, para o Pelouro do Turismo, «revela uma aposta certa na divulgação de um património monumental que constitui uma das principais atracções de Coimbra».

No prosseguimento desta iniciativa, estão previstos para o próximo fim-de-semana circuitos a Arzila, no sábado, e a Conímbriga, no domingo, precisamente aqueles que têm a preferência pública.

Recordamos que este programa de fomento turístico é promovido pelos Pelouros do Turismo e dos Transportes da

Câmara Municipal de Coimbra e contempla também os itinerários de Luso/Buçaco e Lorvão/Penacova.



As famosas ruínas romanas de Conímbriga têm a preferência dos estrangeiros que aderiram aos circuitos turísticos. No próximo domingo efectua-se outro passeio àquele local.



O circuito turístico a Arzila é o mais frequentado. Na foto, alguns dos participantes observam a apanha do bunho. No próximo sábado há nova oportunidade para aqueles que ainda não foram.



Em dois meses os circuitos turísticos, promovidos pelos pelouros do Turismo e dos Transportes, foram utilizados por 540 pessoas. Este ano aqueles circuitos têm sido um êxito.

VÍDEO É APRESENTADO HOJE NA FACULDADE DE LETRAS

Teatro clássico filmado em Conímbriga

Um vídeo sobre as «Mulheres no Parlamento», obra de Aristófanes (o maior comediógrafo ateniense), foi rodado na estação arqueológica de Conímbriga e terá hoje a sua primeira apresentação pública, às 16 horas, no Anfiteatro II da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

As filmagens foram promovidas pelo Instituto de Estudos Clássicos com o apoio da Faculdade de Letras e do Museu Monográfico de Conímbriga.

O Prof. Francisco Oliveira, presidente do Conselho Directivo da Faculdade de Letras, disse que a iniciativa visou, «antes de mais, dar oportunidade a alunos e a professores da Faculdade de fazerem reviver o teatro clássico, aproveitando um espaço natural privilegiado como é Conímbriga».

«O projecto constituiu uma óptima forma de compreender a formação de um espectáculo em todas as frentes: desde a en-

nação ao guarda-roupa, passando pela filmagem e pelas habilidades da pós-produção. Tratou-se de um projecto experimental, que muito enriqueceu quem nele trabalhou e que deve ser rentabilizado posteriormente, noutras iniciativas mais ambiciosas e onde sejam utilizados meios técnicos mais avançados que permitam melhorar a qualidade do resultado final» - acrescentou.

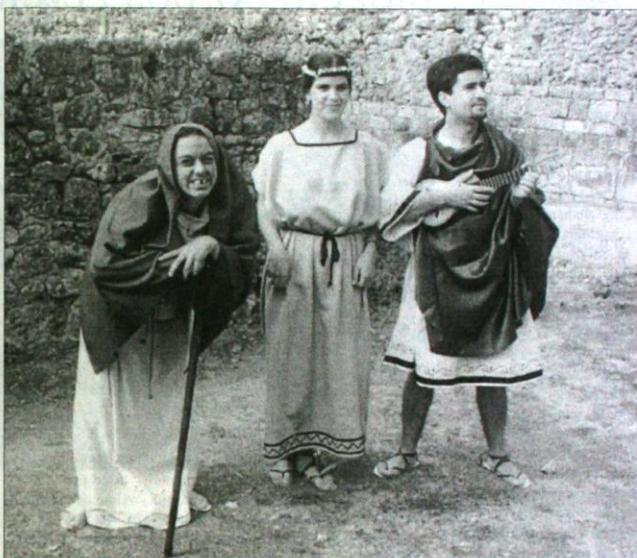
Na peça «Mulheres no Parlamento», Aristófanes sugere, de forma burlesca, que o governo de Atenas seja colocado nas mãos das mulheres. Elas propõem-se «criar uma sociedade comunitária, onde os interesses privados deixem de existir e tudo se processe em função do fundo comum, o que traz curiosas consequências».

O vídeo foi já visionado no final de Outubro, em Conímbriga, mas apenas pelas cerca de três dezenas de pessoas envolvidas no projecto.

Segue-se «Auto da Alma»

O Dr. Delfim Leão, que orientou as filmagens, afirmou ao nosso Jornal estar já na forja outra produção videográfica, baseada no «Auto da Alma», de Gil Vicente.

O docente do Instituto de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras explicou que a peça



Filmagens da representação teatral de «Mulheres no Parlamento», nas ruínas de Conímbriga

vicentina está a ser preparada para representação em Março do próximo ano, no âmbito de um congresso sobre Retórica. O espectáculo terá possivelmente lugar na Igreja de Almedina e, caso se concretize a ideia da transposição para vídeo, há o desejo de que as filmagens tenham como cenário a Sé Velha.

Delfim Leão afirmou que se

pretende passar do experimentalismo deste primeiro projecto para um produto final tecnicamente mais cuidado, de forma a que possa eventualmente vir a ter divulgação junto das escolas.

O vídeo «Mulheres no Parlamento» foi filmado de Abril a Junho deste ano, nas ruínas romanas de Conímbriga (escolhidas pela antiguidade do local, já

que o enredo da peça, em rigor, exigiria ruínas da antiga Grécia, que por cá obviamente não temos).

A representação teatral esteve a cargo sobretudo de alunos e professores da Faculdade de Letras. Em termos de custos, esta produção videográfica ficou-se pela modesta soma de 350 mil escudos.



DEPÓSITO A PRAZO COM TAXA DE 4%

Consulte os nossos Balcões





Diário de Coimbra

19 DE MAIO 2006 SEXTA-FEIRA JORNAL REPUBLICANO ÓRGÃO REGIONALISTA DAS BEIRAS HÁ MAIS DE 75 ANOS A INFORMAR

PORTE PAGO DIRECTOR ADRIANO LUCAS 0,65 EUROS (INCLUI IVA DE 5%) INFORMAÇÕES E PUBLICIDADE 239 499 999 REDACÇÃO 239 499 900 ASSINATURAS 239 499 950

5 anos





IMOBILIÁRIA PATROCÍNIO TAVARES, S.A.
Construção Civil
Compra e venda
de propriedades

Rua da Sofia, 175-C
3000-301 COIMBRA
Tel.: 239 854 730 - Fax: 239 854 735

Ovarense campeã
Acabou sonho do Ginásio
Página 28

Comércio desafiado a prolongar horários
Baixa de Coimbra com "Noite Branca"
Página 2

Museu foi ao Hospital Pediátrico
Crianças aprenderam a criar "jóias mágicas"
Página 7

Governador civil empenhado em resolver problemas
Acessibilidades fundamentais para Mira
Página 11

Equipamentos em terrenos cedidos
Câmara de Miranda garante legalidade
Página 14

Terceira reunião foi conclusiva
Lousã votou contra as contas da Metro
Página 18

Durante o fim-de-semana em Pombal
ExpoSicó dá a conhecer potencialidades da região
Páginas 15 a 17

Mealhada
Uma semana dedicada à gastronomia
Página 13

PDA testado com êxito

Guia pioneiro em Conímbriga



Um pequeno PDA (pocket PC) é quanto basta para qualquer visitante ter acesso a texto, voz e imagem. Um guia portátil e inovador em Portugal, que orienta os visitantes nas ruínas de Conímbriga. O sistema, ontem apresentado, vai estar disponível no Verão, e a sua utilização alargada a outros espaços da região de Sicó. **Página 19**

a casa d'avó

crianças felizes
berçário creche | jardim de infância

1: 239 704739

RESTAURANTE FU-HUA

EXPERIMENTE O NOVO PRATO

Peixe em Vapor (Só c/ reserva)
Chocos com Alho

R. Câmara Realiana, Lote 1 - Loja B - 30300 Coimbra
Telef. 239 722 676 - Telem. 969 659 958

Carrefour

OS PREÇOS BAIKARAM EM COIMBRA!
VEJA NO INTERIOR

Exposição de Antiquidades e Pintura Contemporânea

HOTEL TRYP
Av. Armando Gonçalves
Lote 20, 3000 - 059 COIMBRA
Telf. 239 480 800

Convida V.Ex.^a e Exm.^a Família, a visitar a EXPOSIÇÃO DE ANTIGUIDADES E PINTURA CONTEMPORÂNEA, a realizar no HOTEL TRYP, nos dias 19, 20 e 21 de Maio de 2006

Das 15h às 24h

35

206

100 ANOS
Centenário da Semente 1899-1999
Jornal Oficial da Queima das Fitas

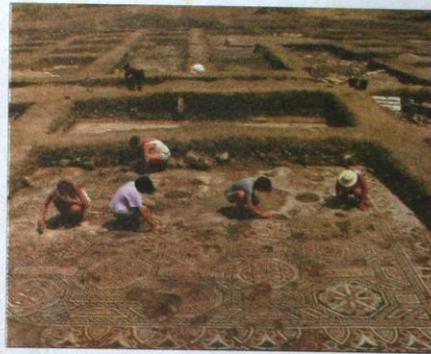
Diário de Coimbra

JORNAL REPUBLICANO - ÓRGÃO REGIONALISTA DAS BEIRAS - HÁ MAIS DE 68 ANOS A INFORMAR
FORTE PAGO Informações e Publicidade: Telefone 039-492 320
Redacção: Telefone 039-825 463 Director: Adriano Lucas 5 de Abril de 1999 - SEGUNDA-FEIRA 120\$00 (Inclui IVA de 5%)

litocar
automóveis do litoral, sa.
O seu concessionário Renault para a região de Coimbra
Rua Adriano Lucas - Mt. São Miguel Ap. 8181 - 3021-901 Coimbra

A 12 quilómetros de Conímbriga

Villa romana revela-se no Rabaçal

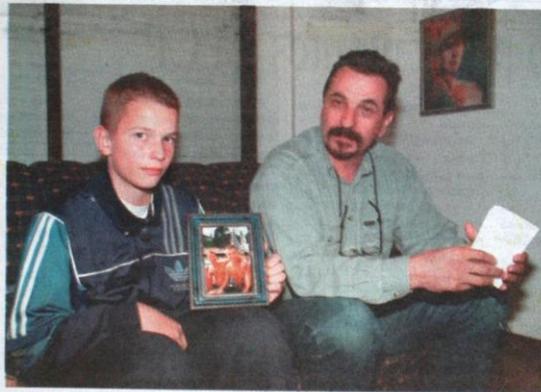


As constantes descobertas na villa romana do Rabaçal permitem almentar a ideia de um futuro pólo de atracção turística

O resultado de 12 anos de pesquisa arqueológica começa a ganhar contornos físicos, sendo já possível delimitar com alguma precisão a villa (quinta) romana do Rabaçal. A 12 quilómetros de Conímbriga, ficava localizada junto à importante via romana que ligava Olisipo (Lisboa) a Bracara (Braga), sendo hoje uma importante fonte histórica. **Páginas 10 e 11**

Refugiados em Coimbra Família sérvia dividida pela guerra

Rajko e Dusanka refugiaram-se em Coimbra há cinco anos, com os seus dois filhos, Miloš e Bosko. Socialmente integrados, tudo corria relativamente bem para a família sérvia até que Miloš, o filho mais velho, teve de se deslocar a Belgrado para uns exames escolares. A guerra meteu-se pelo meio e o regresso ficou dependente da sorte. **Página 5**



Bosko segura a foto do irmão Miloš, não sabendo quando vai voltar a vê-lo

Assaltante entrou-lhe no carro Jovem atacada nos semáforos da Cruz de Celas

Página 4

Durante a missa da Páscoa D. João Alves reitera críticas à sociedade

Página 3

Esta edição tem 52 páginas e inclui o caderno **Os Classificados**



I Divisão em tempo de Páscoa Equipas do Centro com "cruz" pesada

Na 27.ª jornada do Nacional da I Divisão as equipas do Centro do país (Académica, U. Leiria e Beira Mar) tiveram de carregar uma difícil "cruz", ao não amalharem qualquer ponto. Na Honra, a Naval voltou a "tremeir" e não foi além de um empate caseiro frente ao Feirense. Quanto à III Divisão, onde foram muitos os jogos adiados, o destaque vai para as goleadas impostas pelo Soureense e Oliveira do Hospital.

0800-202-262 é o número telefónico da Linha Verde do Diário de Coimbra

ÓPTICA CABAÇO
ÓCULOS DE SOL
-20%
PROMOÇÃO VÁLIDA DE 18/03/99 A 18/05/99
CONSULTAS GRATUITAS
** NA COMPRA SUPERIOR A 5.000\$00
COIMBRASHOPPING LOJA 125 Tel: 701 906

FALA O LEITOR - 2 HOJE, EM COIMBRA - 4 FIGUEIRA DA FOZ - 7 a 9 REGIÃO - 10 a 13 AGENDA - 18 e 19 TEMPO - 20 CLASSIFICADOS - 21 a 36

PENELA

Descobertos mosaicos romanos em Rabaçal

Realizaram-se no passado dia 22 de Setembro trabalhos arqueológicos de sondagem e levantamento topográfico no lugar do Rabaçal, no limite do concelho de Condeixa e Penela (distrito de Coimbra). Foram descobertos pavimentos de mosaico policromo com mais de uma dezena de enfeites decorativos (geométrico e figurativo).

Conhecia-se desde longa data o aparecimento neste terreno de vários materiais.

Esta iniciativa surge na sequência da recolha de informações escritas e orais (contacto directo com a população) sobre a área arqueológica envolvente de Conimbriga. A receptividade do proprietário e do rendeiro do terreno agrícola contribuiu decididamente para a concretização desta acção orientada por técnicos do Museu de Conimbriga (Miguel Pessoa e Salete da Ponte) igualmente apoiada por outros profissionais e voluntários amadores de Condeixa e Rabaçal.

Estão entretanto a ser desenvolvidos esforços no sentido de documentar, conservar

e valorizar as estruturas e os achados agora conhecidos. A sensibilização da população, o empenhamento dos órgãos autárquicos e a atenção dos organismos do Ministério da Cultura terão de contribuir para a criação de condições de modo a que os trabalhos do próximo ano sejam frutuozos.

A presença de mosaicos, tijolos, colunas, telhas e outros materiais de época romana leva a identificar com segurança, a presença de mais uma «Villa» romana nas imediações de Conimbriga. Esta designação é aplicada para a grande propriedade rústica — quinta de grandes dimensões. Mas em torno de muitas cidades romanas havia «villae» com o carácter de residências secundárias..

Esta sondagem tornou possível em menos de dez metros quadrados descobertos vislumbrar a área urbana ou residência senhorial com a comodidade duma «domus» da cidade. Qual a sua extensão e orientação? qual o período da época romana em que foi construída e habitada? Antecedeu-lhe uma habitação pré-



Aspecto do pavimento de mosaico policromo com enfeites decorativos.

-romana? Em que época foi abandonada? Onde se localiza a área «rústica» da «villa» com os alojamentos dos escravos, homens livres, estábulos, celeiros, moagem, etc? Que campos e matas lhe pertenceriam? Quais os seus acessos?

Estas questões só poderão ser esclarecidas com verdadeiras acções de continuidade a partir do próximo ano.

A recuperação deste local para uma «nova vida» contribuirá para o desenvolvimento de uma zona bem conhecida pelo seu fabrico de queijo de cabra e ovelha. Trata-se de um alimento muito apreciado que se não fez parte dos manjares romanos faz hoje as delícias da mesa portuguesa.

M.P.

AVENÇA
Proprietário e Director:
AMÉRICO R. MANO
N.º 4
ANO I
NOVEMBRO DE 1988

EDITORIAL

REVITALIZAÇÃO DO CONCELHO

A evolução objectivamente manifestada por alguns indícios, direta sobre o movimento da vida do Concelho, constitui já certeza inofensível de um amplo esforço que, na senda do desenvolvimento e modernização da sua terra, por todos os Penelenses está a ser prosseguido.

Verifica-se que estão sendo criadas e lançadas, as bases para se ganhar confiança e acreditar numa melhoria das condições de vida das gentes do Concelho. Finalmente começam a aparecer indústrias, estabelecimentos comerciais, saltam ainda obras de remodelação ou ampliação que são sintomas de revitalização do nosso Concelho, algo está a mexer no interior das pessoas, todas pretendam melhorar o seu nível de vida e obviamente o do Concelho. Com este espírito vive-se hoje um período em que não há dúvida sobre o que se pretende alcançar e da maneira como conseguir. O nosso Concelho dispõe de potencialidades que, através de soluções individuais ou colectivas,

(continua na pág. 3)

RABAÇAL: UMA VILA MUNDIALMENTE CONHECIDA

O Rabaçal anda, indubitavelmente, associado ao famoso queijo do Rabaçal. Os «pseudos» defensores do queijo do Rabaçal, quer queiram ou não, têm de render-se aos factos e à história. O queijo é do Rabaçal e, assim, rezam os escritos, há séculos.

O nome e a fama remonta ao tempo dos romanos, lendo Plínio e Virgílio. Nos séculos XVI e XVIII por circunstâncias diversas, o famoso queijo atingiu bastante notoriedade, prestígio e proveito, mantendo a sua qualidade até aos nossos dias (com alguns «momentos» negativos pelo percurso), factor importante para a sua fama e que o ajudou a rejuvenescer com as feiras anuais, exclusivas do produto alimentar, realizadas na sede de freguesia.

Mas, se o Rabaçal deu o nome ao queijo, em época tão distante, não existiria, já, o povoado naquele sítio? Pensamos que sim, porquanto não restam dúvidas que houve a fixação humana na

quatro anos (trabalho arqueológico acompanhado pelo Dr. Miguel Pessoa), para confirmarmos a existência de um povoado. Mas, chamar-se-ia o conjunto habitacional de Rabaçal? Acreditamos nessa hipótese, se, acaso, for mesmo hipótese. Deixamos em aberto.

A estrada de Coimbra que seguia para Contimbriga passava pelo Rabaçal. A descoberta da «vila» pode e deve proporcionar um conhecimento mais concreto deste espaço do concelho de Penela, que ao longo dos tempos sofreu, naturalmente, as vicissitudes provocadas por fases diversas da alteração civilizacional

RALI DO CENTRO ESPECTÁCULO EM PENELA

O Lancia D 4 WD em plena prova. (Foto de José Carvalho)

ao Bairro de S. Jorge e o chamado troço de Penela que partia de S. Lourenço e seguia por Hortas, Palras, Podentinhos, Vale de Arinto até à Senhora da Conceição. Este último teve a observação muitos centenas de pessoas do miradouro inolvidável que é o Castelo de Penela.

Estavam inscritos 44 concorrentes e chegaram ao final da prova 25 após dois despiques visíveis e extremamente emotivos entre a Lancia de Rui Costa/João Almeida e os R 11 Turbo (eram 3) bem como entre os Seat Marbella que em número de 25 disputaram rijamente os primeiros lugares.

(Continua na última página)

O mosaico da Primavera encontrado nas ruínas da «Villa Romana do Rabaçal».

Simplesmente espectacular é como podemos classificar o Rali do Centro/Penela-Miranda do Corvo realiza-lo em 5 de Novembro. Três troços em terra batida marcavam esta prova a contar para o Campeonato Nacional de Iniciados que era organizada pelo Clube Automóvel do Centro com o apoio de algumas entidades nomeadamente as Câmara Municipais de Miranda e Penela e que tinha a extensão de 153,5 Km.

Além do Gondramaz a zona de Penela era desta vez «bafijada» pela existência de dois troços verdadeiramente espectaculares. O troço do Caldeirão com partida do Alto de Tola e chegada

A equipa vencedora à chegada a Penela. (Foto de José Carvalho)

na região, nomeadamente, com a passagem e estadia dos «barbaros», aquando das invasões, povos que saquearam, incendiaram e destruíram Contimbriga e muitas povoações do território

(Continua na página 5)

MENSÁRIO	ÓRGÃO REGIONALISTA, INDEPENDENTE E PLURALISTA DO CONCELHO DE PENELA	PREÇO: 4\$500
----------	---	---------------

À DESCOBERTA

Regresso ao tempo dos romanos no Mercado do Queijo Rabaçal

A iniciativa da Câmara Municipal de Penela decorre este domingo na Villa Romana do Rabaçal e oferece uma série de actividades para miúdos e graúdos

Joana Martins

Este domingo a Villa Romana do Rabaçal enche-se de cores e sabores, num evento que o município de Penela dedica a um dos produtos endógenos do concelho: o queijo Rabaçal. Para fazer a apologia da iguaria decorrerá, depois de amanhã, o Mercado do Queijo Rabaçal, um evento para todas as idades e uma iniciativa imperdível para os apreciadores, o qual poderão acompanhar com outros produtos endógenos que também estarão representados, como o vinho Terras de Sico, azeite Sico, mel, nozes e artesanato.

Paulo Júlio revela que este mercado «tem como grande objectivo a promoção e divulgação do queijo Rabaçal», mas também «servir de impulso para colocar os problemas desta foleira na agenda política regional e associá-lo ao património arqueológico romano». O presidente da Câmara Municipal de Penela afirma que ao realizarem este evento dentro do espaço da Villa Romana do Rabaçal, pretendem «enfatizar os importantes recursos patrimoniais do Rabaçal e do concelho de Penela. O espaço paisagis-



AS CRIANÇAS poderão aprender mais sobre os romanos

tico envolvente é fantástico, aproveitaremos para mostrar os mosaicos do Palácio Romano, faremos palestras temáticas ligando a gastronomia à história e à vivência do espaço transportando os visitantes ao século IV^o.

Além do queijo Rabaçal, estarão presentes expositores de vinhos das Terras de Sico e de

mel da Serra da Lousã, assim como os agricultores que compõem o Mercado da Agricultura Tradicional e os artesanais conceituados ligados à cestaria. Com este certame pretende-se, assim, revelar a arcaica actividade da pastorícia e da produção tradicional do queijo do Rabaçal, valorizando em simultâneo outros produtos e elementos

que caracterizam a região, num ambiente de festa popular, com música, folclore e recreações históricas. O visitante é assim convidado a (re)viver o ambiente do palácio da Villa romana do Rabaçal do século III d.c. à actualidade, participando numa história que vai percorrendo os diversos espaços e tempos deste complexo agrícola.

De salientar as actividades para as crianças, que decorrerão todo o dia, num espaço de entretenimento e educativo. De facto, o mercado terá espaços dedicados aos mais pequenos, onde estes poderão aprender mais sobre o queijo Rabaçal e sobre os romanos, protagonistas do mercado. Aqui a preocupação passa por atrair novos públicos. «Quere-

mos atrair as famílias para o Rabaçal e o melhor modo de o fazer é dedicar às crianças um conjunto de actividades lúdicas e pedagógicas que, com certeza, as divertirão imenso. Dai temos ateliers para as crianças aprenderem e perceberem como se faz o queijo, recreações históricas do tempo dos romanos que permitirão que os actores (romanos) possam interagir com as crianças. Haverá rebanhos de ovelhas e cabras no espaço e ainda uma horta biológica». De destacar ainda as visitas guiadas à Villa Romana e ao espaço Museu, bem como a Hora do Conto dedicada a histórias relacionadas com o contexto do evento, através de uma equipa de técnicas especializadas», explica o autarca.

Quanto ao Mercado da Agricultura Tradicional e Familiar, a iniciativa foi criada há cerca de dois anos, «tendo como objectivo acarinhar os pequenos agricultores do concelho de Penela», sublinha o presidente da autarquia.

O certame tem abertura marcada para as 10h00 de domingo, na Villa Romana do Rabaçal, estando o encerramento previsto para as 18h30.

JUNTA DE FREGUESIA DO RABAÇAL
 A Presidente da Junta, Maria Marmé, convida todos a visitar o Rabaçal.
www.rabacal.net

Café-Restaurante
RUÍNAS
 Miguel A. da Cruz Oliveira
 Tlm: 913 989 021
 Tel: 239 110 414 | Rua da Igreja 3230 Rabaçal - Penela

Encosta da Criveira
 Isaura Reis
 PRODUTORA ENGARRAFADORA
 Vinho Regional Terras de Sico
 Tel/Fax: 239 569 421 | Tlm: 963 269 905
 Rua do Cubo | 3230-287 Penela

Lagares de Azeite do Rabaçal
 Júlio e Filhos, Lda
 3230-544 Rabaçal
Ouro do Sico
 Futuramente teremos conserva de azeitona
 lagares.duarte@gmail.com | Tel e Fax: 239 569 119
 Tlm: 914913611 | 917 745 900 | 917 269 130

Estampa XXV

- 1- A tua escola foi escolhida para participar num projeto de estudo, no âmbito de um doutoramento subordinado ao tema *Património Cultural e Cidadania*. Através deste estudo pretendemos saber como é que os jovens, nos anos escolares do 5º, 7º e 9º anos, sentem o património, em particular, o local.
- 2- A tarefa que te iremos solicitar não será para a tua avaliação, pelo que não deverás escrever o nome em nenhuma parte da mesma. É importante sabermos a tua posição em relação ao tema que te vamos propor, por isso não queiras saber ou comparar a tua resposta com a dos teus colegas.

Muito obrigada pela tua participação!

A doutoranda,

Ana Paula Ferreira

“Imagina que tens de fazer uma apresentação a um grupo de alunos, vindos de uma escola de um país estrangeiro, sobre a riqueza em património histórico da tua região. Escreve um texto onde refiras o(s) vestígio(s) que consideras mais importante(s) e por que motivo”.

Estampa XXVI

"Elabora um texto em que utilizes as palavras *património*, *Arqueologia*, *ruínas de Conímbriga* e *ruínas do Rabaçal*".

O Património é a massa farraca do passado, com que vivemos hoje e que passamos às gerações seguintes.

Na região em que vivo, temos como património, as Ruínas de Conímbriga e as ruínas do Rabaçal.

Nestas ruínas que falei anteriormente, são aproveitados pela Arqueologia, para estudar as culturas e os modos de vida do passado, através da análise de vestígios materiais encontrados.

42

"Elabora um texto em que utilizes as palavras *património*, *Arqueologia*, *ruínas de Conímbriga* e *ruínas do Rabaçal*".

Eu sinto o património arqueológico como um bem de todos, uma herança do passado.

Este património permite compreender o passado, viver o presente e olhar para o futuro.

O património arqueológico, as ruínas de Conímbriga, as ruínas do Rabaçal e outros por toda o mundo, mostram-nos como viveram os romanos, os seus hábitos e costumes, sua cultura em geral.

As descobertas e os estudos arqueológicos dizem-nos que estes povos eram inteligentes e capazes de fazer grande obras com meios escassos, ao contrário de hoje em que o homem utiliza muita tecnologia e máquinas.

As técnicas hoje utilizadas são o desenvolvimento, o aperfeiçoamento das técnicas utilizadas pelos romanos.

43

Estampa XXVII

"Elabora um texto em que utilizes as palavras *património*, *Arqueologia*, *ruínas de Conímbriga* e *ruínas do Rabaçal*".

A ciência que estuda os vestígios do passado ou a arqueologia serve para aprendermos coisas mais sobre os acontecimentos antes do Homem de hoje. Quando os arqueólogos descobrem locais, casas, templos antigos chamam-se património. Isto pertence ao povo, é público, ou pertence exclusivamente a nós.

- Dois dos exemplos de património são as ruínas de Rabaçal e de Conímbriga. Também os Remanes do passado pelos seus ruínas no entanto a mais conhecida a zona das ruínas de Conímbriga pois é essa a cidade onde os romanos se fixaram permanentemente após os Lusos.

44

"Elabora um texto em que utilizes as palavras *património*, *Arqueologia*, *ruínas de Conímbriga* e *ruínas do Rabaçal*".

O património da minha ^{vila} aldeia é muito bonito, pois atrai muitos turistas.

Eu acho que a Arqueologia deveria estudar melhor as ruínas de Conímbriga e as ruínas do Rabaçal, pois encontrariam grandes coisas.

45

Estampa XXVIII

"Elabora um texto em que utilizes as palavras *património*, *Arqueologia*, *ruínas de Conímbriga* e *ruínas do Rabaçal*".

O património deixou-nos vários instrumentos que antigamente utilizavam e descalzaram. Por este motivo começou a chamar-se "Arqueologia", que nos ajuda a descalzar coisas que os mesmos antepassados deixaram. Esta ciência consiste em descalzar e que há de deixar de terra onde antigamente os mesmos antepassados viviam. ^{vamos a fazer} Temos dois exemplos que nos deixaram como por exemplo: As Ruínas de Conímbriga e as Ruínas do Rabaçal. Estes exemplos são algumas coisas que os mesmos antepassados nos deixaram.

46

"Elabora um texto em que utilizes as palavras *património*, *Arqueologia*, *ruínas de Conímbriga* e *ruínas do Rabaçal*".

Apartir de nós sabemos quem são os mesmos antepassados, e eles deixaram a nós o seu património.

Gracias à Arqueologia e ao trabalho dos arqueólogos, nós podemos conhecer os tempos (os mesmos antepassados) e o seu modo de vida.

Podemos visitar dois importantes monumentos: As Ruínas de Conímbriga, em Condeia e as Ruínas do Rabaçal, em Penela.

Nas Ruínas de Conímbriga podemos encontrar os melhores jardins que não coram com jardins interiores. Podemos dizer que Conímbriga tinha uma boa localização geográfica, pois tem o rio como fronteira natural, e que permitia uma boa defesa do cidade.

Os Romanos também nos deixaram a língua (o Latim), que nos influenciou a língua Portuguesa e o Castelhano.

Eles também nos deixaram várias técnicas de construção e também desenvolveram a agricultura e o comércio.

47

Estampa XXIX

"Elabora um texto em que utilizes as palavras *património*, *Arqueologia*, *ruínas de Conímbriga* e *ruínas do Rabacal*".

~~Hoje~~ Nas Ruínas de Conímbriga e nas ruínas do Rabacal existem muitos arqueólogos (os que trabalham a Arqueologia). As Ruínas de Conímbriga foram ocupadas pelos Romanos, hoje encontram-se ocupadas por arqueólogos, muitas visitas de escolas, e não só. As Ruínas do Rabacal também foram ocupadas pelos Romanos, ~~mas~~ estas ruínas ~~são~~ ^{mais} ~~são~~ ^{do} tão grandes como as Ruínas de Conímbriga. O património é muito importante, tem de ser respeitado.

48

"Elabora um texto em que utilizes as palavras *património*, *Arqueologia*, *ruínas de Conímbriga* e *ruínas do Rabacal*".

As Ruínas de Conímbriga é uma das maiores povoações Romanas de que há vestígios em Portugal. Classificada Monumento Nacional, é a estacão arqueológica Romana mais bem estudada no país. Conímbriga foi construída na época da Invasão Romana da Península Ibérica, as escavações arqueológicas conseguiram alguns objetos desse tempo, como moedas e instrumentos cirúrgicos que estão em exposição no Museu Monográfico de Conímbriga.

As Ruínas do Rabacal ficam situadas no Conselho de Penela, Terras de Sicó à qual também pertencem as Ruínas de Conímbriga. Está no Conselho de Condixa-a-Velha.

O património do Rabacal é a Vila Romana do Rabacal e o castelo Germanico.

49

Estampa XXX

"Elabora um texto em que utilizes as palavras *património*, *Arqueologia*, *ruínas de Conímbriga* e *ruínas do Rabaçal*".

Nas Ruínas de Conímbriga e do Rabaçal podemos encontrar fósseis antigos pessoas que viveram alguns animais como os dinossauros.

A ^{ciência} ~~património~~ que ~~é~~ responsável pelo estudo dos fósseis é a arqueologia.

O Património ~~das~~ Ruínas de Conímbriga e do Rabaçal pertence a toda a gente.

50

"Elabora um texto em que utilizes as palavras *património*, *Arqueologia*, *ruínas de Conímbriga* e *ruínas do Rabaçal*".

~~apresento~~ Sei algumas coisas sobre o património da minha localidade.

Sei por ~~ex~~ exemplo, que existem as ruínas do Rabaçal. As ruínas do Rabaçal são património de Penela, pois são um monumento importante deixado pelos romanos.

As ruínas do Rabaçal ~~são~~ ^{eram} principalmente uma casa de um romano rico, sei também que graças à arqueologia foram encontrados azulejos fantásticos que têm como inspiração as estações do ano.

Além das ruínas do Rabaçal existem também as ruínas de Conímbriga. Fui visita-las este ano e acho que realmente os romanos eram muito habilidosos, porque toda aquela cidade era muito bem construída, a sua arquitetura estava muito bem delimitada. Lembra-me de ver ~~uma casa~~ ^{uma casa} de um romano rico, um "spa", a casa dos repuscos, o fórum, um ~~anti~~ ^{anti}-teatro... Também ~~foi~~ ^{foi} ao museu e fiquei impressionado - me imenso, porque no museu, estavam todos os objetos encontrados desde pequenos brinco ou bralletes a instrumentos de construção. Tudo isto devido ao trabalho arqueológico feito por profissionais.

51

Estampa XXXI

"Elabora um texto em que utilizes as palavras *património*, *Arqueologia*, *ruínas de Conímbriga* e *ruínas do Rabação*".

Os Romanos deixaram-nos em Condeixa as ruínas de Conímbriga em Penela as ruínas do Rabação, com muitos vestígios arqueológicos e culturais.

As ruínas de Conímbriga tem pavimentos das casas decorados com mosaicos, pinturas nas paredes; telha na cobertura; jardins interiores; sepulcros, edículas e banhos privados.

Graças à arqueologia e ao trabalho dos arqueólogos hoje podemos observar vestígios dos nossos antepassados.

Os romanos contribuíam com a sua civilização para o desenvolvimento das culturas dos povos peninsulares e o nosso património e deste mundo disse.

52

"Elabora um texto em que utilizes as palavras *património*, *Arqueologia*, *ruínas de Conímbriga* e *ruínas do Rabação*".

Penela tem um vasto e rico património. Podemos visitar as ruínas de Conímbriga, e que são e as do Rabação são da época dos Romanos. Lá podemos ver os mosaicos romanos e as ruínas que eram antigas casas ou templos. A arqueologia, ciência que estuda os vestígios do passado foi encarregue com os descobrimentos destes sítios.

53

Estampa XXXII

"Imagina que tens de fazer uma apresentação a um grupo de alunos, vindos de uma escola de um país estrangeiro, sobre a riqueza em património histórico da tua região. Escreve um texto onde refiras o(s) vestígio(s) que consideras mais importante(s) e por que motivo".

A cidade de Coimbra é muito rica em termos arqueológicos. Apresenta monumentos, parques e jardins cheios de história e cultura.

A Universidade de Coimbra é um espaço muito importante no que se refere à educação e estudo dos jovens. Pode observar-se uma paisagem muito vistosa, com vista para o rio Mondego. Foi a primeira universidade de Portugal, construída no reinado de D. Dinis. Ao longo do tempo foi sendo remodelada.

Relativamente ao Castelo de Santa Cruz, é dotado de uma paisagem verdejante. Pode observar-se na Primavera aves de inúmeras espécies e lagos na vegetação, no que se refere à paisagem vista do castelo. Existe também uma igreja associada ao castelo com arquitetura antiga.

Em suma, Coimbra é uma cidade cheia de história, estes são alguns dos monumentos que podem "encher e deliciar" os olhos de potenciais visitantes da cidade.

54

"Imagina que tens de fazer uma apresentação a um grupo de alunos, vindos de uma escola de um país estrangeiro, sobre a riqueza em património histórico da tua região. Escreve um texto onde refiras o(s) vestígio(s) que consideras mais importante(s) e por que motivo".

De facto, a região centro é uma região bastante rica em património histórico e são visíveis alguns vestígios. Por exemplo, bastante perto de Coimbra temos as Ruínas de Conimbriga, onde notamos os vestígios da presença romana no nosso território.

Temos também vários mosteiros como o de Santa Clara, e várias igrejas como a igreja de Santa Cruz.

Podemos também observar a universidade de Coimbra que é das mais antigas de Portugal.

Na margem esquerda do rio Mondego encontramos a Quinta das Lágrimas onde Pedro e Inês viveram o seu amor.

Estão presentes bastantes museus onde estão expostos várias objetos encontrados.

É isto tudo e à volta de Coimbra. Portugal é um país bastante rico em história e com um vasto património.

55

Estampa XXXIII

5 Ainda nos arredores
ruínas mais encontrar
são tão belas as de Conimbriga
que é de tirar o ar

56

"Imagina que tens de fazer uma apresentação a um grupo de alunos, vindos de uma escola de um país estrangeiro, sobre a riqueza em património histórico da tua região. Escreve um texto onde refiras o(s) vestígio(s) que consideras mais importante(s) e por que motivo".

Condéixa apresenta uma variedade cultural. Podemos visitar desde norte a sul de condéixa, que em cada recanto encontramos vestígios históricos.

Começamos pelo centro de condéixa. Temos os palácios de Santa Maria, entre outros, temos a paisagem de Santa Cristina, onde podem subsistir umas noites e temos condéixa ~~condéixa~~, para visitar ao seu todo.

Um bocadinho mais para longe, temos as ruínas de Conimbriga, que por ano são visitadas por milhares de pessoas, e onde se podem festejar acontecimentos que achamos de importante relevância.

Ainda dentro de condéixa, podemos visitar a Igreja Matriz, o parque verde,

Um pouco fora de condéixa, temos condéixa-a-velha, Sebal e ~~condéixa~~ Sebal, nos quais também podemos visitar as igrejas, se achamos conveniente.

Assim que tiverem oportunidade, visitem.

57